

Hebe Cristina da Silva

***IMAGENS DA ESCRAVIDÃO – UMA
LEITURA DE ESCRITOS POLÍTICOS E
FICCIONAIS DE JOSÉ DE ALENCAR.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teoria e História Literária.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Abreu.

Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem.
Departamento de Teoria e História Literária.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
IEL - UNICAMP

| | |
|-------|--|
| Si38i | Silva, Hebe Cristina da Imagens da escravidão : uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar / Hebe Cristina da Silva. - Campinas, SP : [s.n.], 2004. Orientadora : Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Alencar, José de, 1829-1877. 2. Romance brasileiro. 3. Romantismo. I. Abreu, Márcia Azevedo de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título. |
|-------|--|

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu (orientadora).

Profa. Dra. Valéria de Marco (USP).

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira (UNICAMP).

Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas (Suplente – UNICAMP).

“Se há questão em que ninguém tenha o direito de lançar pedra é esta. Os próprios emancipadores eram escravagistas um, dous, ou três anos antes, e ficaram sendo-o depois da lei de 1871, porque deixaram subsistir a instituição, e com uma injustiça clamorosa, ensinando os filhos a desprezar os pais.

Não devo revolver estas cinzas, das quais ainda podem saltar chispas ardentes. Felizmente que meu pensamento sôbre êsse magno problema está arquivado em documentos públicos; obras dramáticas, discursos do parlamento; escritos políticos. A posteridade, se ocupar-se desta reforma, julgará.”
(José de Alencar. “As Quintas”. *O Globo*, 28/10/1875).

À minha família,
o meu alicerce,
razão de ser e de viver.

Agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada teria sido possível.

À minha família, especialmente minha mãe, meu pai, meu irmão e a vó Teresa, pelo apoio incondicional, pelo amor infinito e por acreditarem tanto em mim. Esses meus “grandes amores” estiveram presentes em todos os momentos, apesar da distância física; a companhia do meu irmão, neste último ano, foi fundamental.

À minha orientadora, Profa. Dra. Márcia Abreu, a quem devo muito: a orientação cuidadosa, a leitura criteriosa dos meus textos, o apoio moral, a compreensão, a amizade... Com ela aprendi que o trabalho acadêmico pode unir rigor e carinho, seriedade e bom humor.

À minha amiga Mirian, pelas várias vezes em que me “hospedou” em sua(s) casa(s), pelo imenso carinho, pela sinceridade, pelo apoio e, acima de tudo, pela cumplicidade.

À minha amiga Daniele, pela amizade sincera de tantos anos, pelo companheirismo, pelo apoio; à minha amiga Vera, pelo incentivo, pelo carinho e pelo acolhimento de sempre.

Aos amigos Manu e Luís, com quem compartilhei momentos inesquecíveis; às amigas Alexandra, Patrícia, Fabiana, Brenda, Nazarete, pelo apoio.

À Silvana, pelo profissionalismo e pela amizade, os quais me deram força para caminhar nos últimos anos e me mostraram que é possível viver mais “levemente”.

Ao pessoal do projeto “Memória de Leitura” e do projeto “Caminhos do Romance no Brasil”, pelas discussões e reuniões imensamente produtivas.

À Kátia Mendes Garmes, estudiosa de José de Alencar que me forneceu textos importantíssimos para a realização deste trabalho; à Valéria Augusti, pelos textos críticos portugueses sobre Alencar; à Rubiana, pela foto do Alencar; à Brenda, pela elaboração cuidadosa do “Abstract”.

Aos funcionários do IEL, pela atenção e carinho de sempre, especialmente a Loide, a Bel, a Madalena, o Haroldo, o Wilson, a Rita, a Roseli, a Beth, o Carlos, o Emerson e a Rose.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, que me auxiliaram muito nas pesquisas que empreendi durante minha estadia no Rio e atenderam prontamente minhas solicitações via e-mail, e do Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH/UNICAMP).

Aos professores Luiz Carlos da Silva Dantas (UNICAMP) e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (UNICAMP), pela qualificação.

Aos professores Valéria de Marco (USP), Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Luiz Carlos da Silva Dantas, que prontamente aceitaram participar da defesa.

À FAPESP, pela bolsa concedida, a qual foi fundamental para a realização deste trabalho.

Resumo.

A presente dissertação analisa as imagens de escravidão em *O Tronco do Ipê* (1871) e *Til* (1872), dois romances de José de Alencar. Essas obras foram publicadas em um momento em que, no plano político, as discussões acerca do chamado “elemento servil” aqueciam a nação e, no plano literário, discutia-se a criação de uma literatura genuinamente brasileira. José de Alencar, como político e como literato, participou ativamente dessas discussões e registrou suas opiniões tanto em textos políticos e críticos quanto em romances.

A dissertação analisa o diálogo entre as convicções do político acerca da chamada “questão servil” e a prática do romancista no tratamento dispensado aos escravos e à escravidão no romance, gênero que, para ele, devia constituir uma “fotografia da sociedade”.

Abstract

This thesis analyses the images of slavery in *O Tronco do Ipê* (1871) and *Til* (1872), two novels written by José de Alencar. These books were published in a political age full of discussion about the slavery. In the literature, people discussed about the creation of a genuine Brazilian literature. José de Alencar, who was politician and writer, took part in all that discussions and registered his opinions in political and critical texts, in addition to novels.

The thesis analyses the dialog between the ideas of the politician about the abolition and the experience of the novelist in the treatment of the slaves and the slavery in the novel, a genre that, in his mind, should make up a “picture of the society”.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos | ix |
| Resumo/Abstract | xi |
| Introdução | 01 |
| Capítulo I – “Elemento Servil” no Brasil do XIX | 03 |
| 1.1 Um país independente e dependente do escravismo? | 03 |
| 1.2 Política e “elemento servil” em Alencar: emancipação pela iniciativa privada. | 25 |
| 1.2.1 O político José de Alencar. | 25 |
| 1.2.2 Propostas alencarianas para a “reforma servil” | 34 |
| 1.2.2.1 Idéias políticas de <i>Erasmus</i> – uma análise da escravidão | 34 |
| 1.2.2.2 Propostas do político Alencar para a “reforma servil” | 41 |
| Capítulo II - Romantismo brasileiro e a eleição de elementos para composição de uma literatura nacional. | 55 |
| 2.1 Romantismo e missão patriótica | 55 |
| 2.2 Contribuição estrangeira para a definição da literatura nacional | 60 |
| 2.3 A literatura nacional definida pelos brasileiros | 69 |
| 2.3.1 Os Primeiros Românticos | 69 |
| 2.3.2 Românticos Brasileiros da Segunda Metade do XIX | 78 |
| 2.4 Alencar e a literatura nacional – a eleição do romance | 93 |
| 2.4.1 O Romance no Brasil – a dupla tarefa de Alencar | 96 |
| 2.4.2 Alencar e a literatura nacional – como e porque o romance | 102 |
| 2.4.3 O Projeto Literário de Alencar – inclusão da “cor local” nos romances | 107 |
| Capítulo III – A escravidão em romances de José de Alencar | |
| 3.1 A escravidão em <i>O Tronco do Ipê</i> | 125 |
| 3.1.1 Os elementos nacionais em <i>O Tronco do Ipê</i> | 126 |
| 3.1.2 A sociedade brasileira de meados do XIX em <i>O Tronco do Ipê</i> | 131 |

| | |
|---|-----|
| 3.1.3 Senhores e escravos em <i>O Tronco do Ipê</i> | 142 |
| 3.2 A escravidão em <i>Til</i> | 158 |
| 3.2.1 Elementos nacionais em <i>Til</i> | 159 |
| 3.2.2 A sociedade de <i>Til</i> | 162 |
| 3.2.3 Senhores e escravos em <i>Til</i> | 165 |
| 3.3 Considerações acerca da recepção <i>O Tronco do Ipê e Til</i> | 174 |
| Considerações Finais – Política e romance: a intervenção de Alencar na “reforma servil” | 181 |
| Bibliografia | 187 |
| ANEXOS | 199 |
| 1. Textos Críticos Oitocentistas acerca de José de Alencar | 201 |
| 1.1 Textos críticos que abordam romances específicos de José de Alencar | 203 |
| 1.1 Textos que abordam José de Alencar e sua produção ficcional como um todo | 233 |
| 1.3 Textos portugueses oitocentistas sobre de José de Alencar | 249 |
| 2. Textos não-ficcionais de José de Alencar acerca de política e escravidão | 265 |
| 2.1 <i>Ao Imperador – Novas Cartas Políticas de Erasmo</i> (1867) | 267 |
| 2.2 Editoriais do <i>Dezesseis de Julho – órgão conservador</i> (1870) | 299 |
| 2.3 Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 07 de Julho de 1870 – apresentação do projeto para encaminhamento da “questão servil” | 307 |

Introdução.

Um país cuja economia está integralmente baseada na agricultura, a qual é sustentada pelo trabalho escravo, não pode abolir o “regime servil” sem sofrer conseqüências desastrosas. Essa é a imagem da sociedade brasileira oitocentista veiculada por um grupo de políticos da época com o objetivo de defender a necessidade de manter-se a escravidão no país. Nas discussões acerca do projeto da Lei de 1871 ou Lei do Ventre Livre, essa imagem foi incansavelmente reiterada por eles com vistas a vetar a aprovação das medidas emancipacionistas propostas pelo governo.

O político José de Alencar compartilhava dessas convicções e utilizou-se dessa imagem de Brasil para defender sua postura contrária à aprovação da mencionada lei. Para fortalecer seus argumentos, acrescentou algumas nuances a essa imagem: segundo ele, a sociedade brasileira, apesar de depender do trabalho escravo, estava visivelmente caminhando para abolição. As relações harmônicas entre senhores e escravos e o bom tratamento que recebiam os cativos indicavam que a nação estava passando por uma “revolução de costumes” que desembocaria na emancipação pela iniciativa privada. Era apenas uma questão de tempo. Nesse sentido, podemos dizer que ele, com vistas a defender sua postura contrária à aprovação da mencionada lei, construiu uma imagem que atestava a validade de suas convicções.

Um país com natureza exuberante, antepassados indígenas, costumes peculiares, enfim, com atributos que lhe conferiam excelência e singularidade. Essa é uma das imagens de Brasil mais recorrentes nas considerações dos escritores do romantismo brasileiro, os quais se atribuíram a *missão* de criar uma literatura genuinamente nacional, a qual traduzisse as belezas da nação.

O literato José de Alencar também compartilhou dessas convicções, dando a elas seu *toque pessoal*. Para ele, a literatura que intentasse traduzir o país deveria abordar as várias facetas da nação: seu passado histórico, as etapas de sua constituição e as várias fisionomias que a sociedade contemporânea apresentava. Esses elementos poderiam ser incluídos com sucesso no romance, gênero que melhor se prestava a receber as diferentes imagens que compunham a multifacetada “cor local” brasileira; gênero eleito por ele para concretizar seu projeto literário.

As duas imagens de Brasil em questão parecem antagônicas. Nada mais natural, visto que são produtos de maneiras distintas de olhar, imagens construídas por pessoas que olhavam

de lugares diferentes para a sociedade na qual estavam inseridas e selecionavam elementos que melhor se adequavam para a construção da imagem do país que lhes convinha.

Curioso é o fato de José de Alencar haver compartilhado de ambas as imagens: a sociedade dependente do trabalho escravo e a sociedade com natureza e costumes exuberantes. Ele optou por vaziar suas idéias acerca da literatura nacional no romance, o qual era definido por ele como “fotografia da realidade”¹, “poema da vida real”². Em consonância com outros autores da época, ele veiculou em seus textos críticos a noção de romance como representação da realidade e muitas vezes defendeu o caráter nacional de suas obras apontando uma correspondência entre suas personagens e os membros da sociedade sua contemporânea. Entretanto, nesses mesmos textos críticos procurou assegurar o espaço de liberdade de criação do escritor ao incluir a realidade em suas obras.

Levando em conta a imagem de Brasil que veiculava em seus textos políticos e a noção de literatura nacional que fundamentava sua produção ficcional, buscamos analisar o modo como Alencar abordou a escravidão em seus romances. Nesse sentido, perguntamo-nos: que relação há entre a sociedade escravista desenhada nos seus romances e a imagem de Brasil veiculada nos seus textos políticos?

O movimento que fizemos para esboçar uma resposta para essa pergunta está nos três capítulos que compõem a presente dissertação.

No primeiro capítulo, destacamos as discussões acerca da escravidão em meados do século XIX e, principalmente, nas décadas de 1860 e 1870, abordando mais detidamente a postura do político José de Alencar diante dessas questões.

No segundo capítulo, apresentamos as discussões dos escritores românticos a respeito de literatura nacional, enfatizando as idéias de José de Alencar acerca da inclusão da “cor local” brasileira nos romances.

Finalmente, no terceiro capítulo, a abordagem de *O Tronco do Ipê* (1871) e *Til* (1872), romances tidos por Alencar como regionalistas e, portanto, adequados para “fotografar” a vida rural brasileira, na qual o escravo desempenhava papel fundamental. Analisamos essas obras à luz das questões contempladas nos capítulos anteriores, buscando verificar se há diálogo entre as idéias do político e as construções ficcionais do romancista.

¹ ALENCAR, José de. “Benção Paterna”. Prefácio a *Sonhos D'Ouro. Obra Completa*, Vol. I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, p. 699.

Capítulo I.

“Elemento Servil” no Brasil do XIX.

A partir de meados do século XIX, iniciou-se um intenso debate acerca da escravidão e do melhor meio para promover sua reforma sem grandes prejuízos para a sociedade brasileira. Inserido nesse contexto, José de Alencar foi um político atuante que participou ativamente das discussões sobre a chamada “reforma servil” e sobre o projeto que se converteu na Lei de 1871 ou Lei do Ventre-Livre. Compartilhando da opinião de parte da elite política e intelectual da época, ele publicou vários textos políticos, divulgando suas idéias em periódicos, panfletos, livros e, também, nos muitos discursos que proferiu, seja como deputado ou como ministro da justiça. Para situar sua produção e aproximarmos um pouco do debate sobre o “elemento servil”, apresentamos um panorama do ambiente sócio-político-econômico da época.

1.1 - Um país independente e dependente do escravismo?

Em seguida apareceu uma velha negra liberta, acompanhada de uma jovem escrava de sua própria raça, com uma trouxa na cabeça. (...) Sua jovem escrava era seu único bem, e ela a alugava como besta de carga a quem quer que fosse e para qualquer fim, o que lhe dava um bom meio de vida. Muitas pessoas nas redondezas do Rio, tanto brancas quanto negras, vivem dessa maneira. Possuem um único escravo, que pela manhã sai em busca de trabalho e à noite retorna com uma pataca.

[Robert Walsh. *Notícias do Brasil (1828-1829)*]³

No Brasil, o início do século XIX caracterizou-se por inúmeras mudanças.⁴ A passagem de colônia a país independente, em 1822, possivelmente foi a mais significativa delas, gerando muitas outras alterações. O estatuto de nação independente, no entanto, não tirou do país seu

² ALENCAR, José de. *Como e Porque Sou Romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 44.

³ *Apud*: NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos Sobre a Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 62.

⁴ O primeiro decênio do XIX foi marcado pelas alterações advindas da chegada família real à colônia. O Estado português reproduziu na colônia sua máquina administrativa, pois “todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.” (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p. 121.) Além disso, também vieram para o Brasil uma agenda de festas e a etiqueta real. Segundo Lília Schwarcz, Dom João VI transplantou para o Brasil todo o ritual da Casa de Bragança, que incluía agenda de festas, cortejos, uniformes e titulações. Durante o período em que permaneceu na colônia nomeou alguns titulares e garantiu a nobreza dos que já a portavam em Portugal. “Esse era o início de uma corte ‘migrada e recriada’, que no reino da América introduzia algumas regras que lembravam a Europa distante.” (SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 159).

caráter escravista, atributo que o acompanhou por quase todos os anos de 1800 e que gerou inúmeras discussões, conflitos e mudanças nos âmbitos político, social e econômico da jovem nação.

A primeira metade do século XIX europeu foi marcada por medidas emancipacionistas da maioria dos países e de suas colônias e pela ação abolicionista inglesa, a qual ultrapassou os limites europeus e chegou até outros continentes, dentre eles o americano. Ao passar a ter autonomia política, o Brasil teve, também, que começar a discutir a questão escravista com a Europa, principalmente com a Inglaterra.

Na segunda metade do século XIX, além da pressão inglesa, vários fatores contribuíram para que fosse tomando volume a necessidade de criarem-se medidas relativas à escravidão. A situação brasileira frente aos demais países tornou-se mais delicada, pois a prática escravista teve cada vez mais carregada a adjetivação que a qualificava como repugnante por parte das nações européias⁵. Além disso, a abolição efetuada pelos Estados Unidos na década de 1860 deixou o Brasil, juntamente com Cuba, na posição de últimos territórios ocidentais mantenedores do regime escravista.

Vale mencionar que os componentes da elite intelectual brasileira do XIX tinham ciência do prejuízo moral causado ao país pela manutenção do regime escravista. A Constituição brasileira de 1824, por exemplo, optou pelo silêncio, excluindo os escravos de seus dispositivos⁶. Foi no mesmo sentido a atitude de Augusto Teixeira de Freitas, advogado do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IAB) contratado pelo governo imperial, em

⁵ Os estrangeiros que passaram pelo país no século XIX deixaram registrado seu estranhamento perante cenas escravistas, concebidas por eles como demonstrativas do caráter lesivo do regime servil. O viajante Leithold, por exemplo, enfatiza a reprovação das atitudes relativas aos escravos no momento em que descreve uma cena urbana: “Vi, uma vez, certo sacerdote muito querido do povo, cheio de empáfia, em plena rua dar um pontapé num negro, atirando-o na sarjeta, só porque êste não lhe saiu logo da frente. Semelhante atitude, indigna e incompreensível para um europeu, revoltou-me de tal maneira que quase ia dando lugar a um incidente, cujas conseqüências teriam sido, talvez, piores para mim, pois tive ímpetos de aplicar nesse batina preta merecida bofetada, o qual prosseguiu triunfante como se tivesse praticado uma bela ação.” (LEITHOLD, Theodor V. *Minha Excursão ao Brasil ou Viagem de Berlim ao Rio de Janeiro e Volta*. In: LEITHOLD, T. Von; RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro Visto por Dois Prussianos em 1819*. Tradução e Anotações de Joaquim de Souza Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 38. Grifos nossos.) A obra de Leithold foi publicada pela primeira vez no ano de 1820, em Berlim.

Rugendas, viajante alemão, faz a seguinte observação a respeito da situação dos escravos no Brasil: “Da alfândega são os negros conduzidos para os mercados, verdadeiras cocheiras: aí ficam até encontrar um comprador. [...] Para um europeu, o espetáculo é chocante e quase insuportável. Durante o dia inteiro êsses miseráveis, homens, mulheres, crianças, se mantêm sentados ou deitados perto das paredes dêsses imensos edifícios e misturados uns aos outros...” (RUGENDAS, João Maurício de. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 175. Grifos nossos.) A obra foi publicada pela primeira vez no ano de 1835, em Paris.

1855, para elaborar o projeto preliminar para a produção de um futuro código civil. Após três anos de trabalho, Freitas omitiu a escravidão da Carta de Lei por ele elaborada e, visando a justificar seu procedimento, fez o seguinte pronunciamento:

Cumpre advertir, que não há um só lugar no nosso texto, onde se trate de *escravos*. Temos, é verdade, a escravidão entre nós; mas, se esse mal é uma exceção, que lamentamos, condenado a extinguir-se em época mais ou menos remota; façamos também uma exceção, um capítulo avulso, na reforma das nossas Leis Civis; não as maculemos com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade: fique o estado de liberdade sem o seu correlativo odioso. As Leis concernentes à escravidão (que não são muitas) serão pois classificadas à parte e formarão o nosso *Código Negro*⁷.

Tal atitude demonstra o aspecto por nós comentado, que pode ser visto claramente na qualificação que o jurista dá à escravidão: “mal”, “correlativo odioso” do “estado de liberdade” que devia fundamentar as leis civis brasileiras, as quais não poderiam ser “maculadas” com “disposições vergonhosas”. Conforme observa Eduardo Spiller Pena, essa atitude pode ser tomada como exemplo “...do receio de alguns juristas e políticos, presente desde a promulgação da Constituição de 1824, de se formalizar juridicamente ao mundo a face ‘vergonhosa’ de um país que legitimava a escravidão.”⁸

No entanto, encaminhar o país para o fim do regime escravista consistiu, na época, em uma tarefa que encontrou vários obstáculos.

A escravidão estava totalmente enraizada nos costumes nacionais, mantendo vicerais relações com a agricultura, principal atividade econômica da época.⁹ Além disso, o trabalho servil estava presente em toda a extensão do território brasileiro: na década de 1870, todos os 643 municípios imperiais dos quais havia estatísticas ainda possuíam escravos.¹⁰ A presença de

⁶ A respeito da primeira Constituição brasileira, Boris Fausto observa que “um contingente ponderável da população – os escravos – estava excluído de seus dispositivos. Deles não se cogita, a não ser obliquamente, quando se fala dos libertos”. (FAUSTO, *Op. Cit.*, pp. 149 a 152.)

⁷ FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das Leis Civis*. Apud: PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial – juristas, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001, pp. 71/72.

⁸ PENA, *Op. Cit.*, p. 72.

⁹ Conforme observa Robert Conrad, “quando o período colonial se aproximou do seu fim, a escravatura era a instituição mais característica da sociedade brasileira e, à medida que a independência se aproximava, a emergência do cultivo do café ia fortalecendo o domínio da escravatura sobre a economia. [...] De 1817 a 1820, a exportação do café brasileiro alcançou uma média de 5.500 toneladas por ano e, de 1826 a 1829, a exportação anual média atingiu quase 25 mil toneladas, um aumento de quase quatrocentos por cento. Durante os vinte anos seguintes, a produção de café continuou aumentando e a safra veio a ser um baluarte do sistema da escravatura, proporcionando os meios para importar escravos apesar da ilegalidade do tráfico de escravos depois de 1831.” (CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 5.)

¹⁰ Apud: CONRAD, *Op. Cit.*, p. 6.

escravos na corte chegou a ser tão maciça que o inglês Luccock, que esteve no Brasil no início do século XIX, afirmou que “...um estrangeiro que acontecesse de atravessar a cidade pelo meio-dia quase que poderia supor-se transplantado para o coração da África.”¹¹

Outro dado significativo refere-se ao fato de que a posse de escravos era estendida a todas as classes sociais, desde os grandes fazendeiros, que os possuíam em número significativo, aos homens brancos livres ou aos escravos libertos, os quais muitas vezes tiravam seu sustento do trabalho de um só cativo, conforme menciona o texto da epígrafe.¹²

Vale considerar, também, que os escravos contribuíam com seu trabalho para praticamente todos os setores econômicos, visto que desempenhavam atividades diversas, tanto no ambiente rural quanto no urbano, como podemos vislumbrar nos dados mencionados por Robert Conrad:

Ocupações dos Escravos, 1872:

| <i>Ocupações</i> | <i>Homens</i> | <i>Mulheres</i> | <i>Total</i> |
|--------------------------------------|----------------|-----------------|--------------------------------|
| <i>Artistas</i> | 1.517 | 341 | 1.858 |
| <i>Marinheiros</i> | 1.788 | | 1.788 |
| <i>Pescadores</i> | 1.262 | | 1.262 |
| <i>Costureiras</i> | | 40.766 | 40.766 |
| <i>Mineiros e trab. de pedreiras</i> | 769 | | 769 |
| <i>Trabalhadores metalúrgicos</i> | 1.075 | | 1.075 |
| <i>Carpinteiros</i> | 5.599 | | 5.599 |
| <i>Trabalhadores têxteis</i> | 842 | 12.354 | 13.196 |
| <i>Trabalhadores da construção</i> | 4.013 | | 4.013 |
| <i>Trabalhadores do couro</i> | 560 | 3 | 563 |
| <i>Tintureiros</i> | 40 | 4 | 44 |
| <i>Alfaiates</i> | 1.379 | | 1.379 |
| <i>Fabricantes de chapéus</i> | 216 | 50 | 266 |
| <i>Fabricantes de sapatos</i> | 2.163 | | 2.163 |
| <i>Trabalhadores agrícolas</i> | 503.744 | 304.657 | 808.401 |
| <i>Servidores e jornaleiros</i> | 49.195 | 45.293 | 94.488 |
| <i>Serviço doméstico</i> | 45.561 | 129.816 | 175.377 |
| <i>Sem profissão</i> | 185.447 | 172.352 | 357.799 |
| TOTAIS | 805.447 | 705.636 | 1.510.806 ¹³ |

¹¹ LUCCOCK, John. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Esse mercador inglês percorreu vastas extensões do território brasileiro entre os anos de 1808 e 1818, tendo publicado seu livro em 1820. *Apud*: NEVES, *Op. Cit.*, p. 68.

¹² Além dos escravos urbanos que trabalhavam por conta própria em benefício dos senhores, os chamados “escravos de ganho”, havia os que viviam no ambiente rural e exerciam atividade semelhante no sentido de trabalharem por conta própria. Segundo Joseli Nunes Mendonça, era comum que em áreas rurais os senhores cedessem, ainda que de modo precário, lotes de terra aos escravos para que estes os cultivassem em seus momentos de folga. Muitas vezes, o resultado desse cultivo servia para prover a alimentação dos escravos e geravam rendas que possibilitavam a estes obter a alforria. (MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 39 a 41).

¹³ CONRAD, *Op. Cit.*, p. 360.

Vemos, assim, que o governo brasileiro encontrava-se num impasse: não podia tomar uma atitude drástica para findar o tráfico ou mesmo decretar o fim da escravidão, pois tais medidas eram concebidas como prejudiciais aos interesses nacionais pela maioria das pessoas; ao mesmo tempo, necessitava redimir-se perante as nações “civilizadas”.

O modo como o poder político lidou com a questão escravista visando a promover uma reforma revela a maneira como boa parte da elite intelectual e política do século XIX brasileiro a concebia, visto que havia semelhanças consideráveis entre os membros da elite política imperial¹⁴. Para entender a ação do poder político é necessário compreender o sistema político no Segundo Reinado.

Em 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a primeira Carta Magna do Brasil, a qual vigorou até fevereiro de 1891 com poucas alterações. A Constituição de 1824 estabeleceu no país o sistema constitucional representativo: governo monárquico e hereditário, centralização do poder nas mãos do monarca, domínio do Estado sobre a Igreja Católica (religião oficial do Império) e o voto aberto e censitário (voto não-secreto ao qual se habilitavam apenas os que possuísem determinada renda anual).

A partir da Constituição de 1824 passaram a existir quatro poderes: Poder Legislativo (deputados e senadores); Poder Executivo (imperador, ministros e presidentes das províncias); Poder Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça); Poder Moderador (imperador sob consulta ao Conselho de Estado). A respeito das atribuições dos quatro poderes, podemos mencionar as considerações de Albuquerque:

Através do Poder Moderador o imperante nomeava os senadores previamente eleitos em lista tríplice, convocava a Assembléia-Geral e sancionava suas decisões, aprovava ou não as medidas sugeridas pelos Conselhos provinciais, prorrogava e adia o exercício da Assembléia-Geral, dissolvia a Câmara, marcando novas eleições, suspendia e nomeava os magistrados, perdoava e moderava penas e concedia anistias. Portanto, intervinha legalmente nos campos formalmente definidos nos quais se exerciam as práticas dos demais poderes. [...] O Poder Legislativo era exercido pela Assembléia-Geral, dividida em duas Câmaras: o Senado vitalício e a Câmara dos Deputados, esta última eleita por quatro anos, podendo ser

¹⁴ José Murilo de Carvalho acredita que havia uma certa homogeneidade na elite política imperial. A seu ver, a educação superior foi um poderoso elemento de unificação ideológica dessa elite, por três motivos: “Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica.” (CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 55.) Lembramos que José de Alencar, intelectual cujo pensamento abordaremos, aproxima-se dos parâmetros estabelecidos por Carvalho, já que possuía formação jurídica e atuou no âmbito político.

dissolvida pelo Poder Moderador. [...] O Poder Executivo cabia a um Ministério e aos presidentes das províncias, ambos nomeados e demitidos livremente pelo Poder Moderador. Em 1827, foram declarados juridicamente responsáveis os ministros, secretários de Estado e os conselheiros de Estado. [...] O Poder Judiciário só se organizou depois de outorgada a Constituição. Em 1827, os juizes de paz eletivos foram instituídos e no ano seguinte organizou-se o Supremo Tribunal de Justiça, abolindo-se o Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens.¹⁵

A Constituição de 1824 incorporou, também, o Conselho de Estado. Tratava-se de uma entidade governamental vitalícia que o imperador convocava para consultas nas tomadas de decisão, sem que fosse legalmente obrigado a fazê-lo ou a acatar suas sugestões. Lembramos, ainda, que a pessoa do Imperador era inviolável, não estando ele sujeito a responsabilidades legais.

Até que se promulgasse a lei de 9 de janeiro de 1881, que estipulava o processo eleitoral pelo sufrágio direto e instituía a capacidade eleitoral dos católicos e dos libertos, as eleições obedeciam a um sistema indireto e censitário:

O processo eleitoral exigia uma renda mínima de cem mil réis anuais, como condição para o exercício do direito do voto que, em uma primeira etapa, escolhia os representantes de paróquia; duzentos mil réis anuais credenciavam os eleitores de paróquia para a escolha dos representantes de província. Estes últimos elegiam os deputados, cuja renda mínima era fixada em quatrocentos mil réis anuais e, destes, saíam as listas tríplices para o preenchimento do cargo de Senador, para o qual, além da renda anual de oitocentos mil réis, era necessária a confirmação de um dos selecionados, pelo Poder Moderador. Portanto, havia dois graus no critério eleitoral: os eleitores primários escolhiam os vereadores (votantes), os juizes de paz distritais e os eleitores secundários. Cabia a estes últimos a indicação dos deputados provinciais nacionais e dos senadores apresentados ao Poder Moderador em lista tríplice.¹⁶

Segundo a Constituição, o imperador tinha total liberdade de escolha para organizar os gabinetes ministeriais. Em 20 de junho de 1847, no entanto, d. Pedro II publicou o Decreto n.º 523, através do qual criou a Presidência do Conselho de Ministros. Decidiu-se, então, que o imperador nomearia o presidente do conselho e a este caberia escolher os demais ministros. Instaurou-se, assim, o parlamentarismo como modo de governo no Brasil, tendo como principal modelo a Inglaterra.

Havia, porém, algumas diferenças entre a maneira como essa forma de governo efetivava-se na Europa e no Brasil: basicamente, no parlamentarismo europeu o primeiro-ministro, equivalente ao presidente do Conselho no Brasil, era nomeado pelo Parlamento,

¹⁵ ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, pp. 341/342.

devendo pertencer ao partido majoritário na câmara, que também poderia depô-lo; o ministério deveria prestar contas ao Parlamento; o Legislativo controlava o Executivo. No Brasil, o imperador era quem escolhia o presidente do conselho de ministros, o qual não precisava necessariamente pertencer ao partido majoritário; o ministério deveria prestar contas ao imperador; o Parlamento não podia tomar atitudes em relação aos ministros. Quando ocorria alguma crise, o imperador podia resolvê-la dissolvendo a Câmara dos Deputados e convocando novas eleições ou destituindo o Gabinete e elegendo outro Presidente, do mesmo partido ou do partido adverso, para constituir o novo Ministério¹⁷.

Havia, durante o Segundo Reinado, dois partidos: Partido Conservador e Partido Liberal¹⁸. Tais partidos são comumente diferenciados da seguinte forma:

Nos primeiros [conservadores], via de regra, achavam-se magistrados, os Militares de alta patente, os funcionários de postos elevados, os antigos restauradores, os brasileiros adotivos, os comerciantes ricos, os industriais prósperos, as famílias tradicionalistas, enfim, todos quantos temiam a agitação, a transformação brusca, a reforma das leis em geral. Os nomes das agremiações, num traço de conjunto, definiam-lhes os programas.

O Partido Liberal, entretanto, contrariamente, abrigava à sua sombra os que desejavam certa autonomia das províncias, uma participação direta do povo na escolha dos seus delegados, uma reforma constitucional que nos levasse à Monarquia federativa, à extinção do Poder Moderador, à eleição bial da Câmara dos Deputados, ao Senado eletivo e temporário, à supressão do Conselho de Estado, às Assembléias Legislativas Provinciais com duas Câmaras, aos Intendentes com autoridade similar, nos Municípios, aos Presidentes em suas províncias.¹⁹

¹⁶ ALBUQUERQUE, *Idem*, p. 344.

¹⁷ A forma como se configurou o parlamentarismo brasileiro e as atribuições do poder Moderador foram alvo de muitas críticas, havendo até mesmo surgido a denominação de “parlamentarismo às avessas”. Bonavides e Amaral, por exemplo, consideram o parlamentarismo do Segundo Reinado “...um sistema dual, fundado no Poder Moderador do monarca, enfeixado nas mãos irresponsáveis do imperador; se a criação da figura do presidente do Conselho completa a ficção legal da monarquia nos moldes ingleses, o mimetismo de nossas elites inova, fazendo com que a ação moderadora do imperador, de arma excepcional – medida para as horas emergenciais, extremadas, situações maiores, transforme-se entre nós em ato de rotina, alterando o papel do soberano e o caráter da monarquia [...]”. (BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. “Império – Segundo Reinado (1840-1889) – Introdução”. In: *Textos Políticos da História do Brasil*/Paulo Bonavides, Roberto Amaral (orgs.). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. Vol. II. Consultamos o texto na versão on-line oficial feita Célia Freitas e Álvaro Carvalho, disponível, em 22/11/2002, no endereço: http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_intro1.html)

¹⁸ Há várias formas de conceber as relações entre os partidos conservador e liberal. Patrícia Falco Genovez observa que há um debate na produção historiográfica sobre o Segundo Império no que se refere às semelhanças/diferenças entre os partidos Liberal e Conservador, havendo basicamente três correntes: a da semelhança, a da diferença e uma terceira que aponta semelhanças e diferenças. A autora aponta os autores pertencentes a cada uma das correntes, comentando os diferentes argumentos que fundamentam as posturas defendidas por eles.(GENOVEZ, Patrícia Falco. “Visões da Liturgia: O Imperador e os Partidos Políticos.” In: *Revista de História Regional*, Vol. 5, n.º 2: Inverno 2000. Texto disponível, em 22/11/2002, na página da *Revista de História Regional*, no endereço: <http://www.rhr.uepg.br/v5n2/patricia.htm>).

¹⁹ LEAL, Hamilton. *História das Instituições Políticas do Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, 1994, pp. 327/328.

Há, no entanto, autores que acreditam que havia uma diferença muito tênue entre liberais e conservadores, havendo até mesmo os que postulam que não havia diferença alguma. Roberto Calmon, por exemplo, acredita que, com o passar do tempo, as diferenças entre eles foram se atenuado progressivamente, apontando para uma decadência dos partidos:

A decadência dos partidos na monarquia provinha da sua própria evolução. Eles rompiam os seus quadros ideológicos, satisfeitas as aspirações iniciais; procuravam acompanhar a flutuação das opiniões; adaptavam-se. Não souberam ser fiéis aos seus programas, pelo hábito, que adquiriram, de usurpar o programa alheio: é uma das características do personalismo na política do segundo reinado. Conservadores e Liberais deviam seguir caminhos paralelos, e no entanto se encontraram muitas vezes, confundiram as suas trajetórias, passaram para a esquerda os primeiros e para a direita os demais, não raro sucedia que o conservador mais irredutível era o liberal, e o mais avançado reformista o conservador.²⁰

O modo como se configurava o poder político influenciou no encaminhamento dado à questão escravista, já que algumas posturas partidárias alteraram-se visando a apoiar a coroa e manter-se no poder. Esse aspecto ficou visível no modo como se deu a aprovação da lei que efetivamente eliminou o tráfico de africanos, em 1850, e da lei que concedeu liberdade ao ventre escravo, em 1871.

No plano político, o primeiro passo que o Brasil viu-se obrigado a dar relativamente à questão escravista foi o encaminhamento da extinção do tráfico africano. Por ocasião da consolidação da independência, a Inglaterra solicitou ao governo brasileiro que assinasse um tratado estabelecendo um prazo para a extinção do tráfico. Dessa forma, em 1826, seguindo o encaminhamento inicialmente dado à questão pelo governo português, o governo brasileiro assinou um tratado com a Inglaterra:

Pelo artigo 1º do tratado anglo-brasileiro, 3 anos depois da troca de ratificações, o tráfico nacional se tornaria ilícito, sendo considerado pirataria. Pelos demais artigos, o Brasil concordava em manter em vigor o disposto nos tratados anglo-portugueses de 1815 e 1817, isto é: o tráfico seria proibido desde logo, acima do Equador; aceitava-se o direito de visita e busca em tempo de paz; instituía-se duas comissões mistas (em Serra Leoa e no Rio de Janeiro) encarregadas de julgar sobre os apresamentos e garantir a liberdade dos africanos apreendidos. Sendo o tratado ratificado a 13 de março de 1827, o tráfico brasileiro se tornaria ilícito a partir de 13 de março de 1830. Um artigo adicional fixava para essa convenção o prazo de 15 anos, contados a partir desta última data – caso as partes não chegassem antes disso a um novo ajuste.²¹

²⁰ CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 258.

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império”. In: HOLANDA (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3º Volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, pp. 189/190.

Em 7 de novembro do ano seguinte, 1831, foi promulgada a primeira lei nacional proibindo o tráfico.

Dessa forma, sancionava-se indiretamente a introdução ilegal de escravos operada no período compreendido entre 13 de março de 1830 (quando se encerrara o tráfico lícito) e a data da promulgação da lei. Nessa lei eram cominadas severas penas aos importadores de escravos, considerados como tais (artigo 3º) tanto os que os vendessem e transportassem, como os compradores (fazendeiros). Entretanto, mantendo a forma de julgamento por júri, a lei garantia a impunidade das infrações. Criava-se, assim, um instrumento legal que, embora não afetasse muito o tráfico, podia contudo ser invocado como argumento para evitar-se a ampliação do tratado anglo-brasileiro.²²

Os termos do Tratado Anglo-Brasileiro de 1826 referentes ao tráfico, juntamente com a lei brasileira de 1831, não foram cumpridos e o quadro de entrada de africanos escravizados no território nacional permaneceu o mesmo até meados do século²³.

A pressão inglesa, porém, não cessou durante esses anos, desembocando, após o fim da convenção anglo-brasileira sobre o tráfico, em março de 1845, no *Bill Aberdeen* e em atos advindos dessa medida legal inglesa²⁴. Vários foram os incidentes com ingleses que levaram o governo imperial a decretar, em 1850, outra lei proibindo o tráfico e a tomar medidas efetivas para extingui-lo.

Questões políticas internas também colaboraram para que se efetivasse o fim do tráfico: a postura da Coroa frente ao assunto influenciou a mudança de posição do Partido

²² HOLANDA, *Op. Cit.*, pp. 190/191.

²³ A lei de 1831 estabeleceu que os africanos que entrassem no Brasil após sua promulgação seriam considerados livres, o que fez com que muitos senhores mantivessem como cativos pessoas que seriam consideradas livres se a lei tivesse sido plenamente respeitada. Lília Schwarcz observa que, entre os anos de 1841 e 1850, 83% do total de africanos transportados para a América viriam para o Brasil. (SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. Op. Cit.*, pp. 101/102.) Segundo Robert Conrad, “em 1862, foi calculado que, se todos os senhores de escravos fossem obrigados a provar a propriedade legal das pessoas que escravizavam, três quartos dos escravos brasileiros seriam considerados livres.” (CONRAD, *Op. Cit.* Nota 39 à página 55.)

²⁴ “Nessas condições, expira a convenção sobre o tráfico a 13 de março de 1845, sem que Ferreira França, ministro de Estrangeiros, deixasse encaminhada a abertura de novos entendimentos sobre a matéria – o que se fazia imprescindível, em face da política internacional adotada pela Inglaterra na questão. [...] Logo, porém se inicia na Inglaterra o andamento de um projeto sobre o tráfico brasileiro, transformado em lei a 8 de agosto de 1845, apesar dos protestos do governo imperial.

O Bill Aberdeen, pelo qual a Inglaterra legislava para o Brasil na questão do tráfico, era, ao mesmo tempo, uma represália ao governo brasileiro por não ter renovado o tratado que expirara e um meio de forçar o Brasil a conceder um tratado consignando a pesquisa de indícios. Por esse ato, o governo inglês era autorizado a mandar proceder pelo alto tribunal do almirantado, e por qualquer tribunal de vice-almirantado, ao julgamento e adjudicação de embarcações negreiras que trouxessem o pavilhão brasileiro, capturadas em todos os mares pelos navios de Sua Majestade Britânica.” (HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 196).

Liberal e, posteriormente, do Partido Conservador. Nos termos de Holanda, esse processo se deu da seguinte forma:

Tendo tido contra si os protestos do tráfico, devido à retomada do projeto de 1837, a competição no terreno da manutenção do *status quo* só podia ser desvantajosa aos liberais. Em consequência, o Partido Liberal, no ostracismo, passa a responsabilizar a política do ministério pelos agravos sofridos pela soberania nacional e reivindica o poder em nome do combate à atividade negreira. Desse modo, o Partido Liberal, que competira com o Conservador na defesa do tráfico, inscrevia, agora, na bandeira partidária, a sua repressão. A existência de um partido disposto a eliminar a principal fonte de dificuldades nacionais criava, para o Partido Conservador, a necessidade de recomendar-se à Coroa para a execução do mesmo programa. Dessa forma, invertiam-se os termos gerais da competição interpartidária, com referência ao problema: a disputa ante o eleitorado, que conduzia à defesa do tráfico, se substituiu pela dos favores da Coroa que apontava para a sua extinção. [...] O pronunciamento do Partido Liberal contra o tráfico logo se acompanha da decisão do ministério conservador de promover o encaminhamento da questão. A essa decisão do gabinete, mantida secreta por motivos táticos, segue-se o estudo dos problemas técnicos da futura lei.²⁵

Vemos, assim, que os termos da competição interpartidária passaram da disputa ante o eleitorado condizente com a defesa do tráfico para a disputa pelos favores da Coroa, que apoiava a extinção do mesmo. Além disso, o próprio desejo por parte do governo imperial de mostrar-se mais autônomo em suas decisões perante os ingleses teria levado à aprovação do projeto de Eusébio de Queirós, tornado lei em 4 de setembro de 1850.

Por meio dessa lei (e de medidas complementares a ela no sentido de fazer com que fosse cumprida) o governo brasileiro efetivou a extinção do tráfico africano em território nacional. Tal medida trouxe inúmeras consequências econômicas e sociais para o país, as quais podem ser tomadas como demonstração do grau de influência e de importância da escravidão para o império.

O fim do tráfico propiciou que grande quantidade de dinheiro, outrora empregado nele, ficasse disponível e passasse a circular em outros setores econômicos, permitindo muitas mudanças. Conforme observa Lília Schwarcz, várias inovações surgiram nesse momento:

Investiu-se muito na infra-estrutura do país e acima de tudo nos transportes ferroviários. De 1854 a 1858 foram construídas as primeiras estradas de ferro, as primeiras linhas telegráficas e as primeiras linhas de navegação; a iluminação a gás chegou às cidades, e começou a crescer o número de estabelecimentos de instrução. Com o fim da aplicação no mercado negreiro as importações também aumentaram em 57,2% no período de dois anos: uma grande notícia para um governo que vivia basicamente do imposto de importação.²⁶

²⁵ HOLANDA, *Op. Cit.*, pp. 198/199.

²⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. Op. Cit.*, pp. 101/102.

Outra conseqüência da lei de 1850 foi o início do tráfico interno, que proporcionou a entrada, na região sudeste, de cerca de 200 mil escravos²⁷. A transferência espacial de escravos no território nacional começou nas plantações, fazendas e cidades das regiões do norte, do oeste e do extremo sul do país e terminou com sua chegada às plantações de café do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Esse movimento ocorreu durante cerca de trinta anos, de 1851 a 1881, quando as províncias importadoras aboliram o tráfico interno em suas legislaturas.²⁸ Semelhante quadro gerou uma concentração de escravos na região sudeste do país na segunda metade do XIX. Na província do Rio de Janeiro, por exemplo, segundo um recenseamento nacional realizado na década de 1870, estavam localizados quase um quinto dos escravos registrados no Império: 301.352 de um total de 1.540.829 escravos registrados.²⁹

A situação trouxe certa inquietude para os políticos imperiais³⁰, aspecto que se manifestou, por exemplo, no receio de a unidade política imperial ser comprometida, instalando-se uma oposição sul (escravista) *versus* norte (abolicionista). João Maurício Wanderley, em defesa de seu projeto de proibição do comércio interprovincial de escravos já em meados da década de 1850, advertiu a Câmara nesse sentido:

A conseqüência de uma mudança radical nas condições do trabalho das províncias será o antagonismo político entre as províncias do sul e as províncias do norte, porque estas, logo que não tiverem escravos, se empenharão para que os não haja no sul (apoiados); as

²⁷ “Segundo as estimativas de Robert Slenes, esse movimento de população despejou no sudeste, a partir de 1850, cerca de 200 mil escravos. O auge desse movimento de transferência interna de cativos ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 10 mil por ano, entraram na região, principalmente através dos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Só a polícia do porto do Rio registrou a entrada de quase 60 mil escravos nos nove anos de apogeu do tráfico interprovincial.” (CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 43.)

²⁸ CONRAD, *Op. Cit.*, p. 64.

²⁹ CONRAD, *Op. Cit.*, p. 76.

³⁰ Acrescentamos, também, que o tráfico interprovincial influenciou nas relações entre senhores e escravos, pois alguns destes, com base no tratamento que recebiam em seu lugar de origem, teriam “imposto” certas condições de cativo aos fazendeiros para quem eram vendidos. Pode-se pensar que questionar e podar, mesmo que de forma sutil e parcial, a total arbitrariedade das atitudes dos senhores ia de encontro a alguns princípios do sistema escravista, que defendia os direitos senhoriais relativos à propriedade no tratamento do escravo, e colaborava para gerar questionamentos e tensões quanto à escravidão. Nesse sentido, Hebe M. Mattos de Castro observa que “o tráfico interno traria consigo a possibilidade de generalizar uma concepção de ‘cativo justo’ que apenas aparentemente reforçaria a legitimidade da dominação escravista. [...] Os escravos negociados no tráfico interno, ao propugnar a efetivação de práticas costumeiras, vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de reinterpretar, como concessão seletiva do arbítrio senhorial, o acesso a recursos que permitissem maior autonomia no cativo, como também perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, punham em xeque as bases de reprodução da dominação escravista.” (CASTRO, Hebe M. Mattos de. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão.” *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. II, pp. 356/357).

provincias do sul quererão o contrário, e veríamos saltar deste choque de interesses entre nós os mesmos perigos que têm ameaçado a União dos Estados Unidos da América...³¹

Na década seguinte, 1860, ocorreram muitas discussões políticas a respeito de que encaminhamento dar à questão escravista, já que parecia inevitável uma ação nesse sentido³². Internacionalmente, vários acontecimentos colaboraram para que houvesse no país uma maior abertura a idéias e atitudes reformistas. Podemos mencionar, por exemplo, a Guerra Civil e a emancipação de escravos nos Estados Unidos, a libertação de escravos em impérios europeus como o francês e o português, ocorrências que gradativamente dificultavam a posição do país perante as demais nações.

A pressão inglesa para que o governo brasileiro tomasse providências quanto à escravidão continuou, colaborando para que se discutissem atitudes reformistas nesse sentido. Após o término do tráfico, a Inglaterra passou a questionar a manutenção da escravidão no país e a denunciar a condição dos africanos livres no Brasil. As relações entre ambos países tornaram-se cada vez mais tensas, desembocando no rompimento das relações diplomáticas em 1863, com a questão Christie³³.

Além disso, o governo estava demonstrando sua simpatia pela emancipação, o que também propiciava mudanças no quadro e influenciava na predisposição de alguns políticos. A Coroa começou a mostrar disposição em promover a reforma servil ao interessar-se por

³¹ *Annaes da Câmara (1854)*. Apud: CONRAD, *Op. Cit.*, p. 85.

³² Gabriela dos Reis Sampaio observa que nos anos de 1850 e 1852 houve propostas referentes à abolição, as quais não foram discutidas seriamente. Em 1866, o debate teria sido reiniciado, sem êxito, pelo Imperador. Em 1867, a discussão foi novamente retomada e o Conselho de Estado pronunciou-se. Nesse momento, os políticos “apesar de fazerem muitas críticas, aceitam discutir a idéia de uma abolição gradual, considerando que abolir a escravidão imediatamente seria impraticável. [...] Entretanto, ainda que se tratasse de uma abolição gradual, consideram o momento inoportuno, e adia-se então o debate para o fim da guerra com o Paraguai. O imperador anuncia que, após a guerra, a emancipação seria prioridade do governo.” (SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2000, p. 152.)

³³ No ano de 1863, “...Brasil e Inglaterra romperam relações diplomáticas, após toda uma década de sérios desentendimentos e mútuas acusações que se acirraram com a vinda, para a Corte, do representante britânico William Christie (1859-1863). Richard Graham, analisando o episódio por meio da correspondência enviada pelo representante brasileiro em Londres e pelo representante inglês no Rio aos seus respectivos governos, demonstrou terem sido dissensões em torno da manutenção ou não da escravidão o motivo principal para a ruptura. Após a efetiva repressão ao tráfico de africanos, a diplomacia britânica havia passado a criticar firmemente a própria existência da escravidão. Dois pontos mais polêmicos da divergência, mantidos cuidadosamente em sigilo pelas autoridades imperiais, relacionavam-se à condição legal dos milhares de africanos importados após a lei de 1831 e a dos africanos emancipados, retirados dos navios negreiros apreendidos, e mantidos ainda como escravos nos serviços públicos ou em mãos de particulares. Os ingleses exigiam, em respeito às leis e tratados, a libertação imediata dos primeiros e denunciavam [...] a escravização de fato dos segundos, a pretexto de estarem sob custódia oficial e destinados apenas a um ‘período de aprendizagem’ por seus tutores.” (PENA, *Op. Cit.*, pp. 279/280.)

atividades filantrópicas emancipacionistas e tomar atitudes em prol da libertação de escravos³⁴. Na década de 1860, a disposição do imperador refletiu-se em medidas executivas emancipadoras, dentre elas a decisão de acabar com o uso do chicote no trato dos escravos condenados a trabalhos forçados e a proibição do emprego de escravos em obras governamentais.³⁵

Nesse sentido, houve um importante acontecimento em 1866: o imperador recebeu uma mensagem da Junta Francesa de Emancipação, através da qual os abolicionistas europeus incitavam-no a extinguir a escravidão pelo uso de seu poder e de seu prestígio. Tal mensagem foi respondida pelo Ministro Martim Francisco Ribeiro de Andrada assegurando que “a emancipação dos escravos, conseqüência necessária da abolição do tráfico não passava de uma questão de forma e de oportunidade”³⁶. Além disso, a carta acrescentava que o governo brasileiro não dava encaminhamento à questão naquele momento devido às dificuldades decorrentes da guerra do Paraguai.³⁷ Dessa forma, ficava publicamente declarada a intenção emancipacionista do governo e o Brasil, de certa forma, comprometia-se internacionalmente a encaminhar a reforma escravista.

Várias atitudes imperiais explicitamente favoráveis à emancipação sucederam-se naquele momento: em 6 de novembro desse mesmo ano, o governo, apoiando-se na situação de estar em guerra contra o Paraguai, decretou a liberdade dos escravos da nação que servissem no Exército. Além disso, o imperador conferia prêmios honoríficos a particulares que alforriassem seus escravos para esse fim.³⁸ Alfredo d’Escragnolle Taunay, o Visconde de

³⁴ Parece-nos importante lembrar que D. Pedro II tinha um projeto civilizatório para a nação, o qual transpareceu na busca de uma europeização dos costumes e tinha na escravidão sua grande “inimiga”. Para exemplificar tal quadro podemos mencionar que, na década de 1850, quando parte do dinheiro outrora utilizado no tráfico passou a ser investido na infra-estrutura do país, a cidade do Rio de Janeiro sofreu transformações mais visíveis e a corte passou a ser um pólo difusor de hábitos. Nela, fica igualmente visível a contradição entre a busca da aparência e da sociabilidade européia e aspectos de um país escravista que contradiziam tal intuito. A esse respeito, Lília Schwarcz observa que “a corte era uma ilha cercada pelo ambiente rural, por todos os lados, e a escravidão estava em qualquer parte. No fundo, a elegância européia e calculada convivia com o odor das ruas, o comércio ainda miúdo e uma corte diminuta, e muito marcada pelas cores e costumes africanos. [...] Na ótica da corte, o mundo escravo, o mundo do trabalho, deveria ser transparente e silencioso. No entanto, o contraste entre as pretensões civilizadoras da realeza – orgulhosa com seus costumes europeus – e a alta densidade de escravos é flagrante.” (SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. Op. Cit.*, p. 116.) Essa pode ser apontada como uma das razões para a ação abolicionista do imperador, manifestada explicitamente a partir de meados do século.

³⁵ CONRAD, *Op. Cit.*, p. 95.

³⁶ *Apud*: HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 206.

³⁷ Em outubro de 1864, o Brasil interveio na disputa interna no Uruguai, o que resultou no ataque do Presidente do Paraguai, Francisco Solano López, ao Brasil, gerando a disputa entre os dois países que durou até 1870, com a morte de Solano López.

³⁸ HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 206.

Taunay, contemporâneo desses acontecimentos, insiste em assinalar a simpatia de D. Pedro II pelas idéias emancipacionistas em suas *Reminiscências*:

Era a questão, n'esse tempo chamada do *elemento servil*, assumpto de excepcional transcendencia e que, graças ao vigilante influxo do Imperador desde 1865, nunca mais sahiu da orbita das instantes preocupações governamentaes, rememoradas em tantas Fallas do throno, afim de para ella chamar a attenção e os cuidados do parlamento e despertar a opinião publica, disposta sempre n'esse gravissimo assumpto à inacção, quando não a formal reluctancia.³⁹

A posição governamental influenciou grandemente a postura dos políticos quando, em 1865, Pimenta Bueno (posteriormente visconde e marquês de São Vicente) foi encarregado pela Coroa para estudar a questão da reforma servil. Assim, em 23 de janeiro de 1866, ele apresentou ao imperador cinco projetos relativos à emancipação dos escravos: no primeiro, estabelecia a liberdade dos nascituros e decretava a extinção da escravidão, com indenização dos senhores, no dia 31 de dezembro de 1899; no segundo, criava em cada província juntas protetoras da emancipação e dispunha sobre os meios que elas empregariam para aliviar o peso da escravidão; no terceiro, ordenava a matrícula rural dos escravos; no quarto, dava liberdade aos escravos da nação dentro de cinco anos e, no quinto, autorizava a libertação em sete anos dos escravos dos conventos.

Tais projetos só foram discutidos em 1867, quando Zacarias de Góes, chefe do gabinete ministerial nesse momento, sujeitou-os ao Conselho de Estado, que se reuniu em 2 e 9 de abril, antes da abertura das câmaras. Segundo Joaquim Nabuco, foram duas sessões decisivas para o encaminhamento da escravidão, em que ela pela primeira vez foi avaliada na mais alta esfera do governo como instituição nacional permanente e rejeitada. O autor resume as opiniões dos conselheiros nessa ocasião:

A atitude do conselho de Estado nessas duas sessões de 1867 poder-se-ia definir assim: na sua maioria quisera adiar a reforma *sine die*, indefinidamente; aceita-a, porém, pela força das coisas, pela pressão do governo, para quando não oferecesse perigo a apresentação, isto é, para uma data que ninguém poderia fixar. Nesse grupo devem contar-se os que não ocultam a sua oposição à reforma – Muritiba e Olinda – os que prevêem perigos, sublevações, ruína econômica – Itaboraí, Eusébio de Queirós – e também Abaeté e Paranhos, que flutuam. A minoria reformista compõe-se de São Vicente, Jequitinhonha, francamente, ainda que excentricamente, abolicionista, Souza Franco, Sales Torres Homem e Nabuco, emancipadores. Dos ausentes, que figurarão mais tarde nas deliberações do Conselho, Sapucaí deve ser contado entre os da máquina, Bom Retiro entre os do freio. A maioria era

³⁹ TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de). *Reminiscências*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1908, p. 191.

assim pela reforma. Desde a primeira reunião fica patente que o Imperador tomava a peito a reforma, que ele era, como depois foi chamado nas câmaras, *o general da idéia*, e que combatê-la era de antemão renunciar ao poder.⁴⁰

Ficam explícitas a resistência do Conselho em realizar a reforma servil naquele momento e a importância da postura imperial para o andamento da questão, visto que ela levou a maioria dos conselheiros a aceitar a reforma, embora eles tivessem discordado a respeito de qual seria o momento propício para que ela se iniciasse. Respaldo pela opinião da Coroa acerca do assunto, Zacarias deu continuidade às iniciativas e, em 11 de abril, criou uma comissão, presidida por Nabuco de Araújo, com intuito de elaborar um projeto para a reforma da escravidão, o qual levou em consideração as idéias anteriormente apresentadas:

O que Nabuco fez foi um trabalho puramente de coordenação, de seleção, de graduação e montagem de idéias, sugeridas ou nos projetos de São Vicente (lei portuguesa), ou nas duas reuniões de 2 e 9 de abril de 1867, do Conselho de Estado, ou na obra de Perdígão Malheiro, que contém os projetos até então apresentados em matéria de escravidão ou nos trabalhos das comissões francesas de que foram relatores Tocqueville e o duque de Broglie; mas a coordenação, a seleção, a graduação, a montagem, tratando-se de uma questão como a da emancipação, é que faz o caráter, a fisionomia da lei. Com poucas alterações, como se verá dos confrontos, o projeto Nabuco (lapidação dos projetos São Vicente) é o projeto da comissão, como o projeto da comissão será o projeto do Conselho de Estado, como o projeto do Conselho de Estado será a lei de 1871.⁴¹

Após ser aprovado pela comissão, o projeto de Nabuco de Araújo foi discutido pelo Conselho de Estado em 1868, em quatro sessões, de 16, 23 e 30 de abril e 7 de maio, nas quais seu exame foi concluído e o Imperador ordenou que ele fosse redigido novamente com as alterações para ser discutido mais uma vez pelo conselho. Prevaleceu, no entanto, a preliminar de que só se trataria da questão quando a guerra com o Paraguai chegasse ao fim. Mesmo assim, o imperador alertou o parlamento a respeito do assunto:

A 9 de Maio de 1868 a Falla do Throno trouxe sobre o assumpto que tanto alarma causára ao paiz, senão estas rapidas palavras: “O elemento servil tem sido objecto de assiduo estudo e opportunamente o governo submeterá à vossa sabedoria a conveniente proposta.” Essa concisão e o vocabulo *opportunamente* [...] pareciam indicar o formal intento de, por emquanto, não se tocar no manancial de tantas inquietações suscitadas, devendo-se aguardar tempos mais adequados á prosecução da campanha social esboçada.⁴²

⁴⁰ NABUCO, Joaquim. “Elaboração da Lei de 28 de Setembro de 1871 no Conselho de Estado.” *In: Um Estadista do Império*. Vol. I. S/Ref, p. 704.

⁴¹ NABUCO, *Idem*, p. 728.

⁴² TAUNAY, *Op. Cit.*, p. 204.

Ainda em 1868, um incidente entre ministério e coroa levou os conservadores ao poder. Como eles haviam sido contrários à reforma servil, a formação do Gabinete conservador presidido por Itaboraí, do qual José de Alencar foi Ministro da Justiça, insinuava um recuo da Coroa, o que acirrou a opinião emancipadora. Nesse contexto, o novo Partido Liberal incluiu a emancipação entre as reformas preconizadas no seu programa, postura que teve conseqüências favoráveis à reforma servil. A situação daquele momento pode ser caracterizada da seguinte forma:

Enquanto o Partido Liberal, aspirante ao poder, adotava o programa da Coroa, seu adversário passava a representar a tendência da sociedade à preservação do *status quo* escravista.

Uma vez, porém, que o governo se achava parlamentarmente forte, criava-se para o Partido Conservador a contingência de redefinir-se, sob a pena de se ver preterido na simpatia da Coroa.⁴³

Assim, a década de 1870 foi iniciada com discussões que definiriam a postura a ser tomada quanto à emancipação dos escravos. Em março de 1870, chegou ao fim a Guerra do Paraguai, o que muito influenciou na reforma servil. Quando o Brasil entrou nesse conflito, a nação e o governo voltaram-se para a defesa nacional, ficando o andamento da questão escravista adiado para o fim dele, como foi sugerido, por exemplo, na resposta do governo à Junta Abolicionista Francesa em 1866. O término da guerra, de certa forma, implicava o início de medidas relativas ao andamento da questão escravista no Brasil, mas por iniciativa do Gabinete Itaboraí a Fala do Trono de 1870 não incluiu qualquer alusão ao assunto.

O fim do conflito, porém, beneficiou o andamento da ação anti-escravista também pelo aumento do prestígio político e social do exército, pois seus membros deram apoio à campanha abolicionista, o que foi importante para o aumento da representatividade da mesma e resultou em ações que apoiaram os escravos.⁴⁴

⁴³ HOLANDA, *Op. Cit.*, pp. 206 a 211.

⁴⁴ “É em 1870 que termina a desastrosa Guerra do Paraguai (quando três quartos da população paraguaia é morta). No entanto, não é tanto a guerra em si que pretendemos ressaltar neste momento, mas antes alguns de seus efeitos: a elevação política e social do exército e o fortalecimento da campanha abolicionista. A força militar do Império era até então a Guarda Nacional, formada por grandes latifundiários, comerciantes e políticos voltados para o controle da ordem e a manutenção do poder da aristocracia agrária. O exército não possuía então qualquer significado social, sendo formado por homens livres, não-proprietários, recrutados mais por castigo ou desemprego. É só com a Guerra do Paraguai que o exército passa a ter uma posição política e social de destaque, negando-se depois a capturar escravos fugitivos e dando dessa forma importante apoio à campanha em favor da abolição.

O exército opunha-se a perseguir escravos fugitivos primeiro porque identificava-se com aqueles indivíduos com os quais havia combatido lado a lado e sob a mesma condição. Além disso começava a questionar a própria

Assim, como nesse momento quem estava no poder eram os conservadores, ocorreu uma cisão partidária, que pode ser caracterizada nos seguintes termos:

... a posição de dissidência partidária se fundamentará no fato de já ter sido a questão anteriormente levantada pela situação política substituída, o que permitia ao Partido Conservador apresentar-se ao eleitorado como o executor de uma medida inevitável, cuja adoção não implicava, portanto, qualquer discrepância da tendência a manter o *status quo* escravista. [...] Tornada, pois, insustentável a permanência do ministério do ponto de vista partidário, articula-se uma dissidência parlamentar para precipitar sua retirada. Dada a identificação do gabinete com o escravismo, a dissidência vê-se impelida a travar batalha no terreno da reforma servil, sendo assim conduzida a assumir a responsabilidade ativa de um programa emancipador.

Em maio de 1870 o deputado conservador Teixeira Júnior interpelava o governo sobre sua posição quanto à questão escravista, adiantando, ao mesmo tempo, que a indecisão do ministério, bem como as divergências que se insinuava haver entre o seu ponto de vista e o da Coroa, o incompatibilizavam para executar a reforma. Em resposta, o presidente do Conselho transferia para a Câmara a iniciativa na questão.

Dias depois dessa interpelação, Teixeira Júnior fundamentava um requerimento para que se nomeasse uma comissão especial para dar à Câmara seu parecer, com urgência, sobre a questão do elemento servil. Eleita a comissão, ela apresentava, a 15 de agosto, o seu parecer acompanhado de um projeto contendo medidas análogas às propostas por Pimenta Bueno.

Essa posição radical da dissidência parlamentar impelia definitivamente o Partido Conservador para a emancipação, condenando em consequência o Gabinete Itaboraí.⁴⁵

Nesse contexto, estabeleceu-se a aliança entre liberais e a dissidência conservadora no terreno da reforma servil, quando o Partido Liberal declarou seu apoio ao mencionado projeto da comissão especial da Câmara⁴⁶. A esse fato, seguiu-se a substituição do Gabinete Itaboraí. Mesmo sendo conservador como o que lhe precedera, o gabinete presidido pelo Visconde de São Vicente (Pimenta Bueno) trazia nova direção para a questão escravista:

A 29 de setembro de 1870, substituiu aquele gabinete o ministério S. Vicente, que collocou, como era esperado, á frente do seu programma de governo, a magna e conturbada questão do elemento servil, promettendo “uma solução prudente, providente e que procurasse compôr e harmonisar os valiosos interesses, incluidos nesse assumpto.”

Não tinha, porém, esse estadista forças para leval-a por diante perante o parlamento, nem enfrentou de novo as Camaras, entregando, a 7 de março de 1871 antes da reunião dellas, com o mais nobre reconhecimento da sua fraqueza, a íngente tarefa a José Maria da Silva Paranhos, já então Visconde do Rio Branco.

função de perseguidor de escravos, agora considerada pouco digna aos ‘salvadores da nação.’” (SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35.)

⁴⁵ HOLANDA, *Op. Cit.*, pp. 206 a 211.

⁴⁶ A respeito das cisões partidárias, Calmon observa que “eram as ‘dissidências’, encabeçadas por estadistas de vulto, ou os ‘grupos’, que promoviam os acidentais entendimentos e as fusões com o partido adversário em determinadas crises. As alas guarneciam os flancos partidários e, vanguardas às vezes perdidas em arriscados ‘reconhecimentos’, deixavam-se por vezes aprisionar pelo inimigo... Durante a discussão das leis abolicionistas, cindiu-se o partido conservador, como se cindira o liberal.” (CALMON, *Op. Cit.*, pp. 258/259.)

Também, só um Hercules d'aquelles para combater peito a peito com o pavoroso monstro da escravidão e dar-lhe certo golpe de morte, estancando a fonte de renovação do seu maldito alento e corruptora vitalidade.⁴⁷

Feitas as devidas ressalvas à opinião de Taunay a respeito de São Vicente e Rio Branco, o fato é que coube a este encaminhar no parlamento as discussões acerca do projeto da reforma servil. Hércules ou não, Rio Branco teve dificuldades para dar o “golpe de morte” que estancou a “fonte de renovação” do “pavoroso monstro”.

Na primeira Fala do Trono dessa nova gestão foi recomendada a reforma servil e, em seguida, o governo apresentou à Câmara sua proposta emancipadora, abandonando o projeto anteriormente elaborado pela comissão parlamentar com objetivo de evitar compromisso com a dissidência de 1870 e de converter o partido. No entanto, Rio Branco encontrou grande resistência parlamentar intrapartidária para a passagem do projeto, visto o temor de que o programa emancipador ficasse sob total responsabilidade do Partido Conservador, o que gerou debates que duraram até agosto:

À medida que o debate se acirrava, os adversários da reforma, abandonando o tom antiemancipador, passavam a propor soluções alternativas, com vistas à protelação do andamento da proposta do governo para além do encerramento da sessão legislativa (30 de setembro) – o que aniquilaria as possibilidades de aprovação. É nessas condições que a lavoura dá sua adesão ao emancipador Cristiano Otoni, defensor de um sistema diverso do adotado pelo governo; com o mesmo sentido de retardamento dos debates, a resistência à reforma passa a focalizar as deficiências técnicas do projeto.⁴⁸

Apesar dessa mudança de estratégia dos políticos contrários à reforma, o governo conseguiu aprovar a proposta na Câmara. Os números de votos revelam uma diferença de postura entre os representantes do Nordeste e os do Centro-Sul, não uma diferença entre conservadores e liberais: os do Nordeste votaram maciçamente a favor da proposta (39 votos a favor e 6 contra), ao passo que os representantes do Centro-Sul foram majoritariamente contrários a ela (30 votos contra e 12 a favor).⁴⁹

Essa diferença insinua que o trabalho escravo possuía graus de importância diversos para as regiões Nordeste e Centro-sul, já que, segundo a informação, não houve divisão de votos em termos partidários. De qualquer forma, a diferença de votos que levou à aprovação

⁴⁷ TAUNAY, *Op. Cit.*, pp. 216/217.

⁴⁸ HOLANDA, *Op. Cit.*, pp. 206 a 211.

⁴⁹ Apud: FAUSTO, *Op. Cit.*, pp. 217 a 221. O autor acredita que esses números atestam que o tráfico interprovincial vinha diminuindo a dependência do Nordeste em relação ao trabalho escravo.

do projeto na Câmara revela resistência à reforma, principalmente se levamos em conta que o imperador era declaradamente favorável a ela e que sua postura diante da questão era importante.

O próximo passo foi, aparentemente, menos dificultoso, pois o governo, com apoio dos liberais, conseguiu a rápida tramitação da proposta pelo Senado:

Refletindo a importância política crucial assumida pela passagem da medida, o Senado adota uma posição radical, que encontra expressão no discurso em que Sales Torres Homem reverbera a “pirataria exercida à roda dos berços, nas águas da jurisdição divina e debaixo das vistas imediatas de um povo cristão”.

Faltando já poucos dias para o encerramento da sessão legislativa, Nabuco de Araújo apela para que o Senado prescindia de apresentar emendas, que exigiriam a volta do projeto à Câmara – o que implicaria em sua rejeição. À manifestação desse chefe liberal seguem-se a aprovação do projeto e sua sanção pela Princesa Regente.⁵⁰

Enfim, com a aprovação do projeto e a sanção da princesa regente, em 28 de setembro de 1871 foi outorgada a lei posteriormente conhecida como Lei do Ventre Livre⁵¹.

Note-se que a aprovação do projeto da Lei de 1871 não se deu com tranquilidade, faltando consenso entre os políticos quanto à melhor forma de realizar a emancipação. Como vimos, a condução da reforma servil gerou a cisão interna do Partido Conservador e não houve consenso intrapartidário na aprovação do projeto de lei. Ademais, essa discussão ultrapassou o âmbito político, faltando consenso também na opinião pública a respeito do tema, pois a proposta gerou inúmeros debates nos vários espaços sociais. Resumidamente, apropriando-nos dos termos de Joseli Nunes Mendonça, podemos dizer, a respeito da Lei de 1871, que

Sua passagem pelo Parlamento foi marcada por intensos debates e forte oposição tanto de conservadores como de liberais, tanto de ferrenhos escravagistas como de deputados que o consideravam insuficiente para promover as reformas que almejavam. A mobilização a favor e em oposição ao projeto foi grande não só no recinto parlamentar como em vários espaços da sociedade. Associações de proprietários inundaram a Câmara com representações que o repelião; artigos favoráveis e contrários às medidas propostas eram publicados na imprensa; a população parecia acompanhar os debates, fosse nas galerias da Câmara, fosse pelos jornais que os publicavam ou em conversas de rua.⁵²

⁵⁰ HOLANDA, *Op. Cit.*, pp. 206 a 211.

⁵¹ A Lei de 1871, quando implantada, gerou inúmeras discussões a respeito do “elemento servil”. Tais discussões, por sua vez, foram sucedidas por outras nos momentos de votarem-se projetos emancipacionistas (como a Lei dos Sexagenários, de 1885) até a ocasião da abolição em 1888, ocorrências que não serão abordadas no presente texto. Isso porque intetamos abordar mais detidamente apenas as discussões e medidas referentes à reforma servil nas décadas de 1860 e 1870.

⁵² MENDONÇA, *Op. Cit.*, p. 24.

Tal situação justifica-se quando levamos em conta que, ao contrário do que de imediato se pensa, podemos dizer que a decisão de finalizar o regime escravista brasileiro foi tomada nesse momento, e não propriamente no final da década de 1880, com a Lei Áurea. Optar por deixar livre o fruto do ventre escravo correspondia à decisão de cessar a única fonte geradora de escravos que restara para o país após o fim do tráfico de africanos. Assim, com a associação entre a lei de 1871 e a de 1850, o fim da existência de escravos no país tornou-se apenas uma questão de tempo.

A grande inquietação que causava o projeto da Lei de 1871 vinha também do fato de que ele incluía outras medidas além da libertação do ventre escravo. Ademais, a intervenção direta do governo nas relações escravistas tinha várias implicações na sociedade da época, ou melhor, na mentalidade dessa sociedade.

Nesse sentido, parecem necessárias algumas observações a respeito dessa lei. Primeiramente, deve-se considerar que a lei de 1871 não concedeu liberdade imediata aos nascituros, como se verifica no texto inicial da mesma:

Art. 1º. Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.⁵³

O excerto nos permite dizer que os interesses escravistas foram, de certa forma, considerados, pois o senhor poderia ser indenizado, seja pelo governo ou pelo trabalho dos “ingênuos”, como foram chamados os escravos que tinham direito à liberdade mediante a Lei de 1871. Por outro lado, esse dispositivo legal impunha aos senhores compromissos em relação ao escravo, como a obrigação de cuidar das crianças, limitando sua antiga possibilidade de dispor dos cativos como melhor lhes aprouvesse.

Essa limitação do império do senhor em relação ao escravo fica mais forte em outros dispositivos da lei em questão. Além de libertar o ventre das escravas, ela concedia direitos aos cativos, como se verifica nos artigos que regulamentam o pecúlio e a alforria forçada:

⁵³ O texto da Lei de 1871 foi localizado em: www.nethistoria.com/docs/100/docs19.shtml. Consultado em 15/04/2002.

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 2º O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação.

Assim, a Lei de 1871 mostrou-se marcante pelo fato de ser a primeira atitude governamental que interferia nas alforrias, papel que sempre coubera aos senhores. Gabriela Sampaio observa que os políticos que discordavam de sua aprovação alegavam que a lei tirava a “força moral” dos senhores perante seus escravos:

Do ponto de vista dos senhores, a alforria tinha que partir deles, para que fossem mantidas as relações de dependência e os favores do paternalismo. Portanto, tratar da extinção da escravidão a partir do governo significava tocar em um ponto central da política de dominação que organizava a sociedade, que era o direito exclusivo dos senhores de fornecer a alforria – o governo passava a se intrometer em uma prerrogativa que era exclusiva dos proprietários, além de interferir em seu direito de propriedade.⁵⁴

Essa lei intervenha diretamente nas relações escravistas, abalando um dos pilares que sustentavam a autoridade plena do senhor em relação ao escravo. Conforme observa Sidney Chalhoub,

...um dos aspectos centrais da política de domínio da escravidão, pelo menos até 1871, era o fato de que o ato de alforriar consistia em prerrogativa exclusiva dos senhores. Em outras palavras, cada escravo sabia bem que, excluídas as fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. A idéia era convencer os escravos de que suas chances de alforria passavam necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos proprietários.⁵⁵

Arelado a esta idéia, ou fruto dela, estava outro argumento relevante: o da “Razão de Estado”, entendida pelos políticos da época como a segurança da nação e o reconhecimento da importância econômica da propriedade escrava. Esse argumento teria sido utilizado tanto por quem defendia a reforma direta e imediata quanto pelos que se opunham a ela:

Para os primeiros, encarar a questão privada escravista como problema de Estado e, portanto, regulá-la, era imperativo para se manter a ordem social. Foi esta, por exemplo, a posição que marcou a iniciativa da facção vitoriosa do Conselho de Estado, em 1867,

⁵⁴ SAMPAIO, *Op. Cit.*, p. 155.

⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: histórias, História*. Tese apresentada ao Departamento de História da UNICAMP para concurso público ao cargo de Professor Titular. Campinas: 2002, p. 41.

liderada por Nabuco de Araújo, de propor a reforma legal, ratificada posteriormente por Rio Branco, em 1871. A “Razão de Estado”, para estes, significava colocar gradualmente o mundo privado da escravidão sob o controle e domínio da Lei. Para os segundos, uma interferência exagerada do Estado no mundo privado senhorial geraria a própria desordem, afetando a unidade e integridade da nação. Esta postura foi defendida pela facção derrotada do Conselho de Estado, representada, entre outros, pelo Marquês de Olinda e por Euzebio de Queiroz e que seria levada adiante pelo afilhado político deste último, o próprio Perdigão Malheiro, igualmente derrotado em 1871. Para eles, a reforma deveria ocorrer sim, mas com uma supervisão mínima do Estado e, de preferência, pela iniciativa privada dos senhores.⁵⁶

José de Alencar, que votou contra o projeto da Lei de 1871, também pertencia a esse segundo grupo de políticos postulado por Spiller Pena. Para ele, a intervenção direta do governo na questão escravista e em especial a aplicação dos dispositivos dessa lei poderiam gerar o caos social.

Naquele momento, aprovar uma lei que obrigava os senhores a libertar o ventre de suas escravas e assegurava direitos aos cativos equivalia a questionar a noção de que a vontade do senhor era inviolável. Com isso, minava-se a força da ideologia senhorial, a qual era o eixo da política de dominação que organizava as relações sociais, mais conhecida como paternalismo⁵⁷. Aqui, cabe uma breve observação acerca do sentido desse termo.

Existe uma definição cristalizada de paternalismo que vem sendo questionada por determinada produção acadêmica, que parece buscar um sentido mais preciso para esse termo, o qual fosse mais condizente com a diversidade de formas de pensar a relação senhor/escravo hoje existentes. Sidney Chalhoub, quando analisa *Helena*, de Machado de Assis, discute essas questões, abordando a complexidade do conceito de paternalismo:

[Segundo a definição convencional, entende-se paternalismo como] ...uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar enquanto dependentes em relação a essa vontade soberana. Além disso, e permanecendo na ótica senhorial, essa é uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade, isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores, sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais características de uma sociedade de classes. [...]

Todavia, já há cerca de três décadas de produção acadêmica na área de história social para demonstrar que, se entendido unicamente no sentido mencionado, o paternalismo é apenas uma auto-descrição da ideologia senhorial; ou seja, nessa acepção, o paternalismo seria o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles se empenhavam em realizar no cotidiano.⁵⁸

⁵⁶ PENA, *Op. Cit.*, p. 272.

⁵⁷ Essas observações foram tecidas à luz das considerações que os historiadores Sidney Chalhoub, Gabriela Sampaio, Joseli Mendonça e Spiller Pena tecem acerca da escravidão e das tensões que permearam as discussões acerca de lei de 1871.

⁵⁸ CHALHOUB, *Machado de Assis... Op. Cit.*, pp. 36/37.

Para o autor, havia possibilidades de os subordinados/dependentes travarem “diálogos” com os senhores sem entrar em confronto direto: muitos deles tentam “...obter seus desígnios fazendo com que seus senhores imaginem que é vontade deles, senhores, fazer exatamente o que eles, dependentes, querem que seja feito.” Em outras palavras, “...a vigência do enredo da dominação paternalista não significava que os subordinados estavam passivos, incapazes de perseguir objetivos próprios, impossibilitados de afirmar a diferença.”⁵⁹

As diversas acepções do termo paternalismo nos parecem centrais para as discussões políticas de José de Alencar. A nosso ver, ele compartilhava da maior parte dos preceitos que sustentavam a dominação paternalista, visto que, em muitos momentos, parece olhar a realidade brasileira utilizando as lentes da ideologia senhorial, podendo ser tomado como um dos defensores da preservação do respeito pela vontade do patriarca. Assim como outros políticos que foram contrários à aprovação do projeto da Lei de 1871, ele acreditava que a preservação da autoridade senhorial era fundamental para a manutenção da harmonia das relações que garantia a ordem e o bom funcionamento daquela sociedade.

1.2 Política e “elemento servil” em Alencar: emancipação pela iniciativa privada.

1.2.1 O político José de Alencar.

O único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade foi o político. Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do estado coisa tão importante e grave que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios. Entretanto, eu saía de uma família para quem a política era uma religião, e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos de nossa história. (José de Alencar. *Como e Porque Sou Romancista*. 1873.)

Conforme menciona em sua autobiografia literária, José de Alencar vem de uma família cuja relação com a política sempre fora estreita. Como exemplos significativos dessa afirmação podem-se mencionar sua avó, D. Bárbara de Alencar, um dos grandes nomes da Revolução de 1817, e seu pai, o Senador Alencar, um político influente que, dentre várias outras atuações, foi peça importante das atividades que levaram à Maioridade antecipada de Pedro II.

⁵⁹ CHALHOUB, Sidney. “Diálogos Políticos em Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 99.

No entanto, a atuação como político iniciou-se mais tardiamente do que como escritor, jornalista e advogado. Deu-se mais exatamente em 1860, quando Alencar se candidatou a Deputado-Geral pelo Partido Conservador e foi até a Província do Ceará fazer propaganda política. Nessas eleições foi eleito, estreando na Câmara em 23 de maio de 1861. Em 1863, o Imperador dissolveu a Câmara, convocando novas eleições, mas ele não conseguiu reeleger-se. Assim, Alencar ficou fora da política até 1868, quando foi convidado a ocupar o cargo de Ministro da Justiça no Gabinete Conservador Dezesesseis de Julho, organizado por Itaboraí, no qual permaneceu até 1870, quando pediu demissão alegando incompatibilidade com outros membros do Gabinete. Outro motivo que o teria levado a pedir exoneração do cargo seria o intuito de ocupar o lugar de Senador, para o qual havia se candidatado em 1869. Consta que ele obteve o maior número de votos, mas seu nome não apareceu na Carta Imperial de 1870 na qual foram divulgados os nomes escolhidos pelo monarca. Como em 1869 também havia sido eleito deputado-geral, retornou à câmara. A legislação durou até maio de 1872, quando o Imperador convocou novas eleições, nas quais foi novamente eleito para a legislação de 1872-1875. Em 1876, nova eleição, outra vitória do escritor e político.

Buscamos recuperar o “Alencar-político” e sua maneira de lidar com questões escravistas levando em conta a imagem que ele mesmo tenta passar de si em seus textos não-ficcionais.⁶⁰

Em relação à sua postura política, há dois adjetivos que Alencar utiliza com frequência para referir-se a si mesmo em vários de seus textos e que parecem carregados de grande significado para ele: monarquista e conservador. Sua adesão à monarquia foi explicitada várias vezes, como no trecho abaixo, parte de uma carta dirigida ao periódico *A República*, autorizando a publicação em folhetins do romance *Tiê*:

⁶⁰ Nossas considerações baseiam-se estritamente em textos não ficcionais do autor, como discursos políticos, correspondência ativa (cartas e bilhetes) e alguns dos textos publicados em periódicos da época. A bibliografia política e jurídica produzida por Alencar é bastante vasta. Segue uma relação da mesma: *Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador* (1865), *Cartas de Erasmo ao Povo* (1866), *Página de Atualidade: os partidos* (1866), *O Juízo de Deus – Visão de Jó* (1867), *O Marquês de Caxias* (1867), *A Corte de Leão – obra escrita por um asno* (1867), *Ao Imperador. Novas Cartas Políticas de Erasmo* (1867), *Uma tese de direito constitucional* (1867), *A Questão de Hábeas-Corpus* (1868), *O Sistema Representativo* (1868), *O Manifesto Liberal* (1869), *Discursos Proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado na sessão de 1869* (1869), *Relatório do Ministério da Justiça* (1869), “A Festa Macarrônica” (1870), *Discursos Proferidos na sessão de 1871 na Câmara dos Deputados* (1871), *Voto de Graças* (1873), *Reforma Eleitoral* (1874), “A Imprensa Industrial e a Atualidade” (1877), *O Protesto* (1877). Publicações póstumas: *A Propriedade* (1883), *Esboços Jurídicos* (1883). Há, ainda, obras que reúnem textos políticos, jurídicos e documentos do autor, as quais foram as fontes consultadas por nós para leitura de seus textos não-ficcionais: *Pareceres de José de Alencar* (1960), *Obra Completa - vol. IV* (1965), *Cartas e Documentos de José de Alencar* (1967), *Discursos Parlamentares de José de Alencar* (1977), *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar: Sistema Representativo/Reforma Eleitoral* (1991), *Achados e Esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos* (1998).

(...)Não me demove a consideração de se ter sua folha consagrado à opinião adversa; embora esteja bem convencido de que há de ser o fato mui explorado pela intriga, que de antemão já me assinalou como um republicano disfarçado.

Não sou, malgrado eles, que tanto se incomodam com os monarquistas da idéia; por isso empenham-se em tratar-nos de hereges.

Pese-lhes embora; sou monarquista sincero e convicto. Mas como nunca professei o fetichismo da realeza, espero o triunfo para minhas idéias, da civilização do povo, nunca de sua ignorância.

Quero que meu país seja monarquista, não pela rotina, mas por verdadeira fé nessa instituição; e, para isso, é necessário que estude as doutrinas opostas e esclareça com a livre discussão.

Se o encanto da república, a magia que exerce nos espíritos entusiastas, está, permitam-me a franqueza, no fruto proibido: a cárie das monarquias, o que lhe rói o cerne, é a presumida infalibilidade.

Convencidos, nós os monarquistas, de que é possível atacar a cidade invencível, correremos a defender a brecha, por onde no momento do perigo hão de fugir espavoridos os gansos do Capitólio.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1871.

J. de Alencar.⁶¹

Preocupado com a possibilidade de que adversários políticos se utilizassem do fato de publicar em um periódico republicano para prejudicá-lo, tece um “elogio da monarquia” e mostra-se convicto de que essa é a melhor forma de governo. Essa convicção está presente nas passagens em que, tomando a Inglaterra como modelo bem sucedido, justifica sua crença na monarquia aliada ao sistema representativo como melhor modelo/regime político para o país. Em alguns momentos, o autor estabelece paralelos entre Inglaterra monarquista na Europa e Brasil monarquista na América, atribuindo ao país a tarefa de representar a monarquia com sucesso como o faz a Inglaterra:

Sou monarquista sincero e quase escuso repeti-lo (*apoiado*); entendo que a Monarquia é, não só uma necessidade para este País, como uma questão de honra e de pundonor nacional. (*Apoiados.*)

O Brasil comprometeu-se a dar à América o mesmo exemplo que deu a Inglaterra à Europa. Nós, os brasileiros, devemos provar ao mundo que sabemos ser um povo livre e que um Rei, essa entidade que espantava o povo romano, bem longe de ser um obstáculo para nossa felicidade, é, ao contrário, um instrumento da nossa liberdade. (*Apoiados.*)⁶²

Sua fidelidade ao partido conservador é postulada em vários momentos. Ele demonstra um forte empenho em afirmar-se conservador, principalmente na ocasião em que se defende de acusações de ter sido liberal no passado e, posteriormente, haver mudado de partido:

⁶¹ ALENCAR, José de. “Carta a Quintino Bocaiúva.” In: *Cartas e Documentos de José de Alencar* (introdução e organização de Raimundo de Menezes). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1977, pp. 87/88.

A minha infância, Senhores, foi liberal, é verdade, conforme disse o nobre Senador pela Bahia; foi liberal como é hoje a idade da reflexão. Hoje, porém, compreendo melhor a liberdade do que então a compreendia. O sentimento não mudou, mas a razão se esclareceu. Outrora, liberdade era para mim o entusiasmo popular, a eletricidade da multidão; hoje, porém, considero como o verdadeiro cunho da liberdade a felicidade calma, tranqüila do povo, a manifestação vivaz e enérgica da opinião pública.

(...)

O Partido chamado Liberal nunca me teve ao seu serviço; não me conferiu nem eu aceitei qualquer posição política. Nunca pugnei pelo seu triunfo, nem na Imprensa nem na Tribuna. Redigi em 1856 uma folha diária com inteira isenção de partido, com inteira imparcialidade política. Aspirando a uma cadeira no Parlamento, em uma época de conciliação, apresentei-me candidato por minha Província, recebendo, aceitando o concurso de todos, mas, sobretudo, apoiado no Partido Conservador, que me elegeu. (...)

Fui eleito Deputado, tendo obtido apenas 30 votos de cerca de duzentos eleitores liberais que havia no Distrito. Entrei então na vida política; liguei-me ao Partido cujas idéias, cujas aspirações se conformavam mais com os meus princípios. Como, pois, repetir-se essa inexatidão de que em algum tempo pertenci efetivamente ao Partido Liberal?⁶³

A “infância liberal” deveu-se também ao fato de que seu pai, o Senador Alencar, pertenceu a esse partido. Note-se, no entanto, que o autor recusa bravamente a alcunha de liberal, alegando que, como político, nunca se ligara a esse partido e que em momento algum se pronunciara favoravelmente a tal facção política.

De fato, em muitos momentos o autor se pronunciou como defensor das idéias do partido a que se filiara, chegando mesmo a criar um periódico, a folha *Dezesseis de Julho*, com objetivo de que fosse um órgão do partido conservador. No fragmento acima, ele declara que se ligou ao partido “cujas idéias, cujas aspirações se conformavam mais com os [seus] princípios”. Nesse sentido, é interessante levar em conta a imagem que ele tinha da diferença entre conservadores e liberais, explicitada em um discurso de julho de 1871:

Quem não sabe, Senhores, que o Partido *Tory*, na Inglaterra, foi sempre infenso à emancipação dos católicos? Era uma das bases dos dogmas de sua crença política, assim como é, entre nós, da índole e caráter do Partido Conservador, não fazer reformas precipitadas, não votar leis que afetam interesses graves ou princípios cardeais do sistema, quando não sofre a pressão enérgica da opinião, quando não é, por assim dizer, impelido pelo País. (*Apoiados.*)

Esta é a distinção entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. O Partido Liberal marcha; na vanguarda, avança as idéias, aponta-as à opinião, lança-as na discussão; o Partido Conservador, ao contrário, não aceita doutrinas que não estejam bastante amadurecidas; em vez de antecipar-se, acompanha, segue atrás da opinião. (...).⁶⁴

⁶² ALENCAR, José de. “Colonização Estrangeira (Discurso de 07/05/1877)”. In: *Discursos Parlamentares de José de Alencar – deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 54.

⁶³ ALENCAR, José de. “Debate com o Conselheiro Zacarias (Discurso como ministro em 06/09/1869)”. In: *Discursos..., Op. Cit.*, pp. 83/84/85.

⁶⁴ ALENCAR, José de. “Elemento Servil. (Discurso de 10/07/1871)”. In: *Discursos..., Op. Cit.*, pp. 202/203.

Note-se que, para ele, o conservador por excelência caracterizava-se pela prudência, que a seu ver significa “não antecipar-se”, aceitar somente “doutrinas amadurecidas”, respeitar os “interesses graves” e os “princípios cardeais do sistema”, sendo-lhe permitido agir de modo diverso somente em situações extremas em que sofresse “a pressão enérgica da opinião” e por isso fosse “impelido pelo País”. O contexto em que profere essas palavras é a discussão acerca do projeto da Lei de 1871, cuja aprovação para ele significava ameaça aos “princípios cardeais” do sistema escravista e prejudicaria os “interesses graves” de toda a nação.

Alencar confiava plenamente nessa concepção de “conservador” e uma das imagens que passa de si é a de um homem que possui uma determinação inabalável de defender os interesses de seu partido, como quando se compromete publicamente com afirmações categóricas como a de um Discurso de 1873: “sempre que for atacado o Partido Conservador em suas tradições, em seus princípios, não de me encontrar nesta tribuna e, quando não tiver acesso a ela, não de me encontrar na Imprensa, para defendê-lo.”⁶⁵

Há, também, vários textos em que ele explicita o modo como via a política e a postura que adotava como político:

Tenho a honra de comunicar a V. S. que S.M. o Imperador houve por bem nomear-me Ministro dos Negócios da Justiça.
Nas circunstâncias melindrosas em que se acha o país é necessário o concurso de todos os cidadãos para superar as dificuldades do presente.
Confio, pois, no zelo e dedicação de V.S. que há de auxiliar-me no empenho de honra que acabo de contrair com o nosso país.[...]
Corte, 20 de julho de 1868.⁶⁶

Nessa carta, apreende-se a concepção de política como algo *conjunto*, que deve levar em conta a opinião e o concurso de todos os cidadãos para chegar-se a soluções benéficas à nação. Além disso, podemos extrair dela a imagem de político como um homem que trava um compromisso de honra, zelo e dedicação para com seu país quando aceita desempenhar algum cargo. Possivelmente essa imagem de homem público é uma das justificativas para sua postura

⁶⁵ ALENCAR, José de. “Defesa do Partido Conservador/Igreja e Estado (Discurso de 30/05/1873)”. In: *Discursos...*, Op. Cit., p. 159.

⁶⁶ ALENCAR, José de. *Cartas e Documentos...*, Op. Cit., p. 24.

de indignação e revolta quando denuncia, no periódico *O Protesto*⁶⁷, a má administração do país, fruto do mau uso dos cofres públicos e da desonestidade:

A história de 1876, essa é breve, e escreve-se no estilo de Syèes; sem frases.
Esbanjou-se o dinheiro público a pretexto de melhoramentos materiais; fizeram-se contratos ruinosos para o Estado; contraiu-se um empréstimo desgraçado, criaram-se empregos supérfluos; distribuíram-se novos brasões e maiores propinas; elegeu-se a futura Câmara; construiu-se uma montanha de papel; e finalmente pôs-se o remate à obra-prima da situação.
Consumou-se o déficit.
Déficit do tesouro; déficit na moralidade pública.
O do tesouro é enorme; sobe a muitos mil contos.
O da moralidade, quem o pode avaliar?⁶⁸

O tom irônico dá força à denúncia presente na enumeração de vários atos políticos maléficos ao país, os quais justificariam o final do texto, em que o autor postula a ausência de moralidade pública.

O empenho de Alencar em mostrar-se fiel ao seu partido, assim como a imagem que passa de sua postura como político e as críticas ao governo estão estreitamente ligados à sua concepção de sociedade, da qual emanam várias outras convicções políticas. Essa concepção, mais exatamente seu “ideal da sociedade”, está esboçada no segundo capítulo da obra *O Sistema Representativo*, de 1868:

O ideal da sociedade se póde traduzir em uma fórmula breve e simples: “O governo de todos por todos, e a independencia de cada um por si mesmo.”⁶⁹

A partir dessa fórmula, o autor aponta a existência do contraste entre a liberdade política e a liberdade civil. A seu ver, a personalidade ou o homem jurídico comportaria duas pessoas, a social e a individual:

⁶⁷ Em dezembro de 1876, Alencar funda e passa a dirigir o folheto *O Protesto*, de dezesseis páginas, de que saem apenas cinco números, o primeiro deles em janeiro de 1877 e o último em março desse mesmo ano. Segundo Garmes, “*O Protesto*, com subtítulo jornal de três, efetivamente constituía-se tripartido na forma de apresentar-se ao público. A primeira parte compunha-se de 2 ou 3 artigos fundamentalmente de crítica política. Na segunda parte, temos a publicação do romance *Ex-homem*, já apresentado nas *Obras Completas* de José de Alencar. Na terceira parte temos uma seção de crônicas políticas e de costume, com o título de ‘Beotices’, escritas por um ‘beócio.’” (GARMES, Kátia Mendes. *Achados e Esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP: 1998, p. 136.)

⁶⁸ ALENCAR, José de. “O Protesto”. In: GARMES, *Op. Cit.*, p. 142.

⁶⁹ ALENCAR, José de. *O Sistema Representativo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1868, p. 25. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

A pessoa social foi creada para ser absorvida; é uma simples molecula da grande mónada politica designada com o nome de estado ou nação. Nessa esphera o homem figura apenas como particula de um todo, e só vale quando reunido em massa. Unicamente por abstracção elle constitue uma unidade qualquer, anonyma, indistincta.

A pessoa individual ao contrario é independente, não póde ser absorvida. Entre milhões de outras individualidades, conserva a sua autonomia e vale tanto como a reunião de todas ellas. Nesta esphera o homem constitue um ser integral; e isola-se dos outros no circulo de sua liberdade.⁷⁰

A sociedade política ou estado derivaria da comunhão das pessoas sociais, da união de suas vontades surgiria a lei, ao passo que a soberania nacional emanaria da totalidade da nação:

É essencial fundir todas as vontades em uma só e única para formar a lei. Se nesse todo compacto e homogeneo se destacassem individualidades, o direito seria perturbado. A soberania nacional não significa uma somma de vontades, ou o producto da addição de certa quantidade de votos; é um poder idiviso que emana da totalidade do paiz; uma vontade maxima e plena formada pela concrecção das vontades. Todos concorrerão para ella; ninguém isoladamente a creou.

Tal é o verdadeiro character do poder político; *o governo de todos por todos*. A sciencia a designa com o termo conhecido de democracia, soberania do povo, soberania da comunhão de todos os cidadão de um estado, *demos*.⁷¹

Temos, assim, explicada a primeira parte da fórmula inicialmente apresentada pelo autor. Em contrapartida a ela, Alencar postula que do isolamento da pessoa individual sai a cidade, a sociedade civil, e que a independência individual deve ser resguardada para que não se passe da democracia para a servidão. Assim, ele desvenda a segunda parte da fórmula:

Por outro lado a sociedade civil compõe-se de uma concurrencia de unidades exclusivas que se tocão, mas não adherem. A minima individualidade que fosse, não já annullada, mas simplesmente reduzida, importaria um attentado. Nesse dominio impera o eu; o homem e seu proprio subdito e soberano. Ahi a formula social se resume, *na independencia de cada um por si mesmo*.⁷²

Declarando que o assunto de seu estudo é “a democracia, ou o systema geral do governo do estado”, passa a esmiuçar o sentido do “governo de todos por todos”, o qual não pressupunha “unanimidade”, mas deveria empenhar-se para executar a vontade da “pessoa coletiva”, a “vontade nacional”, resultante da fusão dos “pensamentos opostos e

⁷⁰ ALENCAR, *Idem*, pp. 25/26.

⁷¹ ALENCAR, *Idem*, p. 26.

⁷² ALENCAR, *Idem*, pp. 26/27.

disseminados” de todos os cidadãos⁷³. Para que os atos governamentais executassem o desejo da nação, era necessário que todas as opiniões fossem representadas no parlamento:

A representação, já que tornou-se impraticável a democracia directa, deve reproduzir com a maior exactidão possível essa função ampla do governo popular. É essencial á legitimidade dessa instituição que ella concentre todo o paiz no parlamento, sem exclusão de uma facção qualquer da opinião publica. Na representação, como no comicio do qual ella deve ser a copia fiel, cumpre que todas as convicções tenham voz; todos os elementos sociaes um orgão para defender sua idéas.⁷⁴

O texto de *O Sistema Representativo* consiste num grande esforço por parte de Alencar para traçar um projeto que garantisse a representação das minorias e possibilitasse a existência de um governo plenamente democrático. A democracia constitui um dos princípios políticos defendidos em alguns de seus textos e fundamenta sua luta pela maior representatividade através do voto⁷⁵. Na *Introdução* à obra, ele faz algumas considerações importantes a esse respeito:

O voto é o elemento da soberania; a representação o meio de concentrar a vontade nacional para organização do poder público. Os principios que regulão essa personalidade politica, são immutáveis como as da personalidade civil; pertencem aos conservadores como aos liberaes dos paizes representativos: não são propriedade de um partido com exclusão de outro, mas propriedade do povo que os conquistou pela civilização.(...) Pode-se portanto ser conservador no Brasil, e sustentar a maior amplitude do voto em relação à universalidade dos cidadãos. É até esse um dos deveres do partido; zelar a pureza e verdade do principio da representação que elle defende e mantém.⁷⁶

Percebe-se, no texto acima, a defesa da representatividade das minorias, a qual se daria através de uma ampliação do voto, que possibilitaria que a organização do poder público contemplasse melhor a vontade nacional. A seu ver, naquele momento o parlamento

⁷³ ALENCAR, *Idem*, pp. 28/29.

⁷⁴ ALENCAR, *Idem*, pp. 36/37.

⁷⁵ Wanderley Guilherme dos Santos fez um estudo a obra política de Alencar, lançando, em 1991, um volume que contém os textos *O Sistema Representativo* e *Reforma Eleitoral*. Tais obras alencarianas são antecedidas por um prefácio no qual Santos defende uma postura democrática do autor, atribuindo-lhe a formulação de uma “teoria da democracia proporcional”. A respeito de *O Sistema Representativo*, o autor faz a seguinte observação: “Neste livro, porém, José de Alencar cita Madison, Bentham, Burke, Benjamin Constant, e as *Considerações* de Stuart Mill. Por isso revisei brevemente nesses autores o problema fundamental da democracia representativa e do papel dos partidos, acrescentando James Mill a Bentham, em busca das fontes em que José de Alencar poderia ter absorvido as teses expostas em *O sistema*. Salvo melhor juízo, concluí pela originalidade de José de Alencar, autor de sofisticada teoria da política e da democracia proporcional, objeto da seção seguinte.” (SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991, p. 26.)

representava somente a maioria ao invés de representar a nação, o que o leva a questionar tanto a validade do voto censitário quanto o critério de capacidade eleitoral da época⁷⁷. Como semelhante postura parece-lhe associada a políticos do partido liberal, alega que tal concepção é errônea, pois a amplitude do voto seria inerente ao sistema representativo e um direito das pessoas. Percebe-se que Alencar tinha uma imagem do público que lia seu texto, o que o faz responder previamente a acusações que considera possíveis.

Também atrelada a essas convicções estão suas concepções de político e de partido político. A seu ver, nas sociedades modernas o povo não possuía disposição ou mesmo condição para ocupar-se com questões de Estado como ocorria com os povos antigos. No entanto, de todas as classes sociais emanariam homens que poderiam representar as diversas opiniões e, entre eles, o partido escolheria o de sua confiança para ser seu “cérebro político”, o qual deveria representar os interesses de uma parte do país:

Nelles se opera uma transfusão do pensamento das massas; não representam sómente uma idéa determinada; mas a faculdade intellectual de uma fracção do paiz; quando reflectem, é como se aquella massa refletisse.⁷⁸

Nesse quadro, o partidos políticos “são a milícia da nação; velam sobre o exercício da soberania; defendem as instituições e preservam simultâneamente o monarca e o povo”⁷⁹, cabendo a eles, através dos votos, representar as parcelas da população. O chefe do partido, em especial, teria a missão de representar sua facção política e ser fiel a ela, já que entre eles estabelecia-se um “compromisso de honra”⁸⁰. Dessa forma, explicam-se muitas das atitudes tomadas por Alencar em defesa de seu partido e várias acusações que faz a membros que não estariam defendendo suas idéias, como no caso da discussão da reforma servil em 1871.

A concepção alencariana de sistema representativo, assim como as noções a ela atreladas, parecem nortear seu pensamento político, já que são reiteradas em praticamente todos os seus textos. Dessas idéias, derivam muitas das “rusgas” que ele teve com o imperador,

⁷⁶ ALENCAR, José de. *O Sistema Representativo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1868, pp. 9/10. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

⁷⁷ ALENCAR, *Idem*, pp. 83 a 86.

⁷⁸ ALENCAR, *Idem*, pp. 46/47.

⁷⁹ ALENCAR, José de. *Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador* (Terceira Carta, 3 de dezembro de 1865). In: *Obra Completa* Vol. IV. Rio de Janeiro, Aguilar, 1960, p. 1064.

⁸⁰ ALENCAR, José de. “Reforma Eleitoral (Discurso de 26/06/1874)”. In: *Discursos...*, *Op. Cit.*, p. 418.

que a seu ver em muitos momentos exercia “poder pessoal”, desacreditando a monarquia representativa perante a nação e lesando os cidadãos, cuja opinião era desconsiderada:

Não ha mais belo exemplo da excelencia do governo constitucional do que o de um monarcha cedendo de sua opinião individual ante o voto da nação.

A realza presta homenagem á soberania. O rei artificial paga o tributo devido ao rei natural, que é o povo.

Quando, porém, o monarcha de um paiz livre, sem audiencia da nação, compromette sua fé perante o mundo civilisado; empenhando a palavra augusta como garantia de uma resolução que não depende de sua vontade exclusiva; ha nesse acto grande imprudencia, e grave perigo para a causa publica. [...]

A lição que encerra a questão da emancipação em nosso paiz deve ser proveitosa. Um rei constitucional não tem o direito de decretar sobre o futuro, e de empenhar a vontade nacional. Se a sua opinião individual não recebeu a consagração do paiz, convém para decoro da realza que fique em conselho[...].⁸¹

A noção de que o governo deve executar a “vontade nacional” é a base das considerações acima. Ao rei caberia, como representante maior da nação, consultá-la em todas as decisões e em prol da “vontade soberana do povo” abster-se de sua opinião pessoal. Quando isso não se dava, ocorria uma “imprudência”, que ameaçava a “causa pública”. As palavras acima referem-se à promessa feita pelo Imperador aos europeus de encaminhar a reforma servil e conduzir o país à abolição. Como veremos, as questões relativas à emancipação muitas vezes levaram Alencar a pronunciar-se, seja na tribuna, na imprensa ou mesmo nos textos ficcionais.

1.2.2 Propostas alencarianas para a “reforma servil”.

1.2.2.1 Idéias políticas de *Erasm*o – uma análise da escravidão.

O primeiro momento em que José de Alencar detalhou seu pensamento acerca da escravidão foi em meados de 1867, com as *Novas Cartas Políticas de Erasm*o ao Imperador⁸².

⁸¹ “Tace aut face”. *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Editorial 8 de maio de 1870. Texto disponível no Anexo V.

⁸² Há controvérsias a respeito do número de cartas que compõem essa série de artigos políticos: o biógrafo Arthur Motta declara que são sete epístolas, que abrangem o período de 24 de junho de 1867 a 15 de março de 1868; segundo Raimundo de Menezes, outro biógrafo alencariano, são seis cartas, escritas entre 24 de junho e 13 de setembro de 1867. A edição por nós encontrada na Biblioteca Nacional contém apenas quatro cartas, datadas respectivamente de 24 de junho, 15, 20 e 26 de julho de 1867, sendo que as três últimas contêm a observação “sobre a emancipação”. As cartas são datadas do Rio de Janeiro, mas não contêm dados sobre tipografia. O texto completo das quatro cartas localizadas está no Anexo II da presente dissertação. Observamos, também, que as *Novas Cartas Políticas de Erasm*o ao Imperador não constam no Volume IV da *Obra Completa*, o qual inclui somente as *Cartas Políticas de Erasm*o ao Imperador e as *Cartas Políticas de Erasm*o ao Povo.

Retomando o pseudônimo que utilizara havia dois anos⁸³, ele volta a se dirigir a d. Pedro II através de “cartas políticas”, dentre as quais três abordam o trabalho escravo no Brasil. Na primeira em que trata desse assunto, *Erasmus* tenta mostrar ao imperador que ele estava sendo levado pelo fascínio que a glória exerce nas pessoas, buscando a fama através de atitudes que lhe rendessem aprovação e louvores por parte das nações estrangeiras. Entretanto, as atitudes que levavam o jornalismo europeu a dedicar-lhe “homenagens de admiração pródiga e inexaurível” e lhe rendiam dos Estados Unidos a alcunha de um dos primeiros estadistas do mundo estavam sendo censuradas pelos brasileiros. Para ele, os cortejos que a coroa imperial fazia às opiniões européia e americana equivaliam a “golpes, e bem profundos, na integridade brasileira”. Dentre esses “golpes”, o que estava causando maior abalo na sociedade eram as declarações acerca da emancipação, a “questão máxima do dia”⁸⁴.

Dispondo-se a examinar atenciosamente o que considera um “problema humanitário”, o autor aborda a escravidão sob vários âmbitos.

Sob o aspecto jurídico, a escravidão, segundo ele, era um “fato social”, uma “criatura do direito” que tinha uma “vida sagrada e inviolável” e, por isso, devia ser respeitada, visto que ainda vigorava no âmbito legal e também estava presa aos “graves interesses do povo”. Além disso, por mais odiosa que parecesse aos contemporâneos, era uma instituição “justa, útil e moral”, pois realizava melhoramentos na sociedade:

É uma forma, rude embora, do direito; uma phase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba. Na qualidade de instituição me parece tão respeitavel como a colonização; porém muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social.

De feito na historia do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida collectiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos. O captiveiro foi o embrião da sociedade; embrião da familia no direito civil; embrião do estado no direito publico.⁸⁵

A seu ver, a escravidão indubitavelmente foi crucial para que se desse a “marcha da humanidade”, consistindo num “instrumento da civilização”. Retomada no século XV após quinhentos anos de extinção, ela ressurgiu como fruto de uma necessidade, não como algo gratuito. A falta de braços para colonizar as terras descobertas teve como única solução o

⁸³ De 17 de novembro de 1865 a 24 de janeiro de 1866 foram publicadas as *Cartas Políticas de Erasmus ao Imperador*, as quais foram sucedidas pelas *Cartas Políticas de Erasmus ao Povo*, que vieram a lume entre julho e agosto de 1866.

⁸⁴ ALENCAR, José de. *Ao Imperador – Novas Cartas Políticas de Erasmus*. “Segunda Carta”. Rio de Janeiro, s/ref., pp. 11/12.

⁸⁵ *Idem*, “Segunda Carta”, p. 15.

tráfico de africanos, que foi determinante para a constituição do continente americano: “Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a America seria ainda hoje um vasto deserto”⁸⁶.

Situada a escravidão dentro das concepções do direito e defendido seu caráter legal e necessário, Alencar passa a situá-la “dentro dos seus verdadeiros limites na *sciencia social*”⁸⁷, refutando seu caráter maligno.

Uma das estratégias de que se utiliza para redimir a escravidão é afirmar que ela traz benefícios para os povos escravizados: o cativo “limava” as “raças bárbaras” e lhes infiltrava “os raios da civilização”⁸⁸. No caso da escravidão africana, esses benefícios ficavam muito visíveis, pois a “raça branca”, mesmo reduzindo o africano à condição de “mercadoria”, “nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do homem civilizado”⁸⁹. A concepção do africano como “raça bárbara” e inferior ao branco civilizado percorre as três cartas e é utilizada pelo autor para inverter os valores em relação ao tráfico e à escravidão:

Para educar uma raça são necessarias duas cousas: grande capacidade e vigor do povo culto para immergir a massa bruta e insinuar-se por todos os poros; longo tempo para que se effectue essa operação lenta e difficil.

A raça africana tem apenas tres seculos e meio de captiveiro. Qual foi a raça européa que fez nesse prazo curto a sua educação? Com idade igual todas ellas jazião immersas na barbaria: entretanto para os filhos da Nigrícia já raiou a luz, e raiou na terra do captiveiro.

É a verdade. Essa familia do genero humano, em cuja tez combusta a tradição mais antiga do mundo lê um estigma da maldição divina, e eu vejo apenas o symbolo da treva moral em que havia de perdurar; essa familia infeliz, esteve sempre condemnada ao desprezo e ao animalismo, desde Cam, seu progenitor, até Colombo que a devia remir descobrindo a America, sua terra de promissão.⁹⁰

Para o autor, o contato entre um “povo culto” e outro formado por uma “massa bruta” resultava sempre na educação deste por parte daquele, o que gerava benefícios para o povo escravizado, pois adquiria em pouco tempo os conhecimentos que os povos mais adiantados levaram muito tempo para alcançar. No caso dos africanos, o benefício foi ainda maior: entregue ao “desprezo e ao animalismo”, essa “familia infeliz” foi resgatada da “barbaria” em que estava imersa e colocada em contato com as demais “familias do genero humano”. Isso só se deu por causa do tráfico e da escravidão, por meio dos quais os brancos supriram a necessidade de braços para colonizar as terras descobertas e travaram contato com

⁸⁶ *Idem*, “Segunda Carta”, p. 17.

⁸⁷ *Idem*, “Terceira Carta”, p. 22. Grifo nosso.

⁸⁸ *Idem*, “Terceira Carta”, p. 30.

⁸⁹ *Idem*, “Terceira Carta”, p. 22.

⁹⁰ *Idem*, “Terceira Carta”, p. 31.

a “raça desprezada”. Nesse sentido, a “terra do cativo” deve ser tomada como “terra da promessa”, visto que nela “raiou a luz” que tirou os africanos da “treva moral” em que ficariam para sempre caso não tivessem entrado em contato com o branco civilizado.

Outra forma de defender a escravidão é afirmar que ela é a mola propulsora de um processo natural de contato entre povos diferentes que levará à formação de uma nova civilização. Segundo ele, muitas pessoas apontavam o fato de a população negra nas regiões americanas ser desproporcional ao número de escravos importados como algo que atestava a crueldade das práticas escravistas, as quais teriam dizimado o elemento africano. Semelhante consideração, a seu ver, era equivocada, pois a diminuição da população negra era efeito de um processo inevitável, o “amalgama das raças”:

Em tres e meio seculos o amalgama das raças se havia de operar em larga proporção, fazendo preponderar a côr branca. Tres ou quatro gerações bastão ás vezes no Brasil para uma transformação completa.

É pois uma grande inexactidão avançar que a raça africana nem ao menos prestou para povoar a America. Quem abriu o curso á emigração européa, quem fundou a agricultura nestas regiões, senão aquella casta humilde e laboriosa, que se prestava com docilidade ao serviço como aos prazeres da ralé, vomitada pelos carceres e alcouces das metropoles?⁹¹

O “cruzamento das raças”, apontado por ele como “lei providencial da humanidade”, explicava a diminuição da população africana na América, visto que nele preponderava a cor branca. Segundo ele, “repulsão e amalgama das raças humanas” são duas leis de “physiologia social”: raças diferentes não podem coabitar o mesmo espaço, o que as leva a se fundirem e formarem uma “nova família do gênero humano.”⁹² A seu ver, o amalgama de brancos e negros foi impulsionado pela escravidão, a qual se extinguiria naturalmente quando o processo de fusão dessas raças chegasse ao fim: “resolve-se a escravidão pela absorpção de uma raça por outra”⁹³. Como da miscigenação entre brancos e negros surgiria uma população branca, o fim desse processo natural se verificava, nas nações escravistas modernas, quando havia uma visível superioridade numérica de brancos livres em relação aos africanos cativos. Sob o ponto de vista econômico, esse seria o momento adequado para que a abolição fosse encaminhada sem causar abalos, pois indicava que a nação estava se sustentando com base no trabalho livre e não teria suas finanças comprometidas.

⁹¹ *Idem*, “Segunda Carta”, p. 19.

⁹² *Idem*, “Terceira Carta”, p. 21.

⁹³ *Idem*, “Terceira Carta”, p. 22.

No Brasil, onde o grande número de escravos indicava que o “amalgama das raças” não estava completo, a promoção de medidas abolicionistas geraria um grande abalo na economia⁹⁴. Além disso, traria conseqüências funestas para a sociedade, comprometendo a manutenção da ordem e gerando um verdadeiro caos. Nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, em que havia a maior concentração de escravos do país, esse *perigo* era alarmante:

Nem sequer portanto as duas especies de população se penetrão e intercalão mutuamente, de modo a neutralisar a repulsão instintiva de cada uma. Na area das seis provincias mencionadas, destaca-se aquellas aglomerações de escravos que solvem a continuidade da outra casta; e formão nucleos poderosos de insurreição, comprimidos unicamente pelo respeito da instituição.

Rompa-se este freio, e um sopro bastará para desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha.⁹⁵

Para o autor, o contato entre as raças propiciava que se fundissem e ficassem como que no mesmo nível, não havendo oposições ou diferenças de interesses entre elas. Como para ele essa “fusão racial” teria como resultado uma população branca, o fato de a população negra ser volumosa indicava que não havia essa *solidariedade* entre eles e os brancos, o que fazia dos aglomerados de escravos “núcleos poderosos de insurreição”. O controle do potencial nocivo dos cativos vinha, pois, do respeito pela instituição escravista; caso esse “freio” fosse rompido a hostilidade dos escravos negros em relação aos brancos livres poderia causar uma “guerra social”. Por isso, a necessidade de esperar que a escravidão cumprisse seu curso natural, visto que qualquer intervenção governamental nesse processo só poderia ser desastrosa:

Se um governo desconhecendo a natureza da escravidão, se propõe a extingui-la por acto legislativo; neste caso sempre desastroso, eu lhe aconselhara antes o meio prompto, subito, instantaneo, como uma calamidade menor. Era uma amputação dolorosa; se o enfermo não succumbisse, a chaga iria cicatrizando, e elle ficaria mutilado, porém tranquillo.[...]

É illusoria a esperança de uma substituição lenta. No momento em que plainasse sobre o paiz uma lei de emancipação qualquer; toda a casta sujeita se collocaria á sombra d’ella, para deduzir d’ahi seu direito indisputavel. Pouco se importavão as condições; tudo se resumia no grande principio, no reconhecimento solemne de sua liberdade.⁹⁶

⁹⁴ “Quando o nível da população livre sobre a escrava se elevar consideravelmente, de modo que esta fique submersa naquella, a escravidão se extinguirá logicamente no Brasil. Ella entrará naquella phase de luxo e aversão. Até então, porém, é um elemento essencial do trabalho neste vasto paiz.” (“Terceira Carta”, p. 32.)

⁹⁵ *Idem*, “Terceira Carta”, p. 26.

⁹⁶ *Idem*, “Quarta Carta”, pp. 41/42.

A abolição gradual é tomada como mais lesiva porque não extingiria totalmente a escravidão, mas abalaria sua sustentação, deixando que o escravo vislumbrasse a possibilidade de ter direitos e questionasse sua condição de cativo. Em outros termos, a intervenção direta do governo nas relações escravistas abalaria a autoridade senhorial que sustentava a relação de domínio sobre o escravo e, com isso, a manutenção do regime escravista ficaria totalmente comprometida. Nesse sentido, era preferível extinguir de vez essa “instituição”, correndo o risco de acabar com o país, a minar aos poucos sua sustentação e gerar uma “guerra social”.

Alencar tenta convencer o imperador de que o “amalgama das raças” estava se processando no país. Nesse sentido, postula que a existência de um bom relacionamento entre senhores e escravos indicava que a sociedade brasileira estava *naturalmente* caminhando para o fim do regime escravista:

A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutares: adoça o cativo; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orphandade. O domínio do senhor se reduz então a uma tutela benéfica.

Esta transição, fora preciso cegueira, para não observá-la em nosso país. Viesse ao Brasil algum estrangeiro, desses que devaneiam em sonhos filantrópicos nas poltronas estufadas dos salões parisienses, e entrasse no seio de uma família brasileira. Vendo a dona da casa, senhora de primeira classe, disvelar-se na cabeceira do escravo enfermo; elle pensaria que a philantropia já não tinha que fazer onde morava desde muito a caridade.⁹⁷

Alencar parece pressupor que a “fusão racial” em países escravistas levaria a um total nivelamento das raças: os escravos seriam libertos e viveriam em harmonia com seus antigos senhores, sendo totalmente integrados na sociedade. Esse processo se dava através do que chama de “revolução das idéias”⁹⁸, a qual indicava o encaminhamento para o fim da oposição entre senhor/escravo e ficava visível no bom tratamento dos cativos e na disposição dos senhores para alforriá-los.

A suposta existência da “revolução dos costumes” na sociedade brasileira é utilizada também para defender o Brasil perante os “filantrópicos europeus”. Para ele, não era vergonhoso para o país manter a escravidão, pois todos os países que naquele momento a condenavam haviam sido escravistas e só aboliram o regime servil quando havia superioridade de brancos livres em relação aos negros cativos e a emancipação não representava um perigo

⁹⁷ *Idem*, “Quarta Carta”, p. 42.

⁹⁸ *Idem*, “Terceira Carta”, p. 29.

real para a sociedade. Além disso, a escravidão no Brasil possuía peculiaridades que tiravam dela um caráter bárbaro e violento:

Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso paiz, tal como a fizerão acinte da lei, os costumes nacionaes e a boa indole brasileira. A condição do nosso escravo comparada com a do operario europeu, é esmagadora para a civilização do velho mundo.

O velho mundo tem em seu proprio seio um cancro hediondo que lhe róe as entranhas: é o pauperismo. O aspecto repugnante d'esta miseria em que jaz a ultima classe da sociedade, a degradação d'essas manadas brutas, apinhadas em esterquilinios; rebaixa e avilta a humanidade mais do que a antiga escravidão. [...] De que serve ao paria da civilização a liberdade que a lei consagra por escarneo, quando a sociedade a annulla fatalmente por sua organização, creando a oppressão da miseria?⁹⁹

O autor relativiza o conceito de liberdade, apresentando duas modalidades para ele: liberdade concedida pela lei e liberdade concedida pelos costumes. Nesse sentido, o pauperismo é tomado como uma forma sutil de escravidão, pois os indivíduos têm sua liberdade garantida pela lei mas não conseguem exercê-la no seio da sociedade, visto que estão excluídos dela, reduzidos a “manadas brutas”, rebaixados e aviltados em sua condição humana. A esse quadro, opõe-se a condição do escravo no Brasil, o qual está destituído de liberdade no plano legal, mas a exerce na sociedade devido ao consentimento dos “costumes nacionais”, recebendo um tratamento que o dignifica como ser humano.

Tomando por base essas considerações, o empenho do imperador em promover medidas que encaminhassem o país para a emancipação dos escravos ganha ares de atitude impensada e desnecessária. Vale lembrar que o conteúdo das três cartas relaciona-se diretamente com o contexto em que foram publicadas. Como vimos, nesse momento D. Pedro II vinha demonstrando explícita simpatia pela idéia abolicionista, tanto através de iniciativas pessoais com o objetivo de impulsionar a iniciativa privada a libertar os escravos quanto através de atos que indicavam seu intuito de promover medidas que encaminhassem o país para a emancipação. No ano anterior, 1866, o imperador recebeu um apelo da Junta Francesa de Emancipação e comprometeu-se com os abolicionistas europeus a promover a abolição no Brasil. A Fala do Trono de 22 de maio de 1867 explicitava seu intuito de concretizar essa promessa, causando “grande comoção” em todo o país:

⁹⁹ *Idem*, “Quarta Carta”, pp. 38 e 40, respectivamente.

“O elemento servil no Imperio não póde deixar de merecer opportunamente á vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade actual e sem abalo profundo em nossa primeira industria, a agricultura, sejam attendidos os altos interesses que se ligam á emancipação.”

Apezar da cautela com que se apresentára ao parlamento a referencia, a commoção em todo o paiz foi grande, muito grande até.¹⁰⁰

Esse contexto aparece como pano de fundo das *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, cujo conteúdo converge para o fim a que se propôs o autor ao escrevê-las: examinar detidamente a escravidão com vistas a convencer o imperador do erro que cometeria caso levasse adiante a concretização da promessa feita à Junta Francesa de Emancipação. Para isso, mostra o caráter legítimo e benéfico da escravidão e condena a intervenção do governo no processo de “amalgama de raças” do qual ela fazia parte, pois geraria abalos graves e desnecessários. Essas considerações são reforçadas com a demonstração de que havia uma “revolução das idéias” que demonstrava que a sociedade brasileira estava caminhando para a extinção *natural* do regime servil. Ademais, a forma como se dava a relação senhor/escravo no país redimia-o diante das demais nações, pois elas não poderiam acusar os brasileiros de praticar atos bárbaros e violentos contra os escravos, visto que estes recebiam melhor tratamento que os operários europeus.

As idéias do cidadão ilustrado *Erasmo*, que objetivam situar a escravidão dentro dos limites da ciência social, serão incansavelmente reiteradas pelo deputado Alencar algum tempo depois. Entretanto, elas perdem um pouco do teor cientificista, aparecendo como pano de fundo de um projeto para condução da “reforma servil” ou na forma de argumentos utilizados para vetar a aprovação do projeto da chamada Lei do Ventre Livre.

1.2.2.2 Propostas do político Alencar para a “reforma servil”.

Uma data possível para localizar o início do *envolvimento político* de Alencar com a questão do “elemento servil” é 15 de setembro de 1869. Nesse dia, na condição de Ministro da Justiça do Gabinete Itaboraí, ele referendou o decreto que transformou em lei o projeto aprovado na Câmara e no Senado:

Há por bem prevenir e mandar que se execute a resolução da Assembléia Geral: Art. 1.º - Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública ficam proibidas. [...]

¹⁰⁰ TAUNAY, *Reminiscências, Op. Cit.*, p. 201.

Art. 2.º - Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou da mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos./ Art. 3.º - Nos inventários em que não forem interessados como herdeiros ascendentes ou descendentes, e ficarem salvos por outros bens os direitos dos credores, poderá o juiz do inventário conceder cartas de liberdade aos escravos inventariados que exigirem à vista o preço de suas avaliações judiciais. / Art. 4.º - Ficam revogadas as disposições em contrário. José de Alencar, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado em Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar.¹⁰¹

O primeiro artigo da lei de Setembro de 1869 pode ser tomado como forma de tirar das vistas da população um dos *espetáculos* que tinham como atores principais os senhores e os escravos. Os demais artigos interferem nas relações escravistas, concedem benefícios aos cativos e impõem limites à vontade senhorial. Apesar disso, a lei pode ser tomada como uma forma de manter a escravidão, tornando-a menos *cruel* para com os escravos.

O fato de Alencar ser o ministro que assinou a aprovação dessa lei foi tomado por alguns biógrafos como expressão de um pensamento antiescravista¹⁰². Entretanto, como lembra Magalhães Junior, não podemos atribuir sua aprovação a ele, visto que se limitou a assiná-la¹⁰³. Apesar disso, pode-se dizer que alguns dos dispositivos dessa medida legislativa, como o artigo 1.º, por exemplo, dialogam com as idéias alencarianas acerca do modo como devia ser encaminhada a “reforma servil”, as quais foram expressas e defendidas por ele no ano seguinte, em que se aqueceram as discussões sobre o assunto.

Como vimos, a década de 1870 iniciou-se em meio às efervescentes discussões acerca do chamado “elemento servil”. O imperador vinha mostrando franca simpatia pela idéia abolicionista desde meados dos anos de 1860 e a alta esfera governamental havia decidido iniciar o encaminhamento da questão após o término do conflito com Solano López. Finda a Guerra do Paraguai em março de 1870, acreditava-se que o governo apresentaria alguma proposta nesse sentido e havia muita expectativa quanto à fala do trono, como registra o Visconde de Taunay:

¹⁰¹ Apud: MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar – o literato e o político*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 252.

¹⁰² “Alencar já havia manifestado a sua opinião sobre o assumpto nas cartas de Erasmo e havia demonstrado posteriormente, quando ministro da Justiça, que não era um escravocrata, proibindo, por acto de 16 de setembro de 1869, a venda de escravos debaixo de pregão e em exposição publica, como se praticava no Vallongo.” (MOTTA, Arthur. *José de Alencar – o escriptor e o político*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia, 1921, p. 200.)

¹⁰³ “José de Alencar, como Ministro da Justiça, limitou-se a assinar a lei, em nome do Imperador – lei que era humanitária, mas não era dele, nem alterava fundamentalmente a instituição do cativo. Mal informados, alguns biógrafos tudo atribuíram a Alencar.” (MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. “Alencar e os escravos.” *In: Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1977.) Artigo gentilmente cedido por Kátia Mendes Garmes.

No dia 6 de maio de 1870 effectuou-se a sessão imperial de abertura do parlamento, e a Falla do throno, anciosamente esperada, não articulou palavra acerca da questão, que, uma vez arredadas as preocupações da guerra do Paraguay, dominava o espirito de todos, sobressaltando-o em varios sentidos.

Foi de balde a cautela, que apressou, pelo contrario, impetuoso movimento de reacção.¹⁰⁴

Alencar estava entre os que reagiram ao silêncio imperial quanto à questão escravista. No dia seguinte, 7 de maio, veiculou sua impressão acerca da fala do trono no editorial do *Dezesseis de Julho*, mostrando-se incomodado com a apreensão nacional naquele momento. Para ele, a situação política inaugurada pela subida dos conservadores ao poder em 1868 indicava uma resolução do imperador quanto a esse assunto:

Em nossa opinião, e segundo as normas do governo representativo, a questão do elemento servil estava resolvida por algum tempo, desde o dia 16 de julho de 1868 em que se inaugurou a actual situação politica.

Nesse dia forão chamados ao poder cidadãos que combaterão francamente a idéia de uma medida legislativa, convencidos da necessidade de deixar essa revolução social ao espirito publico, tão bem disposto para receber a sua realização.¹⁰⁵

Entretanto, a política no Brasil, a seu ver, não correspondia às expectativas de um governo representativo, visto que a opinião do imperador prevalecia e, por isso, o fato de os conservadores estarem no poder não significava que a postura desse partido em relação à questão servil fosse prevalecer.

Dias depois, outro editorial do *Dezesseis de Julho* completava as observações a respeito da questão, trazendo queixas de Alencar em relação à postura do imperador perante a Europa no que se refere à escravidão. O autor acreditava que o imperador, ao comprometer-se internacionalmente com a realização da reforma servil, estava usando o poder pessoal e impondo sua vontade à nação quanto ao andamento da questão escravista, o que lhe parece inadmissível num sistema representativo de governo:

A abolição, como foi prometida, só podia effectuar-se por meio de uma lei. Sendo por nossa constituição o poder legislativo delegado ás duas camaras, com a sancção do imperador, este não era competente para assegurar um facto que dependia da vontade da nação, enunciada pelos meios constitucionaes.

Abstrahindo do poder legislativo, quando tomou o grave empenho de promover a abolição, a corôa deu o exemplo, áquelles que sustentão com fundamento a annullação do systema representativo no Brazil.

¹⁰⁴ TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de). *Reminiscências*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1908, p. 206.

¹⁰⁵ ALENCAR, José de. "A falla do throno". *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1870. O texto completo está disponível no Anexo II da presente dissertação.

Escrevemos, pois, á sombra de tão respeitavel autoridade. De todos os testemunhos dados solemnemente ao paiz, em prova da absorpção dos poderes, o mais respeitavel, o que se póde chamar authenticico, é o do personagem augusto, que tomou perante a Europa o compromisso de fazer per si, o que só á nação compete.¹⁰⁶

Nesse texto, o autor retoma algumas das idéias anteriormente veiculadas nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo* e começa a divulgar a opinião que seria várias vezes reiterada nas discussões relativas ao andamento a ser dado ao problema. Para ele, a questão escravista deveria ser resolvida através da iniciativa pessoal para que ocorresse uma mudança sem contratempos, visto que a população estava disposta a isso:

O que asseveramos, e está patente, é a revolução operada no espirito publico, nos costumes e tendencias da população.

Esta revolução moral nós a esperavamos, e della, sómente della, fiamos a extincção efficaz e pacifica de uma instituição condemnada em principio por todos os brazileiros, mas respeitada ainda não só como um direito, mas como uma necessidade.

Por meio das manumissões, desde que se estabeleceu a emulação nobre e generosa, que é o incentivo dos grandes commetimentos; pelo concurso dos sacrificios parciaes, que espontaneamente offerecem a philantropia e patriotismo de cada cidadão; chegaremos ao resultado que todos almeirão; chegaremos de maneira mais suave, mais digna do character nacional, e por ventura mais prompta do que os meios directos, cujo effeito será, quem sabe? – perturbar a revolução moral – em favor da emancipação.¹⁰⁷

As iniciativas pessoais enumeradas atestavam, a seu ver, a validade da afirmação de que a “revolução dos costumes” estava acontecendo. Nesse contexto, a atitude governamental de interferir diretamente no encaminhamento da questão servil por meio de uma lei poderia atrapalhar essa “revolução moral” e quebrar a harmonia social. Para Alencar, o governo deveria interferir de outras maneiras:

O Estado póde entrar na porfia generosa, concorrendo annualmente com uma somma votada no orçamento para as manumissões.

Essa verba será applicada conforme as condições estabelecidas; devendo entre estas figurar duas á que damos a maior importancia; são, a preferencia ao sexo feminino, e a preferencia á instrucção.

Manumittir o ventre é um beneficio que não fica no individuo; mas se estende á uma geração. Dar liberdade a quem saiba lêr e escrever, fóra emancipar não sómente um braço, porém uma cabeça.

Serão poucos os individuos que estão neste ultimo caso; mas talvez o premio da liberdade se torne um incentivo poderoso para a instrucção dessa classe infeliz.¹⁰⁸

¹⁰⁶ ALENCAR, José de. “Contradicção”. *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1870. O texto completo pode ser encontrado no Anexo II.

¹⁰⁷ ALENCAR, “Contradicção”. *Op. Cit.*

¹⁰⁸ ALENCAR, “Contradicção”. *Op. Cit.*

Alencar acredita que o governo deve interferir no andamento da questão, desde que indiretamente, respeitando a vontade senhorial e agindo no sentido de impulsionar a iniciativa privada a libertar os escravos. Essas considerações são retomadas num discurso que proferiu em 7 de julho desse mesmo ano na Câmara dos Deputados. Nele, reitera sua crença na inviabilidade da intervenção direta do governo na questão servil e apresenta um projeto para seu encaminhamento. A citação longa faz-se necessária:

Art. 1.º Às sociedades de emancipação já organizadas e que de futuro se organizarem são concedidos os seguintes favores:

§ 1.º Isenção da meia siza e taxa dos escravos comprados para serem libertados.

§ 2.º Privilegio sobre os serviços do escravo liberto para indemnização do preço da compra.

Só gozarão destes favores as sociedades que se obrigarem a libertar no prazo máximo de cinco annos.

Art. 2.º O governo applicará annualmente mil contos de réis á manumissão dos escravos, dando a preferencia:

§ 1.º Aos do sexo feminino até 40 annos.

§ 2.º Aos que souberem ler e escrever.

Art. 3.º Dous annos depois da promulgação desta lei fica prohibido o serviço escravo na côrte, capitaes e cidades maritimas, quanto ás seguintes industrias:

1.º Conducção de vehiculos publicos de qualquer natureza.

2.º Tripolação de navios e embarcações grandes ou pequenas.

3.º Venda em quitanda fixa ou volante.

4.º Serviço de ganho para carroto ou outro fim.

5.º Serviços em lojas de alfaiate, sapateiro, costureiras, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, ourives, caldeireiro, tanoeiro, açougueiro, padeiro e pintor.

Os donos dos vehiculos, embarcações e lojas que contratarem taes serviços escravos soffrerão a multa de 100 a 500\$000.

§2.º A taxa dos escravos, na côrte, augmentará desde já progressivamente na razão de 10% cada anno. O escravo que não estiver matriculado presume-se liberto.

Art. 4.º O senhor poderá conceder alforria com a clausula *de retro* para o effeito de ficar nullo se o escravo não pagar o preço, ou integralmente ou por prestações conforme se estipular. Nessas convenções o escravo será assistido por um curador á sua escolha.

§ 1.º Quando por falta de pagamento do preço fique sem effeito a alforria, a somma que se achar em mão do senhor constituirá um peculio para o escravo, e vencerá o juro de 6% accumulados por semestre.

Art. 5.º Também é permittido ao escravo, com sciencia do senhor, a formação de um peculio destinado a sua manumissão. Esse peculio é inalienavel, fallecendo o escravo lhe succederá, na ordem da designação, a mulher, a filha, a mãe, a irmã, o pai, o filho, o irmão, e finalmente qualquer escravo designado á sorte.

Art. 6.º O direito de successão estabelecido por nossas leis só terá applicação a respeito de escravos quando se tratar de herdeiros necessarios. Fóra deste caso, os escravos deixados por alguém, *testato* ou *ab-intestato*, se devolvem ao fisco e ficão libertos.

Exceptua se:

§ 1.º O caso de morte violenta do senhor, quando ella não fôr manifestadamente o resultado de um accidente.

§ 2.º O direito do credor hypothecario, quando não houver no espolio bens que bastem para remir a hypotheca do escravo.

Art. 7.º Serão isentos de quaisquer impostos, taxas e custas as heranças ou legados instituidos em bem da emancipação, e as arrematações para manumissão immediata.

Art. 8.º Ficção libertos desde já os escravos da fazenda publica; inclusive aquelles cujo usufructo pertence á casa imperial.
Sala das sessões da camara dos deputados, 7 de Julho de 1870. – *J. de Alencar*.¹⁰⁹

O projeto apresenta algumas medidas destinadas a regulamentar práticas escravistas, como a herança da propriedade escrava (Art. 6.º), a formação do pecúlio pelo escravo (Art. 5.º) e a possibilidade de revogar-se a alforria mediante falta de pagamento (Art. 4.º). Associadas a essas medidas, há outras que podem ser tomadas como incentivo à abolição pelos particulares: concessão de benefícios às sociedades de emancipação (Art. 1.º) e isenção de custos para conceder-se a alforria (Art. 7.º). As demais medidas referem-se à postura ativa e exemplar que o governo deveria ter: libertar os escravos que estivessem em seu poder (Art. 8.º), destinar quantia anual a manumissões privilegiando escravos do sexo feminino e alfabetizados (Art. 2.º) e a atuação com vistas a extinguir o trabalho escravo dos grandes centros urbanos (Art. 3.º). Vale, ainda, atentar para o fato de que as atividades que não deveriam ser exercidas por escravos na corte denotam o intuito de ocultar a presença dos cativos no ambiente urbano, *tirar das vistas o espetáculo* da escravidão como havia sido feito com os leilões em praça pública.

Alguns tópicos do projeto foram abordados mais detidamente por Alencar aparentemente no intuito de justificá-los e apontar suas vantagens. A justificativa para que se privilegiasse primeiramente a abolição dos escravos do sexo feminino e dos alfabetizados foi dada pelo autor no mencionado Editorial de 12 de maio: libertar as mulheres estendia o benefício a outros indivíduos e a alforria dos alfabetizados daria impulso à educação dos cativos. As medidas relativas à proibição de trabalho escravo nas cidades são justificadas pelo autor no segundo discurso que proferiu nesse mesmo dia e referem-se à necessidade de prover braços para o trabalho na lavoura.

Para Alencar a agricultura é a base da riqueza nacional e há uma estreita relação entre ela, o trabalho escravo e a propriedade territorial:

Sr. Presidente, para dar incremento à agricultura, que é a nossa primeira indústria, a base da riqueza nacional e a fonte de nossa renda, aquela em que eu mais confiança deposito, há dois meios: é provê-la de capitais e braços.¹¹⁰

¹⁰⁹ ALENCAR, José de. Discurso proferido na Sessão de 7 de Julho de 1870, gentilmente cedido por Kátia Mendes Garmes. Obs.: Nesse dia, Alencar pronunciou dois discursos, sendo este o primeiro deles. O segundo foi incluído na edição da Câmara dos Deputados.

¹¹⁰ ALENCAR, José de. “Agricultura: crédito territorial e colonização (Discurso de 07/07/1870)” *In: Discursos... Op. Cit.*, p. 24.

As considerações contidas na citação acima são a base de todo o discurso. Temos a agricultura concebida como a primeira indústria nacional, base da riqueza. Por conta disso, a urgência de dar incremento a ela, o que implicava a necessidade de provê-la de capitais e de braços. Como solução, sugere a criação do crédito territorial e o incentivo da imigração espontânea. Ao tratar do crédito, Alencar menciona as dificuldades de conceder empréstimos a proprietários de terra devido à oscilação do valor da propriedade territorial no Brasil, que tinha como causa principal a escravidão:

Esta é a razão principal; a outra, a do papel-moeda, a da falta de estradas, pouca população, estas dão-se em maior ou menor escala nos outros Países. [...]Uma fazenda montada com a sua escravatura vale centenas de contos, tirem-lhe os escravos e pouco valerá. [...]Não posso deixar de tornar muito sensível isso, em um momento em que com tanta impaciência se quer promover medidas radicais a respeito da escravatura. Se, como eu acabo de demonstrar, ela é a base da nossa propriedade territorial, a Câmara compreende que tal medida importará o abalo profundo dessa propriedade. A consequência será a quebra de valor dos bens territoriais, e, por conseguinte, uma crise espantosa no comércio, além de qualquer outra perturbação social a que possa dar lugar uma semelhante imprudência. (*Apoiados*.) É por este lado que nós devemos, sobretudo, considerar a questão que tanto se ventila hoje.¹¹¹

A seu ver, o valor da propriedade oscilaria devido à escravidão porque não havia escravos suficientes para suprir a necessidade de mão-de-obra, o que desvalorizava as terras com poucos escravos e impossibilitava seus proprietários de obterem crédito. Assim, resolvendo-se o problema da mão-de-obra, os impedimentos à expansão da agricultura nacional estariam eliminados. Com esse intuito, Alencar sugere várias medidas para incentivar a imigração e prover a lavoura nacional de braços. Dentre elas, destaca-se a proposta de deslocarem-se os escravos das cidades para o campo:

Deposito também grande confiança, quando se trata de dotar a nossa lavoura de braços, em uma idéia de que hoje falei quando apresentei à deliberação da Casa um projeto, idéia que foi iniciada pelo falecido Sr. Conselheiro Euzébio; refiro-me à deslocação dos braços escravos das cidades para os trabalhos da agricultura, como meio preparatório para a emancipação; o que muito convém até mesmo como medida de segurança pública.[...]
Nota-se, já, deficiência de braços em certos estabelecimentos rurais; convém ir suprindo a lavoura com esses braços escravos que permanecem na cidade ocupados em outras indústrias. A deslocação desses braços das capitais e cidades populosas, longe de fazer falta, produzirá um benefício; será uma condição de moralidade. Obtêm-se dois benefícios, por conseguinte; morigeram-se mais as cidades, extingue-se certo elemento de perturbação, que dá muito que fazer à polícia; e ao mesmo tempo abre-se canal à imigração.

¹¹¹ ALENCAR, “Agricultura: crédito territorial e colonização”. *Op. Cit.*, pp. 27-29.

É incontestável que a imigração para o litoral se faz com muito mais facilidade, desde que o estrangeiro, que não está habituado aos nossos meios de locomoção por terra, souber que tocando no litoral achará emprego lucrativo, certo [...] ele se disporá a imigrar; mas não assim, enquanto for necessário fazer longa viagem por terra. [...]

Vendo o estrangeiro que em nosso País a escravatura é conservada unicamente para manter a propriedade territorial, que sem ela há de perecer, esses que hoje tanto nos censuram hão de conhecer que estamos de boa-fé, que somos verdadeiramente liberais nesta questão; que não queremos a escravidão; que entendemos que ela é prejudicial, e apenas esperamos o momento oportuno para poder extingui-la sem abalo social e econômico.¹¹²

Para ele, o deslocamento dos escravos para o campo seria amplamente benéfico para a nação: solucionaria a questão da mão-de-obra, incentivaria a imigração e consistiria num “meio preparatório para a emancipação”. Note-se, no entanto, que outros dois benefícios seriam indiretamente obtidos: as cidades ficariam livres do “elemento de perturbação” e a censura dos estrangeiros à manutenção do escravismo no país diminuiria, aliviando um pouco da preocupação nacional com a opinião européia a respeito da manutenção da escravidão no Brasil.

Com base nessas considerações e na análise da escravidão empreendida por *Erasmus*, podemos dizer que Alencar possuía convicções sólidas a respeito da escravidão, tema sobre o qual refletira muito a ponto de elaborar um projeto para seu encaminhamento. Muitas das idéias por ele defendidas nas *Novas Cartas Políticas ao Imperador* e retomadas nesse ano de 1870 foram reiteradas no ano seguinte, aparecendo na forma de argumentos através dos quais defendia sua postura contrária à aprovação do projeto que se converteu na Lei de 1871 ou Lei do Ventre Livre.

Vale observar que, aparentemente, há alguns “pontos de contato” entre o projeto alencariano e o texto da Lei de 1871, como a idéia de que era mais benéfico libertar a mulher ou o ventre, a questão do pecúlio do escravo, a libertação dos escravos pertencentes ao governo, o compromisso governamental de destinar alguma verba para libertação de escravos e a concessão de benefícios às sociedades de emancipação. Entretanto, tais idéias aparentemente comuns são incluídas dentro de dispositivos legais mais amplos, de maneira que ganham teores muito diversos, já que os dois textos em questão têm maneiras distintas de conceber a forma como deveria dar-se a intervenção governamental nas relações escravistas.

O projeto de Alencar prevê uma intervenção indireta do governo, garantindo a inviolabilidade da vontade senhorial: cabe ao senhor permitir que o escravo junte pecúlio; o senhor pode revogar a alforria caso não seja pago pelo escravo e o governo, apesar de exigir o

deslocamento dos escravos da cidade para o campo, não impõe aos senhores obrigações para com seus cativos nem concede direitos aos escravos. A Lei de 1871, por sua vez, interfere diretamente nas relações escravistas, tirando o caráter inviolável da vontade senhorial, já que obriga os proprietários a libertarem o ventre de suas escravas, a cuidar dos “ingênuos” e não maltratá-los, além de garantir ao escravo direito ao pecúlio e proibir a revogação da alforria.

Para Alencar, qualquer intervenção direta do governo seria extremamente prejudicial ao país, gerando tensões sociais, desestruturando o regime de trabalho e, com isso, comprometendo a lavoura, eixo da economia brasileira. Ademais, interromperia a visível “revolução dos costumes” pela qual passava a sociedade brasileira e que levaria à abolição sem causar abalos sociais ou econômicos. A seu ver, havia uma harmonia nas relações entre senhor e escravo que, de certa forma, garantia a harmonia da sociedade como um todo. Para acelerar o processo de emancipação pela iniciativa privada, poderiam ser tomadas medidas indiretas como as que sugeriu. Por isso, em 1871, voltou a pronunciar-se na Câmara dos Deputados, participando ativamente das discussões acerca dos projetos que se converteram na chamada Lei do Ventre Livre. Nesse momento, reiterou suas opiniões e elencou vários argumentos com vistas a convencer os demais das conseqüências funestas que viriam da aprovação das sugestões governamentais.

Uma das justificativas de Alencar para sua opinião consiste em alegar que era a mesma do partido conservador, insinuando que defendê-la era também ser fiel ao seu partido. Assim, em inúmeros momentos acusa o Gabinete Conservador que dava andamento ao projeto de abolição gradual de estar sendo contrário às idéias do Partido:

Aqui no Brasil, o nobre Presidente do Conselho, tendo saído do seio do Partido Conservador, desliga-se de seu Partido, não para evitar, mas para provocar a guerra civil. (*Apoiados e não apoiados.*)

Qual a agitação que existia no País antes da abertura da Assembléia?

Quais eram os sintomas que porventura indicavam um estremecimento, um abalo no País? Nenhum. É preciso dizer a verdade. O que se observava era apenas o progresso contínuo, suave e natural da revolução íntima que desde muito se opera no Brasil e que tende a realizar a emancipação pelo melhoramento dos costumes, pela generosidade do caráter brasileiro, pela nossa civilização, que pulula com uma força imensa. Era o desenvolvimento dessa regeneração moral que dentro em pouco extinguiria a escravidão, independente dos esforços do Governo e das declamações dos propagandistas.¹¹³

¹¹² ALENCAR, “Agricultura: crédito territorial e colonização”. *Op. Cit.*, pp. 36/27.

¹¹³ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 10/07/1871)”. *In: Discursos...*, *Op. Cit.*, pp. 202/203.

Além de acusar o presidente do Conselho de desligar-se do Partido e defender idéias contrárias à sua filosofia, insinua que essa atitude é desnecessária, já que a abolição estava se fazendo pela iniciativa individual, atribuindo-lhe o caráter de causadora de agitação e abalo no país. Assim, ele havia cometido erros sucessivos cuja gravidade aumentava num crescente: romper com o partido, equívoco que se fez em função de uma proposta abolicionista errônea (pois geraria agitação e abalaria o país) e desnecessária (pois o fim a que ela se propunha já estava sendo alcançado por meios menos danosos à sociedade).

Aliado à justificativa via interesses partidários, Alencar expõe e defende vários argumentos baseados em sua convicção pessoal a respeito da melhor forma de encaminhar a questão escravista. Uma de suas estratégias é mostrar que entre sua postura e a dos favoráveis à medida governamental havia muitas semelhanças.

Nesse sentido, ao tratar da escravidão em si, concebe-a como uma instituição que envergonhava o país perante o restante do mundo civilizado e que deveria desaparecer. Ressalta, porém, que isso não implica apoiar a reforma servil proposta pelo governo:

Todos nós brasileiros desejamos ardentemente ver desaparecer do País essa instituição (*muitos apoiados*); todos nós brasileiros fazemos votos para que deixemos de formar no mundo civilizado a exceção triste (digamos a verdade), que muito breve teremos infelizmente de constituir. (*Apoiados.*)

Mas desta convicção à idéia de promover a abolição, em uma época recente, por meio de medidas diretas e legislativas, há uma distancia imensa.

Mostrou o nobre Deputado um grande receio da iniciativa individual. Fiquei surpreso, Senhores.

Em um País de sistema representativo (*apoiados*), em um País onde deve governar a opinião pública (*muitos apoiados*), há quem se receie da iniciativa individual?

[...] Ninguém então se lembrará de apregoar, as nações estrangeiras não poderão acreditar, que o legislador do Império, que uma força superior impôs ao seu País a emancipação contra sua vontade, contra seus votos. Será a própria Nação que, por meio de sacrifícios parciais de esforços comuns, realizará essa reforma e dará espontaneamente esse belo exemplo de respeito à civilização moderna.¹¹⁴

Vê-se o esforço de Alencar de mostrar que sua opinião contrária às medidas abolicionistas governamentais tinha muita semelhança com aquela que tentava rebater: ambas teriam o mesmo fim, diferindo apenas no modo de encaminhar a questão. A solução apresentada por ele é a não intervenção governamental direta através de leis e o incentivo à iniciativa individual na promoção da abolição, estratégia que acredita ser mais eficaz e mais condizente com o sistema representativo.

¹¹⁴ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 14/05/1870)”. In: *Discursos...*, Op. Cit., pp. 186/187.

Assim, mostrando convicção a respeito do erro que implicaria o encaminhamento do projeto de abolição proposto pelo governo, é categórico ao posicionar-se contrário a ele:

Combato a ambos os projetos, porque ambos contêm uma idéia funesta... [...] uma idéia funesta, que é a do *Ventre Livre*, contra a qual me empenharei com todas as forças, porque entendo que há de ser fatal (*apoiados da Oposição*) e há de produzir calamidades capazes de apavorar o próprio Governo. (*Apoiados da Oposição*)

Combato a ambos os projetos ainda pela convicção em que estou de que ambos tiveram a mesma origem. Um é a linha reta, o outro foi a linha curva; um é o original, o outro foi a cópia; um é o direito de que o outro era o avesso, mas ambos vieram do alto (*apoiados*), ambos são uma imposição do Poder à opinião.

Vozes – Muito bem! Muito bem!¹¹⁵

A Lei do *Ventre Livre* seria, assim, uma idéia funesta que só causaria calamidades, pois prejudicaria a agricultura, base da economia do país, podendo gerar problemas sociais, protestos, além de ser uma imposição governamental. Essa caracterização da medida como imposição é reforçada quando o autor afirma que a opinião pública discordava dela: a Câmara teria recebido inúmeras representações e a imprensa havia começado a veicular impressões desfavoráveis.¹¹⁶

Ecoando algumas das idéias veiculadas nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, Alencar tenta demonstrar que a medida proposta seria extremamente lesiva, pois quebraria a harmonia que reinava nas relações senhor/escravo, gerando desacordo entre as raças:

Senhores, é um fato reconhecido a moderação e doçura de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos, a instituição da escravidão em nosso País. (*Apoiados*)

Nossos costumes, a índole generosa de nossa raça, impregnaram essa instituição de uma brandura e solicitude que a transformaram quase em servidão.[...]

Pois bem, se com a nossa impaciência sufocarmos esses sentimentos generosos, se sopitarmos esses sentimentos benévolos; se criarmos o antagonismo entre raças que viveram sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra, não receais que desapareça de repente esse caráter de moderação e caridade.¹¹⁷

Pode-se perceber, no excerto acima, a insinuação de que a reforma servil, que para muitos parecia urgente, não era algo primordial a ser encaminhado. Ademais, a reforma proposta seria uma medida equivocada que não geraria qualquer benefício, podendo prejudicar o país de várias formas, dentre elas fazendo com que a relação servil passasse a ser mediada pelo ódio. Ao invés de colaborar para a redenção e melhoria dos costumes, ela os perverteria.

¹¹⁵ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 10/07/1871)”. In: *Discursos...*, Op. Cit., p. 208.

¹¹⁶ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 11/07/1871)”. In: *Discursos...*, Op. Cit., p. 213.

¹¹⁷ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 13/07/1871)”. In: *Discursos...* Op. Cit., p. 240.

Seguindo a mesma linha argumentativa, Alencar postula que a proposta governamental geraria cisão nas famílias escravas:

Quando tiverdes dito ao escravo: tu, o amigo dedicado da família, que para servi-la consumiste as forças; que trabalhaste para a riqueza do casal e a prosperidade do País, tu serás escravo eternamente; para ti não há esperança, morrerás como nasceste; mas teu filho será livre, e não por prêmio dos teus serviços, em recompensa da tua dedicação, mas por mero efeito do acaso, porque nasceu hoje, em lugar de ter nascido ontem...[...] teus outros filhos serão escravos como tu, porque a lei não os favorece, mas aquele nasce livre cidadão, e, quem sabe, teu futuro senhor!

Quando a lei do meu País houver falado essa linguagem ímpia, o filho será para o pai a imagem de uma iniquidade; o pai será para o filho o ferrete da ignomínia; transformareis a família em um antro de discórdia; criareis um aleijão moral, extirpando do coração da escrava esta fibra que palpita até no coração do bruto: o amor materno!¹¹⁸

É notável, nas considerações acima, a idéia de que a concessão de alforria deveria caber unicamente aos senhores, os quais faziam dela uma forma de controle, pois a liberdade era um *prêmio* que concediam aos escravos que tivessem boa conduta. Nesse sentido, tirar do senhor a prerrogativa exclusiva de conceder alforria equivalia a minar sua autoridade e a comprometer a manutenção da ordem social, visto que a esperança de ganhar a liberdade era um dos elementos que motivava os escravos a se empenharem no desempenho de suas funções. Aliadas a tais considerações, Alencar acrescenta que a medida proposta desorganizaria o trabalho livre, pois o liberto teria como exemplo de trabalho o dos pais, um trabalho escravo. Ao mesmo tempo, o próprio trabalho escravo seria prejudicado, pois os cativos ficariam tendo às suas vistas a imagem da liberdade nos filhos que nascessem livres.

Defendendo-se da alcunha de “escravocrata, retrógrado, espírito tacanho e ferrenho contrário aos influxos da civilização”, segundo ele atribuída a todo político contrário à emancipação direta, Alencar utiliza de uma estratégia argumentativa através da qual inverte o alvo de tais denominações, destinando-as aos “emancipadores a todo transe”, que no fundo seriam contrários à redenção dos escravos:

Vós, os propagandistas, os emancipadores a todo o transe, não passais de emissários da revolução, de apóstolos da anarquia. (*Apoiados da Oposição.*) Os retrógrados sois vós, que pretendeis recuar o progresso do País, ferindo-o no coração, matando a sua primeira indústria, a lavoura. (*Muitos apoiados da Oposição.*)

E se não, comparemos. Vede o que vós quereis, vede o que queremos nós.

Vós quereis a emancipação como uma vã ostentação. Sacrificais os interesses máximos da Pátria a veleidades da glória. (*Muitos apoiados da Oposição.*) Entendeis que libertar é unicamente subtrair ao cativo, e não vos lembrais de que a liberdade concedida a essas massas brutas é

¹¹⁸ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 13/07/1871)”. In: *Discursos...*, Op. Cit., p. 241.

um dom funesto; é o fogo sagrado entregue ao ímpeto, ao arrojo de um novo e selvagem Prometeu! (*Muitos apoiados da Oposição.*)

Nós queremos a redenção de nossos irmãos, como a queria o Cristo. Não basta para vós dizer à criatura, tolhida em sua inteligência, abatida na sua consciência: “Tu és livre; vai; percorre os campos como uma besta feral...” [...]

Entre estas duas causas não há quem hesite: a nossa é benéfica, a vossa é fatal; a nossa é santa e cristã, a vossa é cruel e iníqua.

Nós queremos a reabilitação daqueles que um erro do passado abateu; vós quereis a emancipação por uma simples vaidade; para vós a liberdade não é senão o combustível que acenderá a luz de vossa glória, de reformadores e propagandistas. (*Muito bem da Oposição.*)¹¹⁹

O autor inverte a posição de vilão, delegando-a aos abolicionistas, que não pensariam na vida que os escravos teriam quando libertos, agindo por puro interesse pessoal e por impulso, portanto, irresponsavelmente e de modo condenável. Para ele, os escravos deviam ser preparados para a liberdade para que sua inserção na sociedade se fizesse de forma harmônica e eles fossem realmente integrados, ao invés de serem transformados num “elemento de perturbação” da paz social. No fragmento, nota-se o esforço de Alencar para caracterizar a proposta da lei do Ventre Livre como repulsiva, de forma a incitar seus colegas a não aprová-la.

É notável, nas considerações de Alencar, a força da idéia de que havia uma harmonia nas relações escravistas que, de certa forma, sustentava a harmonia de toda a sociedade. Segundo ele, essa harmonia baseava-se na força da vontade do senhor, já que, cabendo a ele o controle total sobre o escravo, impunha-lhe respeito e com isso as relações sociais e de trabalho ficavam estáveis, gerando harmonia no seio da família e colaborando para o bom andamento da lavoura. Ademais, deixar a cargo dos senhores a decisão de abolir ou não os escravos não equivalia a compactuar com a manutenção da escravidão, visto que a “revolução de costumes” que se operava na sociedade era uma forte indicação de que o fim do regime escravista no Brasil estava muito próximo. Com base nessas considerações, o autor postula que a intervenção direta do governo, além de desnecessária, teria dimensões catastróficas: quebraria a harmonia da relação senhor/escravo e geraria cisão na própria família escrava, acarretando tensões que aniquilariam a paz social; desestruturaria o trabalho servil que sustentava a agricultura, base da economia nacional; seria prejudicial aos próprios escravos, visto que eram inaptos para o convívio social e não seriam efetivamente inseridos na sociedade; enfim, geraria o caos no país.

¹¹⁹ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 13/07/1871)”. In: *Discursos... Op. Cit.*, pp. 228/229.

Apesar de mostrar-se convicto de que sua opinião a respeito do andamento a ser dado é a mais correta e adequada tanto do ponto de vista econômico quanto moral e religioso, Alencar reitera em inúmeras passagens sua concepção de escravidão como algo odioso, uma instituição malévola que devia ser extinta do país. Esse esforço pode ser tomado como preocupação com sua imagem de intelectual ilustrado, a qual estaria comprometida por sua postura diante da questão escravista. Há um momento em que fica explícita essa preocupação:

Senhores, tenho a respeito da questão do elemento servil convicções muito profundas, muito sinceras, das quais não me demove, nem a odiosidade que possam elas excitar, nem o receio de incorrer na pecha de escravocrata. Seja-me permitido nesta ocasião solene, em que mais uma vez assumo a responsabilidade destas convicções, lembrar que fui um dos primeiros que se inscreveram na cruzada santa que trabalha por extinguir a escravatura, não na lei, mas nos costumes, que são a medula da sociedade.

Há 15 anos, quando as vozes que hoje se levantam com tanta sofreguidão emudeciam, e ocupavam-se dos assuntos de política local, eu me esforçava, no campo que se abria então à minha atividade na literatura e na Imprensa, em banir essa instituição.¹²⁰

Vemos reiterada a crença de que é possível extinguir a escravidão pelos costumes e, atrelada a ela, a caracterização de sua atitude como pioneira e a mais eficiente na promoção da abolição. Possivelmente porque, atuando nos âmbitos literário e jornalístico, alcançaria um número maior de pessoas e poderia mais eficientemente formar opiniões políticas.

¹²⁰ ALENCAR, “Elemento Servil. (Discurso de 30/09/1870)”. In: *Discursos... Op. Cit.*, pp. 196/197.

Capítulo II

Romantismo brasileiro e a eleição de elementos para composição de uma literatura nacional.

Ao mesmo tempo em que, no plano político, discutiam-se questões relativas à economia, à administração e ao futuro do país, no cenário cultural pregava-se a necessidade de criar uma literatura genuinamente brasileira e discutiam-se quais elementos deveriam figurar nos textos que pretendessem *traduzir* a nação. A imagem do Brasil era abordada nos dois âmbitos, mas, enquanto nos jornais e nas tribunas a escravidão era o tema central, ao menos a partir de meados do século, os textos críticos em geral fizeram silêncio sobre os escravos e o cativo.

José de Alencar, na condição de escritor, participou ativamente das discussões acerca da literatura nacional, compartilhou das preocupações de seus contemporâneos e deixou explícito seu projeto literário em textos críticos e paratextos de romances e obras teatrais.

2.1 Romantismo e missão patriótica.

O século XIX brasileiro foi marcado por inúmeras mudanças nos planos intelectual e artístico, as quais estiveram bastante ligadas às alterações políticas e sociais. Logo no primeiro decênio, com a transferência da corte de D. João VI para a colônia em 1808, a atividade intelectual ganhou um impulso significativo graças ao deslocamento da máquina administrativa da metrópole para a colônia. Isso porque, juntamente com a implantação de aparatos administrativos e de uma agenda de festas, também vieram a imprensa, a instalação de bibliotecas, academias literárias e científicas, teatros e facilitou-se a circulação de livros.¹²¹

Alguns anos mais tarde, outro acontecimento político daria impulso à atividade intelectual brasileira: a independência, em 1822. No que se refere à literatura, em particular, podemos considerar a avaliação de uma voz da época para imaginar o impacto desse acontecimento:

¹²¹ “A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da corte e de uma população urbana em rápida expansão.” (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, pp. 125/126)

Mas, lá surgem no horizonte os primeiros albos da aurora da liberdade, e com ela entoam-se os cânticos da independência. O mote estava dado: **Independência ou morte**; era natural que a glosassem em preciosas rimas as imaginações dos poetas e os corações patrióticos.¹²²

A independência política possibilitou que aflorasse o sentimento patriótico e nacionalista dos brasileiros, sentimento este que se manifestou nos âmbitos político, social e, também, cultural. O intuito de contribuir para a efetiva configuração de uma nação independente e de fazê-la caminhar para o progresso como as demais nações povoou o pensamento dos brasileiros em geral, principalmente dos intelectuais da época. Nesse contexto, a literatura ganhou a conotação de elemento que poderia colaborar para o progresso da nação e, também, para a consolidação da independência ideológica e a divulgação de uma imagem civilizada e progressista do Brasil nos âmbitos nacional e internacional. Exemplo disso pode ser tomado no discurso de Álvares de Azevedo, pronunciado em 1849, na comemoração do aniversário da criação dos cursos jurídicos no Brasil:

Perdoai-me, Senhores, se calei-vos as emoções que me desperta o dia das grandes reminiscências, a verdadeira era na nossa Nacionalidade. Perdoai se achei mais digno de vós recordar-vos o brilhantismo do passado e as esperanças do porvir, lembrar-vos a grandeza de vossa missão civilizadora.

[...]

A regeneração literária de nossa terra deve sair do meio de nós. Falange do progresso, não há ficarmos imóveis. Como ao Ahasvero da tradição, uma voz nos brada sempre: - Caminha!¹²³

Como acadêmico, Álvares de Azevedo atribuiu a si e aos demais estudantes de Direito uma “missão civilizadora”, a qual se concretizaria através da dedicação à literatura, mais especificamente à tarefa de efetuar-se a “regeneração literária” do país. A literatura foi, assim, explicitamente considerada um elemento a serviço do progresso da nação ou, em outros termos:

¹²² FIGUEIRA, Luís Ramos. “Parecer Lido na Sessão do Ensaio Filosófico Paulistano em 10 de junho de 1863 sobre a questão: É justo o título de chefe da literatura brasileira dado ao Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães?” *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. 14ª série, nº1, maio de 1864. APUD: CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1963. Vol. II, p. 173.

¹²³ AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. “Discurso Recitado na Sessão Acadêmica Comemoradora do Aniversário da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil – 14 de agosto de 1849.” Apud: CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959. Vol. I, pp. 104/105.

[...] a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma “literatura nacional” é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha. [...] tratava-se de construir uma vida intelectual na sua totalidade, para progresso das Luzes e conseqüente grandeza da pátria.¹²⁴

Podemos dizer que, nesse momento, instaurou-se o desejo de, à semelhança do que representou a independência para o aspecto político do país, chegar-se à autonomia também intelectual através da construção de uma literatura nacional. Essa mudança no modo de os brasileiros conceberem o fazer literário recebeu também influência do ideário romântico. Isso porque muitos dos elementos dessa tendência artística importada da Europa vieram ao encontro das aspirações dos escritores, como a valorização do nacional, o modo de conceber e tematizar a natureza e a possibilidade de afirmar-se a identidade brasileira em relação à antiga metrópole.¹²⁵

Assim, utilizando-nos da formulação de Candido, podemos assinalar a “felicidade com que as sugestões externas se prestaram à estilização das tendências locais.”¹²⁶ Aos sentimentos despertados pela independência política somaram-se os ideais românticos vindos da Europa, ambos configurando-se como os fatores principais que propiciaram uma renovação artística no Brasil do século XIX. Candido acredita que a independência política contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da idéia romântica no país.¹²⁷

Um exemplo significativo da estreita ligação entre a intelectualidade e o programa político de *civilizar* a nação e encaminhá-la para o progresso pode ser visto na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e no vínculo entre ele e o Estado. A

¹²⁴ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Vol. II, p. 12.

¹²⁵ “O romantismo aparecia como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar a universalidade mas também o particularismo, e portanto a identidade, em contraste com a metrópole, mais associada nesse contexto à tradição clássica. O gênero vinha ao encontro, dessa maneira, do desejo de manifestar na literatura uma especificidade do jovem país, em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria, sem deixar de lado a feição oficial e palaciana do movimento.” (SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. *Op. Cit.*, p. 128.)

¹²⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação...* *Op. Cit.*, p. 15.

¹²⁷ “A Independência importa de maneira decisiva no desenvolvimento da idéia romântica, para a qual contribuiu pelo menos com três elementos que se podem considerar como redefinição de posições análogas do Arcadismo: (a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; (b) desejo de criar uma literatura *independente, diversa*, não apenas uma *literatura*, de vez que, aparecendo o Classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria; finalmente, (c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional.” (CANDIDO, Antonio. *Formação...*, *Op. Cit.*, p. 12.)

partir da década de 1840, as relações entre essa instituição e o governo tornaram-se mais estreitas, já que o imperador D. Pedro II tornou-se freqüentador assíduo e incentivador da mesma. Assim, o IHGB, configurando-se como um importante “centro de estudos”, passou a funcionar como “elo” entre os meios oficiais e a vida intelectual, que foi estimulada por essa instituição, a qual abriu espaço para a pesquisa literária.¹²⁸

O IHGB pretendia fundar a história do país, tomando por base a trajetória de personagens que pudessem ser exaltados como heróis nacionais¹²⁹. Nesse sentido, a escrita da história desempenhava um papel específico para a discussão da questão nacional no país:

É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras.¹³⁰

Desvendar a gênese da nação equivalia a, de certa forma, fundá-la levando em conta elementos que viessem ao encontro dos interesses e das aspirações nacionais daquele momento. Assim, a história foi concebida como “meio indispensável para forjar a nacionalidade”.¹³¹

Aliada à história, e seguindo os mesmos princípios orientadores da elaboração desta, estava a literatura. Significativo exemplo desse laço foi a atuação de escritores como Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo no IHGB. Ademais, a entrada do imperador no Instituto e o mecenato promovido por ele contribuíram para que o projeto nacionalista romântico ganhasse teor oficial¹³². O apoio de D. Pedro II, além de auxiliar na concretização do projeto de renovação literária rumo à nacionalização e na aceitação dessas idéias, certamente contribuiu para que o fazer literário ganhasse a conotação de elemento-chave na construção da nação, de missão patriótica a ser desempenhada pelos escritores brasileiros.

¹²⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. Op. Cit.*, p. 126.

¹²⁹ SCHWARCZ, *Idem*, p. 127.

¹³⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. I, 1988, p. 6.

¹³¹ GUIMARÃES, *Idem*, p. 14.

¹³² SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. Op. Cit.*, pp. 131/132.

Para que essa *tarefa patriótica* fosse cumprida satisfatoriamente pelos escritores não bastava a mera produção de textos literários: exigia-se a confecção de textos que se configurassem como uma literatura nacional. Entretanto, surgiram aí certas dificuldades...

Que se entendia por semelhante coisa? Para uns era a celebração da pátria, para outros o indianismo, para outros, enfim, algo indefinível, mas que nos *exprimissem*. Ninguém saberia dizer com absoluta precisão; mas todos tinham uma noção aproximada...¹³³

Que elementos utilizar para compor textos que exprimissem a realidade nacional, suas peculiaridades e os sentimentos ligados a ela? Que temperos utilizar para dar às produções literárias um sabor brasileiro? Semelhantes questões povoaram a cabeça da maioria dos intelectuais brasileiros do século XIX. Muitos deles deixaram textos que documentam a recorrência dessas indagações e a busca por respostas satisfatórias. É essa “noção aproximada”, nos termos de Candido, do que seria literatura nacional e de quais seriam os elementos a utilizar para compô-la que tentamos reconstruir com base na leitura de textos críticos de periódicos e de paratextos ficcionais da época e nas considerações de alguns historiadores e teóricos atuais.

Para estabelecer os elementos que caracterizavam uma produção literária como brasileira, os escritores do período analisaram as obras dos autores nacionais precedentes e, de certa forma, historicizaram as produções coloniais na busca de textos que pudessem ser concebidos como nacionais. Nesse contexto, a busca do momento da origem da literatura nacional ganhou outro sentido para os primeiros românticos. Ao rastreamento das produções coloniais e não conseguirem encontrar o momento exato do surgimento do nacionalismo na literatura ou mesmo uma obra que correspondesse plenamente às suas expectativas de texto brasileiro, eles puderam eleger-se fundadores dessa literatura e apresentar suas produções como exemplo de obra nacional.¹³⁴ Fruto dessa concepção é a imagem da literatura brasileira

¹³³ CANDIDO, Antonio. *Formação..., Op. Cit.*, p. 11.

¹³⁴ “Em parte, no caso da busca do momento exato da origem de uma literatura com características peculiares no Brasil, não se trata apenas de um desejo de investigação crítica ou de reafirmação do nativismo, mas também de uma espécie de *topos* de que se servem escritores e historiadores para, diante da dificuldade de remontar com exatidão às tais possíveis raízes ou ao marco de ‘descoberta da realidade ou recuperação de uma posição idealmente pré-portuguesa’, sugerirem a si mesmos e à própria geração como agentes privilegiados dessa retomada ou de uma verdadeira fundação artística da nacionalidade e de uma história da literatura nacional. [...] A pesquisa da origem, no caso desses primeiros românticos brasileiros, significa, então, a busca de um *referendum* para o próprio ideário artístico. E a possibilidade, em meio a gêneses lineares – em que cor local e nacionalidade são as linhas mestras –, de erigir a própria produção em exemplo de realização, ponto de chegada neste traçado de progressivo abrasilamento.” (SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é Longe Daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 16/17).

como criança balbuciante a dar os primeiros passos, a qual é bastante recorrente nos textos da época, os quais configuram a literatura nacional como uma jovem ou uma criança em plena infância, mas uma infância peculiar, desvinculada das tendências européias e em contato pleno com a natureza local.¹³⁵

Diante da tarefa de criar uma literatura genuinamente nacional, muitos escritores brasileiros do XIX olharam para as obras coloniais buscando *indícios nacionalizantes* a partir dos quais pudessem eleger os elementos que deveriam incluir em seus textos para dar-lhes um tom brasileiro. Além disso, na falta de textos programáticos nacionais, a maioria desses autores pautou-se nas sugestões de intelectuais estrangeiros que haviam abordado a literatura em língua portuguesa e comentado obras de autores nacionais ou mesmo dos poucos que haviam se pronunciado a respeito da literatura especificamente brasileira.

2.2 Contribuição estrangeira para a definição da literatura nacional.

Eleger os elementos que caracterizariam uma literatura genuinamente nacional pressupunha a definição de uma imagem da pátria. Nesse âmbito, o pensamento europeu constituiu uma forte referência, contribuindo para o levantamento das peculiaridades que singularizavam o país perante as demais nações e influenciando consideravelmente na configuração de uma imagem local de Brasil. Isso ficou patente, por exemplo, na retomada das teorias climáticas acerca do Novo Mundo¹³⁶ e, principalmente, na constante referência ao conteúdo dos relatos de viajantes estrangeiros.¹³⁷

¹³⁵ “Já disse e agora repito que a literatura brasileira saiu há pouco das faixas da infância, menina travessa e caprichosa, respirando o ar puro, novo, independente deste clima; desconhece o medo, vence os obstáculos, ou correndo pelas margens aprazíveis de nossos rios gigantescos, ou embrenhando-se nas selvas primitivas a engolfar-se nos misteriosos aromas que se exalam delas. Ora de pé nos píncaros agrestes de nossas montanhas, que topetam com as nuvens, ora desprendendo o vôo, e desaparecendo nos páramos límpidos e transparentes de nosso céu sertanejo.” (QUEIROGA, João Salomé. “Advertência a *Maricota e o Padre Chico*”. Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1871. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 64.)

“A nossa literatura está ainda na infância, que não é nossa a escola de Camões e Ferreira, assim como não é dos Italianos a de Horácio e Vergílio.” (AZEVEDO, Manuel Duarte de. “Literatura Pátria.” *O Acaíaba*, nº 2, junho de 1852. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. II, p. 185.)

¹³⁶ Segundo Roberto Ventura, as idéias de Buffon e Montesquieu sobre os trópicos foram retomadas na América Latina por ocasião da luta por autonomia. O autor também informa que, no Brasil, intelectuais como Azeredo Coutinho, Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, Silvio Romero e Araripe Junior discutiram a teoria climática dos mencionados autores. (VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 32 a 34.)

¹³⁷ Além de mencionadas, as considerações dos viajantes acerca do Brasil e a imagem que teceram da nação foram, de certa forma, incorporadas nas narrativas oitocentistas. Flora Süssekind, através da análise dos primeiros narradores de ficção nacionais, percebeu que os prosadores brasileiros do início do XIX veicularam em seus

Os textos estrangeiros que abordaram o país desde o seu descobrimento acabaram fundando uma imagem dele que foi se consolidando ao longo dos séculos:

Na verdade, uma comparação entre as descrições do Novo Mundo feitas por seus descobridores e primeiros visitantes [...] e este Brasil visto pelos europeus do século XIX vai revelar uma linha de continuidade flagrante e exemplar. O paraíso de riquezas, de bom clima e de belas paisagens atravessou – à primeira vista intacto – o espaço que vai dos italianos renascentistas ao olhar “científico” do Oitocentos. [...] Assim, uma imagem foi se construindo a partir dos grandes descobrimentos e parece não ter feito mais que se consolidar, sem maiores modificações, ao longo dos séculos. Não há quem negue o fato de esta realidade americana ter sido “moldada, de forma determinante, pelos testemunhos dos viajantes”[...].¹³⁸

Evidências dessa continuidade¹³⁹ e da consolidação de uma imagem de Brasil podem ser apontadas no fato de que alguns estrangeiros que visitavam o país no século XIX tinham uma imagem prévia que buscavam encontrar e reproduzir em seus relatos. Eles esperavam ver-se diante de uma paisagem caracterizada pela presença de “originalidade”, “natureza exuberante”, “costumes peculiares” e seus textos deixam transparecer a reação de recusa ou estranhamento por parte deles quando se deparam com uma cena ou um elemento “destoante”, em desacordo com sua visão de “Brasil-só-natureza”.¹⁴⁰

As considerações dos estrangeiros colaboraram para que se concretizasse, em âmbito nacional, a visão do Brasil como país que superava os demais em termos de exuberância natural, característica que de certa forma compensava seu atraso em relação às demais nações. Esse atraso era justificado por alguns intelectuais como decorrente do fato de o país ser uma nação jovem, imagem que também foi muito recorrente. Considerando, então, sua juventude, o “Novo Mundo” passou a olhar o “Velho Mundo” como fornecedor dos valores que

textos uma imagem do país construída com base nos relatos estrangeiros: “E é com olhos fixos nas séries de pranchas e comentários de viagens, quase pictóricos, sobre o cenário natural local, que esse primeiro narrador de ficção no Brasil parece aprender a figurá-lo. Em paisagens cujos contornos estariam traçados pelos muitos tratados descritivos, pranchas e relatos de expedições que percorrem, de modo às vezes mais, às vezes menos discretos, suas narrativas.” (SÜSSEKIND, *Op. Cit.*, p. 40.)

¹³⁸ ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 68.

¹³⁹ Note-se, entretanto, que essa linha de continuidade não se estendeu a todo o continente americano, pois os Estados Unidos, ao fim dos Setecentos, ganharam lugar entre as nações civilizadas. “Foi, portanto, para esta parte sul do continente americano que os viajantes continuaram a afluir em grande número, e é particularmente em relação a ela que se vai destacar a linha de permanência que pode ser traçada a partir dos primeiros exploradores.” (ROUANET, *Idem*, p. 79.)

¹⁴⁰ SÜSSEKIND, *Op. Cit.*, pp. 24 a 28.

estabeleceriam o padrão a ser seguido e a tomá-lo como parâmetro a partir do qual se pensava o futuro da nação, a saber: chegar à idade adulta, à civilização, equiparando-se com a Europa.¹⁴¹

Tendo em mente uma imagem de Brasil como país novo, em desenvolvimento e em processo de civilização cuja peculiaridade era a exuberância natural, faltava eleger os elementos que deveriam compor uma literatura que reproduzisse essas particularidades e fosse marcadamente nacional. Na falta de sugestões nacionais a respeito de como proceder, a voz estrangeira novamente ecoou, pois foram europeus os primeiros intelectuais que abordaram a literatura produzida no Brasil.

Dentre os estrangeiros que escreveram sobre autores brasileiros, daremos ênfase às idéias de Ferdinand Denis e Almeida Garrett. Tais autores têm em comum o fato de haverem publicado seus textos em 1826, portanto pouco depois da independência política brasileira, sugerido temas e elementos para os autores brasileiros comporem uma literatura própria e, principalmente, terem tido muita influência no pensamento dos escritores nacionais, muitos dos quais ecoaram suas idéias em seus textos ou mesmo citaram-nos em explícito diálogo.

Ferdinand Denis foi o primeiro autor a tratar a produção literária brasileira como um todo orgânico e a figurá-la separada da literatura portuguesa¹⁴². Em seu *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (Paris, 1826), os autores brasileiros viram sugestões que foram importantes para a constituição da literatura nacional, visto que a obra teve bastante influência e foi muito lida no país.¹⁴³

O texto do *Resumo da História Literária do Brasil* possui duas partes: a primeira, de caráter programático, é intitulada “Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo” e a segunda constitui uma “Visão sumária de alguns poetas dos séculos XVII e XVIII”. Na primeira parte, que nos interessa mais diretamente, o autor teceu várias considerações sobre as peculiaridades do país, abordando sua situação sob o ponto de vista político, social e intelectual. Com base nelas, sugeriu uma espécie de programa literário para os

¹⁴¹ ROUANET, *Op. Cit.*, pp. 108 a 112.

¹⁴² CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. “Introdução”, pp. XXXII e XXXIII.

¹⁴³ “Se ninguém houvesse lido o *Résumé*, se a palavra candente do autor tivesse ficado esquecida, tal contribuição poderia ser arrolada, no máximo, entre os *faits-divers* de nossa literatura. Mas, não. Deu-se justamente o contrário. Num meio intelectual carente de guias, como o Brasil durante o Primeiro Reinado, sua voz repercutiu imediata e intensamente. Era alguém que falava, um europeu de Paris, convidando-nos ao conhecimento aprofundado da terra, chamando-nos a vistoriar a floresta, a conhecer hábitos e lendas do aborígene, a estudar velhas sagas por acaso sobreviventes em sua literatura oral.” (CÉSAR, *Op. Cit.*, “Introdução”, p. XXXIII.)

brasileiros, indicando o caminho que, a seu ver, melhor conduziria as produções nacionais rumo à independência intelectual e artística.

Denis acredita que o Brasil, como país independente, precisava de inspirações poéticas próprias, diferentes das européias, sendo necessário que o pensamento dos autores fosse guiado pela observação das particularidades nacionais para alcançar tais inspirações. A seu ver, os brasileiros deveriam seguir o rastro das atitudes que levaram às mudanças no plano político e buscar a independência intelectual, a qual seria obtida através das ações no âmbito artístico, especificamente o literário. Para isso, os escritores deveriam buscar fontes nacionais de inspiração, as quais seriam alcançadas através da observação das paisagens naturais, que ofereciam um “espetáculo” diante do qual o pensamento deveria “alargar-se”. Através desse procedimento, mesmo utilizando “uma língua que a velha Europa aperfeiçoara”, a nação brasileira conseguiria “ser livre tanto na sua poesia quanto no seu governo”, pois o pensamento que guiaria os artistas na confecção de suas obras seria “independente”, “novo” e “enérgico” como a nação. É notável o fato de que o autor reforça a caracterização do Brasil como uma nação nova, “estuante de juventude”, “cheia de energia”, peculiaridade também utilizada para atestar a necessidade de os artistas buscarem novas fontes de inspiração, já que as idéias clássicas estariam gastas e não combinariam com o clima, a natureza e as tradições da jovem nação.¹⁴⁴

A natureza parece ser o elemento mais representativo do país e mais tipicamente brasileiro para Denis, que várias vezes ao longo do texto reitera o convite à contemplação da mesma como fonte de inspiração e sugere explicitamente que ela seja tematizada nas obras:

Que se pretende venha o americano a fazer de nossas comparações, sugeridas por uma natureza já esgotada pelo trabalho de séculos? Na floresta virgem, experimenta o homem as mesmas impressões que nos bosques continuamente devastados pelo lenhador? Não têm mais força e liberdade os animais que vivem na campanha? Não arroja o oceano suas vagas contra um litoral mais impressionante? A aurora da Grécia, com seu róseos dedos, abrirá aquele céu ofuscante de esplendor, cujo brilho faria empalidecer o mesmo Apolo? Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentre de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres. Essa natureza, muito favorável aos desenvolvimentos do gênio, esparze por toda parte seus encantos, circunda os centros urbanos com os mais belos dons; e não é como em nossas cidades, onde a desconhecem, onde muitas vezes não a percebem.¹⁴⁵

¹⁴⁴ DENIS, Ferdinand. *Resumo da História Literária do Brasil*. Paris, 1826. Texto Integral Traduzido por Guilhermino César. In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 36.

¹⁴⁵ DENIS, *Idem*, p. 37.

O autor estabelece a natureza como fonte primeira de toda inspiração: a tradição literária européia havia sido fundada com base nela e as comparações dos textos contemporâneos ainda eram sugeridas por ela. Entretanto, essa natureza estava “esgotada” e não podia render bons frutos no Brasil, onde havia uma natureza diferente da européia e que poderia ser explorada e gerar uma nova tradição literária, a qual seria autêntica, local e desvinculada da herança grega. Fundar uma nova forma de fazer literatura com base numa temática diferente da européia seria muito vantajoso, já que, tendo por mote uma natureza exuberante, a poesia brasileira revelava-se plena de potencialidades, podendo em pouco tempo superar as produções européias nas quais se inspirava e que, devido às peculiaridades do Brasil, não lhe forneceriam inspirações “adequadas”. Além disso, a natureza brasileira era “favorável aos desenvolvimentos do gênio” e contemplá-la não exigia grandes esforços porque, diferentemente da Europa, ela estava presente no cotidiano de todos os brasileiros, sendo acessível mesmo àqueles que residiam em centros urbanos.

Somados à tematização da natureza local, deveriam estar a avaliação do passado e o olhar atento para as populações indígenas, cujos costumes e tradições poderiam constituir um passado grandioso a ser exaltado:

A sua idade das fábulas misteriosas e poéticas serão os séculos em que viveram os povos que exterminamos e que nos surpreendem por sua coragem, e que retemperaram talvez as nações saídas do Velho Mundo: a recordação de sua grandeza selvagem cumulará a alma de orgulho, suas crenças religiosas animarão os desertos; os cantos poéticos, conservados por algumas nações, embelezarão as florestas. O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza constantemente mutável em seus fenômenos: se essa natureza da América é mais esplendorosa que a da Europa, que terão, portanto, de inferior aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia esses homens de quem não se podia arrancar um só lamento, em meio a horríveis suplícios, e que pediam novos tormentos a seus inimigos, porque os tormentos tornam a glória maior? Seus combates, seus sacrifícios, nossas conquistas, tudo apresenta aspecto esplendoroso.¹⁴⁶

Voltar-se para o passado, para os brasileiros, deveria equivaler a tematizar os costumes e tradições indígenas, necessitando-se, para isso, de uma análise desse passado e de um olhar desarmado que levasse à valorização do que havia restado de herança cultural dessas tribos. Mesmo se tratando de um povo com costumes, lendas e tradições diferentes da Europa, havia

¹⁴⁶ DENIS, *Idem*, pp. 36/37.

muitos elementos a serem valorizados. Estava sugerida, nas palavras de Denis, a temática indianista, que foi bastante cultivada pelos românticos brasileiros posteriores.

Segundo essas considerações, a singularidade da literatura brasileira seria obtida através da temática e só ela possibilitaria que os textos brasileiros se diferenciassem dos portugueses, já que utilizavam a mesma língua. O autor sugere sempre que se observe a paisagem local e, principalmente, que se inclua a natureza e que sua beleza plástica figure nas obras, parecendo sugerir que ela seja incluída através da descrição.

Observamos, porém, que essa paisagem local sugerida pelo autor não se resumia na soma de natureza com indígenas, sementes plantadas por ele que renderam muitos frutos no solo literário brasileiro. Denis lançou também uma outra semente, a qual, como veremos, não foi muito cultivada pelos românticos brasileiros, possivelmente porque o fruto que ela geraria não lhes agradava o paladar: a questão racial, mais especificamente a presença do africano, mais especificamente do escravo negro, na paisagem brasileira.

O autor defende a existência de uma disposição inata do brasileiro para a poesia, atribuindo-a à mistura de raças que o originaram:

Quer descenda do europeu, quer esteja ligado ao negro ou ao primitivo habitante da América, o brasileiro tem disposições naturais para receber impressões profundas; e para se abandonar à poesia não precisa da educação cidadina; afigura-se que o gênio peculiar de tantas raças diversas nele se patenteia: sucessivamente arrebatado, como o africano; cavalheiresco, como o guerreiro das margens do Tejo; sonhador, como o americano...¹⁴⁷

Segundo Denis, três povos de índoles diferentes, antes separados geograficamente, estavam reunidos no Brasil para formar um “povo irmão” e contribuíram para que o povo brasileiro fosse, concomitantemente, arrebatado, cavalheiresco e sonhador, atributos que lhe permitiam ser naturalmente poeta. Menciona, então, as características particulares de cada raça e o modo como elas se manifestavam poeticamente no país:

O americano ouve com melancolia, uma tristeza imensa lhe transluz no olhar; se fala, é em voz baixa, com um acento lastimoso nas palavras; raramente se anima, retendo a energia no fundo da alma, que é toda pela independência, pela liberdade que reina nas florestas. O negro necessita abandonar-se ao calor de sua imaginação, e precisamos acompanhar-lhe o pensamento; a rapidez de suas palavras não lhe basta à abundância das idéias [...] Inconstante nos sentimentos, mas sempre crédulo, o sobrenatural embeleza-lhe as narrativas; dá vida, com as tradições poéticas da terra natal, à nova pátria. Sem dúvida, geme ainda à lembrança dos infortúnios passados, mas, apesar das dores da escravidão, o presente, arrebatando-lhe o ardor da imaginação, o conduz e desvia-lhe os olhos do futuro; e o branco, que partilha

¹⁴⁷ DENIS, *Idem*, p. 38.

amiúde o trabalho daqueles dois homens, orgulhoso de pertencer à raça dos dominadores, cria-se tradições novas, mas retém as dos velhos tempos [...] sua imaginação pertence às terras distantes, mas o seu coração pertence à pátria: nas suas narrativas, nos seus cantos, mistura-se a história de ambos os países. Quanto ao filho de mãe indígena, possui não sei que impulso de independência, que o leva a sentir a necessidade de exaltar, antes de tudo, a sua pátria; busca aventuras no meio da floresta; tem a perseverança do branco e a coragem do homem acobreado; sua alma é enérgica e seu espírito melancólico; desta raça sairão grandes coisas.

O filho de pai europeu e mãe negra, o mulato, recorda o árabe nos traços, na cor e no caráter: o amor, exaltando-lhe a alma, torna-o entusiasta; pensa com rapidez, tem a imaginação colorida, o coração arrebatado. É poeta, tal como a natureza o criou.¹⁴⁸

Note-se que as raças conviviam, mas teriam mantido suas características específicas e seu modo próprio de lidar com a inspiração e a poesia. Além disso, as raças negra e branca, quando se instalaram no território brasileiro, trouxeram contribuições de suas terras de origem mas souberam mesclá-las ao novo país e contribuíram para sua cultura. Os mestiços teriam misturado as diferentes tendências sem perder a veia poética, parecendo ter reunido em si o melhor de cada raça que contribuiu para sua formação.

No trecho em que fala do africano, há um tom de denúncia da parte de Denis quando menciona os infortúnios dos negros cativos e as dores advindas da escravidão, mas é uma condenação sutil. Para ele, o negro, devido à ação das belezas naturais que lhe arrebatavam a imaginação ardente, acabaria esquecendo-se de seu passado e de seu futuro, centrando-se nas tarefas a desempenhar e deixando de avaliar sua condição cativa. Os românticos brasileiros tiveram uma postura interessante quanto às idéias de Denis: ecoaram-nas quase completamente, abstendo-se, porém, de incluir as considerações relativas ao negro escravo.

No mesmo ano da publicação do *Resumé...*, veio a lume o *Parnaso Lusitano ou Poesias dos Autores Portugueses Antigos e Modernos*, de Almeida Garrett. O autor conviveu em Paris com a geração brasileira da revista *Niterói*, impregnando-a com o tema de uma literatura nacional.¹⁴⁹ Assim como o trabalho de Denis, as idéias veiculadas pelo texto de Garrett repercutiram muito no país e foram consideradas pelos autores brasileiros em suas colocações acerca da literatura nacional.

¹⁴⁸ DENIS, *Idem*, pp. 39/40.

¹⁴⁹ “O autor de Portugal na Balança da Europa, amanhecendo intelectualmente num agitado período da história peninsular, foi compelido a viver no exterior, Inglaterra e França, onde assimilou os novos modelos que o Romantismo forjava por lá, e em Paris conheceu alguns jovens brasileiros, dentre eles Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, com os quais estabeleceu sólida amizade. Tal convivência foi benéfica a ambas as partes. O nacionalismo temático de Garrett, o ardor com que perseguiu o veio da poesia popular; o amor que devotava à natureza, a que sua pena, em golpes felizes, deu especial realce na ficção e na poesia, superando tudo quanto se fizera antes; a veemência de seu coração – eis alguns dos vincos peculiares que o tornaram estimável aos

No Capítulo IV do *Bosquejo*, intitulado “A Restauração das Letras, em Portugal e no Brasil, em meados do século XVIII”, o autor opinou que os brasileiros deveriam ter mais originalidade:

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece; a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que se receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.¹⁵⁰

Ao lamentar a falta de originalidade dos autores brasileiros, Garrett sugere uma forma de eles serem mais nacionais e autênticos: a originalidade brasileira deveria ser buscada nas “majestosas e novas cenas da natureza”, as quais poderiam oferecer “diferentes imagens, expressões e estilo”. Essas considerações reapareceram, de certa forma, na análise que fez que alguns autores brasileiros:

Gonzaga, mais conhecido pelo nome pastoril de Dirceu, e pela sua Marília, cuja beleza e amores tão célebre fez naquelas nomeadas liras. Tenho para mim que há destas liras algumas de perfeita e incomparável beleza [...]. Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer. Explico-me: quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! e quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém de roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!

Justo elogio merece o sensível cantor da infeliz Lindóia, que mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros. *O Uruguai* de José Basílio da Gama é o moderno poema que mais mérito tem na minha opinião. Cenas naturais mui bem pintadas, de grande e bela execução descritiva [...] Os Brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana.¹⁵¹

românticos brasileiros.” (CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo... Op. Cit.* “Introdução”, p. XXXVI)

¹⁵⁰ GARRETT, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso Lusitano ou Poesias dos Autores Portugueses Antigos e Modernos* (1826). In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 90.

¹⁵¹ GARRETT, *Idem*, pp. 90/91.

Note-se que um dos critérios utilizados pelo autor para avaliar a produção dos brasileiros foi a tematização de aspectos nacionais. Essa exigência levou-o a censurar Gonzaga, cujas líras “algumas de perfeita e incomparável beleza”, teriam ganhado muito se incluíssem a paisagem local, e a exaltar Basílio da Gama, considerado por ele como “verdadeiramente nacional”. O autor lamenta a ausência de “originalidade” dos brasileiros e a atribui à falta de “sentimento nacional”, explicitando a expectativa de que os escritores deveriam ser originais e expressar o zelo pela pátria, precisando, para isso, tematizar seu país nas obras. Com base nas considerações do fragmento acima, podemos vislumbrar a imagem que Garrett fazia de autor e texto genuinamente brasileiros e uma sugestão de como os escritores poderiam ser mais autênticos: o autor deve “pintar seus painéis com as cores do país onde os situou” e em seus textos devem estar presentes elementos naturais peculiares como “palmeiras”, “sabiá”, “tatu”, “flores do cafezeiro”, enfim, “cenas naturais mui bem pintadas, de grande e bela execução descritiva”. Além disso, propõe um modelo de tratamento da natureza local: o francês Bernardin de Saint-Pierre, que exaltara a beleza e exuberância da natureza tropical com descrições de cenas bucólicas na história de *Paulo e Virgínia*. Vale atentar, ainda, para o fato de que o autor não menciona o elemento humano.

As sugestões de Denis e Garrett serviram de base às discussões dos românticos acerca da nacionalidade da literatura brasileira. Há artigos em que escritores do XIX explicitamente mencionam esses autores como forma de legitimar suas convicções, atestando a influência deles sobre o pensamento nacional:

O Sr. Ferdinand Denis lastima que não haja, no Brasil, um Cooper que recolha as tradições do resto dessas tribos que andam por aí dispersas. E tem razão. Entregues hoje todos às cenas da Europa, nós tomamos parte ativa nos mais pequenos movimentos de além-mar; enquanto que para a pátria nem ao menos uma vista saudosa!¹⁵²

O Visconde d’Almeida Garrett no bosquejo sôbre a língua e literatura portugueza aconselhou os brasileiros que pintassem com côres locais as ricas e novas cenas de sua luxuosa natureza; isto no comêço do presente século. Agora no declínio dêle o Sr. Pinheiro Chagas, igualmente escritor portuguez e distinto, quer impor aos escritores brasileiros como norma, o pai velho, contra o parecer daquele distintíssimo e fecundo Visconde e contra o parecer de Horácio.¹⁵³

O Brasil é inegavelmente a terra da poesia, seus filhos como que começam a existir soltando vozes harmoniosas [...] O americano, diz Ferdinand Denis, escuta com melancolia, uma

¹⁵² AZEVEDO, Manuel Duarte de. “Literatura Pátria.” *O Acaiaba*, nº 3, julho de 1852. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. II, p. 188.

¹⁵³ QUEIROGA, João Salomé. Advertência a *Maricota e o Padre Chico*. Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1871. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 63.

tristeza lenta se pinta muitas vêzes em seu olhar, se êle fala sua voz é baixa e suas palavras têm um acento queixoso; êsse tom melancólico transpira sempre em nossos poetas [...] ¹⁵⁴

Os exemplos mencionados permitem sentir a força com que as considerações estrangeiras quanto à literatura brasileira repercutiram no país. O segundo e terceiro fragmentos aludem explicitamente às idéias de Denis e expressam concordância com elas. No segundo, o autor posiciona-se favorável às colocações de Garrett em oposição às de Pinheiro Chagas, isso por acreditar que as sugestões daquele eram mais adequadas às aspirações de produzir-se uma literatura brasileira. É notável, também, que nos três trechos os autores estrangeiros são mencionados com intuito de legitimar as considerações dos articulistas quanto à literatura nacional. Além das menções explícitas a esses intelectuais, as considerações dos escritores românticos sobre o que caracterizaria uma literatura como brasileira ecoam suas sugestões em muitos momentos, como veremos mais adiante.

2.3 A literatura nacional definida pelos brasileiros.

2.3.1 Os Primeiros Românticos.

[...] qual é a origem da literatura brasileira? Qual o seu caráter, seus progressos, e que fases tem tido? Quais os que a cultivaram, e quais as circunstâncias que em diversos tempos favoreceram ou tolheram o seu desenvolvimento?¹⁵⁵ (Gonçalves de Magalhães, 1836).

Os primeiros textos nacionais que abordaram a literatura brasileira datam das décadas de 1830 e 1840. Dentre os vários intelectuais que participaram desses primeiros momentos da discussão acerca da literatura nacional, abordaremos as posturas de Gonçalves de Magalhães¹⁵⁶, Joaquim Norberto de Sousa e Silva¹⁵⁷, João Manuel Pereira da Silva¹⁵⁸, Santiago Nunes

¹⁵⁴ “As *Minhas Canções* do Sr. Silveira de Sousa.” *O Acaíaba*, nº 4, agosto de 1852. Apud: CASTELLO, Op. Cit., Vol. II, p. 209.

¹⁵⁵ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso Sobre a História da Literatura do Brasil* (1836). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980, p. 26.

¹⁵⁶ O *Discurso Sobre a História da Literatura do Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1836, na Revista *Niterói*. É um dos textos pioneiros e que, de certa forma, pode ser tomado como fundador das discussões acerca da literatura brasileira, tendo influenciado consideravelmente as produções e reflexões dos autores que o sucederam. O texto integral pode ser encontrado em: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso Sobre a História da Literatura do Brasil* (1836). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

¹⁵⁷ O “Bosquejo Histórico da Poesia Brasileira” é uma introdução à obra *Modulações Poéticas*, de autoria de Joaquim Norberto, publicada pela primeira vez em 1841. (Edição consultada: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa.

Ribeiro¹⁵⁹ e Francisco Adolfo de Varnhagen¹⁶⁰. Consideramos que tais textos são representativos das primeiras indagações acerca da literatura brasileira em território nacional e fornecem tanto elementos que deveriam compor essa nacionalidade quanto a base para as discussões que os sucederam¹⁶¹.

Uma das grandes preocupações desses intelectuais relacionou-se com a necessidade de *provar* a existência de uma produção literária brasileira desvinculada da portuguesa mesmo antes da independência política. Por isso, todos eles se voltaram para os autores coloniais e requisitaram-nos como escritores brasileiros, confeccionando textos panorâmicos em que abordaram todas as obras produzidas em território nacional sob a denominação genérica de “literatura brasileira”.

Apesar dessa postura comum, a maior parte desses autores olhou com desconfiança para a produção colonial: reconheciam nas obras alguns *indícios* de nacionalidade, mas o que fica mais forte em sua avaliação é a condenação da presença marcante de aspectos europeus nesses textos. Muitos dos autores oitocentistas consideraram a literatura colonial pouco brasileira e acusaram os escritores precedentes de “imitadores” dos europeus, idéia marcadamente presente na maioria dos textos abordados.

“Bosquejo Histórico da Poesia Brasileira” (1841). In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.)

¹⁵⁸ A “Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira” data de 1842 e antecedeu o primeiro volume do *Parnaso Brasileiro* organizado pelo autor. (Consultamos a seguinte edição: SILVA, João Manuel Pereira da. “Uma Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira” (1842). In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.)

¹⁵⁹ “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, texto publicado pela primeira vez em 1843, no periódico carioca *Minerva Brasiliense*. (Consultamos o texto na seguinte edição: RIBEIRO, Santiago Nunes. “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira” (1843). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.)

¹⁶⁰ Em 1850, Francisco Adolfo Varnhagen publica, em Lisboa, os dois primeiros tomos de seu *Florilégio da Poesia Brasileira*, sendo o primeiro deles antecedido por um “Estudo Histórico Sobre as Letras no Brasil”, último texto que abordaremos nesse primeiro grupo de considerações sobre a literatura brasileira. Sua inclusão justifica-se pelo fato de que, apesar de publicado no ano de 1850, há declarações do autor em prefácios aos tomos 2 e 3 da obra de que a enviou para ser impressa em 1846. Além disso, essa obra de Varnhagen teve bastante influência, chegando a ser considerada por alguns o texto fundador da história da literatura brasileira. (A respeito dessa importância e das datas de publicação e escrita dos tomos da obra, consultar ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p.p. 210 a 216. O texto do autor a que fazemos alusão encontra-se nessa mesma obra.)

¹⁶¹ O primeiro texto publicado nesse sentido foi o *Parnaso Brasileiro ou Coleção das melhores poesias do Brasil, tanto inéditas como já impressas*, de Januário da Cunha Barbosa. Nos textos introdutórios, o autor declara a crença de estar prestando um serviço à nação com sua obra, cujo intuito ao escrever foi tornar conhecidos os poetas brasileiros. Entretanto, não aborda a presença ou ausência de nacionalidade nos textos ou mesmo questões relativas ao surgimento ou às características da literatura brasileira. Por isso, optamos por somente mencioná-lo na presente nota sem, contudo, abordá-lo junto aos demais textos. (Os textos introdutórios ao *Parnaso Brasileiro* podem ser

Pioneiro na exposição dessa tese, Gonçalves de Magalhães acreditava que a literatura e a poesia brasileiras foram herdadas de Portugal e que não perderam seu caráter europeu ao chegar ao Brasil, visto que trouxeram consigo a temática pagã. Climatizada em solo brasileiro, a poesia não perdera sua índole estrangeira e alimentava a nostalgia da Europa, olhando para a paisagem americana em busca de equivalentes locais para os elementos de sua terra de origem: “toma[va] por um rouxinol o sabiá que gorje[ava] entre os galhos da laranjeira”¹⁶². A temática pagã havia seduzido os poetas brasileiros, que, embalados pelas idéias e produções européias, deixaram de abordar dois elementos fundamentais em seus textos: “a sublimidade da religião” e a “natureza grandiosa”. Assim, esses autores não desenvolveram suas habilidades artísticas porque seu talento foi como que sufocado pelo ideário europeu do qual tentaram apropriar-se, o que fez com que ficassem reduzidos a “meros imitadores”¹⁶³.

Joaquim Norberto e Pereira da Silva compartilham dessa opinião de Magalhães. O primeiro postula que os “novos brasileiros”, filhos dos conquistadores portugueses, não souberam cantar a natureza brasileira e iniciaram uma forma de fazer literatura baseada em suas heranças européias e que, “por desgraça”, foi continuada por seus sucessores, atitude que define como “falta de reflexão, erro gravíssimo, que tanta quebra dá em suas composições.”¹⁶⁴ O segundo, confere ao conjunto dos poetas nacionais dos séculos XVI, XVII e XVIII a alcunha de “meros copistas e imitadores dos vates lusitanos” que fecharam os olhos para as belezas naturais brasileiras em prol da temática portuguesa.¹⁶⁵

A postura de juiz que declara o réu culpado assumida por esses autores em relação aos escritores coloniais não foi compartilhada por Santiago Nunes Ribeiro, que nesse tribunal metafórico encarregou-se da defesa do réu. O autor postula que sempre existiu no Brasil uma literatura com traços característicos que a distinguiam da portuguesa. Ele menciona que tem ciência de que vai rebater as idéias de “Denis, Garrett, Norberto, Sales Torres Homem e Magalhães” acerca do assunto, já que deseja “provar que a acusação de imitadora, de estrangeira, de cópia de um tipo estranho, feita à poesia brasílica, é mal fundada, injusta e até

encontrados em ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.)

¹⁶² MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso Sobre a História da Literatura do Brasil* (1836), *Op. Cit.*, pp. 31/32.

¹⁶³ MAGALHÃES, *Idem*, p. 32.

¹⁶⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Bosquejo Histórico da Poesia Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 103.

¹⁶⁵ SILVA, João Manuel Pereira da. “Uma Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 157.

pouco generosa.”¹⁶⁶ Comenta, então, o fato de os poetas brasileiros terem sido condenados por não empregarem a cor local em suas composições, declarando-se contrário a essa postura.

Nunes Ribeiro destaca-se nessas discussões por haver sido possivelmente a primeira voz que denunciou o anacronismo que fundamentava as críticas contemporâneas aos autores coloniais. Segundo ele, exigia-se deles uma produção literária que atendesse não aos desejos da época em que viveram seus autores, mas da época em que viviam os críticos. Aponta, então, um erro no modo de fazer crítica, pois exigir que os poetas concebessem e representassem o belo de uma maneira diferente da de sua época era exigir o impossível¹⁶⁷. Quanto à imitação, considera-a também uma acusação injusta aos brasileiros, visto que eles apenas obedeciam a uma “lei universal” e a uma prática comum a todas as literaturas. Ademais, esses autores não teriam imitado os portugueses, pois bebiam nas mesmas fontes que eles.

Vale ressaltar que algumas das idéias de Nunes Ribeiro não eram estranhas aos demais autores, os quais olhavam para elas de forma diferente. Os escritores que atribuíram aos poetas coloniais a alcunha de “imitadores” também apresentaram “justificativas” para concepção literária de seus antecessores, apenas não os absolveram da “culpa” de não terem tematizado o Brasil.

Magalhães acredita que o jugo da metrópole portuguesa oprimiu a tal ponto a colônia brasileira que chegou a influenciar perniciosamente no modo como seus habitantes viam a si mesmos. Os portugueses teriam colonizado o Brasil mediante perseguição e dizimação dos indígenas e povoado o território com homens “encharcados de vícios”, a maior parte vindos dos cárceres de Lisboa, os quais olhavam para seus próprios filhos como uma “raça degenerada, e inepta para tudo.”¹⁶⁸ Esse quadro, a seu ver, impedia que os brasileiros valorizassem o seu país, pois teriam sido impossibilitados de desenvolver o sentimento de nacionalismo, o que os impedia de valorizar a terra natal. Por isso, não tematizaram a natureza local, optando por imitar os poetas europeus, já que não viam seu país como valoroso devido à ação opressora dos portugueses.

¹⁶⁶ RIBEIRO, Santiago Nunes. “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 50.

¹⁶⁷ RIBEIRO, *Idem*, p. 53.

¹⁶⁸ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso... Op. Cit.*, p. 28.

Pereira da Silva compartilha dessa idéia, dando a ela uma nuance diferente: para ele, a falta de liberdade política inibiu a liberdade artística e comprometeu a produção dos autores brasileiros coloniais.¹⁶⁹

Por acreditarem que a subordinação à metrópole portuguesa influenciou na produção dos autores brasileiros precedentes, esses escritores olharam com otimismo para o seu século, acreditando que as mudanças políticas vinculadas à Independência necessariamente beneficiariam a literatura nacional.

Magalhães mostra-se esperançoso por acreditar que a literatura apresentava um novo aspecto, descrevendo a atualidade como marcada pela presença de uma idéia cuja força conjugava num mesmo objetivo todos os brasileiros: a “idéia de pátria”, que fazia com que as “inteligências” se voltassem para as “criações necessárias em uma nova Nação”¹⁷⁰. Livre do jugo português, que a oprimia, a nação brasileira desenvolvera a idéia de pátria, cuja ausência lhe impedia de valorizar seu país e poderia, naquele momento, desenvolver uma literatura própria.

Pereira da Silva também deposita esperanças no seu século. Para ele, a literatura com alguns indícios nacionais dos séculos anteriores, produzida sob o “jugo da mãe-pátria” e sem liberdade artística, não servia mais às aspirações da “época da liberdade e da independência” brasileira. À literatura caberia a tarefa de representar esse período, necessitando, para isso, ser “original e independente” como ele, já que o gênio estava “livre de cadeias” e podia brilhar¹⁷¹.

Joaquim Norberto compartilha da mesma opinião dos autores mencionados, mas é um pouco mais otimista, pois para ele a revolução artística já estava iniciada, já que a independência política abriu um “vasto campo à literatura pátria”. Esse acontecimento teria desencadeado quase que automaticamente o progresso intelectual da nação, propiciando que ciências, artes e letras se difundissem por todo o império. A poesia teria se elevado para “celebrar os feitos gloriosos dos defensores da pátria”.¹⁷² Nesse contexto, a figura de Gonçalves de Magalhães emerge como a mais significativa:

¹⁶⁹ SILVA, João Manuel Pereira da. “Uma Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 177.

¹⁷⁰ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso...*, *Op. Cit.*, pp. 34/35.

¹⁷¹ SILVA, João Manuel Pereira da. “Uma Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 177.

¹⁷² SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Bosquejo Histórico da Poesia Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 128.

O Sr. Magalhães só, sem auxílio de outrem, efetuou a tão desejada reforma da poesia brasileira, lembrada há anos por M. Ferdinand Denis, que entusiasta do Brasil lhe profetizara uma época de esplendor e glória literária; - profecia que vai realizando-se; - época, que principia a raiar!¹⁷³

Vê-se, assim, o possível início da canonização de Gonçalves de Magalhães como poeta autenticamente nacional cuja poesia marcou o início de uma produção propriamente brasileira. Mais curiosa, porém, é a associação que Norberto faz entre a obra desse autor brasileiro e as colocações de Denis acerca da literatura nacional: o programa sugerido por este ganha ares de profecia, a qual teria sido concretizada pela obra daquele. Vale atentar, também, para o fato de que o autor considera que a “profecia” ainda estava em processo de realização e que a “época de esplendor e glória literária” brasileira apenas se iniciava. Assim, sugere que muito ainda havia a ser feito, mas que o programa e o modelo de sua realização já estavam dados: as obras de Denis e de Magalhães, respectivamente.

Situados num momento que para eles era propício para que a literatura genuinamente brasileira emergisse, os primeiros românticos esforçaram-se para estabelecer as feições que ela deveria ter para que pudesse surgir gloriosa e bela, como borboleta que estivera no casulo. De fato, todos os textos apresentam uma imagem do que esperavam da literatura pátria, permitindo que se perceba a eleição dos elementos que dariam caráter nacional às produções do período pós-independência.

Nesse sentido, Magalhães postula que a natureza brasileira era tão bela quanto a que inspirou os gregos e que os brasileiros podiam orgulhar-se dela. Em termos de belezas naturais, o Brasil era “abençoado com felizes disposições” e podia ser caracterizado sob o signo da abundância e dos adjetivos carregados: “o mais belo céu”, “pujantes rios”, “vastos terrenos” com “enormíssimas montanhas” e “eternas matas” onde se encontravam “ramos de mil espécies”¹⁷⁴. Para justificar a importância e o valor atribuídos à natureza brasileira, recorre à opinião de viajantes estrangeiros:

Falem por nós todos os viajores, que por estrangeiros não os tacharão de suspeitos. Sem dúvida que eles fazem justiça; e o coração do Brasileiro [...] enche-se de prazer, e palpita de satisfação, lendo as brilhantes páginas de Langsdorff, Neuwied, Spix et Martius, Saint-Hillaire, Debret, e de tantos outros viajores que revelaram à Europa as belezas da nossa pátria.¹⁷⁵

¹⁷³ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Idem*, p. 134.

¹⁷⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso...*, *Op. Cit.*, p. 36.

¹⁷⁵ MAGALHÃES, *Idem*, pp. 35/36.

Se os europeus, com seu olhar “estrangeiro” e “insuspeito”, haviam reconhecido as belezas naturais do Brasil, os seus habitantes estavam inquestionavelmente autorizados a louvá-las em suas obras. Assim, Magalhães faz uma verdadeira profissão de fé na viabilidade temática do país.

Joaquim Norberto, quando tece considerações a respeito do que os poetas coloniais não haviam abordado em suas obras, permite-nos apreender sua concepção de literatura nacional: as “cores e feições nacionais” seriam obtidas através da inspiração na natureza aliada à apropriação dos “pátrios costumes, das usanças e dos preceitos populares, das tradições das tribos”¹⁷⁶.

Pereira da Silva, seguindo a mesma tendência dos demais, acredita que a presença das “belezas naturais do Brasil, com sua grandeza e majestade, com suas flechas e cocares”¹⁷⁷, teria dado cunho nacional às obras coloniais. Sua concepção de nacional, entretanto, inclui de modo mais enfático o indígena, algo que fica explícito quando aborda os autores quinhentistas. Segundo ele, esses escritores tematizaram fatos históricos não pertencentes à história nacional, centrando-se em episódios históricos europeus, enquanto deveriam ter tomado como tema as tribos indígenas, seus costumes, suas batalhas e sua história, apresentando, assim, o passado nacional¹⁷⁸. Fica, também, implícita, a concepção de que o passado indígena brasileiro seria um equivalente nacional do passado cavaleiresco europeu. O indígena, segundo as considerações do autor, possuía as mesmas características louváveis de um cavaleiro medieval: coragem, bravura, força, destreza no uso das armas. A diferença estaria em sua vestimenta exótica, em suas armas menos sofisticadas, em seus costumes extravagantes e no ambiente exclusivamente natural em que estava inserido, diferente dos castelos medievais. Entretanto, a “cor local” residiria exatamente nessas peculiaridades.

A mesma profusão de adjetivos carregados e indicadores de abundância aparece nos textos de Santiago Nunes Ribeiro e Varnhagen, que também sugerem que a nacionalidade das obras seja buscada na tematização do país.

O primeiro, apesar de defender uma postura diferente dos demais, acredita que o desenvolvimento das “faculdades anímicas e corpóreas” dos brasileiros era beneficiado pela multifacetada beleza de sua terra, na qual poderiam ser apontados “mil aspectos, enfim, belos,

¹⁷⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “Bosquejo Histórico da Poesia Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 103.

¹⁷⁷ SILVA, João Manuel Pereira da. “Uma Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 157.

¹⁷⁸ SILVA, João Manuel Pereira da, *Idem*, p. 158.

sublimes ou grandiosos”. Tais aspectos poderiam ser tomados para formar um “belo fenomenal” e forneceriam a inspiração “mais pura, criadora de obras excelentes”: uma inspiração, enfim, que deve ser caracterizada no superlativo, assim como a natureza que a gerou.¹⁷⁹

Varnhagen, quando aborda a literatura de seu período, declara o desejo de que o Brasil dê refúgio às letras e que o país tenha uma literatura própria, indicando o caminho para que isso aconteça:

Lancemos as vistas para o nosso Brasil. Deus o faze igualmente bem, para que aqui venham as letras a servir de refúgio ao talento, cansado dos esperançosos enganos da política! Deus o faze bem, para que os poetas, em vez de imitarem o que lêem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país, e sejam antes de tudo originais – americanos. [...] A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao *abc* da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. O contrário podia comparar-se ao que, para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião, que nos transmitiram nossos pais.¹⁸⁰

Novamente, a solução para a concretização da literatura nacional é temática: abordar-se a natureza americana incluindo-a nos textos através da descrição. Atrelada a essa consideração, a crença na necessidade de o Brasil possuir uma literatura própria, independente como o seu governo. Além disso, menciona a necessidade de conhecer os clássicos e levar em conta tanto os preceitos artísticos presentes neles quanto as noções religiosas e os elementos de civilização.

Dois dos autores em questão sugeriram um outro elemento para a composição da literatura nacional: a linguagem. No Prólogo aos *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), Magalhães procura justificar a presença, em sua obra, de vocábulos não encontrados em dicionários portugueses:

Algumas palavras acharão neste Livro que nos Dicionários Portugueses se não encontram; mas as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização, e das ciências, e uma nova idéia pede um novo termo.¹⁸¹

¹⁷⁹ RIBEIRO, Santiago Nunes. “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, *Op. Cit.*, pp. 47/48.

¹⁸⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil” (1850). In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 236.

¹⁸¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Prólogo aos *Suspiros Poéticos e Saudades*. (1836). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980, p. 41.

Como se vê, ele não diz que a língua modificou-se por causa da nacionalidade e não concebe explicitamente o uso diferencial da linguagem no Brasil como marca de nacionalidade, mas prevê a possibilidade de mudanças nas línguas como algo natural e necessário para que novas idéias possam ser expressas.

No “Prólogo” ao *Florilégio da Poesia Brasileira*, Varnhagen toca na questão da linguagem, mencionando o fato de existirem palavras usadas no Brasil que soavam ridículas aos portugueses, opinando que os brasileiros não deviam deixar de utilizá-las e tomando esse fato como indício da necessidade de a literatura brasileira declarar-se independente.¹⁸² No “Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil”, aborda novamente esse aspecto, mencionando, por exemplo, que o acento, no Brasil, era mais amaneirado em relação a Portugal.¹⁸³ Diferentemente de Magalhães, vê as particularidades do uso da linguagem como algo que marca a nacionalidade e diferencia o brasileiro do português.

Tomando os textos analisados em conjunto, podemos dizer que os primeiros românticos estabeleceram a existência de uma literatura brasileira desligada da portuguesa desde a época colonial. Com base no postulado de que havia uma relação estreita entre aspectos políticos e manifestações culturais, instauraram uma certa divisão na literatura pátria: havia uma literatura colonial, que poderia ser denominada *brasileira* por ter sido produzida em território nacional por escritores brasileiros, mas que para alguns deixava muito a desejar porque, devido à subordinação política do país a Portugal, seus autores não tematizaram o país e não foram plenamente nacionais. Em contrapartida, a independência política viabilizou o aparecimento de uma literatura *genuinamente brasileira*, a qual estava ensaiando os primeiros passos¹⁸⁴. Confeccioná-la e zelar por seu desenvolvimento era a missão patriótica desses intelectuais, que possuíam uma “noção aproximada” das feições que deveriam dar a ela. Nesse sentido, refletiram a respeito dos elementos que poderiam dar a brasilidade necessária às obras nacionais, sugerindo-os ao longo dos seus textos.

¹⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Prólogo” ao *Florilégio da Poesia Brasileira*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, pp. 227/228.

¹⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Ensaio Histórico...”, *Op. Cit.*, p. 238.

¹⁸⁴ As palavras de Gonçalves de Magalhães exemplificam essa noção: quando finaliza a análise da produção literária do país, menciona estar terminando sua “vista geral da literatura do Brasil” ressaltando que a mesma é uma “literatura sem um caráter nacional pronunciado, que a distinga da portuguesa”. Com base nessas palavras, podemos olhar para o título do texto como carregado de significado: trata-se de um “Discurso sobre a História da Literatura do Brasil”, uma literatura produzida no Brasil por brasileiros, mas que não é brasileira porque lhe falta “caráter nacional pronunciado”. [MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso...*, *Op. Cit.*, p. 35. Grifos nossos.]

É notável e explícita a presença das sugestões de Denis e Garrett nas considerações desses primeiros românticos, principalmente no conjunto de elementos eleitos por eles para nacionalizar a produção literária brasileira. Para esses autores, a confecção de uma literatura autenticamente nacional seria obtida através da temática, que deveria centrar-se na abordagem daquilo que era peculiar ao país: basicamente, a natureza exuberante, à qual deveriam somar-se a menção dos indígenas e dos costumes populares nacionais.

Igualmente notável, mas não tão explícita, é a seleção dos elementos da realidade nacional que deveriam ser incorporados nas obras para dar-lhes a “cor local” necessária. O caráter escravocrata da sociedade brasileira da época foi excluído, como se não fosse um dos aspectos mais característicos e determinantes dela. A imagem do país que deveria emergir da leitura de um texto autenticamente brasileiro precisava configurar uma mescla de natureza exuberante e exóticos antepassados indígenas. Poderia até incluir alguns costumes populares, mas o negro escravo não parece incluído no escopo da palavra “popular”. De fato, os textos analisados foram omissos quanto à questão escravista e seus autores não proferiram qualquer juízo a respeito dela ou qualquer insinuação de que o negro escravo poderia ser abordado.

O único que menciona a palavra “escravidão” é Gonçalves de Magalhães, o qual apenas a apresenta como um dos vários problemas causados pelos portugueses. Essa forma de abordar a escravidão em certa medida tira dos brasileiros a culpa pela existência dessa instituição no país, já que ela faria parte da herança legada pela metrópole lusa.

2.3.2 Românticos Brasileiros da Segunda Metade do XIX.

Na segunda metade do século, as preocupações dos primeiros românticos continuaram a ser objeto de discussão e reflexão, mas muitas vezes apareceram como pano de fundo sobre o qual se acrescentaram outras questões. A “noção aproximada” do que seria nacional numa obra estabelecida pelos primeiros românticos passou a não satisfazer plenamente os autores, muitos dos quais a questionaram sugerindo o acréscimo de outros elementos para que ela estivesse completa. Muitas concepções continuaram, como a noção de literatura como meio de ação para colaborar para o progresso da pátria, a noção de natureza como elemento genuinamente nacional, a necessidade de abordar o indígena, a discussão sobre a linguagem, mas em geral essas questões foram tomadas sob outra ênfase. As preocupações não se centravam mais em estabelecer a existência de uma literatura brasileira ou o momento em que

ela teve início, mas em discutir quais elementos constituíam a “cor local” dos textos brasileiros e aprimorar a noção de texto genuinamente nacional.

Além disso, esse aprimoramento da noção do que seria “cor local” brasileira numa obra muitas vezes foi feito com base na avaliação de obras publicadas no século XIX com declarado intuito de serem nacionais. Assim, há muitos críticos desse período que se dedicam à tarefa de avaliar a “nacionalidade” dos textos de seus contemporâneos, já que esse é o critério de valor que guia suas opiniões. Vejamos, então, alguns autores e textos representativos desse contexto.¹⁸⁵

Nesse período, surgiu uma voz bastante dissonante no que se refere às questões de nacionalidade dos textos: Álvares de Azevedo. Para ele, a missão do poeta era atingir o belo e o mérito do poema consistia apenas em ser ou não belo:

A missão do poeta é pois o apostolado da beleza, o dever de esfolhar coroas sôbre tôdas as quadras da vida, enfeitá-las, enfeitiçá-las; e aí dêsses jardins da natureza colhêr as flores perfumosas da capela de sua lira, de sua harpa de trovador.

Como as aves do céu, como as flores da selva, como os clarões das noites, é sua missão dar cantos, perfumes, fulgores – espalhar recendências, derramá-lo gôta a gôta êsse vaso de bálsamo que se chama alma – como a Madalena – para perfumar essa passagem na terra que se chama – a vida.

Assim pois o mérito ou demérito de um poema é – ser ou não belo.¹⁸⁶

O belo defendido pelo autor não parece estreitamente ligado ao nacional, já que ele não menciona tal aspecto e crê que ao poeta caberia derramar o “bálsamo” de sua “alma” sobre a “vida” e “perfumar” essa “passagem na terra”, ou seja, através de suas reflexões e palavras, construir uma imagem bela da realidade em suas obras. De fato, A. de Azevedo acreditava na existência de nacionalidade literária, mas não admitia que ela estivesse presente só na temática:

[...]a nosso muito humilde parecer, sem língua à parte não há literatura à parte. E (releve-se-nos dizê-lo em digressão) acho-la por isso, senão ridículo, de mesquinha pequenez essa lembrança do Sr. Santiago Nunes Ribeiro, já dantes apresentada pelo coletor das preciosidades poéticas do primeira Parnaso Brasileiro [Januário da Cunha Barbosa]

[...]

doutra feita alongar-nos-emos mais a lazer por essa questão, e essa polêmica secundária que alguns poetas e mais modernamente o Sr. Gonçalves Dias parecem ter indigitado: a saber, que

¹⁸⁵ Observamos, entretanto, que há textos de autores cujas idéias seguem de modo mais fiel as colocações dos primeiros românticos. Optamos por não mencioná-los para que o texto não ficasse repetitivo, limitando-nos a frisar que muitas idéias iniciais prevaleceram nesse momento. Além disso, como nosso objetivo é dar uma visão panorâmica das questões abordadas pelos românticos brasileiros, escolhemos alguns autores cujas idéias acrescentaram elementos na discussão e que podem ser tomados como representativos.

¹⁸⁶ AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. Prefácio de *O Conde Lopo* (poema inédito publicado pela primeira vez em 1886, no Rio de Janeiro, pela Tip. G. Leuzinger & Filhos). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 173.

a nossa literatura deve ser aquilo que ele intitulou em suas coleções poéticas – poesias americanas. Crie o poeta poemas índicos, como o Thalaba de Southey, reluz-se o bardo dos perfumes asiáticos como nas Orientais, Victor Hugo na Noiva de Abidos, Byron, no Lallah-Rook, Tomas Moore; devaneie romances à européia ou à china, que por isso não perderão sua nacionalidade literária os seus poemas.¹⁸⁷

Conforme observa Paulo Franchetti, podemos tomar a ênfase dada pelo autor à diferenciação lingüística na definição de nacional como indício de que ele acreditava que a brasilidade estava vinculada a uma forma peculiar de utilizar o idioma. Entretanto, o poeta “...não desenvolveu essa questão, preferindo apenas marcar claramente sua recusa aos esquematismos das definições sumárias e apaixonadas da nacionalidade em literatura.”¹⁸⁸

A. Azevedo adotou uma temática mais universalizante, vinculando-se ao byronismo, tendo representado uma tendência diferente da poesia da época. Essa tendência foi percebida por seus contemporâneos, alguns dos quais mencionaram a existência de duas linhas poéticas naquele momento. Em 1860, a comissão de Literatura do Ensaio Filosófico Paulistano, no parecer sobre a tese “Qual o caráter da poesia moderna em geral, e da poesia brasileira em especial?”, tece as seguintes considerações:

São dois gênios da poesia brasileira. Um deles solta o seu canto a perder-se por entre os aromas das flores do vale, a confundir-se com o murmúrio da brisa no ramalhar da floresta; é a virgem dos sonhos do poeta que através do sorriso angélico e travesso dos lábios desliza os maviolos sons de harpa misteriosa. É um quadro inteiramente belo que representa essencialmente a poesia brasileira.

O outro é o gênio da poesia moderna.

Também entre nós mais de uma inteligência tem compreendido o caráter do século XIX; mais de uma fronte sublime de poeta tem vergado sob o peso da descrença, e no entreabrir convulsivo de seus lábios descobre-se o bater violento de um coração quebrado pelos combates da dúvida. A inteligência elevada e imaginação ardente do brasileiro, revela-se aqui em tôda a sua evidência; é o desespero da alma trazendo a melancolia do coração.¹⁸⁹

Para a mencionada comissão, os autores nacionais mais representativos da “poesia brasileira” e da “poesia moderna” são, respectivamente, Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo. Semelhante consideração também foi feita por Fagundes Varela na “Apresentação” de suas *Vozes da América* (1864):

¹⁸⁷ Apud: FRANCHETTI, Paulo. “A Poesia Romântica – Álvares de Azevedo”. In: Página Pessoal de Paulo Franchetti: <http://www.unicamp.br/~franchet/praaazev.htm>. Consultado em 19/03/2003.

¹⁸⁸ FRANCHETTI, *Idem*.

¹⁸⁹ Parecer da Comissão de Literatura do Ensaio Filosófico Paulistano sobre a tese “Qual o caráter da poesia moderna em geral, e da poesia brasileira em especial?”. In: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. 10.ª Série, n.º 3, junho de 1860. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. II, pp. 121/122.

A bem poucos agradarão as produções que hoje aparecem. Os literatos divididos entre a descrença de Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu, a escola de morrer moço, e os tacapes e borés do Sr. Gonçalves Dias, sentir-se-ão enjojados dêste versejar incorreto, e destas composições sem sabor. A crítica nada tem que fazer com elas, não merecem sua atenção.¹⁹⁰

Varela parece crer que sua poesia não será admirada pelos leitores e nem reconhecida pela crítica porque não se filia a nenhuma das tendências de sua época: o nacionalismo via indianismo e a apologia da descrença. Em que ela seria diferente delas? A resposta pode ser obtida na “Apresentação” de *O Estandarte Auriverde* (1863):

Não há coração brasileiro que não transborde de ódio e indignação, à leitura das exigências insultantes e continuadas do governo inglês, para com esta bela terra da América!
[...]
Escritos ao correr da pena, - segundo a leitura dos acontecimentos do dia; - bebidos na exaltação geral, - na indignação de nosso coração brasileiro, - embora saibamos que seu mérito é pouco e seu sucesso nenhum, contudo arrojamo-los tranqüilo à luz da publicidade, - restando-nos a consolação de que, - se Deus não nos outorgou a divina centelha do gênio, ao menos gravou-nos no peito a cega dedicação à justiça – e um amor sem limites à terra que nos viu nascer.¹⁹¹

O poeta estaria sendo levado pelos acontecimentos atuais, seria um poeta de sua época, atento a ela e inserido nela, preocupado com questões políticas e sociais. Essa seria sua peculiaridade: ser útil à pátria e demonstrar seu amor por ela refletindo sobre problemas atuais ligados a situações concretas, a uma “leitura dos acontecimentos do dia”. Assim, estaria desligado das duas tendências literárias assinaladas por ele e, por esse motivo, fadado a não obter reconhecimento. Um escritor com esse perfil não deveria voltar-se para a escravidão e problematizá-la em suas obras, já que ela era uma das grandes questões sociais e políticas do seu tempo? Nossa concepção atual leva-nos a crer que sim, mas Varela, se concordava conosco, não se pronunciou a respeito em qualquer dos paratextos analisados.

As discussões sobre linguagem sinalizadas nos textos da primeira metade do XIX foram mais exploradas nesse momento. Gonçalves Dias, em carta de janeiro de 1864 a Antônio Henriques Leal, opina que a língua portuguesa não atendia mais às necessidades expressivas de seu tempo, apontando como solução “dar novo jeito à frase antiga”¹⁹². A seu

¹⁹⁰ VARELA, Luiz Nicolau Fagundes. Apresentação de *Vozes da América* (1864). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, pp. 182/183.

¹⁹¹ VARELA, Luiz Nicolau Fagundes. Apresentação de *O Estandarte Auriverde*. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, pp. 194/195.

¹⁹² DIAS, Gonçalves. “Correspondência”. In: *Poesia e Prosa Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998, p. 1131.

ver, especificamente no Brasil a língua portuguesa sofreu mudanças devido ao contato com a língua indígena e à grande extensão territorial do país:

Bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos, e nós não podemos, nem devemos atirá-los para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaros e mal soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não, Pernambuco é Pernambuco, Cajá, Pará e outros semelhantes, não têm outro nome. Se isso desagrada a Portugal é grande pena, mas não tem remédio.

[...]

Acontece também que em distâncias tão consideráveis, como são as do Brasil, o teor da vida muda; e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver, formaram uma linguagem própria sua, mas expressiva e variada. Os vaqueiros, os mineiros, os pescadores, os homens da navegação fluvial estão neste caso. Pois o romance brasileiro não há de poder desenhar nenhum destes tipos, porque lhes faltam os termos próprios no português clássico.¹⁹³

O Brasil como um todo teria sofrido modificações no uso da língua devido ao contato com o tupi e essas alterações exigiriam que utilizassem uma linguagem diferente da portuguesa devido ao emprego de termos peculiares. Assim, mesmo que os portugueses condenassem essa prática, os brasileiros deveriam continuar a utilizar tal linguagem porque ela definia o país, sendo essencial para denominar lugares ou coisas típicas. Além dessa modificação geral, as várias regiões brasileiras também teriam peculiaridades lingüísticas que deveriam ser exploradas pelos escritores, principalmente no romance que desejasse retratar personagens regionais. Para ele, as inovações e mudanças no uso da linguagem são fruto das necessidades expressivas e devem ser aceitas como parte do movimento de mudança natural da língua. Por isso, crê que os brasileiros mesmo sem o querer modificariam muito o português e que “dev[iam] admitir tudo o de que precisa[vam] para exprimir cousas ou novas ou exclusivamente brasileiras”¹⁹⁴.

É notável que Gonçalves Dias, na tentativa de enumerar os fatores que proporcionaram uma mudança no modo de os brasileiros utilizarem a língua portuguesa, tenha omitido a possível influência do contato com os dialetos africanos. Isso porque muitos dos escravos importados da África, os chamados “boçais”, não conheciam o português e utilizavam sua língua pátria no território brasileiro. Além disso, os escravos negros em geral tinham alguns costumes particulares e utilizavam vocábulos próprios, muitos dos quais foram incluídos em nossa língua, como atestam até mesmo as gramáticas normativas atuais. Ademais, se o contato entre portugueses e indígenas, ocorrido em épocas mais remotas, lançara “profundíssimas raízes” no português brasileiro, por que o contato diário entre senhores e

¹⁹³ DIAS, *Idem*, pp. 1132/1133.

¹⁹⁴ DIAS, *Idem*, p. 1134.

escravos, que vinha de um período igualmente remoto e prevalecia até aquele momento, não havia causado alterações na língua portuguesa?

Na década seguinte, 1870, Salomé Queiroga trouxe outros elementos para a discussão da linguagem. Nos textos em que expõe seu pensamento crítico explicita o desejo de produzir obras com caráter nacional, algo que seria obtido através da tematização de aspectos nacionais e do uso de uma linguagem peculiar. Suas considerações mais instigantes referem-se à língua, pois defende a existência de uma “linguagem brasileira” que deveria ser usada na literatura:

Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem português. Mais de uma vez tenho escrito que comendo para o povo de meu país faço estudo, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira: se isso é deturpar a língua português, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é luso-bundo-guarani.¹⁹⁵

Defendendo-se da acusação de deturpar a língua portuguesa, o autor estabelece que aquilo que é deturpação aos olhos alheios equivale para ele a uma tentativa de escrever em uma “linguagem brasileira”, postulando uma diferenciação entre ambas, visto que a brasileira resultava de uma fusão entre o modo de falar de portugueses, negros e índios. Como escreve para o “povo de seu país”, não vê necessidade de utilizar a “linguagem portuguesa”. O autor, ainda defendendo a existência de uma linguagem brasileira, rebate as idéias puristas do luso Pinheiro Chagas, apresentando algumas razões para a diferenciação lingüística que se deu. Retomando as teorias climáticas a respeito da influência do meio no intelecto e no gênio das pessoas, vê como natural e até necessária a mudança na linguagem, já que ela expressaria os pensamentos. Como um brasileiro não era semelhante a um português naquele momento, a linguagem não poderia ser a mesma para ambos. Para dar crédito a suas convicções favoráveis ao uso de uma linguagem peculiar no Brasil e contrárias às de Pinheiro Chagas, menciona as opiniões de Garrett acerca da necessidade de o Brasil ter uma literatura própria, a qual só seria possível com o uso de uma linguagem nacional.¹⁹⁶

Uma questão bastante importante para o autor é a racial. Ele enfatiza que a mistura de raças é uma característica brasileira que teve grande influência na linguagem:

¹⁹⁵ QUEIROGA, João Salomé. Prólogo aos *Arremedos – Lendas e Cantigas Populares* (1873). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, p. 34.

¹⁹⁶ QUEIROGA, João Salomé. Carta a Stokler. In *Arremedos – Lendas e Cantigas Populares* (1873). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 41.

Acresce que a mistura das raças devia produzir, como efetivamente produziu, uma linguagem nova que irá melhorando para o futuro, mas sempre com o tipo próprio do país; como tem acontecido com todos os idiomas[...]¹⁹⁷

O autor sempre atrela a questão da linguagem à das raças, concebendo a mestiçagem como causa das peculiaridades da “língua brasileira”. Essa linguagem, sendo fruto de particularidades nacionais e necessariamente diferente da portuguesa, era um elemento que definia o país e, por isso, deveria figurar na literatura que desejasse representar essa nação e ser genuinamente brasileira. Daí a concepção da tarefa do escritor brasileiro:

Estudem diurna e noturnamente nossos usos, hábitos e costumes.
Cismem sôbre o suntuoso e virgem solo e clima brasileiro, porque são êles fontes perenes de inspirações, a que estão ligadas a história e a filosofia da palavra: decomponham nossos vocábulos, que acharão freqüentemente a natureza filosófica, ou a geração histórica das idéias.¹⁹⁸

Para Salomé Queiroga, caberia ao poeta que intentasse traduzir o Brasil vazar a matéria nacional nos textos utilizando-se da linguagem local própria do país. De fato, a preocupação central de suas considerações acerca da literatura brasileira foi a linguagem, a qual o levou a abordar a questão racial para atestar a existência de uma “língua brasileira”. Como desejava defender-se das acusações dos puristas e obter o direito de expressar-se na escrita de uma forma que a seu ver traduzisse seu país, reitera em seus textos a peculiaridade do idioma nacional, fruto da mescla entre as etnias que formavam o povo brasileiro: portugueses, negros e índios.

A inclusão do elemento africano, mais especificamente do negro escravo, nas considerações do escritor acerca da literatura brasileira não se resume às passagens em que aborda a linguagem, havendo um momento em que menciona a necessidade de tematizar essa parcela da população brasileira nas obras. No “Prólogo” aos *Arremedos* (1873), transcreve os juízos críticos da corte a respeito de seu *Canbenho de Poesias Brasileiras* (1870) e discute a opinião de J. Stokler acerca de uma de suas poesias. O comentário crítico a que alude é o seguinte:

Infelizmente abres o teu volume com uma de tuas piores cantigas – “A Negra” – é uma poesia sem valor, e além de tudo não tem o mérito de ser nacional.
Não sei que as escravas sejam amantes e amadas de seus senhores. Dizes:

¹⁹⁷ QUEIROGA, João Salomé. Prólogo ao *Canbenho de Poesias Brasileiras* (1870). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 33.

¹⁹⁸ QUEIROGA, João Salomé. Prólogo aos *Arremedos – Lendas e Cantigas Populares* (1873). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 38.

Meu branquinho feiticeiro,
Doce ioiô, bom irmão,
Adoro teu cativo
Branquinho do coração.¹⁹⁹

Podemos apontar, nas considerações de Stokler, a recusa à presença de escravos negros em textos que pretendessem abordar o Brasil: as poesias que os incluíssem seriam “sem valor” e desprovidas de nacionalidade. Tais palavras levaram Salomé Queiroga a defender enfaticamente o caráter nacional da poesia em questão, a qual faria parte de uma literatura peculiar ao país, uma literatura “especial, nascida dos hábitos e costumes do nosso povo”. Entre os hábitos e costumes nacionais, estava não só a posse de escravos, como também o contato íntimo entre senhores e escravas:

[...] Pois saiba que os portugueses praticaram com os negros e indígenas um roubo semelhante ao que os romanos fizeram aos sabinos: na falta das mimosas e delicadas patrícias, que os não quiseram acompanhar, viram-se forçados a isso. Já lá vão cerca de quatrocentos anos que as africanas e tapuias foram amantes e amadas de seus senhores.

[...]

Feita a descoberta do Brasil, para cá vieram outros europeus, holandeses, italianos, franceses, et., etc. Os holandeses até disputaram a Portugal a posse da colônia. Todos esses aventureiros não trouxeram consigo a mulher, acharam-na por cá – a indígena e a negra.²⁰⁰

Segundo o autor, a miscigenação foi a base da formação da sociedade brasileira; o país seria essencialmente mestiço e essa era uma das características nacionais que deveriam ser levadas em conta, já que dela resultaram grandes homens e “dois magníficos e excelentes tipos brasileiros - a mulata e a capixaba.”²⁰¹

O autor observa, ainda, que a prática sexual entre senhores e escravas negras não ficou situada num passado distante como a que se efetuou entre eles e as indígenas:

Saiba igualmente que o uso do pito faz a boca torta, e por isso há ainda hoje senhores amantes de escravas, e escravas amantes de senhores. É preciso que o colega não individualize o que é geral; se como bom senhor não ama a escrava para fins libidinosos, não se segue que todos os mais senhores pensem como êle. Além de que não me refiro à época atual: canto a negra como um símbolo, como a representante de mais da metade de nossa população, como a base dela.²⁰²

¹⁹⁹ “Carta de J. Stokler a Salomé Queiroga.” In: QUEIROGA, João Salomé. *Arremedos – Lendas e Cantigas Populares* (1873). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 55.

²⁰⁰ QUEIROGA, João Salomé. Prólogo aos *Arremedos – Lendas e Cantigas Populares* (1873). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 36.

²⁰¹ QUEIROGA, João Salomé. *Idem*, p. 37.

²⁰² QUEIROGA, João Salomé. Carta a Stokler. In *Arremedos – Lendas e Cantigas Populares* (1873). Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. I, p. 36.

Como a escravidão africana existia no país quase que desde seu descobrimento e a prática sexual de senhores com escravas era um costume generalizado, a negra podia ser tematizada como representante de grande parte da população, ou mesmo como a base da população brasileira.

Note-se que, apesar de admitir os negros cativos e as práticas escravistas como componentes importantes da nacionalidade brasileira, Salomé Queiroga não emite qualquer juízo sobre a escravidão e demonstra uma visão que rebaixa a negra que desejava exaltar no poema em questão. Suas observações não têm tom de denúncia nem problematizam a situação do escravo no país: segundo suas palavras, havia relação sexual entre senhores e escravas e isso parece algo natural que não gerava tensões ou conflitos. É como se a hierarquia senhor/escravo não existisse e a relação entre eles não fosse mediada pela violência e pela coerção: o ato sexual aconteceria mediante o mútuo consentimento e o desejo comum do senhor e da escrava. Nas considerações do autor, a escravidão aparece como uma espécie de acordo espontâneo estabelecido entre senhor e escravo, já que este não parece ser obrigado a cumprir as ordens daquele ou mesmo a satisfazer seus desejos carniais. Além disso, a escravidão teria sido *útil* para o Brasil, fornecendo *fêmeas reprodutoras* que tiveram importância para a povoação e colonização do território: na falta de *melhores exemplares*, os europeus se satisfizeram com os *objetos* indígenas e africanos, os quais eram abundantes na colônia e facilmente *acessíveis*.

Um grande representante do pensamento crítico brasileiro da segunda metade do XIX foi Macedo Soares, que examinou detidamente a questão da nacionalidade na literatura brasileira, enfocando-a sob diversos aspectos. No prefácio à coletânea *Harmonias Brasileiras* (1859), o autor comenta a existência de um pensamento que dominava a literatura: a necessidade de nacionalizar-se, notável principalmente na poesia, que encontrara inspiração na natureza e na religião. Menciona, então, os elementos da nacionalidade que vinham sendo utilizados:

Os elementos da nossa nacionalidade artística, não os únicos, porém os mais substanciais, aqueles que mais têm germinado na nossa literatura, são: a natureza orgânica, a história propriamente da raça portuguesa, tanto nos tempos coloniais, como da Independência, ou

talvez de 1808 para cá, - os costumes, o caráter, a vida íntima e a vida exterior do sertanejo, do escravo e do índio.²⁰³

Com base nas produções contemporâneas o autor teve condições de estabelecer os elementos da “nacionalidade artística”. Atente-se para o fato de que os costumes e vida dos brasileiros começaram a ser tematizados no século XIX e esse parece ser um grande ganho aos olhos do autor. De fato, para ele a “necessidade de manifestação do espírito brasileiro” estava se fazendo notar sobretudo na poesia, pois o cosmopolitismo de Magalhães e o byronismo de Álvares de Azevedo e seus seguidores não mais satisfaziam e tinham sido ofuscados pela escola nacionalista inaugurada por Gonçalves Dias.²⁰⁴ Vale atentar para o fato de que Macedo Soares admitiu o escravo como um dos elementos a ser considerado como parte do escopo da expressão “nacionalidade artística”. Entretanto, não pronuncia qualquer palavra a respeito da questão escravista ou do modo de abordar o negro escravo na literatura ao longo dos textos analisados.

Em outro texto de 1859, o autor tece considerações a respeito de como os autores nacionais tematizavam a natureza. Segundo ele, havia no Brasil uma profusão desnecessária de imagens desacompanhada de reflexão, pois os autores estariam privilegiando as descrições, algo que empobrecia seus textos. A mera descrição e menção de cenas naturais seria um “defeito capital” porque as obras ficavam vazias devido à ausência de reflexões e “idéias elevadas”²⁰⁵.

Essas considerações são retomadas e ficam mais claras num texto de 1860, no qual historiciza o modo como a questão da nacionalidade fora tratada pelos escritores até aquele momento. Segundo ele, quando Nunes Ribeiro, Cônego Januário, Gonçalves Dias e Porto-Alegre se pronunciaram a favor da nacionalidade da literatura, os jovens, insatisfeitos com as produções de Magalhães e Odorico Mendes, tentaram efetivar a mudança, mas seguiram um caminho não muito feliz:

Ou fosse inexperiência da idade, ou falta de conhecimento do que seria a nacionalidade, ou ainda o poderio do elemento material da poesia, a palavra, sôbre vocações mal educadas, convergiram para aí os primeiros ensaios, para os têrmos da linguagem. Puseram por moda o

²⁰³ SOARES, Antônio Joaquim Macedo. Prefácio das *Harmonias Brasileiras* (1859). Apud: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, pp. 277/278.

²⁰⁴ SOARES, Antônio Joaquim Macedo. *Idem*, p. 275.

²⁰⁵ SOARES, Antonio Joaquim Macedo. “Ensaio de Análise Crítica IV”. In: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. Nova série, n.º 6, setembro de 1859. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. II, p. 84.

dicionário dos dialetos indígenas, e em vez de apoderarem-se das idéias, estudaram primeiro os vocábulos que deviam exprimi-las. [...] As obras desse período são meramente descritivas [...] Tudo exterior, tudo falso e decorado, sem a luz do sentimento que devia animar as paisagens, fazer falar a natureza [...]²⁰⁶

Pode-se perceber a queixa quanto ao privilégio do aspecto material da poesia, que para ele refere-se ao mero uso de palavras, à descrição e ao privilégio do indianismo. Não teria havido reflexão, análise dos pensamentos e sentimentos e essa literatura estava distante dos leitores, não lhes comunicava nada por ser vazia e artificial. Para o autor, Gonçalves Dias teria inovado um pouco, mas ainda não chegara a uma maneira eficiente de tematizar o indígena. Acredita que o leitor não poderia identificar-se com o índio, seus sentimentos e costumes como eles estavam aparecendo nos textos: o indígena deveria constituir uma recordação, era o antepassado nacional e deveria ser abordado como tal. A seu ver, Gonçalves Dias tematizava os costumes indígenas como se estivesse reproduzindo uma realidade conhecida por todos, o que fazia dos seus textos uma “epopéia artificial”²⁰⁷.

As considerações de Macedo Soares ligam-se à crença de que a poesia não deveria tematizar a natureza como ela existia, mas poderia modificá-la, exaltando-a, pois isso faria parte da sua essência, já que ela “não deve limitar-se à cópia da natureza, mas sim à sua interpretação, na vitalidade do espírito que a anima.”²⁰⁸ Por isso sua condenação da poesia meramente descritiva:

A descrição denotará grande talento de observação, finura de vistas, delicadeza e correção de pincel, conhecimento de perspectiva; mas nada disto faz o poeta, são dotes do pintor, e a poesia está tão acima da pintura quanto a palavra é superior à linha e à côr para a expressão da idéia e do sentimento. Por isso é sempre falsa e afetada, sempre exterior e convencional a poesia colorista, o sistema hoje tão desacreditado de afogar pensamentos vulgares num dilúvio de imagens, brilhantes embora, porém não menos vazias de sentido.²⁰⁹

A poesia deveria expressar idéia e sentimento, podendo até ser auxiliada por descrições e imagens, mas não deveria resumir-se nelas, pois ficaria “vazia de sentido”. A “poesia colorista” seria “falsa, afetada, exterior e convencional”. Macedo Soares sugeria aos poetas

²⁰⁶ SOARES, Antonio Joaquim Macedo. “Ensaio de Análise Literária”. In: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. 10ª série, n.º 5, agosto de 1860 Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. II, p. 95.

²⁰⁷ SOARES, Antonio Joaquim Macedo. *Idem*, p. 95.

²⁰⁸ SOARES, Antonio Joaquim Macedo. *Idem*, p. 96.

²⁰⁹ SOARES, Antonio Joaquim Macedo. “Tipos Literários Contemporâneos”. In: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. 11ª série, n.º 4, julho de 1861. Apud: CASTELLO, *Op. Cit.*, Vol. II, p. 112.

nacionais que fossem além da descrição e da profusão de imagens nacionais em seus textos, somando a elas pensamentos e sentimentos em que se pudesse reconhecer o caráter brasileiro.

As inquietações de Macedo Soares quanto ao modo de tematizar o nacional na literatura foram abordadas por Machado de Assis em 1873, no ensaio “Instinto de Nacionalidade”, o qual contempla as considerações de alguns românticos, dando-lhes formulação mais precisa acerca da nacionalidade da literatura brasileira. Examinando a literatura pátria sua contemporânea, Machado tece as seguintes considerações:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade a abono de futuro. [...] Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas nacionais acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem sete de setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; e não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.²¹⁰

Note-se que o autor vê esse quadro como benéfico e acredita que, tomando a vida brasileira e a natureza americana como objeto de reflexão e inspiração, os escritores darão caráter próprio ao pensamento nacional. Assinala, entretanto, que essa independência intelectual e literária é um processo que exigirá a ação de muitas gerações. Examinando o modo como esse “instinto de nacionalidade” estava se manifestando nas obras, tece as seguintes considerações:

Compreendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores. [...] devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea; é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura.²¹¹

Ele admite como válidos os elementos que estavam sendo utilizados pelos autores para marcar a brasilidade de seus textos: a vida indígena, a natureza, os costumes. Entretanto,

²¹⁰ ASSIS, Machado de. “Instinto de Nacionalidade – Notícia da Atual Literatura Brasileira. IN: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980, p. 355.

²¹¹ ASSIS, *Idem*, p. 357.

discorda da concepção de que a nacionalidade estava exclusivamente ligada à tematização de assuntos locais, explicitando suas razões para isso:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.²¹²

Machado quebra definitivamente com a verdade aparentemente estabelecida de que a nacionalidade literária brasileira estaria principalmente na temática, a qual gerou a profusão de descrições e imagens nacionais assinalada por Macedo Soares. O que marcaria a brasilidade dos textos seria o “sentimento íntimo” que faz com que se reconheça a nacionalidade do autor em qualquer tema abordado por ele. Os assuntos locais, paisagens e costumes nacionais deveriam alimentá-lo, não sendo necessário, entretanto, que figurem em seus textos. Apesar de sofisticada, a noção de nacionalidade dos textos defendida pelo autor é um tanto vaga, já que o termo “sentimento íntimo” pode significar várias coisas e ser tomado de maneira diferente pelas pessoas: é, ainda, uma “noção aproximada”.

Podemos, numa tentativa de elencar as considerações dos românticos brasileiros acerca dos elementos que deveriam compor a literatura nacional, traçar um breve percurso de suas idéias.

Primeiramente, esforçaram-se para estabelecer a existência de uma literatura brasileira diferente da portuguesa, olhando para os autores coloniais e reclamando-os como brasileiros. Esforçaram-se, também, para defender a necessidade de mudar o modo de fazer literatura e de tematizar o Brasil, ressaltando suas belezas naturais e os costumes e tradições indígenas como matérias originais e promissoras. Acreditavam que a especificidade literária brasileira seria obtida via temática por meio da inclusão descritiva de elementos tipicamente nacionais, primeiramente a natureza e depois os indígenas e os costumes nacionais, vendo-se diante de uma obra a ser iniciada: a criação e confecção de uma literatura genuinamente nacional.

A partir de meados do século, essa *receita* passou a não mais agradar o *paladar* dos literatos, que reivindicaram outros temperos e novas maneiras de compor o *sabor brasileiro*. Passaram a discutir mais detidamente as questões relativas à linguagem sinalizadas pelos seus

²¹² ASSIS, *Idem*, p. 357.

precedentes, vendo-a também como elemento diferenciador da literatura brasileira. Admitiam que tematizar natureza local, indígenas, costumes e hábitos nacionais era um caminho viável, mas questionaram o modo como esses elementos deveriam ser trabalhados nas obras. Houve, também, aqueles que *lutaram* pelo *direito* de tematizar aspectos mais universais sem serem taxados de “estrangeiros”, contrariando a concepção de que a nacionalidade literária brasileira seria obtida via temática.

Em meio a esse quadro, um aspecto marcante do Brasil do século XIX parece ter sido omitido: seu caráter escravocrata. Onde ficariam os escravos? Fora da literatura nacional assim como estavam legalmente fora do escopo da denominação legislativa de *cidadão*? De fato, apenas um dos autores abordados mencionou a necessidade de tematizar a escravidão ou tomar o escravo como elemento característico da realidade nacional.

É notável que os românticos da segunda metade do XIX tenham reivindicado a inclusão de vários elementos entre os *ícones nacionalizantes* da literatura brasileira mas, no geral, tenham continuado o silêncio de seus antecessores a respeito do negro escravo. Igualmente curioso, é o fato de que, apesar de haver um claro eco das idéias de Denis ao longo de quase todos os textos, eles não abordaram a questão racial discutida por esse autor.

Como vimos, no *Resumo da História Literária do Brasil*, Denis aborda a disposição do brasileiro para a poesia e a atribui à mistura das raças. Ele defendeu a idéia de que três raças constituíam o Brasil e contribuíram para suas manifestações artísticas, vendo isso como algo positivo, já que a miscigenação gerava homens poetas. Muitos dos românticos brasileiros, entretanto, não levaram em consideração a contribuição do negro para a formação do caráter, das tradições e da literatura nacionais, mencionando somente a do branco e a do indígena.

Entre os autores analisados, alguns comentam a existência de escravidão no país de forma sutil e sem problematizá-la. Gonçalves de Magalhães limita-se a mencionar a existência da escravidão no Brasil como herança negativa européia, aspecto que serve para fortificar seu antilusitanismo e, de certa forma, tirar dos brasileiros a responsabilidade sobre a instalação dessa prática no país. Suas considerações não abordam nenhum aspecto da escravidão nem da contribuição dos negros cativos para a cultura nacional. Macedo Soares, quando elenca os elementos nacionais que vinham sendo utilizados pelos escritores, menciona que tematizavam costumes dos escravos, dos brancos e dos índios, mas não aprofunda a questão e não trata do escravo negro em nenhum dos textos por nós analisados. Salomé Queiroga utiliza o caráter mestiço da nação para explicar as diferenças entre a linguagem brasileira e a portuguesa,

chegando a postular a necessidade de incluir o negro como temática nacional. Entretanto, não problematiza a questão escravista e apresenta uma imagem do negro escravo como mero objeto. Ademais, essas considerações parecem emitidas por uma voz solitária que se pronunciou sobre um assunto a respeito do qual todos se mantiveram calados.

De fato, o elemento racial eleito pelos românticos para representante nacional foi o indígena. Como vimos ao longo dos textos, ele foi considerado o passado nacional e proclamado como um dos temas que comporiam a brasilidade dos textos. Além disso, muitos autores apontaram neles propensão literária e cultivo de manifestações artísticas que poderiam ser tomadas como o germe da literatura brasileira.

O índio foi amplamente explorado tanto na poesia quanto na prosa e sua escolha para símbolo nacional consolidou-se no discurso oficial do Império, o qual era veiculado principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A entrada de D. Pedro II no IHGB, como mencionamos, conferiu caráter oficial ao romantismo brasileiro e o imperador reuniu em torno de si autores como Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varnhagen, os quais deveriam firmar e divulgar uma imagem de Brasil conformada por ele.²¹³ O discurso veiculado por esses autores tinha o índio como representante da nação e, de certa forma, estabeleceu definitivamente o indianismo na literatura nacional. Conforme observa Lília Schwarcz, nos decênios de 1850 e 1860 o romantismo foi consagrado no Brasil e sua manifestação considerada mais “genuinamente” nacional era o indianismo, que figurou na poesia, no romance, na música e na pintura, chegando a ganhar espaço na iconografia política e a fazer parte da representação do poder imperial e das cerimônias oficiais.²¹⁴

Se pensamos no contexto histórico de independência recente e no desejo de que o Brasil alcançasse a civilização e fosse reconhecido pelos demais países como nação civilizada e progressista, essa escolha do indígena parece coerente. Afinal, ele era o antepassado, o elemento que primeiro habitara as terras brasileiras, sendo *genuinamente nacional*. Além disso, os outros dois elementos raciais presentes no país não eram *dignos* de figurar como representantes nacionais: o branco remetia ao português e ao passado colonial que queria ser esquecido para afirmação da nacionalidade; o negro, além de ser estrangeiro, era, na maioria das vezes, escravo, *rebaixado* socialmente, não estando apto para representar o país. Ademais, a presença

²¹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*, Op. Cit., pp. 132 a 135.

²¹⁴ SCHWARCZ, *Idem*, pp. 136 a 142.

de africanos e afro-descendentes no Brasil lembrava a existência da escravidão, algo que envergonhava a nação perante o mundo europeu, que via a manutenção do cativo como um costume bárbaro e condenava sua prática.

Como vimos, os textos estrangeiros, ao mesmo tempo em que sinalizaram os elementos que elevavam o Brasil diante dos outros países e deviam, por isso, figurar na literatura que desejasse traduzi-lo e exaltá-lo, apontaram o que deixava a desejar nesse paraíso natural: seu atraso em relação às demais nações e a manutenção do regime escravista. O atraso foi compensado pela exuberância natural e justificado pelo fato de o país ser novo e recém-independente, mas legitimar a escravidão e torná-la aceitável estava além das possibilidades desses intelectuais, que se limitaram a silenciar-se a respeito dela.

No primeiro capítulo, pudemos perceber que a escravidão era uma das vergonhas do país e quando se tratou de resolvê-la houve inúmeras discussões. No plano político, a relação com o mundo empírico não permitia que se abstivessem de lidar com a questão: a escravidão era um problema e encaminhar uma solução para ele acabou se tornando uma tarefa governamental. O âmbito literário, porém, era o espaço do projeto de nação em que os escritores moviam-se pelo mesmo ideal: fundar uma literatura que traduzisse e exaltasse o Brasil. Nesse contexto ficcional, a possibilidade de eleger os elementos que deveriam compor a *brasilidade literária* permitiu que os escritores selecionassem somente os elementos nobres (natureza e passado indígena, basicamente), deixando ocultos os aspectos que não colaborariam para o engrandecimento do país (negros cativos e escravidão).

Nesse sentido, podemos tomar a exclusão do negro escravo dentre os elementos a serem utilizados para compor a literatura brasileira como algo intencional. Como viam o fazer literário como forma de contribuir para o progresso da nação e para sua inserção entre os países civilizados, incluir os negros nos textos de maneira enfática equivaleria a uma contradição, já que lembravam a manutenção de um regime que comprometia a imagem do país que queriam exaltar.

2.4 Alencar e a literatura nacional – a eleição do romance.

Hoje em dia, quando surge algum novel escritor, o aparecimento de seu primeiro trabalho é uma festa, que celebra-se na imprensa com luminárias e fogos de vistas. Rufam todos os tambores do jornalismo, e a literatura forma parada e apresenta armas ao gênio triunfante que sobe ao Pantheon.

Compare-se essa estrada, tapeçada de flores, com a rota aspérrima que eu tive de abrir, através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência.
(José de Alencar. *Como e Porque Sou Romancista*. 1873.)

O literato José de Alencar compartilhou das mesmas preocupações de seus contemporâneos: colaborar para a criação da literatura nacional, eleger os elementos *nacionalizantes* e criar obras genuinamente brasileiras. Dentre essas preocupações, estava a noção de literatura como um item que devia ser utilizado a serviço do progresso da nação. Em um discurso na Câmara dos Deputados em 07/07/1870, menciona a importância do incentivo governamental para a instauração de um movimento intelectual no país.²¹⁵ No periódico *O Protesto*²¹⁶, o último editado por ele, declara sua crença de que “a literatura sempre foi a mais eloqüente fisiologia de um povo; e há de sê-lo também no Brasil...”²¹⁷. Nesse sentido, ele também se via imbuído de uma missão patriótica a ser desempenhada através da confecção de obras que *traduzissem* o país.

Sua opinião acerca da literatura nacional, assim como suas realizações estéticas, tiveram muita repercussão, já que apesar das constantes reclamações quanto à indiferença do público e ao mau acolhimento de suas obras por parte da crítica, ele foi reconhecido em sua própria época como grande vulto literário. Sua correspondência fornece vários exemplos nesse sentido:

Exmo Sr. Conselheiro

Outro fora o livro que eu quisera oferecer a V. Exa. Seria a florescência de um espírito que não desmentisse o prognóstico de futuro que fez-me V. Exa. Se o sopro do infortúnio matou a seiva que por acaso vigorava-me o estro, não gelou no seio o sentimento de gratidão que prende ao meu ilustre Mestre e Amigo.

Ao primeiro literato brasileiro, eu entrego cheio de alegria o meu trabalho porque sei que o receberão mãos de amigo e benevolências de um talento soberano.

V. Exa. sabe com que prazer eu me declaro sempre, Sr. Conselheiro,

Muito amigo, muito admirador

²¹⁵ Nesse discurso, sugere vários pontos para incentivar a imigração e dentre eles está a questão cultural/intelectual. Segundo ele, havia problemas para manter a imprensa no país devido aos altos custos, faltava incentivo à leitura e a educação e isso fazia do Brasil um país pouco atrativo para os imigrantes. Prova disso seria o fato de que as Repúblicas do Prata, como exemplo Buenos Aires, tinham movimento intelectual e essa seria a causa de possuírem mais imigrantes. (ALENCAR, José de. “Agricultura: crédito territorial e colonização (Discurso de 07/07/1870)” *In: Discursos...*, *Op. Cit.*, pp. 35/36).

²¹⁶ Em dezembro de 1876 Alencar funda e passa a dirigir o folheto *O Protesto*, de dezesseis páginas, de que saem apenas cinco números, o primeiro deles em janeiro de 1877 e o último em março desse mesmo ano. Segundo Garmes, “*O Protesto*, com subtítulo jornal de três, efetivamente constituía-se tripartido na forma de apresentar-se ao público. A primeira parte compunha-se de 2 ou 3 artigos fundamentalmente de crítica política. Na Segunda parte, temos a publicação do romance *Ex-homem*, já apresentado nas *Obras Completas* de José de Alencar. Na terceira parte temos uma seção de crônicas políticas e de costume, com o título de ‘Beotices’, escritas por um ‘beócio’.” (GARMES, *Op. Cit.*, p. 136.)

²¹⁷ ALENCAR, “O Protesto” *In: GARMES, Achados e Esquecidos...*, *Op. Cit.*, p. 139

Castro Alves. (Num exemplar das *Espumas Flutuantes*)²¹⁸

Campinas, 7 de novembro de 1877.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José de Alencar

Admiro-o, Senhor.

E basta.

Não sei dizer lisonjas, nem de lisonjas se paga quem se chama José de Alencar.

Envio meu livro em homenagem ao pai do romance brasileiro.

Se há temeridade, merece [ser] perdoada.

Júlio Ribeiro.²¹⁹

Mesmo recusando a alcunha de “mestre”²²⁰, Alencar emitia comentários a respeito de obras de autores iniciantes e procurava incentivá-los, como demonstra a conhecida carta em que recomenda Castro Alves a Machado de Assis²²¹. Sua correspondência ativa e passiva mostra que o romancista mantinha contato com vários escritores, preocupando-se em discutir questões literárias e em explicitar sua opinião sobre elas.

Apesar da vasta produção de textos políticos, jornalísticos e dramáticos, o autor parece ter tido mais simpatia pela produção romanesca, tarefa a que consagrou uma atenção especial, já que ele mesmo declara a “predileção de [seu] espírito pela forma do romance”²²². Ademais, o programa literário alencariano e a maior parte de suas considerações a respeito da nacionalidade das obras estão vinculados à produção romanesca.

Ao eleger o romance, Alencar optava também por chegar à nacionalidade literária através de um caminho cujas trilhas estavam por ser abertas. Isso porque, no contexto romântico, a prosa era um terreno a ser demarcado, principalmente se levarmos em conta que era um gênero que havia pouco estava sendo praticado pelos brasileiros, apesar de ser seu velho conhecido.

²¹⁸ ALENCAR, José de. “Cartas do Arquivo de José de Alencar.” In: *Cartas e Documentos...*, *Op. Cit.*, p. 143.

²¹⁹ ALENCAR, José de. “Cartas do Arquivo de José de Alencar.” In: *Cartas e Documentos...*, *Op. Cit.*, p. 167.

²²⁰ “Meu colega e amigo.

Recebi com verdadeiro prazer o delicado e modesto oferecimento que me fez de um exemplar da Lenda do Alfinete, recebi-o porém como colega e amigo, não como mestre, pois nunca o fui, fomos sim companheiros de trabalho.[...]” Carta ao Conselheiro Souza Ferreira, datada de 9 de outubro de 1862. In: GARMES, Kátia Mendes. *Achados e Esquecidos...* *Op. Cit.*, p. 60.

²²¹ “Tijuca, 18 de fevereiro de 1868.

Ilmo. Sr. Machado de Assis.

Recebi ontem a visita de um poeta.

O Rio de Janeiro não o conhece ainda; muito breve o há de conhecer o Brasil. Bem entendido, falo do Brasil que sente; do coração e não do resto.

O Sr. Castro Alves é hóspede desta grande cidade, alguns dias apenas. Vai a São Paulo concluir o curso que encetou em Olinda.[...]” (ALENCAR, José de. “Carta a Machado de Assis.” In: *Cartas e Documentos...*, *Op. Cit.*, pp. 55 a 60.) Além de atestar o contato entre o autor e Machado de Assis, a carta demonstra que Alencar preocupava-se com os novos escritores que despontavam no país e estava disposto a recebê-los e ajudá-los.

²²² ALENCAR, José de. *Como e Porque sou Romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 15. A obra foi escrita em 1873 e publicada postumamente em 1893.

2.4.1 O Romance no Brasil – a dupla tarefa de Alencar.

As Histórias Literárias atuais introduzem o romance como gênero praticado no Brasil somente a partir do Romantismo, em 1843, com a publicação de *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa, ou em 1844, com *A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo. A leitura desses textos leva a crer que o gênero romanesco era desconhecido do público brasileiro, o qual teria acolhido as obras dos primeiros prosadores nacionais como uma grande novidade. Entretanto, pesquisas recentes, como a da Profa. Dra. Márcia Abreu em sua *Livre-Docência*²²³, atestam o grande equívoco em que consiste semelhante consideração. A pesquisa mostrou que a prosa de ficção era antiga conhecida dos brasileiros, os quais a vinham lendo há aproximadamente um século antes da década de 1840. Os dados mostram que, dentre os títulos de Belas Letras solicitados em requisições submetidas à censura portuguesa, os romances destacam-se: de 1769 a 1807, por exemplo, dentre os 18 títulos mais pedidos, 11 são romances e a obra mais solicitada de todas é *As Aventuras de Telêmaco*, romance de Fénelon²²⁴. No início do XIX, esse quadro não sofreu alterações no que se refere à preponderância do romance entre os títulos mais pedidos: de 1808 a 1826, dentre os 13 livros mais pedidos, 7 são romances e o de Fénelon continuou sendo o mais solicitado²²⁵.

Na década seguinte, entra em cena o folhetim. Surgido na França em 1836, essa forma de publicação de romance rapidamente chegou ao Brasil, onde teve grande aceitação por parte do público. Segundo a pesquisa de Malysse Meyer, em 31 de outubro de 1838, uma nota de rodapé no *Jornal do Comércio* anuncia aos leitores o início da publicação de *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, traduzida por J. C. Muzzi, primeiro folhetim publicado no país²²⁶. A autora ressalta a rápida penetração do folhetim francês no Brasil, a qual se deveu grandemente ao fato de que se encontrou um público já habituado à leitura de romances.²²⁷

²²³ ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte da exigência para obtenção do título de Livre docente. Campinas: 2002.

²²⁴ ABREU, Márcia. *Idem*, “Tabela 1: Títulos de Belas Letras mais solicitados em requisições submetidas à Real Mesa Censória entre 1769 e 1807 com destino ao Rio de Janeiro.”, pp. 127/128.

²²⁵ ABREU, Márcia. *Idem*, “Tabela 2: Títulos de Belas Letras mais solicitados em requisições submetidas à Real Mesa Censória entre 1808 e 1826 com destino ao Rio de Janeiro.”, p. 138.

²²⁶ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 32.

²²⁷ Segundo ela, “pode-se imaginar que o romance folhetim penetrou pela cunha já largamente aberta por essas agora antigas ‘moderníssimas novelas’ [...] de que *Oscar e Amanda* e *Sinclair* são paradigmas.” (MEYER, Marlyse. *Op. Cit.*, p. 293.)

A pesquisa de Sandra Vasconcelos, que atesta a forte presença da ficção inglesa no Brasil oitocentista, traz dados igualmente reveladores. Segundo a autora, as listas dos títulos disponíveis na livraria de Paulo Martin, filho, publicadas na *Gazeta do Rio de Janeiro* de setembro de 1808 a junho de 1822, indicam a circulação de traduções de prosa ficcional estrangeira no país:

Ao mesmo tempo que comprovam a oferta regular de obras estrangeiras ao público leitor do Rio de Janeiro, esses avisos anunciavam inúmeras “moderníssimas novellas” de autoria anônima, velhos conhecidos como *Diabo Coxo*, de Lesage, *Paulo e Virgínia* e *A Choupana Índia*, de Bernardim de Saint-Pierre, *Mil e Huma (sic) Noites*, o *Atala*, ou *Amores de Dois Selvagens*, de Chateaubriand, o *Belizario*, de Marmontel, e, que é o que nos interessa aqui, ficção inglesa: *Luíza*, ou *O casal (sic) no bosque*, de Mrs. Helme (21 de setembro de 1816), *Viagens de Gúliwer*, de Jonathan Swift (15 de março de 1817), *Vida e Aventuras admiráveis de Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (9 de abril de 1817), *Tom Jones*, ou *O Engeitado (sic)*, de Henry Fielding (10 de maio de 1817), *Vida de Arnaldo Zulig*, de autor anônimo (4 de julho de 1818) e o complemento da *Historia da infeliz Clarissa Harlowe* em 8 volumes, de Samuel Richardson (8 de março de 1820).²²⁸

Assim, podemos afirmar que os escritores que se aventuraram no terreno da criação da prosa de ficção nacional encontraram um público com um gosto já formado pela leitura de obras estrangeiras. Esse fato, de certa forma, facilitou o desempenho da tarefa patriótica desses autores, que não encontraram dificuldades para iniciar a produção de obras num gênero que vinha ao encontro das necessidades expressivas daquele momento. A prosa de ficção brasileira surgiu num período em que, como vimos, os autores viam-se diante da missão de criar uma literatura nacional na qual estivessem impressos aspectos peculiares à jovem nação. O romance, nesse sentido, mostrou-se um gênero bastante promissor, já que entre as suas características, na matriz européia, estava o olhar atento e analítico do escritor para a realidade que o cercava.

Essa característica está vinculada às discussões que emergiram no momento em que se deu a disseminação do romance moderno na Europa. A ascensão do romance na Inglaterra setecentista ocorreu paralelamente ao surgimento de discussões acerca do gênero, as quais tiveram berço nos prefácios e posteriormente ganharam espaço em periódicos, revistas literárias e na correspondência de leitores²²⁹. Conforme observa Márcia Abreu,

²²⁸ VASCONCELOS, Sandra Guardini T. “A Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (Vertentes Inglesas)”. In: *Projeto Memória de Leitura*, Seção Ensaios. www.unicamp.br/iel/memoria. Consultado em 11/12/2002.

²²⁹ VASCONCELOS, Sandra G. T. *A Formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*, Tese de Livre-docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000, p. 98.

Proliferaram, nos séculos XVIII e XIX, textos teóricos e críticos, os quais se dividiam em duas posições extremas: identificar os defeitos estruturais dos romances e condenar os perigos que sua leitura representaria ou exaltar a “nova forma” e glorificar as virtudes que dela adviriam. [...]

A leitura de romances traz à baila discussões de natureza ética, religiosa e intelectual, tanto mais acaloradas quanto mais se percebe a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores.²³⁰

Resumidamente, argumentou-se que o romance não era um gênero nobre, corrompia o gosto artístico e aviltava a moral:

Eu os vejo como um divertimento inocente, desde que se lhes dedique apenas algumas horas quando se deseja relaxar. Mas serão horas verdadeiramente perdidas aquelas que lhes forem dedicadas em detrimento dos estudos mais sólidos. A perda de tempo nem sempre é o maior perigo oriundo dos maus Romances. Neles, estragamos o gosto, criamos falsas idéias de virtude, encontramos imagens obscenas, sujeitamo-nos sem perceber; e nos deixamos amolecer pela linguagem sedutora das paixões, sobretudo quando o autor soube emprestar-lhes as cores as mais graciosas.²³¹

A opinião de que o romance era um “divertimento inocente”, aparentemente favorável a ele, traz fortes restrições: não é uma “literatura séria” e a “inocência” pode desaparecer caso se dedique muitas horas à sua leitura. O fragmento é bastante ilustrativo, trazendo vários dos argumentos utilizados na época com vistas a vetar a leitura de romances: a questão da utilidade (a leitura de romances seria uma perda de tempo), a questão estética (a leitura dessas obras estragaria o gosto) e a questão ética (os romances atentariam contra a virtude das pessoas, pervertendo a moral e os bons costumes).

Nem todos, entretanto, viam com maus olhos o novo gênero, já que várias vozes levantaram-se para defendê-lo. Muitos dos entusiastas do romance partiram da consideração de que o gênero promovia a identificação do leitor com as personagens, apontada pelos detratores como problema, vendo nessa particularidade uma forma de evitar que os leitores cometessem os mesmos erros na vida real²³². Uma das vozes eloqüentes na defesa do romance foi a do polêmico Marquês de Sade que, ao defender o gênero, fala da sua utilidade e das características intrínsecas que poderiam beneficiar imensamente seus leitores:

²³⁰ ABREU, *Op. Cit.*, pp. 254/255.

²³¹ BRUZEN DE LA MARTINIÈRE. *Introduction generale à l'étude des Sciences et des Belles Lettres, en faveur des personnes Qui ne savent que le François*. La Haye: chez Isaac Beaugard, 1731, pp. 189-190. Apud ABREU, Márcia. *Op. Cit.*, p. 257.

Sendo o romance, se é possível exprimir-se assim, o quadro dos costumes seculares, para o filósofo que quer conhecer o homem, ele é tão essencial quanto a história, pois o cinzel da história só grava o que o homem deixa ver, e, então, já não se trata mais dele. A ambição, o orgulho, cobrem sua frente com uma máscara que nos representa apenas essas duas paixões, não o homem. O pincel do romance, ao contrário, capta-o no interior... pega-o quando ele retira sua máscara, e o esboço bem mais interessante, é também mais verdadeiro: eis a utilidade dos romances.²³³

Percebe-se a concepção de que o romance tinha a característica peculiar de tematizar o homem em toda sua plenitude, possibilitando sua melhor compreensão porque captava seu interior, nem por isso deixando de ser verdadeiro. Diderot, leitor apaixonado de romances e admirador de Richardson, utilizou-se de uma linha argumentativa semelhante para defender o gênero, cuja abundância de detalhes propiciaria ao leitor a intimidade com as personagens e a possibilidade de sentir o impacto das experiências narradas²³⁴. Para ambos, a leitura de romances consistia numa experiência que, de certa forma, superava o contato com a realidade.

O apelo para o caráter real das narrativas também era uma forma de defender o gênero da acusação de ser mero produto da fantasia e de distanciá-lo do romance romanesco²³⁵. Os elementos que permitiram diferenciar romance moderno e romance romanesco possivelmente foram fixados em 1785, por Clara Reeves, com a publicação de *The Progress of Romance*:

Clara Reeves elaborou uma definição para o romance moderno que se repetirá com exatidão: uma narrativa, centrada na vida real, próxima do leitor no tempo e no espaço, que trata de coisas que podem acontecer a qualquer um em sua vida cotidiana, escrita em linguagem comum, elaborada de forma a convencer o leitor de que a história relatada realmente aconteceu e de modo a provocar reações de identificação, fazendo aquele que lê colocar-se no lugar do personagem e com ele sofrer ou se alegrar.²³⁶

A definição de romance moderno baseada no postulado de que ele tem uma relação mais íntima com a realidade não ficou restrita aos séculos XVIII e XIX, chegando aos nossos dias. Ian Watt, no clássico estudo acerca do romance, dedicou parte de suas reflexões ao estabelecimento de relações entre realismo e forma romanesca. A seu ver, o romance moderno

²³² ABREU, Márcia. *Op. Cit.*, p. 287.

²³³ SADE, Donatien Alphonse François. “Nota Sobre Romances ou A Arte de Escrever ao Gosto do Público”. In: *Os Crimes do Amor*. Trad. Magnólia Costa Santos. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 46.

²³⁴ DIDEROT, Denis. “Elogio de Richardson”. Apud: ABREU, Márcia. *Op. Cit.*, pp. 275 a 278.

²³⁵ “A artilharia pesada dirigida contra a ficção se devia, segundo May, aos preconceitos estéticos e morais com que uma parte considerável da crítica encarava os romances romanescos, isto é, aqueles romances que, escritos ainda no século XVII, eram ridicularizados por aquilo que era interpretado como irrealismo e transgressão às regras do bom gosto e do bom senso. Durante praticamente toda a primeira metade do século XVIII, o romance, herdeiro dessa verdadeira cicatriz de origem, teria de se haver com seus opositores e críticos.” (VASCONCELOS, Sandra G. T. *A Formação do Romance Inglês...*, *Op. Cit.*, p. 136).

²³⁶ ABREU, Márcia. *Op. Cit.*, pp. 273/274.

é caracterizado pela presença de um tipo de realismo que não consiste numa correspondência exata com a realidade, mas num conjunto de técnicas narrativas que permitem ao romancista efetuar “a elaboração do que pretende ser um relato autêntico das verdadeiras experiências individuais”²³⁷.

Segundo o autor, os primeiros romancistas introduziram várias inovações na tradição ficcional que os precedia, as quais lhes propiciaram incorporar em seus textos uma “visão circunstancial da vida”. Dentre essas inovações, destaca-se a maior atenção dispensada à particularização das personagens, que passaram a ser nomeadas de maneira a sugerir que fossem vistas como indivíduos contemporâneos dos leitores e a serem situadas num contexto com tempo e local particularizados. Por isso, o papel do tempo e do espaço no romance diferenciou-se em relação aos demais gêneros: o enredo incluiu o processo temporal e a causalidade, situando os fatos num esquema temporal cheio de detalhes e utilizando a experiência passada como causa da ação presente; o espaço passou a ser trabalhado de maneira que possibilitasse que a narrativa fosse visualizada como se estivesse se desenrolando num ambiente físico real. O modo de utilizar a linguagem também tornou-se peculiar, já que no romance ela é mais referencial que em outras formas literárias. Para Watt, essas modificações fizeram carreira na prosa ficcional e constituem um método narrativo inerente ao gênero romanesco e que, de certa forma, o define: o “realismo formal”²³⁸.

Tomando por base essa peculiaridade do romance, podemos pensar que ele satisfazia plenamente as necessidades dos românticos brasileiros. Como vimos, a solução encontrada pela maioria desses escritores para o problema da nacionalidade literária foi a temática: uma obra genuinamente brasileira deveria abordar o país e incluir, via descrição, a realidade nacional. Nesse sentido, o romance era como uma tela pronta para receber a “cor local” brasileira, configurando-se como uma excelente oportunidade de os escritores cumprirem a missão patriótica que se atribuíram. Essa oportunidade foi aproveitada pelos prosadores do

²³⁷ WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 27.

²³⁸ “O método narrativo pelo qual o romance incorpora essa visão circunstancial da vida pode ser chamado seu realismo formal; formal porque aqui o termo ‘realismo’ não se refere a nenhuma doutrina ou propósito literário específico, mas apenas a um conjunto de procedimentos narrativos que se encontram tão comumente no romance e tão raramente em outros gêneros literários que podem ser considerados típicos dessa forma. Na verdade o realismo formal é a expressão narrativa de uma premissa que Defoe e Richardson aceitaram ao pé da letra, mas que está implícita no gênero romance de modo geral: a premissa, ou convenção básica, de que o romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias.” (WATT, Ian. *Op. Cit.*, p. 31.)

período, já que, como observa Candido, os romances da época elaboraram a realidade sob o ponto de vista do nacionalismo literário, daí as descrições de lugares, cenas, fatos e costumes nacionais. Para esse autor, “o eixo do romance oitocentista é pois o respeito inicial pela realidade, manifesto principalmente na verossimilhança que procura imprimir à narrativa.”²³⁹

Apesar desses atributos, o romance foi pouco abordado pela crítica oitocentista. Os textos românticos relativos à literatura nacional anteriormente analisados são quase silenciosos quanto a ele, remetendo-se sobretudo à poesia. A crítica, iniciada logo após a Independência e exercida basicamente em periódicos, teve um número reduzido de textos que abordaram a prosa brasileira. Tal situação repetiu-se nas tentativas de sistematização da literatura nacional, como os Florilégios e as Antologias, os quais excluía os romances²⁴⁰. Exemplo significativo também é o fato de que, em 1888, Silvio Romero, autor da considerada primeira história literária brasileira, ter excluído o romance, lacuna de que, anos depois, em 1907, queixou-se José Veríssimo na segunda grande história literária nacional.²⁴¹ A primeira crítica de romance nacional de que tivemos conhecimento foi publicada em 1844 e aborda o livro de estréia de Joaquim Manuel de Macedo, *A Moreninha*, publicado naquele mesmo ano.²⁴²

Dentro desse contexto, José de Alencar pode ser tomado como autor decisivo no que se refere à definição do romance brasileiro, já que esteve entre os primeiros a refletir sobre o gênero e a elegê-lo como forma literária através da qual concretizaria suas idéias de literatura nacional. Nesse sentido, ele se encontrou diante de uma dupla tarefa: colaborar para a criação da literatura genuinamente brasileira e, ao mesmo tempo, encontrar uma maneira eficiente de

²³⁹ CANDIDO, Antonio. *Formação...*, *Op. Cit.*, p. 98.

²⁴⁰ Valéria Augusti, sob orientação da Profa. Dra. Márcia Abreu, está realizando uma pesquisa em nível de doutorado a respeito de como se deu a canonização do romance na historiografia e na crítica literária brasileiras.

²⁴¹ “É de 1888 a publicação dos dois primeiros volumes da *História da Literatura Brasileira* do Sr. Sylvio Romero. Vinha essa história desde o século do descobrimento até 1870. Não obstante ser, ainda antes de acabado, o livro mais completo sobre nossa história literária, e apesar de suas dimensões, havia nelle lacunas sensíveis, como o silêncio sobre o romance e o teatro, que justamente antes dessa última época aqui nasceram e mais floresceram. Essa falta á grave, não só do ponto de vista chronológico, mas ainda do ponto de vista lógico.

Certamente o autor emendaria, sem aliás poder mais sanar o que me parece erro de método, nos seus subsequentes volumes, mas a obra, infelizmente, parou no segundo.” (VERÍSSIMO, José. “História da Literatura Brasileira”. In: *Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907, pp. 1 e 2.)

²⁴² MELLO, Dutra e. “A Moreninha”. *Minerva Brasiliense – Jornal de Ciencias, Letras e Artes*, publicado por huma associação de literatos. Rio de Janeiro: vol. II, no. 24, pp. 746-751, outubro de 1844. Apud. AUGUSTI, Valéria. *O Romance como Guia de Conduta – A Moreninha e Os Dois Amores*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Literária do IEL, UNICAMP, 1998. Na década seguinte, em 1855, houve a publicação de uma crítica a respeito de *Vicentina*, romance também de Macedo. (Crítica anônima ao romance *Vicentina*, publicada na revista *Guanabara* em 1855. Apud AUGUSTI, *Op. Cit.*) Em 1866, Machado de Assis aborda outro romance macediano: *O Culto do Dever*. (ASSIS, Machado de. “O Culto do Dever”, *Crítica Literária, Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Editores, 1953, p. 63. Crítica publicada inicialmente em *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de janeiro de 1866.)

vazar em prosa a fórmula da brasilidade literária, consolidando, assim, o romance nacional. Seu projeto literário, difuso nos paratextos das obras, em textos teóricos e críticos, em sua correspondência e até mesmo em alguns textos políticos, deixa transparecer que ele se via como um iniciador da prosa nacional.

2.4.2 Alencar e a literatura nacional – como e porque o romance.

Além de político, advogado, panfletário e jornalista, Alencar mostrou-se multifacetado também na atuação como escritor: produziu artigos de crítica literária, atuou como folhetinista, escreveu peças teatrais e poemas. Apesar do sucesso dos folhetins semanais intitulados *Ao Correr da Pena*²⁴³ e de algumas de suas peças, o autor dedicou-se com mais afinco à produção romanesca, a qual o consagrou como escritor. Seus textos críticos, em geral, apontam para o romance como gênero em que ele pretendia consolidar seu projeto literário.

Recuperar a noção de romance que fundamentava suas produções permite perceber o modo como ele acreditava que os elementos que compunham a “cor local” brasileira deveriam ser incluídos nos textos que se pretendessem genuinamente nacionais.

Muitas dessas considerações estão presentes na autobiografia literária *Como e Porque Sou Romancista* (1873), a qual é definida por ele como “rascunho de um capítulo” em que pretende referir “as circunstâncias a que atribu[i] a predileção de [seu] espírito pela forma literária do romance”²⁴⁴. De fato, o texto faz justiça ao título e constitui um relato em que aborda o contato com o romance ao longo de praticamente toda sua vida, trazendo pistas valiosas a respeito da noção de romance que fundamentava sua produção em prosa.

Segundo Alencar, o contato com o gênero romanesco iniciou-se logo na infância, quando em sua casa ganhou o posto de “ledor”. A leitura reiterada das obras do pequeno “repertório romântico” da biblioteca familiar é apontada por ele como possível influência:

Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em meu espírito os moldes dessa estrutura literária, que mais tarde deviam servir aos informes esboços do novel escritor.

²⁴³ Sobre esses folhetins, conferir: SOUZA, Silvia Cristina Maria de. “Ao Correr da Pena: uma leitura dos folhetins de José de Alencar.” In: CHALHOUB e PEREIRA (orgs.). *A História Contada. Op. Cit.*, pp. 123-143. Eduardo Vieira MARTINS também aborda esses textos: *A Fonte Subterrânea*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IEL, 2003. Capítulo II.

²⁴⁴ ALENCAR, José de. *Como e Porque Sou Romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 15.

Mas não tivesse eu herdado de minha santa mãe a imaginação de que o mundo apenas vê as flores, desbotadas embora, e de que eu somente sinto a chama incessante, e essa leitura de novelas mal teria feito de mim um mecânico literário, desses que escrevem presepes em vez de romances.²⁴⁵

Atrelada à *interiorização* da estrutura romanesca está a imaginação, apontada pelo autor como requisito importante para a escrita de romances. A mudança para São Paulo possibilitou-lhe o contato com obras de escritores como Balzac, Alexandre Dumas, Alfredo de Vigny, Chateaubriand e Victor Hugo, leituras que se somaram às primeiras impressões acerca do gênero, que se elevou a seus olhos:

A escola francesa, que eu então estudava nesses mestres da moderna literatura, achava-me preparado para ela. O molde do romance, qual mo havia revelado por mera casualidade aquele arrojo de criança a tecer uma novela com os fios de uma ventura real, fui encontrá-lo fundido com a elegância e beleza que jamais lhe poderia dar. [...] O romance, como eu agora o admirava, poema da vida real, me aparecia na altura dessas criações sublimes que a Providência só concede aos semideuses do pensamento, e que os simples mortais não podem ousar, pois arriscam-se a derreter-lhes o sol, como a Ícaro, as penas de cisne grudadas com cera.²⁴⁶

A noção de que o romance deveria ser “tecido” com os “fios de uma ventura real” fica fortalecida com a leitura dos “mestres da moderna literatura” e o gênero passa a ser definido por ele como “poema da vida real”. Essa noção parece cara a Alencar, que em vários momentos aborda a relação entre literatura e realidade.

Um dos textos em que essa relação fica explícita data de 1859, quando da primeira edição de *As Asas de Um Anjo*. Ao texto ficcional, o autor somou uma “Advertência” e um texto publicado por ele no ano anterior no *Diário do Rio de Janeiro*, quando a mencionada peça não pôde mais ser encenada por intervenção da polícia²⁴⁷. Apesar de abordarem mais detidamente questões relativas ao gênero dramático, em muitos momentos esses textos mencionam o romance e discutem questões amplas de literatura, a qual é definida como representação da realidade:

A realidade, ou melhor, a naturalidade, a reprodução da natureza e da vida social no romance e na comédia, não a considero uma escola ou um sistema; mas o único elemento da literatura: a sua alma. O servilismo do espírito eivado pela imitação clássica ou estrangeira, e os delírios da imaginação tomada do louco desejo de inovar, são aberrações passageiras; desvairada um

²⁴⁵ ALENCAR, *Como e Porque... Op. Cit.*, pp. 31/32.

²⁴⁶ ALENCAR, *Como e Porque... Op. Cit.*, pp. 43/44.

²⁴⁷ A peça havia tido licença do Conservatório Dramático e da Polícia para ser encenada. Depois de haver sido apresentada algumas vezes, foi interdita pela polícia.

momento, a literatura volta, trazida por força irresistível, ao belo, que é a verdade. Se disseram que alguma vez copiam-se da natureza e da vida cenas repulsivas, que a decência, o gosto e a delicadeza não toleram, concordo. Mas aí o defeito não está na literatura, e sim no literato; não é a arte que renega do belo; é o artista, que não soube dar ao quadro esses toques divinos que doiram as trevas mais espessas da corrupção e da miséria.²⁴⁸

O autor explicita a concepção de que reproduzir a natureza e a vida social constitui a alma da literatura nas formas romanesca e dramática. As produções baseadas na imitação dos clássicos seriam um momento de desvario da literatura que irresistivelmente voltava a tematizar o belo, que seria a verdade, ou seja, o real. Assim, a literatura colonial fora uma “aberração passageira” e a busca dos seus contemporâneos por tematizar a realidade nacional equivalia à busca do verdadeiro conceito de belo. Esta noção é reiterada em “Benção Paterna”, prefácio da obra *Sonhos D’Ouro* (1872), em que estabelece a sinonímia entre escrever romances e “tirar fotografias da sociedade”.²⁴⁹

Apesar de reiterar em seus textos a noção de literatura como representação da realidade, Alencar procura esclarecer que essa representação não tirava do escritor a possibilidade de elaboração artística de acordo com sua imaginação e com as necessidades expressivas da arte. Note-se que, no fragmento anteriormente citado, ele considera que a inclusão de cenas repulsivas nos textos não revelava um defeito do gênero, mas do literato, que não soubera usar os dons artísticos e torná-las aceitáveis. Assim, ele postula que reproduzir a realidade nos textos ficcionais não equivalia a copiá-la fielmente, mas a tomá-la como base e dar-lhe “toques divinos”, resguardando, assim, o espaço de atuação/criação do escritor.

A liberdade de criação no modo de lidar com a realidade também é assegurada por ele quando aborda a maneira pela qual os fatos históricos deveriam ser trabalhados no texto. Nas “Cartas Sobre *A Confederação dos Tamoios*” essa noção é insinuada, pois uma das censuras de Alencar a Gonçalves de Magalhães refere-se à “nudez cronística” com que apresentou a vida dos indígenas²⁵⁰. Essas considerações aparecem mais nítidas em “O Teatro Brasileiro” (1875), texto escrito a propósito de *O Jesuíta*:

Para mim essa escola que falseia a história, que adultera a verdade dos fatos, e faz dos homens do passado manequins de fantasia, deve ser banida.

²⁴⁸ ALENCAR, José de. “Advertência” a *As Asas de um Anjo*. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980, p. 105.

²⁴⁹ ALENCAR, José de. “Benção Paterna” – Prefácio a *Sonhos D’Ouro*. *Obra Completa*, Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1958, p. 699.

²⁵⁰ ALENCAR, José de. “Cartas Sobre *A Confederação dos Tamoios*”. *Obra Completa*, Vol. IV. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960, p. 893.

O domínio da arte na história é a penumbra em que esta deixou os acontecimentos, e da qual a imaginação esurge por uma admirável intuição, por uma como exumação do pretérito, a imagem da sociedade extinta. Só aí é que a arte pode criar; e que o poeta tem direito de inventar; mas o fato autêntico, não se altera sem mentir à história.²⁵¹

O escritor deveria tomar como base a história e ser totalmente fiel a ela, incluindo nas obras o “fato autêntico”. Entretanto, o preenchimento das lacunas deixadas pela história a respeito das personagens e dos acontecimentos era “domínio da arte”, cabendo ao autor utilizar sua imaginação para compor uma “imagem da sociedade extinta”. Essa liberdade artística, porém, deveria ser utilizada seguindo um propósito específico: exaltar o passado nacional. Para ele, era impróprio “arrancar do pó [os] bustos nacionais para amesquinhá-los e fazê-los descer do pedestal em que a nossa história os colocou.”²⁵²

A concepção de que o artista deveria trabalhar a realidade ao transpô-la para seus textos aparece também quando ele tenta defender a verossimilhança e o caráter nacional de algumas de suas obras. Em “Os Sonhos D’Ouro”, texto em que defende os protagonistas do romance de mesmo nome da acusação de “estrangeiros”, ele aponta a existência de vários habitantes da corte com as características das personagens Guida e Ricardo. Essa defesa está atrelada à sua noção de romance de costumes:

No romance de costumes, e não sei se os *Sonhos D’Ouro* podem levar tão alto suas pretensões, nem tôdas as personagens são *tipos*, nem tôdas figuram na “comédia social”, de que o autor aproveita um ato ou um trecho.

As principais na grande parte dos casos são atôres no drama, que forma o esqueleto do livro, e lhe tecem o enredo, fibra vital dessa espécie de obra cujo fim é antes de tudo o conto, a fábula, que prende o espírito e o deleita.²⁵³

Para ele, o romance de costumes tem como espinha dorsal o enredo, que deve ser uma fabulação com objetivo maior de deleitar o leitor; por isso, pode incluir personagens que não encontrem uma correspondência imediata com o real e não sejam “tipos”:

A diferença entre um *tipo* de um *caráter* não careço de a determinar, pois não a ignora o ilustrado crítico. O *tipo* é moral; o *caráter* é psicológico. Êste só contraste basta: dá-nos ela

²⁵¹ ALENCAR, José de. “O Teatro Brasileiro – A Propósito de *O Jesuíta*”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. 2.^a Edição, pp. 28/29. Esse texto também pode ser encontrado no Volume IV da *Obra Completa*.

²⁵² ALENCAR, “Cartas Sobre *A Confederação dos Tamoios*”. *Op. Cit.*, p. 893.

²⁵³ ALENCAR, José de. “Os Sonhos D’Ouro”. *Obra Completa*, Vol. IV, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960, p. 938.

outra importante aferição. O *tipo* forma-se exteriormente pelo molde social; e o *caráter* é uma criação espontânea, que se produz internamente pelas modalidades da consciência.²⁵⁴

Nesse sentido, Guida e Ricardo seriam “caracteres” e não “tipos” propriamente: têm características baseadas na realidade social carioca em que se passa o enredo, como a vida que levam, a classe social a que pertencem, mas a personalidade delas, seu aspecto moral, o modo como olham para si e para a realidade à sua volta, são parte do “caráter”, o qual é criado pelo escritor. Nesse sentido, Alencar prevê também um espaço para a criação artística, defendendo a liberdade de o romancista, com base na realidade, criar personagens com personalidades próprias.

A forma de criar as personagens e moldá-las com base na realidade mas também utilizando-se da liberdade de criação é retomada na “Carta a D. Paula de Almeida”, texto em que Alencar, utilizando o pseudônimo de “Elisa do Vale”, responde às considerações relativas ao romance *Senhora* (1875), veiculadas no *Jornal do Comércio* na forma de “duas espirituosas cartas assinadas com o nome feminino de *Paula*”. Além de defender a construção das personagens apontando sua correspondência com a realidade²⁵⁵, o texto veicula a noção de “romance fisiológico”, que teria o atributo de “penetrar no coração de seus personagens”, algo que poderia ser feito de duas formas:

Há duas maneiras de estudar a alma; uma dramática, à semelhança de Shakespeare; outra fisiológica, usada por Balzac. O romancista dispõe de ambas; mas deve, sempre que possa, dar preferência à primeira, e fazer que seus personagens se desenhem a si mesmos no correr da ação.²⁵⁶

Segundo o autor, as personalidades de Aurélia e de Seixas haviam sido desenhadas segundo a forma “dramática”, algo que eximia o narrador de explicitar suas características, que deviam ser percebidas pelo leitor ao longo da leitura. Insinua, então, que a suposta Paula de Almeida não havia percebido alguns atributos dessas personagens e, por isso, equivocou-se quando as considerou inverossímeis.

Podemos dizer, com base nessas considerações, que Alencar defendia a liberdade do escritor na criação de suas personagens, as quais seriam tecidas com base na realidade, mas

²⁵⁴ ALENCAR, José de. “Os Sonhos D’Ouro”. *Op. Cit.*, p. 938.

²⁵⁵ “Seixas é uma fotografia; eu conheço vinte originais dessa cópia. A sociedade atual gera aos pares dêsse *homens de cera*, elegantes, simpáticos e banais, que se moldam a tôdas as situações da vida artificial dos salões.” (ALENCAR, José de. “Carta a D. Paula de Almeida” – Nota ao romance *Senhora*. *Obra Completa*, Vol. I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958, p. 1211.)

teriam seu caráter desenhado pelo romance. Nesse sentido, a verossimilhança das personagens seria assegurada não só pela possibilidade de elas se assemelharem a pessoas reais, mas também pelas circunstâncias de sua vida e pelos traços de sua personalidade, os quais são criação do escritor.

Assim podemos dizer que a noção de literatura como representação da realidade veiculada pelo autor ao longo dos seus textos não implica a exclusão da liberdade do escritor ao trabalhar essa realidade em seus textos. A eleição do romance como gênero em que realizaria seu projeto literário pode ser justificada pelo fato de que possui peculiaridades que asseguram com plenitude o exercício da liberdade artística:

A grande superioridade dessa forma literária penso eu que provém de sua natureza complexa; ela abrange em si o drama, a narrativa e a descrição. Da combinação dos três elementos nasce o romance.²⁵⁷

Concentrando em si as possibilidades criativas do drama, da narrativa e da descrição, o romance concedia múltiplas opções ao escritor, ampliando sua possibilidade de utilizar a imaginação. Por ser um gênero multifacetado, ele era o mais adequado para incluir a “cor local” brasileira, visto que as obras nacionais, a seu ver, deveriam deixar transparecer todas as facetas da realidade nacional. Tratando-se de uma personalidade como José de Alencar, que atuou como político, jornalista e advogado, podemos pensar que essa *natureza complexa* do romance possibilitava também a inclusão de convicções pessoais na representação da realidade que veicularia em suas obras.

2.4.3 O Projeto Literário de Alencar – inclusão da “cor local” nos romances.

Assim como explicitou a noção de romance que norteava suas produções, Alencar registrou em seus textos críticos quais eram os elementos que, a seu ver, compunham a “cor local” brasileira e a maneira como deveriam ser trabalhados de modo que as obras compusessem um painel da realidade nacional.

Um dos primeiros textos em que expôs sua concepção de literatura brasileira foram as “Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*”, publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, de 18 de junho

²⁵⁶ ALENCAR, José de. “Carta a D. Paula de Almeida”. *Op. Cit.*, p. 1212.

²⁵⁷ ALENCAR, José de. “Carta a D. Paula de Almeida”. *Op. Cit.*, p. 1213.

a 15 de agosto de 1856²⁵⁸. Partindo do pressuposto de que Magalhães tentou elaborar um poema épico, aponta na obra inúmeros problemas estruturais que a desqualificam, visto que estaria toda marcada pela “mesma tibieza de pensamento, a mesma palidez de imagens, o mesmo desalinho e incorreção de formas.”²⁵⁹ Para o desenvolvimento do presente trabalho, porém, interessam mais diretamente suas considerações acerca da temática do poema, visto que nas “Cartas...” Alencar abordou detidamente dois elementos centrais em seu projeto literário: a natureza e o indígena.²⁶⁰

Para ele, Magalhães não soube descrever o Brasil, pois não abordou a natureza brasileira em toda sua magnitude:

Encontrou aí alguma dessas cenas arrebatadoras do crepúsculo da tarde, algum hino melodioso das auras da noite, algum idílio dos nossos campos silvestres, uma saudação a lua de nossa terra, ou uma descrição soberba do pôr do sol sobre as cumeadas das montanhas? Sentiu palpitar-lhe o coração já frio e indiferente com a lembrança de um desses amôres poéticos e inocentes, que tem o céu por dossel, as lianas verdes por cortinas, a relva do campo por divã, e que a natureza consagra como mãe extremosa, e como santa religião?²⁶¹

Percebe-se, nas considerações acima e ao longo de todas as cartas, a noção de que as obras que intentassem ser nacionais deveriam trazer descrições que traduzissem as belezas naturais do Brasil, as quais poderiam aparecer em primeiro plano, como o próprio quadro a ser apresentado, ou em segundo plano, como moldura ou cenário em que se localizassem as ações das personagens. O importante é que a natureza brasileira fosse exaltada e que se despertasse no leitor certo sentimento de reverência diante de sua magnitude. Para Alencar, o poema de Magalhães pecava pelo mau tratamento da natureza, assim como deixava a desejar na abordagem que fazia dos indígenas e de seus costumes:

²⁵⁸ As cartas foram publicadas sob pseudônimo de *Ig*, segundo Alencar as iniciais de “Iguaçu”, heroína do poema de Magalhães, e dividem-se em duas séries: a primeira contém cinco cartas escritas entre 18 de junho e 14 de julho de 1856, sendo que na última declara que suas observações chegaram ao fim. Entretanto, movido por artigos que questionavam suas observações com vistas a defender o poeta em questão, Alencar inicia a segunda série de artigos, composta por três cartas datadas de 9, 12 e 15 de agosto. In: ALENCAR, José de. “Cartas Sobre *A Confederação dos Tamoios*.” *Obra Completa*, Vol. IV. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

²⁵⁹ ALENCAR, José de. “Cartas...” *Op. Cit.*, p. 882.

²⁶⁰ Eduardo Vieira Martins tece considerações acerca da relação entre o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista. Em sua análise das “Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*”, demonstram que Alencar assenta sua análise do poema de Magalhães relacionando-o ao gênero a que pertence, tecendo reflexões acerca da epopéia. In: MARTINS, *A Fonte Subterrânea*, *Op. Cit.* Capítulo III.

²⁶¹ ALENCAR, José de. “Cartas...” *Op. Cit.*, p. 877.

A pintura da vida dos índios não tem, na minha opinião, a menor beleza; uma página de um viajante qualquer a respeito da vida nômade dos Árabes do deserto é mais cheia dessa poesia da liberdade selvagem do que a parte do poema a que me refiro.

Demais, o autor não aproveitou a idéia mais bela da pintura; o esboço histórico dessas raças extintas, a origem desses povos desconhecidos, as tradições primitivas dos indígenas, davam por si só matéria a um grande poema, que talvez um dia alguém apresente sem ruído, sem aparato, como modesto fruto de suas vigílias.²⁶²

Abordar os indígenas de modo satisfatório equivalia a explorar as peculiaridades da vida desses povos, sua história, suas tradições, de modo que o texto traduzisse a beleza e a poesia da “liberdade selvagem”. Nesse sentido, era preciso explorar adequadamente esses elementos, não apenas mencioná-los como pensavam alguns escritores:

De há algum tempo se tem manifestado uma certa tendência de reação contra essa poesia inçada de termos indígenas, essa escola que pensa que a nacionalidade da literatura está em algumas palavras: a reação é justa, eu também a partilho, porque entendo que essa escola faz grande mal ao desenvolvimento do nosso bom gosto literário e artístico.

Mas o que não partilho, e o que acho fatal, é que essa reação se exceda; que em vez de condenar o abuso, combata a cousa em si; que em lugar de estigmatizar alguns poetastros que perdem o seu tempo a estudar o dicionário indígena, procure lançar o ridículo e a zombaria sobre a verdadeira poesia nacional.

Esses que assim procedem têm uma idéia que não posso admitir; dizem que as nossas raças primitivas eram raças decaídas, que não tinham poesia nem tradições; que as línguas que falavam eram bárbaras e faltas de imagens, que os termos indígenas são mal sonantes e pouco poéticos; e concluem daqui que devemos ver a natureza do Brasil com os olhos do europeu, exprimi-la com a frase do homem civilizado, e senti-la como o indivíduo que vive no doce *confortable*.²⁶³

Alencar parece vincular Magalhães a essa “poesia inçada em termos indígenas”, insinuando que ele prejudicava o desenvolvimento do bom gosto literário e artístico, já que o belo nacional estaria no trabalho com os elementos brasileiros. Então faz sua apologia da temática indígena, que constituiria a “verdadeira poesia nacional”, não admitindo que se lance o ridículo e a zombaria sobre ela. Desvalorizar as “raças primitivas” brasileiras, suas tradições e suas tendências poéticas seria um ato nada patriótico, equivalendo a olhar a natureza do país com “olhos europeus”.

Na abordagem das personagens indígenas do poema em questão, o autor aponta outro problema: o fato de eles serem mal elaborados e aparecerem na obra como “simples esqueletos”, “arcabouços informes”:

²⁶² ALENCAR, “Cartas...”, *Op. Cit.*, p. 865.

²⁶³ ALENCAR, “Cartas...”, *Op. Cit.*, p. 855.

Não cuide que fiz a autópsia de todos os personagens do livro do Sr. Magalhães, que os descarnei para fazer sôbre êles um estudo de anatomia literária; apresentei-os tais como os encontrei, simples esqueletos, arcabouços informes, que o poeta não quis tomar o trabalho de encarnar, e deixou na sua nudez cronística ou tradicional.

Responda agora, meu amigo, se eu tinha ou não razão em dizer-lhe que era impróprio de um poeta arrancar do pó e das ruínas do passado êsses bustos nacionais para amesquinhá-los e fazê-los descer do pedestal em que a nossa história os colocou.²⁶⁴

Os indígenas, para o autor, representavam o passado brasileiro e deviam, pois, ser incluídos nas obras na forma de personagens ilustres: exaltá-los equivalia a exaltar o passado nacional.

Com base nessas considerações, podemos dizer que, nas “Cartas Sobre *A Confederação dos Tamoios*”, Alencar não discorda da temática abordada por Magalhães, visto que concebe natureza e indígenas como temas privilegiados da literatura brasileira, mas do modo como esses elementos foram trabalhados no texto, o qual não explorou suas potencialidades e não traduziu suas especificidades. Em outras palavras,

Ele procura através do processo analítico do texto literário encontrar elementos para comprovar sua tese de que a nacionalidade da literatura não se garante simplesmente pelo fato de o texto tratar de um tema nacional; essencial seria construir uma expressão estética que se adequasse aos aspectos específicos da história e da realidade da nação.²⁶⁵

Suas considerações acerca de como incluir a vida dos primeiros habitantes das terras brasileiras foram retomadas e aprofundadas em textos posteriores. Em 1865, na “Carta ao Dr. Jaguaribe” que precede a primeira edição de *Iracema*, deixa detalhado seu pensamento sobre o assunto. Segundo ele, desde cedo um instinto lhe direcionara a imaginação para a “raça selvagem indígena”. Depois de desenvolver esse instinto através do estudo, percebeu que as obras nacionais não abordavam os índios de maneira satisfatória, pois quando não abusavam do uso de termos indígenas pecavam pela falta da ingenuidade que a seu ver caracterizava o pensamento e a linguagem desses povos:

Sem dúvida que o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as idéias, embora rudes e grosseiras, dos índios; mas nessa tradução está a grande dificuldade; é preciso que a língua civilizada se molde quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara; e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por têrmos e frases que ao leitor pareçam naturais na bôca do selvagem.

²⁶⁴ ALENCAR, “Cartas...”, *Op. Cit.*, p. 893.

²⁶⁵ MARCO, Valéria de. “A Produção Crítica de Alencar”. In: *O Império da Cortesã*. São Paulo: Martins Fontes, 1986, pp. 19/20.

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Êle nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida. É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino.²⁶⁶

Os autores deveriam esforçar-se para “traduzir” as idéias e pensamentos indígenas para sua língua sem que eles perdessem as características genuínas. O verdadeiro poema nacional estaria, então, nas imagens poéticas indígenas e no seu modo de pensar, aos quais os escritores só teriam acesso estudando a língua desses primeiros habitantes do Brasil. O fato de considerar que o “verdadeiro poema nacional” seria uma espécie de tradução dos pensamentos indígenas em língua portuguesa pode ser tomado também como insinuação de que o Brasil, em termos culturais, caracterizava-se pela mestiçagem entre o português e o indígena.

Alencar entendia que o trabalho com a linguagem era essencial, visto que é o elemento principal através do qual se poderão incluir as peculiaridades brasileiras nos textos. De fato, a linguagem é outro elemento importante eleito pelo autor para figurar na literatura genuinamente brasileira, sendo um dos temas que mais discutiu ao longo de sua vida. Essa questão era essencial para o projeto literário de Alencar, que chega a declarar que a “questão da nacionalidade da nossa literatura [em seu] conceito envolve necessariamente a da modificação da língua.”²⁶⁷ Para ele, o purismo da linguagem pregado por alguns escritores nacionais traduzia subserviência a Portugal e a atitude portuguesa de censurar os textos brasileiros era uma tirania literária:

Nós os brasileiros temos descurado inteiramente o máximo assunto da nacionalidade de nossa literatura; e por uma timidez censurável nos deixamos governar pela pérola do pedagogismo português que pretende o monopólio da ciência e polimento de nossa língua. Eu insurgi-me contra essa tirania literária; e não por assinte, senão por uma natural impulsão do gênio brasileiro, que eu sinto em mim e no país que me cerca, tão outro do português, embora seu irmão carnal e pela língua. [...]
Somos nós; é o Brasil, quem deve fazer a lei sobre a sua língua, o seu gosto, a sua arte e a sua literatura. Essa autonomia, que não exclue a lição dos mestres antigos e modernos, é não só um direito, mas um dever.²⁶⁸

A missão do escritor e dos próprios brasileiros era, pois, conseguir a autonomia literária e ela estava estreitamente ligada à questão da linguagem.

²⁶⁶ ALENCAR, José de. “Carta ao Dr. Jaguaribe”. In: *Iracema. Obra Completa*, Vol. III. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958, p. 306.

²⁶⁷ ALENCAR, José de. *O Nosso Cancioneiro*. Campinas: Pontes, 1994, pp. 54/55. (1.ª Edição de 1874).

Em 1865, no “Pós-Escrito” à segunda edição de *Diva*, texto em que ele discutiu a questão lingüística pela primeira vez, explicita a crença na existência de uma estreita relação entre ela e a nacionalidade:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada.²⁶⁹

A língua seria um complemento intelectual da nacionalidade política, um fator fundamental para o pleno desenvolvimento de um povo e sua inserção entre os países ilustrados e civilizados. Como ela expressava a nacionalidade do pensamento, é natural que sofresse mudanças de acordo com as alterações por que passasse a nação:

Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aquêles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis, e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas, essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classismo.²⁷⁰

A mudança era, a seu ver, algo inerente às línguas e ocorria com vistas a expressar melhor os pensamentos e a realidade, o que pode se dar de formas variadas: criando termos, assimilando termos estrangeiros, explorando suas fontes. Esse procedimento seria a missão das “línguas cultas”.

Em 1870, Alencar adicionou à Segunda Edição de *Iracema* um “Pós-Escrito” em que aprofundou suas considerações acerca da linguagem motivado por uma crítica de Pinheiro Chagas à mencionada obra²⁷¹. Cita o trecho em que o autor luso disse que o defeito de *Iracema* era comum a todos os brasileiros: “...falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais.”²⁷² Alencar observa, então, que a

²⁶⁸ Carta de José de Alencar aos Redatores da Revista *Lusa*, em 26 de novembro de 1874. In: GARMES, *Op. Cit.*, pp. 122/123.

²⁶⁹ ALENCAR, José de. “Pós-Escrito” à 2.ª Edição de *Diva* (1865). In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. Vol. I, p. 559.

²⁷⁰ ALENCAR, *Idem*, p. 559.

²⁷¹ Esse texto de Pinheiro Chagas, assim como outros textos de autores portugueses acerca de José de Alencar, estão disponíveis no Anexo I da presente dissertação.

²⁷² ALENCAR, José de. “Posfácio”. *Iracema* (1.ª Edição de 1865). In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. Vol. III, p. 313.

mudança não vinha da atitude dos escritores, tendo seu germe no espírito popular e no falar do povo, consistindo, pois, numa “revolução filológica” inevitável:

Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política só por isso forma sua individualidade. Mas se êsses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se, também, a separação nas idéias, nos sentimentos, nos costumes, e, portanto, na língua, que é a expressão dêsses fatos morais e sociais.²⁷³

A distinção lingüística entre os povos era algo natural quando motivada por questões políticas como a Independência. No caso de Brasil e Portugal, ela se torna ainda mais incontrollável, pois além do rompimento político havia climas, costumes, idéias e sentimentos diferentes que necessariamente gerariam mudanças no modo de utilizar a língua portuguesa. Alencar acrescenta, ainda, que o país recebeu pessoas de diversas nações, o que também contribuiu para a mudança lingüística. Dessa forma, Pinheiro Chagas, ao chamar as inovações lingüísticas brasileiras de incorreções, estaria “...negando-nos assim o direito de criar uma individualidade nossa, uma individualidade jovem e robusta, muito distinta da velha e gloriosa individualidade portuguesa.”²⁷⁴

Em “Benção Paterna”, prefácio a *Sonhos D'Ouro* (1872), o autor retoma as considerações acerca da relação entre os escritores e as mudanças lingüísticas, atribuindo àqueles uma missão:

São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde estêve, e apurar o ouro fino.²⁷⁵

Os escritores, a seu ver, não corrompiam a língua, antes selecionavam os neologismos criados pela população antes de inseri-los na escrita e colaboravam para que a língua não se descaracterizasse totalmente. Serviam como uma espécie de filtro, de mediadores entre as mudanças propostas pelo povo na fala cotidiana e a inserção delas na língua.²⁷⁶

²⁷³ ALENCAR, *Idem*, p. 314.

²⁷⁴ ALENCAR, *Idem*, p. 314.

²⁷⁵ ALENCAR, José de. “Benção Paterna” – Prefácio a *Sonhos D'Ouro* (1872). In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. Vol. I, pp. 699/700.

²⁷⁶ Ainda sobre a linguagem, em 1874 o autor deu a lume o texto “Questão Filológica”. Nele, situa a discussão sobre a língua nacional colocando-se como solitário na defesa de uma língua peculiar ao Brasil tendo como

Note-se que o argumento mais utilizado por Alencar para defender a legitimidade de um uso diferenciado da língua portuguesa era a crença de que a realidade social brasileira era muito diferente da portuguesa porque passou por um processo de formação social e política que lhe possibilitou adquirir uma fisionomia muito singular. No mencionado Pós-Escrito a *Iracema*, postula que as particularidades do processo de formação nacional deveriam ser levadas em conta pelos escritores que quisessem *traduzir* o país em seus textos, visto que elas definiam a realidade e a sociedade brasileiras:

E como podia ser de outra forma, quando o americano se acha no seio de uma natureza virgem e opulenta, sujeito a impressões novas ainda não traduzidas em outra língua, em face de magnificências para as quais não há ainda verbo humano?

Cumpra não esquecer que o filho do Novo Mundo recebe as tradições das raças indígenas e vive ao contato de quase tôdas as raças civilizadas que aportam a suas plagas trazidas pela imigração.

Em Portugal o estrangeiro perdido no meio de uma população condensada pouca influência exerce sobre os costumes do povo; no Brasil, ao contrário, o estrangeiro é um veículo de novas idéias e um elemento da civilização nacional.

Os operários da transformação de nossas línguas são êsses representantes de tantas raças, desde a saxônica até a africana, que fazem neste solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e das línguas.²⁷⁷

O Brasil é definido como um “amálgama de sangue, tradições e línguas” vindas da contribuição das várias “raças” que colaboraram para a formação cultural do país e receberam as “impressões novas” da exuberante natureza local. Os estrangeiros das várias nacionalidades constituem “elementos da civilização nacional”, são “veículos de idéias” que se juntam para compor uma realidade específica, particularmente brasileira e que deve figurar nos textos que se pretendem genuinamente brasileiros. Conforme observa Valéria de Marco, Alencar “amplia sua concepção de que a produção literária nacional deveria nascer da mestiçagem. Esta, a partir de agora, deixa de ser pensada exclusivamente como a mescla entre o índio e o português”²⁷⁸.

De fato, em 1872, em “Benção Paterna”, o autor retoma essas considerações acerca da mestiçagem racial como elemento que caracteriza a cultura brasileira. Para ele, a mescla de raças diferentes e natureza tropical era a “alma da pátria” e devia, pois, ser a essência da literatura brasileira:

adversário toda a literatura portuguesa. O texto tenta responder e corrigir as observações de Henriques Leal acerca do “Pós-Escrito” de *Iracema*. Por isso, o autor retoma e esclarece considerações anteriores visando a corrigir os erros de interpretação. Devido a esse fato, não abordaremos detidamente esse texto, limitando-nos a mencioná-lo na presente nota. (ALENCAR, José de. “Questão Filológica”. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.)

²⁷⁷ ALENCAR, José de. Pós-Escrito a *Iracema*. *Obra Completa*, Vol. III. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958, p. 314.

A literatura nacional que outra cousa não é senão a alma da pátria, que transmigrou para êste solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?²⁷⁹

Note-se que a “alma da pátria” foi trazida pela “raça ilustre”, mas só ganhou fisionomia própria porque se impregnou da “seiva americana” e entrou em contato com outros povos.

Essas considerações permitem-nos afirmar que, para Alencar, os textos brasileiros deveriam abordar as peculiaridades da realidade nacional sob vários âmbitos, tematizando tanto os diferentes momentos históricos que levaram à sua configuração como as várias facetas que o país apresentava naquele momento. Essas considerações estão expostas de modo detalhado em “Benção Paterna” (1872), texto em que elucida seu projeto de literatura nacional e o modo como concebia a inserção dos romances no mesmo. Para ele, o período orgânico da literatura que representava a “alma da pátria” brasileira possuía três fases:

A primitiva, que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo [...] *Iracema* pertence a essa literatura primitiva [...]

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dêle recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido. [...] É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Êsse período colonial terminou com a independência.

A êle pertencem *O Guarani* e *As Minas de Prata*. Há aí muita e boa messe a colhêr para o nosso romance histórico [...].

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gôsto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.²⁸⁰

As obras pertencentes à terceira fase são divididas por ele em dois grupos, de acordo com o ambiente que se propõem a abordar. Primeiramente, haveria o ambiente regional, recantos em que a civilização européia ainda não se propagara:

Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a côr local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, êsse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não somente no país,

²⁷⁸ MARCO, Valéria de. “A Produção Crítica de Alencar”. *Op. Cit.*, p. 42.

²⁷⁹ ALENCAR, “Benção Paterna”, *Op. Cit.*, p. 697.

²⁸⁰ ALENCAR, *Idem*, pp. 697/698.

como nas grandes cidades, até mesmo na côrte, dêsses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado.
O Tronco do Ipê, o Til e O Gaúcho, vieram dali [...].²⁸¹

Para ele, o que é autenticamente nacional, a pureza original dos costumes, tradições e linguagem brasileiros encontrava-se nessas regiões, que conservariam muito do passado, representando a infância da sociedade brasileira. Essa concepção será retomada nas cartas escritas a José Serra que compõem *O Nosso Cancioneiro* (1874), em que aborda a importância das poesias populares. Nesse texto, Alencar afirma que “é nas trovas populares que sente-se mais viva a ingênua alma da nação.” Para ele, o cancionário nacional, do qual analisa somente a poesia popular cearense, tem o perfume das florestas, o colorido da natureza e do viver americano. Assim, a poesia popular conservaria o passado e seria puramente nacional, o que o fazia pensar que interessar-se por ela equivalia a interessar-se pelos “singelos carmes da infância” do país.²⁸²

O outro ambiente a ser tematizado pelas obras que intentassem abordar a contemporaneidade eram os grandes centros:

Nos grandes focos, especialmente na côrte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos. [...] Palhêta, onde o pintor deita laivos de côres diferentes, que juntas e mescladas entre si, dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. Notam-se aí, através do gênio brasileiro, umas vèzes embebendo-se dêle, outras invadindo-o, traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglêsa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a portugêsa e francesa, que tôdas flutuam, e a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se n’alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira.
Desta luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira, são reflexos *Luciola, Diva, A Pata da Gazela*, e tu, livrinho, que aí vais correr mundo com o rótulo de *Sonhos D’Ouro*.²⁸³

As obras que pretendessem tematizar a vida dos grandes centros ver-se-iam diante da tarefa de retratar a adolescência da sociedade brasileira, a qual teria uma “fisionomia indecisa, vaga e múltipla”. Essa “sociedade adolescente” estaria mesclando suas formas puras da infância com “idéias e costumes estranhos” que importava continuamente de outros povos.

²⁸¹ ALENCAR, *Idem*, p. 698.

²⁸² ALENCAR, José de. *O Nosso Cancioneiro*. Campinas: Pontes, 1994, pp. 19, 20 e 37, respectivamente. Vale observar que, nessas cartas, o autor anuncia que está preparando um romance em que intenta “reproduzir com sua cor local” todas as “cenas e costumes pastoris [sua] terra natal” (p. 24). Essa publicação veio a lume no ano seguinte, 1875: *O Sertanejo*.

²⁸³ ALENCAR, “Benção Paterna”, *Op. Cit.*, pp. 698/699.

Para ele, essa peculiaridade deveria ser registrada pelos escritores, mas consistira num problema porque as pessoas erroneamente viam nisso um defeito:

Tachar êstes livros de confeição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer a fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de têrmos franceses, inglêses, italianos e agora também alemães.
Como se há de tirar a fotografia dessa sociedade, sem lhe copiar as feições?²⁸⁴

O texto reitera a noção de literatura como representação da realidade, visto que veicula a concepção de romance como “fotografia da sociedade” e utiliza essa característica para atestar o caráter nacional dos seus chamados “romances urbanos”. Como as obras deveriam incluir a fisionomia dessa sociedade, não haveria como abordá-la de outra forma porque a idade adulta dessa nação, a “nova e grande nacionalidade brasileira”, ainda estava por vir.

Percebe-se que Alencar, além de discutir praticamente todas as questões sobre nacionalidade literária levantadas pelos demais autores românticos, expôs seu intuito de abordar todas as fases da história do país em seus romances e todos os aspectos do momento histórico em que escrevia.

Em meio a essas considerações, perguntamo-nos: o escravo não teria lugar nesse projeto literário tão amplo?

De fato, nos seus paratextos literários nota-se o mesmo silêncio de seus contemporâneos no que se refere à inclusão do negro escravo entre os elementos que deviam figurar na literatura nacional. Nos textos em que é possível apreender seu projeto literário para o romance, o negro é apenas mencionado como uma das várias raças que vinham se mesclando para formar a nacionalidade brasileira.

Esse inquietante e relativo silêncio, porém, restringiu-se somente aos paratextos, já que na imprensa o autor abordou detidamente a questão, motivado pelas observações que o levaram a travar a última polêmica de sua vida. Em 1875, as páginas de *O Globo* veicularam as discussões literárias entre ele e Nabuco²⁸⁵: este tecia considerações acerca das obras alencarianas, as quais eram respondidas em seguida pelo romancista.

²⁸⁴ ALENCAR, “Benção Paterna”, *Op. Cit.*, p. 699.

²⁸⁵ Em 18 de setembro desse ano o drama *O Jesuíta*, escrito por Alencar em 1861, estreou no Teatro São Luís, no rio de Janeiro, e foi um fracasso em termos de público. O autor escreveu uma série de artigos intitulados “O Teatro Brasileiro”, os quais publicou juntamente com uma Advertência antecedendo o texto da peça nesse mesmo ano. Nesses textos, publicados primeiramente em *O Globo*, ele reclama da indiferença do público, principalmente o da corte, em relação às produções de autores nacionais. A seu ver, os brasileiros preferiam

No artigo de 03/11/1875, Nabuco menciona que Alencar havia atuado em vários âmbitos, escrito obras em vários gêneros literários e abordado assuntos diversos, o que teria lhe causado sérios problemas:

Ao escrever *Mãe*, êle quis ser o criador do teatro brasileiro, cujo característico ficaria sendo a escravidão; ao fazer o *Demônio Familiar*, pensou ter nascido com a veia cômica, que aliás falta inteiramente ao seu sistema nervoso; ao esboçar *O Guarani*, tentou fundar a literatura tupi, alguns séculos depois da destruição da raça; ao falar na Câmara, julgou-se chamado a sustentar a escravidão que seus dramas tinham abalado; ao imprimir as cartas de Erasmo, lembrou-se de introduzir entre nós o poder pess[oa]l; ao desenhar as *Asas de um Anjo* e *Lucíola*, quis continuar o apostolado de Prévost e Dumas Filho entre as grandes pecadoras; ao entrar para o ministério abriu com dedos de rosa, “a Aurora da Regeneração” e hoje torna-se o advogado da Sociedade de Jesus e levanta uma estátua ao Dr. Samuel, *precursor da nossa independência*.²⁸⁶

Para ele, o escritor teve a ambição de fundar vários ramos da literatura brasileira, tentativas que insinua não terem sido bem sucedidas. Quanto à escravidão, Alencar teria sido contraditório ao defendê-la no parlamento e combatê-la nas obras dramáticas. A respeito dessas observações sobre escravidão, o romancista respondeu no dia 07/10/1875 com os seguintes termos:

Nem nos meus discursos, nem nos meus escritos aplaudi a escravidão; respeitando-a, como lei do país, manifestei-me sempre em favor de sua extinção espontânea e natural, que devia resultar da revolução dos costumes, por mim assinalada. Continuei como político, a propaganda feita no teatro; e ainda não é tempo de conhecer quem errou.²⁸⁷

Alencar defende-se da acusação de partidário da escravidão, alegando que não a defendera em qualquer dos âmbitos em que atuava, nem no político, nem no literário. Teria, antes, conjugado discursos políticos e textos dramáticos, continuando naqueles a luta que iniciara nestes em prol da extinção da escravidão. Defendia, entretanto, uma extinção “espontânea e natural”, baseada na “revolução dos costumes”. Como seus textos dramáticos tinham, segundo ele, um fim moralizante, podemos pensar que com eles tentava também

assistir as encenações de peças estrangeiras a prestigiar o teatro nacional. A partir das considerações alencarianas desse texto, inicia-se a polêmica: em 3 de outubro Joaquim Nabuco inicia uma série de artigos intitulados “Aos Domingos”, tendo o primeiro o subtítulo de “O Sr. José de Alencar e o Teatro Brasileiro” e os demais, num total de 7, apresentam o subtítulo “Estudos sobre o Sr. José de Alencar”. Alencar responde esses textos numa série de artigos intitulados “Às Quintas”, iniciada em 7 de outubro e terminada em 18 de novembro. (COUTINHO, Afrânio. *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.)

²⁸⁶ NABUCO, Joaquim. “Aos Domingos” – *O Globo*, 03/10/1875. In: COUTINHO, Afrânio. *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, p. 48.

²⁸⁷ ALENCAR, José de. “Às Quintas” – *O Globo*, 07/10/1875. COUTINHO, Afrânio. *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, pp. 58/59.

colaborar para que essa revolução se desse. Essas convicções haviam sido expostas, como vimos no primeiro capítulo, em seus discursos políticos, em editoriais do *Dezesseis de Julho* e nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*.

Em 24/10/1875, Nabuco avalia as obras dramáticas de Alencar e toca novamente na questão da escravidão. Para ele, não havia nas famílias um escravo como o Pedro de *O Demônio Familiar* e, mesmo que houvesse, “...êle não devia ser trazido à cena para representar um dos elementos integrantes da sociedade brasileira.”²⁸⁸ Por isso, declara sua discordância com o conteúdo da peça:

A primeira acusação que eu faço ao *Demônio Familiar* é a de que essa comédia de costumes não conta a vida de nossa sociedade, mas deprime e desmoraliza a nossa família, sem mesmo ter o mérito da verdade. Pedro não é um tipo conhecido; não há entre os negros criados no seio das famílias do país um só que fale essa língua inventada pelo Sr. J. de Alencar, com a mesma paciência com que inventou o seu dialeto tupi. Ninguém ainda ouviu o singular idioma áfrico-português que fala o *Demônio Familiar*.²⁸⁹

Nabuco condena a obra de Alencar por dois motivos: em primeiro lugar, ela não abordava a sociedade brasileira, não tendo o mérito da verdade; em segundo lugar, deprimia e desmoralizava a família brasileira. A primeira acusação baseia-se na opinião de que a personagem Pedro não representava o escravo brasileiro, mas esse argumento não fundamenta a segunda acusação. Podemos pensar, então, que a imagem supostamente depreciativa da família brasileira veiculada pela obra devia-se ao fato de ela incluir um elemento que não devia ser trazido à cena: o escravo. Dessa forma, a peça dava destaque ao regime escravocrata que tanto envergonhava o país perante as nações civilizadas, atrelando-o à imagem da sociedade da corte e, por isso, “deprimindo-a” e “desmoralizando-a”.

As considerações do autor acerca da linguagem, a seu ver falsa, da personagem Pedro são retomadas mais adiante, quando aborda o modo de falar dos escravos em geral:

Essa linguagem de telegrama não é falada entre nós; mas se o fôsse, ainda não teria o direito de passar da boca dos *clowns*, pintados de prêto, dos nossos circos para a dos atores. O negro, nascido no país e criado na família do senhor, como êsse Pedro, que teve a mesma educação dos filhos da casa, não suprime assim o artigo e não fala uma língua que nos parece bárbara. Falasse-a porém, ela não devia ser repetida em cena. Já é bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos; há certas máculas sociais que não se devem trazer ao teatro, como o nosso principal elemento cômico, para fazer rir. O homem do século XIX não pode deixar de sentir um profundo pesar, vendo o teatro de um grande país, cuja civilização é

²⁸⁸ NABUCO, “Aos Domingos” – *O Globo*, 24/10/1875. In: COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 105.

²⁸⁹ NABUCO, “Aos Domingos” – *O Globo*, 24/10/1875. In: COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 105.

proclamada pelo próprio dramaturgo escravagista (o seu teatro só abala a escravidão em nosso espírito, não no dêle) achar-se limitado por uma linha negra, e nacionalizado pela escravidão. Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro! Aí está o teatro que o Sr. J. de Alencar teve a nenhuma compaixão de fundar! Aí está a nossa sociedade, não a *símia*, felizmente, a *verdadeira*, como êle julgou fotografá-la, separada do mundo inteiro pelo desgosto, pelo desdém que o seu teatro havia de provocar diante de uma platéia européia. Nós porém não podemos ter por nacional uma arte que para o resto do mundo seria uma aberração da consciência humana.²⁹⁰

Apesar de esforçar-se para defender a existência de correção no uso que os escravos domésticos faziam da língua e fundamentar a acusação de que Alencar inventara uma linguagem escrava, Nabuco deixa escapar um comentário contraditório, já que se diz aborrecido por ouvir pelas ruas a “linguagem confusa e incorreta dos escravos”. Sua grande preocupação parecer ser o desejo de convencer os contemporâneos de que os aspectos relacionados à escravidão mantida no país deveriam ser ocultados: mesmo que a linguagem supostamente inventada pelo romancista em questão fosse real, ela não deveria figurar em cena por ser uma “mácula social”.

Nesse sentido, opina que o teatro de um país civilizado ficaria limitado quando abordasse a escravidão, já que ela ofendia o estrangeiro e humilhava o brasileiro. As peças de Alencar, ao abordar a sociedade brasileira enfatizando a instituição que a separava do resto do mundo, atrapalhavam o reconhecimento do país pelas nações civilizadas. Seriam obras sem qualidade e com uma temática inadequada, que provocaria desdém numa platéia européia. Nabuco insinua que se o Brasil quisesse ser aceito pelas demais nações, principalmente as européias, deveria extinguir a escravidão ou escondê-la, cabendo à arte que quisesse tematizar a sociedade brasileira ocultar o seu caráter escravista. Por isso, para ele, as obras dramáticas de Alencar, ainda que abordassem a sociedade brasileira, não poderiam ser aceitas como nacionais, já que levavam à cena a escravidão, o que fazia delas uma arte que seria para o resto do mundo “uma aberração da consciência humana” e deveriam ser vistas dessa forma também pelos brasileiros.

Na resposta a essas acusações, Alencar postula que “a escravidão é um fato de que todos nós brasileiros assumimos a responsabilidade, pois somos cúmplices nêle como cidadãos do Império.”²⁹¹ Para ele, Nabuco estaria querendo eximir-se dessa culpa, atirando-a sobre a pátria e olhando a escravidão brasileira com olhos de fora. A seu ver, ninguém tinha o direito de lançar pedra sobre essa questão:

²⁹⁰ NABUCO, “Aos Domingos” – *O Globo*, 24/10/1875. In: COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 106.

Se há questão em que ninguém tenha o direito de lançar pedra é esta. Os próprios emancipadores eram escravagistas um, dous, ou três anos antes, e ficaram sendo-o depois da lei de 1871, porque deixaram subsistir a instituição, e com uma injustiça clamorosa, ensinando os filhos a desprezar os pais.²⁹²

O autor observa que muitas pessoas que se diziam emancipadoras naquele momento haviam sido escravagistas até que o governo se pronunciasse favorável à emancipação com a Lei de 1871. Acredita, porém, que os emancipadores de 1871 na realidade continuam escravagistas, pois a medida legal que adotaram não extinguiu a escravidão, servindo apenas para piorar a situação dos escravos negros levando os filhos que nascessem livres a desprezar os pais cativos. Essas são algumas das idéias defendidas por ele nos discursos da Câmara dos Deputados em 1870 e 1871, nos quais se opôs aos projetos da lei do Ventre Livre, como vimos no primeiro capítulo.

Alencar proclama a coerência de suas atitudes como literato e como político no que se refere à escravidão e ao incentivo da abolição através da iniciativa privada. Assim, coloca-se como um dos precursores na luta pela extinção da escravidão, já que quando começou a combatê-la no teatro havia poucos apelos nesse sentido:

Entre as aspirações, que no parlamento e na imprensa começavam, ainda raras, a manifestar-se para a eliminação dêsse resto da barbaria, a história registrará o tentamen de um escritor, que, a exemplo de Aristófanes, de Plauto, de Molière, aplicou-se, quanto lho permitiam seus modestos recursos, a patentear com o prestígio da cena os perigos e horrores dessa chaga social!

[...]

Pois é a êsse escritor, a êsse homem que desde 1857, quando o Sr. Nabuco ainda ia ao colégio, de pajem à cola, trabalhava em pró da grande causa da emancipação espontânea; é ao autor de *Demônio Familiar*, e de *Mãe*, que uns vinte seis anos, ainda quase inúteis para êste país, lembram-se de acusar da degradação do teatro brasileiro, pelo fato de ter exposto em cena os horrores da escravidão!...²⁹³

Ao mostrar os malefícios da escravidão à sociedade em 1857, estaria inaugurando a luta contra ela e sendo um dos primeiros a pronunciar-se a esse respeito. Por isso a acusação de escravagista não lhe cabia. Quanto às acusações de falsear a realidade e degradar o teatro brasileiro, Alencar defende-se nos seguintes termos:

²⁹¹ ALENCAR, “Às Quintas” – *O Globo*, 28/10/1875. COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 119.

²⁹² ALENCAR, “Às Quintas” – *O Globo*, 28/10/1875. COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 120.

²⁹³ ALENCAR, “Às Quintas” – *O Globo*, 28/10/1875. COUTINHO, *Op. Cit.*, pp. 120/121.

O Demônio Familiar e Mãe, embora não sejam criações do gênio, têm as condições que não se encontram nas produções efêmeras e de ocasião. Encerram os costumes criados pela escravidão, elemento local e contemporâneo, e combinam êsse elemento com as aspirações nobres da pureza da família e da regeneração da sociedade.

Se a literatura é de todos os monumentos e arquivos humanos, o que melhor reflete a fisionomia de um povo e de uma idade: quem, a não ser o Sr. Nabuco, imputará como pecha e mácula ao teatro de um país de escravidão o ter verberado êsse vício político e social?²⁹⁴

Suas obras dramáticas que abordavam a escravidão estariam veiculando costumes criados por ela, que era um “elemento local e contemporâneo”. Por isso, a literatura, como “arquivo humano que melhor reflete a fisionomia de um povo e de uma idade”, não poderia ser acusada de mácula quando seu teatro tematizava a escravidão de um país escravocrata visando a promover sua abolição. Além disso, “esse vício político e social” não era o único elemento das peças, pois se somava às aspirações de “pureza da família” e “regeneração da sociedade”, dando aos textos um caráter moralizante que colaboraria para que se efetivasse a “revolução dos costumes” que levaria à “extinção natural e espontânea” da escravidão²⁹⁵.

Alencar, nesse texto, demonstra ainda a fé no julgamento da posteridade a respeito de sua ação contrária à escravidão:

Felizmente que meu pensamento sôbre êsse magno problema está arquivado em documentos públicos; obras dramáticas, discursos do parlamento; escritos políticos. A posteridade, se ocupar-se desta reforma, julgará.²⁹⁶

Ele acredita ter exposto claramente seu pensamento sobre escravidão e espera que a posteridade o julgue corretamente. Esse pensamento estava arquivado em documentos públicos, obras dramáticas, discursos do parlamento e escritos políticos. E o romance?

Apesar de não tecer considerações acerca da inclusão da escravidão em suas obras romanescas, podemos supor que Alencar não ficaria numa posição confortável caso optasse por excluí-la desses textos. Afinal, seu projeto literário pretendia abordar todas as facetas da realidade brasileira, a qual, como vimos, estava totalmente impregnada pela presença do “elemento servil”. Ademais, como poderia “fotografar” a realidade sua contemporânea sem incluir parte considerável da paisagem a ser retratada?

²⁹⁴ ALENCAR, “Às Quintas” – *O Globo*, 28/10/1875. COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 122.

²⁹⁵ Sobre *O Demônio Familiar*, consultar: SILVA, Silvia Regina de Souza. *Idéias Encenadas: uma interpretação de “O demônio familiar”*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1996. O texto tece considerações a respeito da situação do teatro na corte quando da encenação da peça, veiculando também uma interpretação da mesma e uma análise acerca de sua recepção nos Oitocentos.

²⁹⁶ ALENCAR, José de. “Às Quintas” – *O Globo*, 28/10/1875. COUTINHO, *Op. Cit.*, p. 120.

Devido a essas circunstâncias, a análise da forma como Alencar lidou com essa questão nos romances torna-se muito instigante, já que como político participara de cruciais discussões a respeito da solução a ser dada para a escravidão africana no Brasil e como literato pretendia fundar o romance brasileiro e a literatura pátria com vistas a engrandecer a nação. De que maneira o escritor trabalhou nesses textos o escravo e a existência da escravidão, levando em conta suas convicções políticas?

Essa questão será abordada no próximo capítulo, em que analisaremos *O Tronco do Ipê* (1871) e *Til* (1872), dois romances publicados no período em que as discussões acerca da escravidão eram centrais no palco da política brasileira, tendo Alencar como um dos atores que compunham o elenco que encenava o drama (ou comédia?) da “reforma servil”.

Capítulo III

A escravidão em romances de José de Alencar.

3.1 A escravidão em *O Tronco do Ipê*.

Joaquim de Freitas e José Figueira eram amigos desde o colégio. O primeiro era filho de um administrador e ficou órfão aos treze anos. O comendador Figueira, mais rico fazendeiro da região, ao saber do desamparo do amigo de seu filho tornou-se seu protetor.

José Figueira casou-se aos vinte e seis anos e teve um filho. Seu pai, viúvo, resolveu casar-se com uma sobrinha que educara, o que levou ao desentendimento entre pai e filho, fazendo com que José Figueira saísse casa paterna e fosse trabalhar. A esposa do comendador desejava que ele deserdesse o filho, mas ele adoeceu, foi visitado por José e ambos voltaram a conversar sem que ela soubesse. Então o comendador fingiu dever para muitas pessoas para que pensassem que ele estava falido e, posteriormente, passou os falsos títulos de dívida para o nome de Joaquim Freitas para que ficassem mais seguros e o dinheiro fosse entregue ao seu filho.

Na noite em que o comendador entregou os títulos para Freitas, José ia visitar o pai a cavalo mas acabou precipitando-se no boqueirão (redemoinho situado dentro de uma lagoa que sugava as pessoas) e morrendo. Um fato desconhecido por todos era que Freitas presenciou a morte do amigo e, quando tentava ajudá-lo a sair da água, soltou sua mão. A única pessoa que viu tal cena foi Benedito, escravo e antigo pajem de Figueira, que enterrou o corpo de seu senhor junto ao tronco de um ipê e não contou nada a ninguém.

O comendador, que estava doente, faleceu ao saber da morte do filho. Soube-se que ele estava arruinado e que seu maior credor era Freitas, a quem estava hipotecada a fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. Freitas se casou, mudou-se para a fazenda e amparou a viúva e o filho do amigo.

Mário, o filho de José Figueira era uma criança geniosa e não tinha grande simpatia por Freitas, que conseguira o título de Barão da Espera. O garoto desconfiava de que havia algum segredo em torno da morte de seu pai. Ele era amigo e companheiro de brincadeiras de Alice, filha do barão, e um dia salvou-a da morte no boqueirão. O barão ficou muito agradecido e, pensando também na morte do amigo, decidiu encarregar-se do futuro de Mário, que tinha então quinze anos, enviando-o para estudar na corte.

A mãe de Mário faleceu algum tempo depois e o barão mandou-o para a Europa para que concluísse os estudos num colégio francês. Cerca de sete anos depois, Mário retorna à fazenda do barão formado em engenharia.

Todos aguardavam a volta de Mário, especialmente Alice, que também já estava moça. Ele chegou no dia da festa do Natal e ficou até pouco depois do Ano Novo. Mário e Alice apaixonaram-se um pelo outro, mas ele a evitava por desconfiar que o barão fosse o assassino de seu pai. O barão ofereceu-lhe a mão de Alice, mas ele a recusou, partindo da fazenda às escondidas e deixando apenas uma carta dirigida ao fazendeiro. Estava despedindo-se de Benedito quando viu um homem entrando com o cavalo no boqueirão e salvou-o. Esse homem era o barão que, desconfiando que Mário não se casava com sua filha por sua causa, decidira suicidar-se para que seu plano de vê-los unidos fosse concretizado. O barão revelou tais intenções ao rapaz, que acabou por aceitar sua proposta. Mário e Alice se casaram algum tempo depois e todos mudaram-se para a corte, ficando a fazenda habitada somente por Benedito e sua esposa, que posteriormente morreu no boqueirão e foi enterrada por ele junto ao tronco do ipê. Benedito ficou velho e caduco, passando a maior parte do tempo junto à árvore falando sozinho. As pessoas passaram a comentar que a fazenda era mal-assombrada e que Benedito era feiticeiro.

3.1.1 Os elementos nacionais em *O Tronco do Ipê*.

Podemos perceber, ao longo dessa obra, o desenvolvimento da concepção de literatura nacional veiculada por Alencar nos textos anteriormente analisados. A natureza brasileira, elemento nacional exaltado por ele em vários momentos, é bastante explorada no texto, que possui várias passagens em que o narrador descreve as belezas naturais características do país, como no fragmento abaixo:

O sítio em que estavam agora as crianças era de uma beleza agreste, porém majestosa. Abria-se ali uma pequena várzea que de um lado o rio cingia como um braço, e do outro a floresta sombreava, como verde pálio cobrindo a linda espádua de uma ninfa. Algumas árvores, que se tinham separado da mata, errantes e solitárias, erguiam-se aqui e ali pela várzea. O sol, derramando torrentes de luz sôbre o descampado, dava ao esmalte da relva ondulações de ouro e fazia reverberar as águas do Paraíba, como borbotões de fogo.²⁹⁷

²⁹⁷ ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p. 60. Obs.: as demais citações referem-se a esta edição e serão feitas no corpo do texto.

O fato de as crianças estarem passeando pela fazenda leva o narrador descrever longamente o cenário, caracterizado como de uma “beleza *agreste*”. Essa particularidade não o impede de ressaltar o caráter majestoso dessa beleza, a qual é descrita como composta de elementos naturais que parecem se encaixar uns aos outros numa combinação que resulta num quadro harmônico.

A natureza tem um papel fundamental na trama, que se desenrola em torno do boqueirão e do tronco do ipê, cujas existências alimentam toda a narrativa. Isso porque as passagens que impulsionam o desenvolvimento do enredo estão estreitamente ligadas a esses dois elementos naturais: a morte de José Figueira, da qual decorreram todos os acontecimentos abordados, ocorreu no boqueirão e seu corpo foi enterrado junto ao tronco do ipê por pai Benedito, que rotineiramente se prostrava nesse lugar para venerar a memória do antigo senhor; Mário é enviado a São Paulo e posteriormente ao exterior para estudar como recompensa por ter salvado Alice da morte no boqueirão; o casamento de ambos, que finaliza a narrativa, só acontece porque Mário impede o suicídio do Barão da Espera no boqueirão e ambos se reconciliam junto ao tronco do ipê.

Vale ressaltar que tronco do ipê e boqueirão aproximam-se não só pelo papel crucial que desempenham na narrativa, mas também devido à nítida relação existente entre eles, a qual é reiterada pelo narrador em vários momentos:

Parado aí, começou a olhar para as cruces pretas, que já então existiam. Não se sabia ao certo quem aí pusera aquelas cruces, embora as suspeitas recaíssem sobre o pai Benedito. [...] Havia a este respeito uma tradição. Dizia-se que em sucedendo uma desgraça no boqueirão, logo aparecia mais uma cruz à sombra do ipê, indicando a sepultura do infeliz tragado pela voragem. [...] Houve quem duvidasse que as cruces indicassem o jazigo real das pessoas afogadas na lagoa. Na opinião desses, o tronco do ipê era apenas como um necrológio rústico e simbólico das sucessivas catástrofes sucedidas no boqueirão. Semelhante dúvida estimulou alguns mais animosos a verificarem o fato; mas a tentativa abortou. (pp. 86/87)

O boqueirão faz as vítimas, engole-as mas as devolve, cabendo ao tronco do ipê o papel de depositário dos restos mortais dos afogados. Nesse sentido, o boqueirão equivale à morte e o tronco do ipê à memória da morte, ao elemento que rememora o morto, pois o conserva enterrado ao redor de si juntamente com a cruz que lhe é dedicada. Essa pode ser uma das razões de o tronco do ipê dar título à obra, já que a história se desenvolve em torno da busca de Mário pela verdade sobre a morte do pai, sendo fundamental rememorar seu falecimento. Ademais, o ipê, além de ser o local onde ocorre a reconciliação final das

personagens, é uma árvore tipicamente brasileira²⁹⁸, algo que vem ao encontro do declarado intuito do autor de escrever obras que fossem tipicamente nacionais e incluíssem a natureza local.

Outro elemento bastante explorado pelo autor são os costumes e tradições regionais, os quais são caracterizados na obra como genuinamente nacionais e valorizados por essa peculiaridade. Como vimos anteriormente, Alencar acreditava que a sociedade em que vivia podia ser dividida em dois tipos: o modo de vida rural/regional, o qual seria mais autenticamente brasileiro e conservaria tradições do passado, e o modo de vida urbano, que era mais visível na corte e apresentava certa descaracterização da brasilidade devido à incorporação de costumes europeus e à modernização. Tais idéias estão fortemente presentes na obra, visto que o ambiente rural no qual se passa o enredo é caracterizado como reduto de muitos costumes autenticamente brasileiros:

- Você naturalmente não gostará de nossa festa, Mário; acostumado aos divertimentos da Europa, que atrativo pode achar nesta função da roça?
- Mas o Natal é uma festa campestre, Alice; e seu encanto está justamente nesse ar rústico e simples que costumamos dar-lhe. Não conheço nada mais ridículo do que um Natal nos salões, enluvado e perfumado como um baile da corte. [...] A sua festa, Alice, quanto posso julgar pelo programa, deve estar linda; é o Natal como se festejava há trinta anos, com suas crenças ingênuas e suas puras alegrias. Não pense que por ter visto a Europa, perdi o gosto a estas cousas; ao contrário tenho sede disso que já não se encontra naquela sociedade velha e gasta, onde se aprende muito, porém se descreê ainda mais. (p. 200)

A personagem Mário, que havia retornado havia pouco da Europa, faz uma apologia da beleza das comemorações tipicamente brasileiras. No Brasil, especificamente no campo, conservava-se o modo de comemorar o Natal de tempos anteriores, o que fazia com que essas comemorações fossem mais autênticas e menos artificiais que as comemorações européias. A Europa, denominada pela personagem como “sociedade velha e gasta”, perdera as “crenças ingênuas” e as “puras alegrias” ainda presentes no Brasil, deixando de preservar tais aspectos em prol de constituir-se como sociedade detentora do conhecimento, como o lugar “onde se aprende muito”.

²⁹⁸ **Ipê.** [Do tupi *ipê*, ‘árvore cascuda’]. *S.m.Bras.* 1. Designação comum às árvores do gênero *Tabebuia* (antes, *Tecoma*), da família das bignoniáceas, de que há dois tipos: a de flor amarela e a de flor violácea. Muito ornamentais pela floração belíssima, são dotadas de lenho muitíssimo resistente à putrefação. O ipê é considerado árvore nacional. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 2.^a Edição Revista e Aumentada.)

Note-se que, no fragmento acima, a personagem menciona o fato de que o Natal era comemorado na fazenda da mesma forma que o era havia trinta anos, sugerindo que naquele ambiente as tradições brasileiras eram preservadas. Essa concepção é reiterada pelo narrador em outros momentos do texto, nos quais são descritos costumes, festas e formas tradicionais de comemorarem-se datas importantes no campo. Há um momento em que chega a mencionar o modo como essas tradições eram conservadas:

Como se conservaram na fazenda do Boqueirão essas reminiscências dos usos de nossos pais, cujo fervor religioso imprimia às lendas católicas certo cunho dramático? Essas múmias de um passado extinto são mais do que se pensa a obra da mulher. Enquanto o velho se encolhe na concha de seu egoísmo valetudinário, vereis a velhinha, lá no terreiro da fazenda ou na rótula da cidade, contando as histórias de sua meninice às netinhas, que mais tarde, em sendo moças, levam para sua nova família aquele santuário das lendas e tradições de seus maiores. (p. 208)

As responsáveis pela conservação das tradições nacionais eram as mulheres e o veículo do qual se utilizavam para transmiti-las às novas gerações era a oralidade. Como no ambiente rural não havia tanto interesse pelo modo de vida europeu como na corte, os costumes genuinamente nacionais podiam ser preservados em toda sua plenitude.

É curioso que, apesar da excelência atribuída pelo autor à vida no campo, todas as personagens brancas que habitavam a Fazenda Nossa Senhora do Boqueirão mudam-se para a corte no fim da narrativa. Esse fato, entretanto, não invalida as considerações em relação à excelência do ambiente regional, já que a mudança das personagens não foi motivada pelo descontentamento com o local em que residiam. O narrador explica que Alice, sabendo que a vida na fazenda trazia lembranças sombrias a Mário devido à morte do pai, decide ir para a corte e, tempos depois, é seguida pelo barão e a esposa.

Atrelada a essa inclusão e valorização dos costumes nacionais na obra, está o esforço de traçar personagens tipicamente brasileiras e dar destaque a elas, perceptível, por exemplo, no tratamento dedicado a Alice e Mário, o par romântico da narrativa.

Alice é a personagem que se empenha em preservar as tradições populares na fazenda, sendo a responsável pela organização dos festejos natalinos que, como vimos, reproduziam as “crenças ingênuas e puras alegrias” das comemorações de seus antepassados. Ademais, a apresentação dessa *heroína* como mulher tipicamente brasileira percorre toda a narrativa:

As duas amiguinhas podiam servir de exemplos de duas educações que se observam em nossa sociedade, bem distintas uma da outra, embora pelo contacto da população exerçam mútua e irresistível influência.

Alice era a menina brasileira, a moça criada no seio da família, desde muito cedo habituada à lida doméstica e preparada para ser uma perfeita dona de casa. A baronesa não se preocupava com a educação da filha, mas tal era a força do costume, que a moça achou nas tradições e hábitos da casa o molde onde se formou a sua atividade.

A civilização européia já tinha, é certo, polido esse tipo nacional; mas não lhe desvanecera a originalidade. Alice, embora adquirisse tôdas as prendas de sala, que a teriam distinguido em uma sociedade elegante, não deixava porisso de apreciar em extremo o papel de doninha de casa, que a indiferença materna lhe permitiu exercer desde muito criança.

Adélia, ao contrário, era o tipo, raro então e hoje muito comum, de certos costumes de importação; era a mocinha de maneiras arrebicadas à francesa, cuidando unicamente de modas e do toucador. Nisso a filha de D. Luíza não fizera mais do que apurar a lição e exemplo de sua mãe. (p. 188)

Apesar de o narrador sempre aproximar as “amiguinhas”, apontando nelas a mesma doçura de caráter, graça de movimentos e beleza, as diferenças entre elas são mais relevantes, sendo que a contraposição entre Alice (autêntica porque genuinamente brasileira, apesar de loura) e Adélia (artificial porque europeizada) é recorrente em vários momentos do texto. Esta personagem, produto dos “costumes de importação”, cria até certa antipatia no leitor com suas “maneiras arrebicadas à francesa” e a futilidade de suas preocupações, que na maioria das vezes giram em torno de “modas e toucador”. Em contraposição a ela, Alice é traçada de modo a captar a simpatia do leitor. Seu atributo de “menina brasileira” deve-se ao fato de ela se simpatizar com a “lida doméstica”, atividade que aprendeu através das “tradições e hábitos da casa”. É notável que a formação desse “tipo nacional” não implicava o total desconhecimento dos “costumes de importação”, visto que Alice dominava bem as regras de etiqueta da “sociedade elegante”. Assim, o importante era conseguir apropriar-se adequadamente dos costumes europeus, de modo a não perder a “originalidade”.

Essas mesmas observações, com as devidas ressalvas, podem ser estendidas a Mário. Como vimos, ele residiu alguns anos na Europa e educou-se lá, mas nem por isso deixou de valorizar as tradições brasileiras. Além disso, não voltou afeminado como outros rapazes de que dão notícia as personagens da história:

- Eu digo. Mário é um moço que não se apresenta mal; porém, se queres que eu seja franca, não parece que esteve em Paris. Falta-lhe o *chique*. [...] Ora, é uma cousa que se conhece logo. Se já tivesse visto algum parisiense da gema, como eu, havias de notar.

- Pois não vi? Há um ano chegaram os filhos do Borges, um fazendeiro nosso vizinho; e eu confesso que apesar de querer muito bem a Mário, não o poderia suportar nos primeiros dias, se êle viesse feito um boneco de cheiro, como aquêles dois bobos, que lá estão na côrte deitando fora a herança do pai. (p. 213)

É importante levar em conta que os comentários acima são emitidos respectivamente por Adélia e Alice, vindo ao encontro das observações anteriores a respeito delas. É explícita a ridicularização dos homens que se esforçam por incorporar hábitos parisienses de comportamento: são reduzidos a meros “bobos” que parecem “bonecos de cheiro”. Mário, ao contrário de muitos, soube aproveitar sua estadia na Europa: estudou, entrou em contato com os avanços e conhecimentos pioneiros da “civilização” sem, com isso, abalar sua integridade moral ou descaracterizar-se através da aquisição de maneiras afetadas e artificiais.

Outro elemento *nacionalizante* eleito por Alencar em seus textos críticos e incorporado no desenvolvimento da obra é a questão da linguagem. Vimos, anteriormente, que o autor defendia a legitimidade do uso diferencial da língua portuguesa por parte dos escritores brasileiros, os quais deveriam incluir em suas obras algumas formas lingüísticas peculiares utilizadas no Brasil. No romance em questão, há momentos em que o narrador utiliza construções um pouco fora dos moldes formais, como “-Gentes, quedê a colcha rica da cama dos noivos?” ou então “-Tição!... tição é seu pai de você[...]”²⁹⁹, construções que visam a reproduzir a fala dos escravos. Há um momento em que o narrador postula a necessidade de incluir construções pouco fiéis à normatividade:

A linguagem dos pretos, como das crianças, oferece uma anomalia muito frequente. É a variação constante da pessoa em que fala o verbo; passam com extrema facilidade do êle ao tu. Se corrigíssemos essa irregularidade, apagaríamos um dos tons mais vivos e originais dessa frase singela. (p. 65)

O narrador tem ciência de que a linguagem que utilizou para caracterizar a fala das crianças e dos escravos possui “irregularidades” e defende a legitimidade de seu uso no texto devido às necessidades expressivas: a “irregularidade” por ele incorporada confere “tom vivo e original” à fala das personagens, possivelmente tornando a obra mais verossímil e mais genuinamente brasileira.

3.1.2 A sociedade brasileira de meados do XIX em *O Tronco do Ipê*.

O enredo de *O Tronco do Ipê* se divide em dois momentos: acontecimentos do ano 1850 e acontecimentos dos anos de 1856 e 1857. Vale observar que o fato de a narrativa situar-se

²⁹⁹ ALENCAR, *O Tronco do Ipê, Op. Cit.*, pp. 157 e 223, respectivamente.

nesse momento histórico não é gratuito, visto que, na década de 1850, a ideologia de domínio senhorial vigorava em toda plenitude. Em outras palavras,

[...] [foi um] período que na memória política construída no século XIX configurou-se como o apogeu do Segundo Reinado. A supressão das revoltas provinciais que haviam marcado o período regencial e a década de 1840, o arrefecimento das disputas políticas com a formação dos gabinetes de conciliação dos partidos, o afastamento do perigo de intervenção inglesa com o fim do tráfico negreiro, tudo isso serviu a construir a imagem de paz e prosperidade para as décadas de 1850 e 1860, ao menos até o advento da Guerra do Paraguai e das primeiras escaramuças parlamentares sobre a “questão servil” – para usar o eufemismo preferido à época.³⁰⁰

A obra, que tem como cenário uma fazenda fluminense, dialoga com essas considerações: em seu enredo desfilam personagens cujos perfis e relações travadas entre si permitem apreender essa imagem da sociedade brasileira de meados do século XIX como plena de “paz e prosperidade”.

O Barão da Espera, dono da próspera fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, é a figura social em torno da qual estão agrupadas as demais personagens do livro. Fazendeiro, proprietário de escravos e de grande habilidade para lidar com os negócios, ele é a imagem do senhor/proprietário cuja autoridade garante o bom andamento da lavoura e a harmonia das relações sociais que acontecem dentro do *microcosmo* que lhe cabe coordenar. Ao barão estão ligadas pessoas com as quais ele estabelece diferentes tipos de relações, mas que têm em comum o empenho de agradá-lo. Dentre essas pessoas, destacam-se os agregados ou dependentes, que vivem sob sua proteção e parecem ser em grande número:

O primeiro galo cantou e os outros responderam sucessivamente dos quintais vizinhos e das palhoças dos agregados. Ouviram-se uns sussurros de vozes abafadas trazidos pela rajada. (p. 201)

Felizmente um primo do barão, que se considerava a língua de prata do lugar, tinha levantado na outra ponta da mesa para propor a saúde de seu nobre parente; e na forma do costume desfiava imperturbável a própria biografia, como exórdio obrigado da apologia do chefe e protetor de toda a família. (p. 259)

O barão agrupava, em torno de si, um conjunto de pessoas que se beneficiavam de sua proteção e de seu auxílio mas tinham o compromisso moral de submeter-se à sua vontade e tecer a “apologia do chefe e protetor”, como indica o segundo fragmento acima. Na obra, o vínculo entre senhor e dependentes é caracterizado como uma relação de submissão que toma

ares de troca de favores. A visão senhorial do papel do dependente é claramente exposta numa passagem em que a baronesa desaprova a atitude de D. Francisca, mãe de Mário, que solicitara a ela que enviasse algum escravo para procurar o filho:

A baronesa acompanhara com um olhar de través a viúva quando esta saía da sala.
- Dá-me vontade de rir!...
E seu lábio desdenhoso soltou uma risadinha de escárneo.
- A tal senhora, não contente de ter casa para si e seu filho, sustento, roupa e escravos, ainda não está contente. Quer pôr e dispor de tudo. Não sou mais senhora em minha casa; não posso dar uma ordem que não a contrarie e disponha a sua vontade.
- Mas, baronesa, ela pediu licença!... observou D. Luíza.
- Agora; porque estávamos todos aqui na sala. Isso também era demais! Porém outras vezes, não se dá a êsse trabalho; vai mandando como se estivesse em sua casa.
- Essa gente é assim mesmo, acudiu D. Alina. Não se pode protegê-los, que não abusem logo.
(p. 115)

A baronesa parece incapaz de aceitar que o dependente tenha vontade própria, por isso interpreta a opinião divergente de D. Francisca e sua insistência num assunto que não lhe interessa como uma espécie de afronta à sua pessoa. Para ela, o dependente deveria contentar-se com tudo o que lhe era oferecido e ser grato ao seu protetor, submetendo-se a todas as suas vontades. Ademais, não lhe caberia postura ativa, devendo abster-se de fazer qualquer exigência. Esses quesitos eram plenamente atendidos pelo compadre Domingos Pais, que superava todas as expectativas em relação à postura de um dependente no seio da família protetora. Ele era o “compadre por excelência”, figura bastante comum naquela época, segundo o narrador:

Enquanto se faziam os últimos preparativos, Alice foi à sala buscar o sr. Domingos Pais. Êste curioso personagem ocupava na casa do barão da Espera o emprêgo de compadre. Muitas pessoas talvez ignorem a natureza e importância dêste cargo, que existe em quase todas as casas de ricos fazendeiros.
Um compadre não é parente, nem hóspede, nem criado; mas participa dessas três posições; é um ente maleável que se presta a tôdas as feições e toma o aspecto que apraz ao dono da casa; é um apêndice da família da qual êle se incumbe de suprir quaisquer lacunas, e de apregoar as grandezas.
Há na casa outros compadres, mas são conhecidos por seu nome: o compadre por excelência, o compadre da família, aquêle que não precisa de outro qualificativo é êle, o homem de tôdas as ocasiões, o comensal efetivo, pronto sempre para conversar, andar, jogar e comer, conforme a veneta do protetor a quem anexou-se.
O compadre, além da família a que se agrega, tem uma família própria, mas esta só lhe serve para formar os pimpolhos que dão lugar ao compadresco, e para exercitar a paciência indispensável ao bom desempenho de seu emprêgo. Como chefe da família, sua missão é pois não criar filhos, mas unicamente fabricar afilhados.

³⁰⁰ CHALHOUB, “Diálogos Políticos em Machado de Assis”, *Op. Cit.*, p. 103.

Nenhum compadre acumulou tão várias e importantes funções como o sr. Domingos Pais. Era recado vivo para os vizinhos, e bilhete de convite para as festas ou banquetes. Servia de parceiro do solo, sendo preciso; fazia de carrancho no voltarete; jogava gamão com a baronesa, e o burro com as crianças que não terminavam sem deitar-lhe duas orelhas de papel. Fazia dansar as velhas e feias que não achavam par; estava sempre disponível para padrinho das crias da fazenda; ajudava à missa; e finalmente, além de muitas outras incumbências, paroquiava as bonecas de Alice, isto é, celebrava os batizados e casamentos de brinquedo. (pp. 162/163)

O “emprego” de compadre exigia do indivíduo habilidades múltiplas, já que era ao mesmo tempo “parente”, “hóspede” e “criado”, mas tinha como principal requisito a disposição para cumprir a vontade dos protetores e estar pronto para desempenhar qualquer tarefa que lhe fosse designada. Note-se que o indivíduo que se dispunha a cumprir esse papel devia, sobretudo, ser um “ente maleável”, o que equivale a esquecer suas opiniões e convicções pessoais e anular-se a ponto de conseguir “tomar o aspecto que apraz ao dono da casa”.

Há personagens que se unem ao Barão da Espera por outros laços que não os da dependência. Dentre elas está o conselheiro Lopes, deputado residente na corte que sempre visitava o barão e almejava o cargo de ministro. Segundo o narrador, ele tinha reputação de ser um dos mais vultosos “talentos políticos” da época e seus amigos acreditavam que rapidamente conseguiria o cargo que desejava. As habilidades que fundamentam a opinião dessas pessoas são ironicamente mencionadas:

O conselheiro era realmente um talento notável; e as esperanças de seus amigos não podiam ser mais bem fundadas. Um deputado capaz de provar ao govêrno e à oposição que ambos se acham de perfeito acôrdo, estava talhado para ministro. (p. 113)

Essa imagem do conselheiro como alguém que emite palavras vagas, procurando omitir uma opinião precisa com vistas a agradar a todos é reiterada ao longo de toda a obra. Podemos dizer que Lopes encarna a imagem do político que almeja subir ao poder a todo custo, fazendo tudo o que fosse necessário para obter votos:

Era Alice a primeira influência do colégio eleitoral, que o barão trazia no bôlso; bastava êsse título, quando não houvesse o de futura credora, para que o deputado condescendesse com todos os caprichos da moça. (p. 186)

Note-se que Lopes submetia-se aos caprichos de Alice porque sabia que ela exercia influência sobre o pai, que, além de emprestar-lhe dinheiro, era *proprietário* de um colégio eleitoral. Suas atitudes e falas ao longo da obra são todas fruto dessa maneira utilitária de

relacionar-se com as pessoas, que recebem dele tratamento equivalente ao número de votos que podem lhe oferecer. Além das relações com os fazendeiros, o conselheiro procurava também manter bons contatos no âmbito político para ter maiores chances de obter a tão desejada pasta ministerial:

A Excelência preparava a pasta para o despacho da noite. Lopes, que era íntimo do ministro e mediante 500\$000 mensais pagos pelas despesas secretas o defendia na imprensa em artigos bombásticos, fumava recostado familiarmente em uma cadeira de balanço. (p. 109)

A amizade entre o conselheiro e o ministro, além de vantajosa para aquele devido à influência deste para obtenção do cargo que almejava, era mantida pela troca de favores entre ambos: Lopes recebia uma quantia mensal, paga às ocultas com o dinheiro público, para defender o colega na imprensa. A denúncia à desonestidade dos políticos é explícita. O fato de ela se referir à subvenção da imprensa remete às várias críticas de Alencar ao assunto, as quais foram expostas de maneira sistemática, por exemplo, em um discurso que pronunciou em agosto de 1871. Nesse momento, o projeto que em breve se tornaria a chamada Lei do Ventre Livre havia sido aprovado na Câmara por uma diferença não muito grande de votos e, segundo as palavras de Alencar, o governo estava utilizando dinheiro público para custear a publicação de textos favoráveis à aprovação da mencionada lei em jornais de prestígio. Para ele, pagar a imprensa para que veiculasse artigos favoráveis à postura governamental era algo extremamente lesivo à população, que podia ser influenciada por uma suposta opinião popular que não era real, acreditando que muitas pessoas apoiavam o governo e confiavam na viabilidade da proposta.³⁰¹

O autor se utiliza da figura do conselheiro para inserir no texto críticas não só aos políticos de conduta duvidosa, mas também à política imperial e ao próprio imperador. O episódio em que narra o modo como Lopes e Freitas travaram relações é bastante exemplificativo, já que o conselheiro participara das *transações* mediante as quais seu colega obteve o título de Barão. Segundo o narrador, depois de conseguir a fazenda de seu antigo protetor e a desejada ascensão financeira, Joaquim de Freitas dedicou-se à tarefa de obter a reputação de “nobreza d’alma e elevação de caráter”. Suas atitudes, entretanto, não lhe renderam o almejado título de barão, o qual obteve mediante “a soma redonda de doze contos

³⁰¹ ALENCAR, José de. “Subvenção da Imprensa – Discurso Proferido em 05/08/1871.” *In: Discursos... Op. Cit.*, pp. 615-649.

de réis que deu para o hospício de Pedro II”, obra definida pelo narrador como “suntuoso edifício, que sob a augusta invocação tem servido de lenitivo à loucura de uns e à vaidade de outros.”³⁰² Além da explícita acusação de que o governo vendia títulos, o episódio ironiza a figura do imperador:

- É a primeira influência eleitoral do colégio; além disso deu doze contos de réis para as obras do Hospício. Mas o *homem* embirrou! A princípio não queria dar mais do que uma comenda; por fim, como já se tinha recebido o dinheiro e podia haver um escândalo, consentiu no baronato; porém não aparece nome que sirva. Já corremos todos os santos da folhinha, e todos os rios da província... O Freitas insiste por Barão do Socorro; mas eu já me contentava em fazê-lo barão de qualquer cousa. Há dois meses que estou nesta lida. (p. 110)

Fica claro que os requisitos para que Freitas recebesse o título de Barão estavam preenchidos: era influência eleitoral e, além disso, havia dado soma elevada para as obras do Hospício. Diante dessa situação, o imperador viu-se ameaçado de um escândalo caso negasse a concessão do título, mas “embirrou” com o nome, circunstância que ridiculariza a mais alta figura da política brasileira, dando-lhe a característica de fútil e infantil. A solução do problema acima colocado pelo já mencionado ministro deu-se pela sugestão de seu interlocutor, nosso conhecido conselheiro Lopes, que, numa irônica alusão aos comentários de que Freitas armara uma cilada (termo equivalente a *espera*) para matar José Figueira, sugeriu o título de “Barão da Espera”, prontamente aceito pelo imperador. O desfecho do episódio é igualmente irônico, já que Freitas não gostou do mencionado título e, tratando o assunto como uma “transação comercial”, quis exigir seu dinheiro de volta, sendo aconselhado pelo ministro nos seguintes termos:

- Iludiram-no. Dando doze contos de réis o cidadão presta um serviço e fica habilitado a ser remunerado com uma graça. Essa graça pode ser um hábito, uma comenda ou um título, do nome que aprouver ao govêrno, o qual não recebe condições. O senhor desejava ser Barão do Socorro: Sua Magestade entendeu *em sua sabedoria* fazê-lo Barão da Espera. Tome o meu conselho; vá agradecer-lhe, e não se ocupe mais com isso. Não é bom reviver certas cousas!... (pp. 111/112. Grifos nossos)

À visão *mercantilista* exposta pelo descontente Barão, o ministro e conselheiro imperial opõe a versão *governamental*: a concessão de títulos era uma “graça” concedida pelo imperador por conta de sua generosidade e de acordo com sua vontade. Assim como escolhia a “graça” a ser concedida aos cidadãos habilitados, o imperador optava pelo nome que melhor lhe

³⁰² ALENCAR, *O Tronco do Ipê. Op. Cit.*, p. 103.

aprouvesse, cabendo ao beneficiado agradecer-lhe pela concessão. Sabemos, pelas palavras desse mesmo ministro, que não era bem assim, mas o narrador aproveita-se para novamente ironizar a figura de D. Pedro II, desta vez aludindo ao exercício de poder pessoal: como vimos, o político Alencar em vários momentos alegara que o imperador, “em sua sabedoria”, tentava decidir sozinho os destinos do país. Por fim, Freitas acatou as sugestões dadas, vindo depois a travar relações com o conselheiro Lopes, a quem o ministro aludira como alguém que o defendera de boatos maldosos a seu respeito.

Ao Barão estão ligadas também figuras representativas de outros setores sociais, como o padre Carneiro e o subdelegado Tibúrcio, os quais tinham em comum tanto a devoção ao patriarca quanto a admiração pela eloquência do conselheiro Lopes:

Com o conselheiro entraram na varanda várias pessoas, hóspedes do barão, que tinha ido depois do almoço dar uma volta pela fazenda. Notavam-se entre outras a volumosa e repolhuda estatura do padre Carneiro, vigário da freguesia; a exígua estatura do capitão Tibúrcio, subdelegado vitalício no domínio conservador; e finalmente a figura, esguia e exótica, do sr. Domingos Pais, inserida em umas calças de lila prêto e brochada com um fraque justo côr de rapé. (p. 112)

Essa é a primeira aparição das mencionadas personagens e é notável que o narrador os ironiza, gerando no leitor uma prévia indisposição em relação a elas: o vigário, além do nome sugestivo que alude a um animal cuja docilidade é associada à obediência ao dono, possui uma figura “volumosa e repolhuda”; o capitão parece manter-se no cargo não por competência, mas por favores políticos. O narrador não perdeu a oportunidade de ridicularizar a figura do compadre, artifício que percorre toda a obra e confere à personagem um tom caricato. O padre, representante da igreja, juntamente com o delegado, representante da polícia, aparecem em muitos momentos conversando sobre política com o conselheiro Lopes. Na segunda parte da obra, os três aparecem juntos novamente e o narrador aborda as mudanças que ocorreram ao longo dos sete anos transcorridos:

No sofá discutiam o conselheiro, o vigário e o subdelegado; tratavam de política. Os sete anos decorridos tinham arredondado a bonita calva do conselheiro, mas não tinham realizado as tão lisonjeiras esperanças ministeriais [...] O vigário e o subdelegado não tinham feito diferença; a não ser que o primeiro esquecera metade de seu latim e criara mais algumas rôscas na papada, e o segundo perdera completamente a ligeira tintura de código e lei de reforma, mas em compensação ganhara uma tal destreza eleitoral que seria capaz de empalmar uma chapa ao próprio Satanás encarnado em votante. (p. 183)

As mudanças ocorridas com as personagens só servem para reforçar a ironia com que suas figuras são tratadas: o conselheiro, apesar das *qualidades*, não conseguira entrar no ministério e ficara mais calvo; o vigário esquecera o latim e engordara um pouco mais e o subdelegado esquecera os conhecimentos básicos de Direito e conseguia manter-se no cargo devido à influência política. Em relação a essas duas personagens, vale atentar que perderam conhecimentos básicos para o exercício de suas profissões. É como se viver numa sociedade como essa, movida pelas relações de favor e proteção, colaborasse para que as pessoas se esvaziassem das características esperadas para o exercício de seus cargos em prol do aprimoramento da capacidade de angariar simpatias que garantissem sua posição social. O destino de tais personagens no fim da narrativa atesta a validade de tal conjectura: o vigário perdeu mais do que o conhecimento de latim e mudou de partido com vistas a receber benefícios; o subdelegado afrontou um fazendeiro importante da região, que se utilizou da influência política para destitui-lo do cargo.

Assim, temos a imagem de uma sociedade em que as pessoas se relacionam entre si visando a obtenção de benefícios. O centro de tais relações parece ser a figura do senhor/proprietário, cuja vontade de certa forma controla várias instituições: o domínio sobre a decisão dos eleitores propicia-lhe a influência nas decisões políticas; o prestígio de sua pessoa, aliado às relações políticas, permite-lhe controlar as decisões da polícia; a igreja, por sua vez, associa-se a ele com vistas a obter benefícios pecuniários e aumentar a influência sobre as decisões políticas. De todas essas relações, o senhor/proprietário obtém como benefícios o aumento de seu prestígio e o reforço de sua autoridade. Nesse sentido, a manutenção dos dependentes também colabora para sustentar essa imagem do senhor, visto que é uma atitude que lhe dá ares de benevolente e reforça sua grandeza de caráter e sua integridade, além de eles serem pessoas sobre as quais exerce com mais força o império de sua vontade.

Nessa sociedade construída na obra, em que a espinha dorsal das relações parece ser a troca de favores, havia três formas de enriquecer: herança, casamento e trabalho. A herança podia ser obtida pelos laços familiares ou por meios questionáveis e desonestos, como fez Joaquim Freitas. O matrimônio é abordado ao longo de toda a narrativa, havendo muitos episódios em que as personagens fazem cálculos e forjam situações com vistas a obter um bom casamento.

Exemplo significativo dessa situação é o caso de Joaquim Freitas. Segundo o narrador, ele era filho de um administrador de fazenda e, aos treze anos, ficara órfão. O comendador

Figueira, pai de seu amigo e colega de colégio José Figueira, tornou-se seu protetor, pagou seus estudos e ajudou-o a estabelecer uma pequena casa comercial. Entretanto, ele era ambicioso e via no casamento o único meio de obter a almejada prosperidade financeira:

De seu lado, Freitas pensou também no casamento; mas para êle, moço pobre, o casamento era tôda a esperança, todo o futuro; era a riqueza tão ardentemente ambicionada. Assim teve o cuidado de pôr em dieta o coração, fiando sua sorte unicamente de um porte elegante e de um rosto distinto que realçavam olhos muito expressivos e bastos anéis de fino cabelo prêto. Êle tinha notícia de tôdas as filhas de opulentos fazendeiros, que havia nos municípios do sul; e esperando que uma circunstância feliz preparasse a realização do sonho dourado, de sua parte não perdia ocasião de adorar o ídolo *moça rica*, sob qualquer forma que se revelava a seus olhos. (p. 93)

Apesar do cuidado de “por em dieta o coração”, ele acabou se apaixonando por Júlia, filha de uma viúva pobre. Como Freitas, ela também “depositara toda sua esperança no casamento”, sendo incentivada pela mãe:

Não era de balde que D. Isabel, ficando viúva na idade de cinqüenta anos e com uma filha moça, em vez de permanecer na côrte, foi viver na roça, em uma casa que lhe viera de herança paterna. As amigas a censuravam muito por êsse passo, que em sua opinião comprometia o futuro de D. Júlia. Mas a mãe tinha confiança na sua habilidade e na beleza da filha.

Ela sabia que na côrte teria de lutar com a concorrência imensa que já então havia na aquisição dos portadores de bons dotes; e porisso devia procurar um *mercado* onde não pudesse temer competências. (p. 98. Grifo nosso)

Como eram pobres e compartilhavam do intuito de enriquecer através do casamento, a união de Freitas e Júlia parecia impossível. O problema foi resolvido quando ele adquiriu os bens de seu antigo protetor, o que possibilitou que ambos se casassem algum tempo depois. Futuramente, quando, acometido pelo remorso, tentava consolar-se com a idéia de que não era assassino porque não soltara propositalmente a mão de Freitas quando este caíra no boqueirão, ele admite que seu erro foi não ter devolvido a herança à viúva do amigo. Entretanto, fizera isso por amor e devolveria os bens desonestamente adquiridos a quem pertenciam quando promovesse o casamento de Alice e Mário.

A visão de casamento como “mercado” é compartilhada por outras personagens, como o conselheiro Lopes e D. Alina, viúva do avô de Mário. Almejando para a filha o casamento com o filho de um rico fazendeiro vizinho do Barão, Lopes e a esposa esforçam-se para minar o amor existente entre Adélia e Lúcio, rapaz pobre filho de D. Alina, a qual se une ao casal nesse intuito por ambicionar o casamento do filho com Alice e voltar a ser senhora da fazenda.

No texto, o trabalho é também um meio possível de obter prosperidade, mas é sem dúvida o mais difícil deles. Exemplo significativo é o caso de José Figueira que, quando se desentendeu com o pai, o comendador, saiu da fazenda e foi viver às custas do próprio trabalho:

José Figueira, que até então se empregara exclusivamente no serviço da fazenda aumentando o patrimônio que devia um dia pertencer-lhe com filho único, vítima de sua lealdade, ficou reduzido a ganhar a vida pelo trabalho e a aceitar o auxílio de alguns fazendeiros a quem indignara o procedimento do comendador. [...] [Ele] continuava a viver pobremente, trabalhando com o próprio braço. Graças a seu gênio laborioso, à sua calma perseverança, e ao auxílio de um fazendeiro generoso que emprestou-lhe dez contos de réis, tinha esperança de criar ao cabo de alguns anos a abastança para a família e de garantir o futuro. (pp. 94/95)

A morte veio interromper os planos de Figueira e as terras por ele cultivadas acabaram abandonadas e não renderam lucros. Os credores perdoaram as dívidas, mas sua viúva e seu filho ficaram reduzidos à miséria, sendo acolhidos por Joaquim de Freitas. Mário parece ter herdado o “gênio laborioso” do pai, pois, quando descobre o envolvimento do Barão com sua morte e resolve abandonar a fazenda, mostra-se disposto a prover sua subsistência através do trabalho. Entretanto, os acontecimentos levam-no a abandonar esses planos, visto que se reconcilia com o Barão e casa-se com Alice. Assim, apesar de a obra sugerir o trabalho como forma de prosperar, ela não possui personagens que tenham alcançado ascensão financeira por esse meio.

Dentro de semelhante universo, em que a maior parte das pessoas parece obedecer aos mesmos princípios, a figura de Mário é extremamente destoante, pois contrasta com toda a lógica de funcionamento dessa sociedade. Apesar de as relações sociais serem tecidas em torno do Barão da Espera, Mário é a personagem central do romance, o *herói* da história, na qual muitos capítulos são dedicados à abordagem de seu caráter, cuja complexidade é sempre reiterada. Desde criança ele é apresentado como uma personalidade singular, chegando a ser caracterizado pelo narrador como uma “aberração da infância”, uma “criança precoce” devido aos pensamentos e às atitudes adultas que se misturavam às idéias e aos pensamentos infantis:

- Que importa ser pobre! Os pobres são às vezes mais felizes com seu trabalho do que os ricos com seu dinheiro. [...] Mas pensas tu que também isso me aflige de não possuir a riqueza que foi de meu avô e devia ser de meu pai? Êste mundo é assim mesmo, Benedito; uns ganham, outros perdem. Quem sabe se eu ainda não hei de ser rico, apesar de nascer pobre.
- Há-de, nhonhô, há-de; eu tenho uma cousa que me diz aqui dentro do coração!
- O que me desespera é viver à custa dos outros. Ninguém sabe o que a gente sofre; então mamãe, coitada! não se queixa, mas chora às escondidas, que eu bem sei. (p. 89)

O grau de maturidade das reflexões de Mário e o modo crítico com que olha para as relações sociais e para sua situação de dependente dão mostras da sua precocidade. O excerto é muito significativo porque traz marcas fortes da personagem que o acompanharão até a idade adulta: a desconfiança do Barão, a aversão às obrigações e sujeições advindas da condição de dependente e a opinião de que trabalhar, mesmo sem prosperidade financeira, é melhor do que se sujeitar às ordens de outra pessoa. Ele é inteligente, ágil, vivaz e consegue olhar com clareza e criticidade para a sociedade que o rodeia, chegando a analisar vários de seus fundamentos, principalmente no que se refere aos pressupostos de uma relação entre protetor e dependente:

- Então, dizia o juiz admirado; não se pertence? Está gracejando!...
- Sua dúvida é que me parece um gracejo. Pois há neste lugar que ignore isso? Um homem que desde o berço viveu e educou-se à custa de outro, representa um capital alheio; é o título e a garantia de uma dívida.
- Não diga isso, Mário! atalhou Alice ressentida.
- Se é verdade! O dono do papel em que se escreveu, pode julgar-se autor do livro? Que somos nós ao nascer, que era eu principalmente, eu, pobre órfão, senão uma página em branco? Algum valor que porventura eu tenha hoje, e que não teria se me abandonasse, pertence a quem me deu os meios de o adquirir.
- Mas ninguém decerto aqui pretende êsse direito, Mário! exclamou Alice. Posso assegurar-lhe que todos ao contrário o respeitam.
- Não impede essa generosidade que eu cumpra meu dever. Considero-me preso a esta casa e à vontade de seu dono, pelo vínculo de uma dívida. Não poderia retirar-me daqui por meu alvitre sem espoliar a outrem de sua propriedade.
- O moço fitou o olhar em Alice e continuou articulando friamente as palavras:
- O que me pertence, unicamente, exclusivamente, o que não contraiu compromisso algum, e está livre ainda como Deus a criou, é aquela parte do nosso ser, que não se submete nem à própria razão; é a alma com suas afeições. Esta sim, posso enviá-la onde me aprouber, embora o corpo permaneça aqui ou além. (pp. 257/258)

Mário é a personagem que tenta fugir de algumas das obrigações que lhe impõe a benevolência do barão com vistas a preservar sua integridade moral. Apavora-o a idéia de depender desse homem, mas ele tem plena ciência das obrigações que o favor lhe impõe e dispõe-se a cumpri-las para zelar por sua honra e honestidade. Olha com ironia para sua situação, pois a abomina mas não possui meios de sair dela. Por isso, deixa claro que está na condição de dependente contra sua vontade e que não se submeterá completamente a ela. Mesmo percebendo a estreiteza de seu âmbito de ação, Mário esforça-se por manter sua dignidade e impõe respeito aos demais, não se deixando humilhar por pessoa alguma. Ademais, a cada momento ele encontra meios de mostrar ao Barão que não é um joguete de suas vontades, às vezes explicitamente, em outras ocasiões de forma sutil. Um dado que atesta sua

relativa autonomia é o fato de que o Barão sugeriu que se tornasse médico ou advogado, mas ele se formou em engenharia.

Com base nessas considerações, podemos pensar que Mário é o oposto do compadre Domingos Pais. Este parece ser dependente por vontade própria e efetua um esforço imenso para manter-se nessa condição, aprimorando sua habilidade de anular-se e mostrar-se espelho das vontades e opiniões de seus protetores; aquele se vê sem meios para sair de uma condição que lhe causa repugnância e efetua inúmeros esforços na busca de ocasiões em que possa ter relativa autonomia, recusando-se à completa submissão.

Entretanto, é inquietante o fato de que não se sabe com certeza se a aversão de Mário à submissão que acreditava dever ao barão é fruto somente de seu caráter, cuja retidão o fazia ver a dependência como algo vil e humilhante, ou se é produto da desconfiança, depois confirmada, de que ele estava ligado à morte de seu pai. Assim, podemos pensar que essa circunstância é uma forma que Alencar encontrou para dar verossimilhança à resistência de Mário em aceitar os favores do Barão. Na sociedade desenhada por ele, na qual as relações são pautadas por interesses e troca de favores e as pessoas se esforçam por obter os benefícios decorrentes da simpatia do patriarca, alguém que, com a condição financeira de Mário, abominasse a situação de dependente e recusasse um casamento que lhe proporcionaria posição de senhor poderia ser praticamente inaceitável.

3.1.3 Senhores e escravos em *O Tronco do Ipê*.

Dentro dessa sociedade desenhada na obra, o chamado elemento servil em geral ocupa um lugar de pouca importância e a presença de personagens escravas muitas vezes está atrelada à das personagens livres, já que aquelas aparecem geralmente em situações em que acompanham estas ou executando alguma tarefa de sua competência. Isto porque a narrativa está centrada na vida de personagens livres, enfocando principalmente os conflitos de Mário e o desenvolvimento de sua relação com Alice.

Mesmo havendo um número razoável de personagens escravas, é perceptível que o autor não lhes dá o mesmo tratamento dedicado à configuração das personagens livres. Quando o narrador menciona qualquer personagem livre pela primeira vez, apresenta sempre sua descrição física e um relato, ainda que breve, de sua vida, mesmo que ela não tenha muita

importância para o desenvolvimento do enredo, como é o caso de Frederico, filho de um fazendeiro vizinho do barão³⁰⁵.

As personagens escravas são chamadas pelo nome, mas o único dado fornecido a respeito delas é a sua função: Martinho (pajem do barão), Eufrosina (mucama da baronesa), Felícia (mucama de Dona Luísa, uma amiga da baronesa), Vicência (cozinheira e mãe de Martinho), Florência (doceira) e mãe Paula (encarregada da criação das aves e do gado miúdo). Na maioria das vezes, essas personagens parecem ser mencionadas exclusivamente para ilustrar o cenário, sendo apenas referidas sem que contribuam para o andamento da narrativa. Além disso, são sempre atreladas à função que desempenham e mencionadas sem qualquer descrição que lhes atribua individualidade. É como se todos os pajens, mucamas ou cozinheiras fossem iguais por desempenharem a mesma função, já que sua forma de pensar, suas características físicas ou qualquer aspecto que os individualizasse são desconsiderados.

Um exemplo bastante significativo da diferença na configuração das personagens livres e escravas é um episódio do início do livro, em que Mário, Alice e sua colega Adélia, ainda crianças, saem para passear acompanhadas dos escravos Martinho, Eufrosina e Felícia:

Na manhã de 15 de janeiro de 1850, saía da *Casa grande* da fazenda de *Nossa Senhora do Boqueirão*, um grupo de três crianças, acompanhadas por duas mucamas e um pagem agaladoo.

Eram duas meninas de onze a doze anos, e um menino de quinze. (p. 40)

A apresentação acima transcrita é seguida de um breve diálogo em que o narrador intercala a descrição das personagens livres. Os vários parágrafos dedicados à abordagem das características físicas e psicológicas de Mário, Alice e Adélia contrasta com o silêncio em relação aos escravos. É notável, no fragmento acima, que os escravos parecem excluídos do escopo da palavra “grupo”: no segundo parágrafo, em que se inicia a apresentação das personagens que compunham a cena, são mencionadas somente as crianças, como se os escravos não estivessem mais ali. Esse sutil apagamento da presença dos cativos aparece mais claramente em outros momentos da narrativa, como na ocasião em que Alice, já adulta, vai ao

³⁰⁵ A apresentação dessa personagem acontece da seguinte forma: “Nesse momento apareceu o sr. Frederico de Matos, moço de vinte anos, filho de um fazendeiro da vizinhança. A voz o apontava como o noivo de Alice, e afirmava que êsse casamento já estava justo entre os pais. O comendador Matos era, depois do barão, o homem mais rico do lugar; todos achavam pois muito natural que essas duas riquezas se atraíssem mutuamente por uma irresistível paixão matrimonial.

Frederico era bonito moço, mas tinha um rosto de alfenim, redondo, sem a menor sombra de buço; o que lhe dava certo aspecto afeminado e ingênuo.” (ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. Op. Cit., p. 160.)

quarto de Mário acompanhada de Eufrosina para conversar com ele: a cena toda se passa entre os dois sem qualquer menção à escrava, como se ela não estivesse presente. Nesse sentido, vale acrescentar que, no final da narrativa, apresenta-se um breve relato do destino de todas as personagens que participaram da história sem qualquer menção aos escravos.

Semelhante abordagem das personagens escravas não se verifica, entretanto, com as figuras de nhá Chica e pai Benedito, os únicos cativos que recebem tratamento semelhante ao das personagens livres. Ao longo do enredo, o narrador fornece algumas informações a respeito da vida de ambos e, no fim da história, menciona o que aconteceu com eles. Pai Benedito fora pajem do pai de Mário, passando a pertencer a Joaquim de Freitas, posteriormente Barão da Espera, tendo residido boa parte de sua vida na fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. Nhá Chica pertencia a Júlia, de quem fora ama-de-leite. Quando esta se casou com Joaquim Freitas e passou a residir na fazenda, ela conheceu Benedito, com quem se casou. Ambos viviam numa cabana que se situava sobre um rochedo, próxima ao boqueirão e ao ipê. No momento em que se passam os acontecimentos referidos pelo narrador, eles estavam velhos e aparentemente não prestavam serviços aos seus senhores, vivendo como pessoas livres. Sua subsistência provinha, pois, do trabalho de ambos:

Cumpre advertir que pai Benedito não era dêsses pretos, que suspiram pelo vintém do fumo; êle gozava de certa abastança, devida ao seu gênio laborioso, e às franquezas que lhe deixava o senhor. (p. 65)

Tudo nessa habitação revelava o mais apurado asseio; a roupa, apesar do grosseiro tecido, cegava de alvura; a louça, até nos lugares desbeçados, era tão limpa que parecia recentemente quebrada. (p. 68)

A limpeza da casa revela que Chica possuía o mesmo “gênio laborioso” que propiciara a Benedito conseguir a mencionada abastança de que gozava, a qual provinha, possivelmente, do cultivo da terra e da venda dos excedentes. No último capítulo do romance, o narrador comenta que ambos foram libertos por ocasião do casamento de Alice e Mário e, mesmo com a partida dos antigos senhores para a corte, continuaram a viver na fazenda. Chica sofria de um “reumatismo crônico” cujos acessos periódicos a punham de cama. Em um desses acessos, a febre levou-a ao delírio e ela atirou-se no boqueirão, vindo a falecer: “foi a última vítima que o

negro velho sepultou junto ao tronco do ipê.”³⁰⁴ Pai Benedito, então, passou a residir sozinho na fazenda abandonada.

O narrador informa que conheceu Benedito depois desses acontecimentos. Segundo ele, a fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão passou a ser tida como mal assombrada pelas pessoas que residiam nas proximidades, as quais desconheciam o motivo real que levava os proprietários a abandoná-la e forjavam explicações sobrenaturais, como feitiço. A figura de pai Benedito era associada a esse mistério e colaborava para reforçar essa explicação, visto que era tido por todos como feiticeiro:

Era êste, segundo as beatas, o bruxo prêto, que fizera pacto como o Tinhoso; e tôdas as noites convidava as almas da vizinhança para dançarem embaixo do ipê um samba infernal que durava até o primeiro clarão da madrugada. [...] Ignorante das relações íntimas que entretinha o habitante da cabana com o príncipe das trevas, tomei-o por um prêto velho curvado ao pêso dos anos e consumido pelo trabalho da lavoura; um dêsses veteranos da enxada, que adquiriam pela existência laboriosa o direito a uma velhice repousada, e costumam inspirar até a seus próprios senhores um sentimento de pia deferência. (p. 37)

O comentário do narrador a respeito da impressão que teve de pai Benedito indica que sua figura era comum, pois fala dele como sendo “um dêsses veteranos da enxada”. Note-se, também, que no dito comentário há a menção do excesso de trabalho a que o escravo fora submetido, porém essa menção não tem tom de denúncia. O narrador deixa claro que o caráter de bruxo foi atribuído ao escravo pelo imaginário popular, comentando o universo fantasioso que foi criado e associado a ele, pois sua impressão ao vê-lo quando não sabia dos comentários foi diversa.

Ao longo da obra, o narrador explica como essa imagem foi criada. Segundo ele, pai Benedito herdou a fama de feiticeiro de outro escravo que habitara a cabana em que ele residia: pai Inácio, o qual possuía um “aspecto disforme” que, aliado ao isolamento em que vivia, incutiu na vizinhança a crença de que era bruxo. As pessoas ficaram “tão acostumada[s] a contar com um mandigueiro para explicar as desgraças e reveses”, que quando Benedito mudou-se para a mencionada cabana passaram a dizer que ele era uma encarnação de pai Inácio. Como recorriam a ele para resolução de problemas, viu-se obrigado a fazer justiça à fama de feiticeiro que herdara:

³⁰⁴ ALENCAR, *O Tronco do Ipê. Op. Cit.*, p. 311.

Por mais que se escusasse, força lhe foi recorrer ao arsenal de bruxarias deixado pelo pai Inácio, e satisfazer aos rogos dos parceiros. Algumas cousas que disse, aconteceu sairem certas, e tanto bastou para aumentar a fé na sua mandinga.

Pai Benedito, porém, era um feiticeiro de bom coração. Em vez de usar de seu poder para soprar intrigas e desavenças, ao contrário, servia de conciliador em tôdas as brigas que se davam entre os pretos da fazenda; aconselhava os parceiros nos casos de apêto por alguma falta; e apadrinhava o fujão perante o antigo senhor que o tinha em grande estima e muitas vêzes o ia visitar na sua cabana. (p. 77)

A imagem de feiticeiro fora, então, construída mais pelas pessoas do que por ele mesmo, que se limitava a tentar ajudar aqueles que solicitavam conselhos.

Pai Benedito é a personagem escrava mais trabalhada pelo autor, chegando a sair do segundo plano da narrativa e a contribuir, ainda que de modo indireto, para o andamento do enredo. Segundo as informações do narrador, ele tinha uma afeição que tocava a adoração pelo pai de Mário e nutria o mesmo sentimento pelo garoto, dando mostras disso ao longo da história. Fora um escravo trabalhador, obediente e poderia ser colocado como o tipo “escravo fiel”. Ele é o detentor do segredo a respeito da morte de José Figueira e só o revela no final da narrativa, quando Mário comenta com ele suas suspeitas e interroga-o a respeito. Pai Benedito não é uma personagem que tem postura ativa na história, embora tenha um papel importante nela: guarda o segredo da morte de seu antigo senhor, enterra seu corpo sem que ninguém o saiba, sempre se lembra dele com saudade, mas não toma nenhuma atitude que interfira no andamento da narrativa, pois até mesmo a revelação do segredo decorreu da iniciativa de Mário.

As imagens de escravos são construídas em diversos níveis: o modo como as personagens escravas viam a si mesmas, o modo como eram vistas pelas personagens livres e o modo como o narrador as via. Pode-se, também, apreender várias imagens das relações entre senhores e escravos tanto na fala do narrador quanto no modo como as personagens se relacionam ao longo da obra.

Nos momentos em que as personagens escravas conversam entre si, podemos perceber uma construção da imagem que os cativos tinham de si mesmos. Em suas falas, é bastante recorrente um modo de olhar para si que ecoa a concepção senhorial de escravo, como nos fragmentos abaixo:

- Eu tiro, Nhanhã; diga o que quer, que eu tiro. Uma moça faceira tem seu pagem para servir a ela. (p. 48)

- Desafôro! Vou fazer queixa a sinhá! Eu sou sua mucama dela, sua mucama de estimação; não é para ser tratada assim. Se não presto mais, então me vendam!... depois é que hão de ver!

Ai, a Eufrosina, aquilo sim, era uma boa rapariga! Coitada! Aonde andará ela?... Ora bem descansada de minha vida! Senhor bom é o que não falta! (p. 52)

- Vai, vai depressa, vai contar; eu também hei de dizer a nhanhã D. Alice que você chama a moço branco, assim como se chama um moleque: Mário! (p. 223)

O primeiro fragmento faz parte de uma cena em que Alice demonstra o desejo de subir em uma árvore para apanhar um fruto, mas não o faz devido à repreensão dos demais. Nesse momento, Martinho, na condição de escravo que sabe o papel que lhe cabe na relação com os senhores, prontamente se oferece para cumprir suas funções de “pagem”, como se auto-denomina. No segundo fragmento, Eufrosina, sentindo-se ofendida com uma brincadeira das crianças, reproduz o modo como a senhora a designava e utiliza o título de “mucama de estimação” para exigir um tratamento respeitoso. Note-se que ela o faz exclusivamente com base nesse argumento, não porque se veja como um ser humano digno de consideração. No terceiro fragmento, Martinho lembra Eufrosina da necessidade de os escravos tratarem de maneira formal e respeitosa as pessoas brancas e livres. Nessas passagens, insinua-se que os escravos interiorizaram a forma escravocrata de ver o cativo e aceitaram-na sem problemas, convivendo com ela como se fosse algo natural. É como se eles não conseguissem ver-se de outra forma que não seja como escravos e se sua identidade se resumisse na função que desempenhavam.

Aliado a tal aspecto, é possível perceber momentos em que as personagens escravas desmerecem suas características africanas:

O riso é contagioso. Ninguém pôde resistir. O Martinho apertava as ilhargas e trinava como um frango:

- Qui-Qui-Qui! Pomada de jaca!... Qui-Qui! Para alisar o pixaim. (p. 52)

- Deixa êste tição! acudiu a Eufrosina. Como ganhou molhadura pela chegada do nnonhô Mário, que não devia ganhar...

- Tição!... tição é seu pai de você, negro cambaio e bichento que veio lá d'Angola... Cada beicho assim! hi! hi!

A Eufrosina, cega de raiva, atirou-se ao pagem, que fugia-lhe correndo ao redor da mesa e exasperando a mucama com as caretas que lhe fazia:

- Cada beicho, assim, como orelha de porco... (p. 223)

O primeiro fragmento faz parte de uma cena em que as crianças e os escravos riam de Eufrosina, que estava suja porque Mário lhe jogara uma jaca sobre a cabeça, dizendo ser “pomada para alisar pixaim”. Martinho, ao rir da piada feita pelo sinhozinho com o cabelo da mucama, ri também de si mesmo, já que possui a mesma característica física em questão: o

cabelo “pixaim”. No segundo fragmento, novamente se flagra o desmerecimento dos traços físicos africanos por parte das personagens escravas: Eufrosina utiliza o vocábulo “tição” para ofender Martinho, o qual reutiliza o mesmo vocábulo para ofender ao pai da mucama e assim atingi-la indiretamente, ambos tomando a cor de pele negra como algo ofensivo. Martinho vai um pouco além, parecendo conceber os negros que vinham da África como inferiores aos nascidos no Brasil e utilizando a grossura dos lábios, traço físico africano, como motivo de escárnio. É como se as personagens escravas se desmerecessem, tomando os senhores e suas características físicas como padrão de beleza a ser valorizado.

Em algumas passagens da obra, podemos perceber imagens de como os brancos livres viam a escravidão no Brasil. Há duas passagens em que essa questão é explicitada e aparece bem claramente. A primeira delas é um comentário do narrador a respeito de nosso conhecido conselheiro Lopes:

O conselheiro Lopes, rodeado por algumas das influências da província a quem desejava granjear, achava-se em uma situação difícil. Ele manifestara na câmara uma opinião favorável à extinção do tráfico, idéia então muito impopular entre os fazendeiros. Incredulado a este respeito, fêz o conselheiro largas e luminosas considerações sobre a opinião européia, o canhão inglês, o bill Aberdeen; e concluiu afirmando que não havia realmente a menor divergência entre o voto dos amigos que o ouviam, e a sua opinião. (p. 155)

Note-se que a situação da personagem, caracterizada pelo narrador como “difícil”, consistia na necessidade de conquistar a simpatia dos fazendeiros escravocratas, a qual ficara comprometida devido ao fato de ele haver se manifestado favorável à extinção do tráfico negreiro. Como precisava dos votos dessas pessoas para alcançar o cargo almejado, era necessário contornar a situação mostrando-se preocupado com os interesses da classe senhorial, o que obteve através do bom uso da retórica. Assim, fica indicada a pouca ou nenhuma disposição dos fazendeiros para a tomada de atitudes abolicionistas, visto que não lhes agradara a idéia da extinção do tráfico. A opinião do político parece vaga e a ironia do narrador indica que estava mais preocupado com interesses pessoais do que com a resolução de problemas nacionais.

A segunda passagem em que se alude ao modo como as pessoas livres viam a escravidão também envolve o conselheiro Lopes, o qual discute a situação dos escravos brasileiros com Mário, que havia chegado recentemente da Europa. O diálogo acontece na noite de Natal, em que por hábito a família do barão e seus convidados assistiam ao batuque dos escravos:

O conselheiro, que não perdia ocasião de angariar as simpatias dos fazendeiros de quem dependia a sua reeleição, fez um discurso a respeito do tráfico.

- Eu queria, disse êle concluindo, que os filantropos ingleses assistissem a êste espetáculo, para terem o desmentido formal de suas declamações, e verem que o proletário de Londres não tem os cômodos e gozos do nosso escravo.

- É exato, disse Mário. A miséria das classes pobres na Europa é tal, que em comparação com elas o escravo do Brasil deve considerar-se abastado. Mas isso não justifica o tráfico, o repulsivo mercado da carne humana.

- Utopias sentimentais!...

- Perdão; eu compreendo que nos primeiros tempos da colonização o tráfico fôsse uma necessidade indeclinável. A sociedade humana não é uma república de Platão, mas um ente movido pelos instintos e paixões dos homens de que se compõe. Eram precisos braços para explorar a riqueza da colônia; o europeu não resistia; o índio não sujeitara-se; compraram o negro; mais tarde o tráfico tornou-se um luxo, e produziu um mal incalculável porque radicou no país a instituição da escravatura. (p. 237)

O conselheiro e Mário são personagens que, além de terem personalidade e conduta moral opostas, falam de lugares diferentes e possuem objetivos igualmente distintos ao se pronunciarem: aquele é um político e tem por objetivo agradar os fazendeiros para obter votos, enquanto este é um engenheiro que recentemente chegara da Europa, onde concluíra os estudos, e possuía um discurso desvinculado de interesses políticos imediatos. Apesar dessas distinções, às quais se somam maneiras diferentes de pensar o tráfico e a escravidão, ambos postulam a suposta benevolência dos senhores brasileiros para com os escravos, os quais proporcionavam a estes uma vida que, apesar de privada da liberdade, possuía “cômodos e gozos” que o proletariado europeu desconhecia. Para o conselheiro, preocupado com sua reeleição, essa peculiaridade brasileira bastava para justificar e legitimar a manutenção da escravidão no país, desmentindo formalmente as “declamações” dos “filantropos ingleses” que condenavam o trabalho escravo. Mário, ao definir o tráfico como “repulsivo mercado da carne humana” e posicionar-se contrário a ele, cria a expectativa da defesa de uma postura abolicionista, a qual não se concretiza. Isso porque a personagem, apesar de conceber a escravidão brasileira como um “mal incalculável”, em momento algum defende a necessidade de aboli-la, sendo que seu discurso limita-se a condenar a manutenção do tráfico, que naquele momento havia se tornado “luxo”. Além disso, ele chega a, de certa forma, justificar a instauração da escravidão no país, pois acredita que ela foi a única forma encontrada pelos colonizadores para suprir a necessidade de “braços” para “explorar as riquezas” do território há pouco descoberto.

O fato de a cena ocorrer no fim do ano de 1856 também não é gratuito, pois nesse momento o tráfico já estava praticamente extinto do país, visto que a lei que efetivamente

determinou isso datava do ano de 1850. Nesse sentido, podemos pensar que ele insinuava que, apesar de ser algo moralmente condenável, a manutenção do escravismo no Brasil não apresentava problemas muito graves, visto que seu aspecto mais odioso, o “repulsivo mercado da carne humana”, já havia sido extinto. Ademais, os escravos tinham uma vida melhor que a certas pessoas livres devido ao caráter benevolente dos senhores brasileiros. Podemos apontar, nessas palavras, um diálogo com as idéias veiculadas por *Erasmus* nas *Novas Cartas Políticas ao Imperador*.

As considerações do narrador ao longo da obra também permitem apreender imagens de escravidão. Vale ressaltar que esse narrador tem uma característica marcante, pois tenta passar uma imagem muito precisa de si: uma pessoa analítica que olha com criticidade para o que está à sua volta, imagem esta que é veiculada logo no início da narrativa. Como vimos, ele desconfia da alcunha de feiticeiro atribuída pelas pessoas a pai Benedito e, ao longo da obra, demonstra que ela é fruto de superstições, mostrando-se uma pessoa esclarecida, prática, que olha com desconfiança para as crenças populares acerca do sobrenatural, desmistificando-as. Além disso, tenta mostrar-se alguém neutro, que conta com fidelidade e imparcialidade os acontecimentos de que tomou conhecimento. Esse esforço pode ser percebido no episódio em que Mário salva Alice da morte no boqueirão e se esforça por conservar-lhe a vida. Nesse momento, o narrador ressalta que o garoto não era movido por sentimentos de compaixão ou solicitude, mas pelo desejo obstinado de humilhar o barão ao salvar a vida de sua filha, fazendo a seguinte observação: “Não hei de encobrir os defeitos dêsse caráter, como não pretendo exaltar suas qualidades.”³⁰⁵ Essas circunstâncias podem ser tomadas como forma de captar a confiança e a credibilidade do leitor, predispondo-o a acreditar piamente nas informações e opiniões proferidas por ele ao longo da obra.

Algo muito recorrente na imagem que o narrador traça dos escravos é a insinuação de que eram intelectualmente inferiores, algo que às vezes aparece de forma sutil, outras de forma explícita:

Acomodei-me à sombra sôbre a relva para esperar que o sol descambasse. O prêto de seu lado, como um instrumento perro a que houvessem dado corda, começou a cantilena soturna e monótona, que é o eterno solilóquio do africano. Essas almas rudes não se compreendem a si mesmas sem falar para ouvirem o que pensam. (p. 39)

³⁰⁵ ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê. Op. Cit.*, p. 137.

E o bom prêto expandia-se de júbilo, mostrando duas linhas de dentes alvos como jaspe. Ser motivo de alegria para êsse menino que êle adorava, não podia ter maior satisfação a alma rude, mas dedicada do africano. (p. 64)

Benedito contudo não tardou em reparar na ausência de Mário. O velho africano, que já adorava aquêlê menino e admirava sua destreza e coragem, começou desde então a venerar nêle alguma cousa de sobrenatural, incompreensível para seu espírito inculto. Um ente que participava do anjo, do feiticeiro e do homem, tal era a imagem que se gravou em sua alma. (p. 145)

Misturam-se, na obra, questões raciais, de origem e de condição, fazendo equivaler os termos “negro”, “africano” e “escravo”, todos igualmente inferiorizados intelectualmente nas considerações do narrador, que, no primeiro fragmento, se refere a eles como “almas rudes” e comenta sua incapacidade de se auto-compreender sem ouvirem a si mesmos, como se lhes fosse impossível uma reflexão silenciosa. No segundo fragmento, o narrador retoma a expressão “alma rude” para referir-se ao escravo; tal característica seria compensada pelo fato de ser dedicado, sendo capaz de fazer o que lhe fosse possível para proporcionar alegria para o garoto branco de quem tanto gostava. No último fragmento, a crença na inferioridade intelectual dos escravos é reiterada quando o narrador insinua a incapacidade de Benedito para entender o que admirava em Mário devido ao seu “espírito inculto”, o que o levou a venerá-lo como se possuísse características sobrenaturais.

Fruto dessa crença na inferioridade intelectual do escravo é o paralelo traçado pelo narrador entre os escravos em geral e as crianças brancas e livres:

Adélia e a colega de Eufrosina, a mucama cortesã, riam-se conforme a moda, como êsses ritorneilos que tornam a gargalhada da gente do tom uma espécie de peça musical, uma cavatina ou valsa. Elas tinham imitado essa prenda de D. Luíza, a mãe de Adélia. (p. 52)

As crianças, e ainda mais os escravos, conservaram-se completamente indiferentes à beleza dêsse quadro, que a natureza tropical coloria ao mesmo tempo de luz e harmonia. Naquela idade, e naquela condição, de ordinário o sentido preponderante é o do paladar; por isso de tôdas as magnificências da vegetação vigorosa, o que êles viram e admiraram, foi o dourado das belas laranjas seletas; o roxo dos figos e abacates; o vermelho dos bagos da romã; o amarelo das goiabas e araçás; o prêto das uvas e jabuticabas temporãs; e o louro acerejado das mangas, que rescendiam. (p. 48)

Assim como a criança imita os modos da mãe, a escrava imita o comportamento da senhora, o que insinua a aproximação entre ambas em termos de desenvolvimento intelectual e emocional. Essa insinuação fica explícita no segundo fragmento. Ao utilizar a expressão “e mais ainda os escravos”, o narrador indica que eles eram mais insensíveis à beleza do quadro de exuberância natural que as crianças, o que insinua certa brutalidade. No parágrafo seguinte,

há uma justificativa para a insensibilidade do grupo, que é atribuída ao fato de os brancos serem crianças e os negros serem escravos. Assim, os escravos, do ponto de vista emocional e intelectual, estariam equiparados às crianças brancas: a idade e a condição de cativo impediam-nos de admirar as belezas naturais, já que neles preponderava o sentido do paladar. Em tal justificativa, nota-se o rebaixamento dos escravos, pois subentende-se que as crianças livres, quando crescerem, desenvolverão plenamente suas faculdades mentais, adquirirão tal sensibilidade e nelas deixarão de ter preponderância os sentidos mais primitivos, ao passo que os escravos não têm essa possibilidade, estando fadados a permanecer naquele estágio mais inicial de desenvolvimento mental.

Aliado a tal aspecto, pode-se mencionar o fato de que a obra apresenta momentos em que o narrador demonstra certa dificuldade para compreender a alma e os sentimentos das personagens escravas. No episódio do salvamento de Alice por Mário há uma passagem bastante exemplificativa desse aspecto. No momento em que aborda a reação de pai Benedito ao constatar que não era Mário a vítima tragada pelo boqueirão, o narrador tece o seguinte comentário:

Aquela lembrança do menino, falando de ter também ali sua cruz, e sobretudo o tom profundo com que exprimira o desejo de reunir-se a seu pai; tudo isto e a tristeza de Mário quando o deixara, passou pelo espírito revólto do africano de relance, mas como uma visão horrível, no fundo da qual êle via ou antes revia.

O que?

O medonho abismo que outrora aos raios de uma lua de inverno, abria a imensa cratera para devorar em um ápice, aquilo que mais amava neste mundo.

Quando, pois, ao primeiro olhar lançado sôbre o remoinho êle conheceu que não era Mário a vítima, saiu-lhe sem querer do seio aquêlê amplo e longo respiro.

Mas logo caiu em si. Seus olhos se ergueram do abismo ao céu, e aí se engolfaram cheios de uma expressão indefinível. Que passava nessa alma para assim transfigurar o rosto grosseiro do escravo? Era dor, era espanto, era unção? ou tudo isso reunido?

- Quem o pode saber? (pp. 90/91)

O fato de um narrador que aborda com desenvoltura os conflitos internos de personagens assoladas por sentimentos diversos como Mário declarar a impossibilidade de compreender a alma de pai Benedito é muito intrigante. É como se todo esforço do homem livre para entender o escravo não lhe possibilitasse compreender plenamente essas “almas rudes”, permitindo-lhe somente se aproximar delas e ter uma idéia um pouco vaga de seus sentimentos. Nesse sentido, podemos dizer que essa circunstância denota certo distanciamento do narrador em relação às personagens escravas. Além disso, dialoga com a mencionada

imagem de negro escravo como intelectualmente inferior ao branco livre, podendo até mesmo ser tomada como forma de reforçá-la.

Também relacionada com essa forma de desenhar as personagens escravas está a animalização das mesmas, a qual se dá de formas diversas ao longo do texto, como podemos vislumbrar nos seguintes fragmentos:

Mas havia uma força bastante poderosa para arrancar ao seu natural essa alma robusta; era a afeição de Mário. Nada mais interessante, do que ver o negro atlético dobrar-se ao aceno de um menino; lembrando um desses enormes cães da Terra-Nova, que se deixam pacientemente fustigar por uma criança, mas estrangulariam o homem que os irritasse. (p. 66)

O menino já não se lembrava do tal brinquedo de bonecas. A despedida de Benedito o impressionara. Esse negro era o único ente a quem sua alma se abria. Sem dúvida amava êle mais a sua mãe; porém o coração se recatava dela, e difundia-se no seio do velho africano. Há caracteres assim, que se concentram para com as pessoas que mais amam, e entretanto afagam um cão ou um cavalo. (p. 158)

- Ainda não, nãnhã! respondeu desconsolado o pagem mostrando o focinho entre a folhagem da última gripa do jequitibá. (p. 172)

Pela manhã, chegando à *Casa grande*, aí achou a notícia da partida de Mário. Nem Alice nem o barão haviam dito palavra a êste respeito; mas o escravo tem o instinto do cão de caça para farejar o segredo do senhor e as novidades da família. (p. 287)

A menina derramava em tôrno de si um fluído de afeto e ternura; o que vivia nessa atmosfera sentia sua irresistível atração. Na fazenda, para qualquer ponto que se voltasse, via-se rodeada de entes que a amavam e a quem ela retribuía em simpatia. Onde chegava, na roça ou no curral, havia festa e alegria. Os pretos batiam palmas; o gado mugia; as ovelhas balavam. (p. 190)

Nos dois primeiros fragmentos, temos a animalização do escravo através da comparação, já que o narrador estabelece uma correspondência entre o sentimento existente entre Mário e o escravo Benedito e o elo afetivo que liga o dono a animais domésticos. A comparação entre escravo e esse tipo de animal traz à tona o caráter submisso, obediente, dedicado e servil que eles teriam em comum na relação estabelecida com seus donos ou senhores e rebaixam o escravo e seus sentimentos, dando-lhes um teor irracional.

No terceiro e quarto fragmentos, a animalização se dá através do apontamento de características animais nos escravos: Martinho possuía um “focinho” ao invés de um rosto e o fato de os escravos conseguirem estar a par do que acontecia na vida dos senhores é atribuído ao fato de possuírem o “faro” dos cães. Fica também a imagem, recorrente na obra, de que os escravos eram bisbilhoteiros e fofoqueiros, esforçando-se por saber dos acontecimentos da vida dos senhores e comentando-os entre si. No último fragmento, em que o narrador

comenta a doçura que Alice derramava em torno de si, escravos e animais são colocados no mesmo escopo, denominados com o mesmo vocábulo: são “entes” a quem ela dedicava atenção e que retribuía devotando-lhe afeto.

Vale ressaltar que, em alguns momentos, o narrador compara personagens livres a animais, entretanto essas comparações têm outro teor:

Seu passo era ágil, rápido e sutil como o passarinho, de que tinha a volubilidade e a gentileza. Ela desferia de si ao mesmo tempo três movimentos: cantava, corria e dansava. (p. 43)

Tendo discorrido um momento pelo pomar, mirando as frutas e visitando com o olhar os ninhos seus conhecidos, o menino sacudiu o corpo com um movimento semelhante ao do cisne ou outro pássaro aquático, que depois de mergulhar, arrufa as penas para expelir as gotas d'água.

Então com um gesto rápido atirou sobre a relva o chapéu de feltro escuro e o jaleco de brim; deu um salto para agarrar um ramo; e grimpou pelos galhos das árvores com a ligeireza do macaco. (p. 50)

Enquanto os escravos são comparados a animais com os quais teriam em comum a mansidão e servilidade em relação aos donos, as personagens livres são comparadas a animais com os quais compartilham agilidade, rapidez, sutileza, liberdade e leveza dos movimentos. Ademais, as comparações entre essas personagens e alguns animais não as rebaixam nem as desqualificam, antes realçam a graça das atitudes descritas pelo narrador.

Há momentos em que é possível, também, perceber a concepção de escravo como bem material por parte do narrador:

Filha de um viúva pobre, tendo de seu apenas a Chica, preta que lhe servira de ama, Júlia da mesma forma que Freitas depositara toda sua esperança no casamento... (p. 96)

Assim costumava o fazendeiro tratar a venda dos cafés ou a compra de escravos; e supondo que a base das transações mercantis, quer se façam na praça do comércio, quer no gabinete do ministro, é a boa fé, não duvidou um instante da justiça de sua reclamação. (p. 111)

No primeiro fragmento, nota-se a menção da escrava Chica como único bem material que a personagem Júlia possuía em sua adolescência. No segundo, a comercialização de escravos e a de café são postas como atos equivalentes e retomadas sob a denominação comum de “transações mercantis”, atribuindo-se a escravo e a café a característica comum de serem bens materiais comercializáveis.

O texto traz muitas imagens do relacionamento entre senhores e escravos, as quais podem ser apreendidas nas considerações do narrador e nas cenas de diálogo entre senhores e escravos.

Há cenas em que se percebe a existência de um forte laço afetivo entre senhores e escravos, os quais se tratam com bastante familiaridade e carinho. Exemplos significativos são as relações entre pai Benedito e Mário e entre Alice e nhá Chica:

Ambos se desvaneciam de serem um tanto ascendentes de seus prediletos. Benedito, como fôra pagem grande do pai de Mário em criança, considerava-se até certo ponto avô do menino. Da mesma forma tia Chica, que tinha criado a mãe de Alice, olhava para esta como se fôsse em parte sua netinha. (p. 78)

Mário cingiu-lhe o pescoço com os braços e beijou-lhe as cãs. O negro, apertando-o ao peito, soluçava como uma criança. (p. 135)

A menina quis voltar-se, mas sentiu dois braços que lhe cingiam o talhe e a suspendiam ao ar.
- Já chegou, minha nhanhã!
Era a tia Chica, a vovó preta quem abraçava a menina, dando-lhe as alvíssaras da chegada de Mário. (p. 191)

Benedito e Chica, por haverem convivido com os pais de Mário e Alice quando aqueles eram crianças e participado de sua criação, sentiam-se avós destes e o modo como a relação entre eles é descrita ao longo da obra confirma esse *parentesco sentimental*. Mário dedicava grande afeto a Benedito, sendo ele a única pessoa em quem confiava para contar as desconfianças que povoavam sua mente e falar de seus sentimentos; na obra há várias passagens em que se explicita o carinho existente entre ambos, como no segundo fragmento. Alice chamava carinhosamente Chica de “vovó”, retribuindo na mesma medida o sentimento que a escrava nutria por ela; a terceira passagem mencionada acima é uma das muitas em que se percebe a existência de um imenso carinho entre as duas. É notável que, no texto, os laços afetivos existem somente entre as crianças livres e os escravos, não havendo qualquer cena em que se mencione a existência de afetividade entre adultos e cativos, com exceção de Mário e Alice quando crescidos.

Nas passagens em que há crianças livres e escravos conversando, os diálogos se passam em harmonia e sem tensões, dando a impressão de que estabelecem uma relação de igualdade, como se não estivessem separados pela hierarquia escravocrata. A narrativa também apresenta muitos momentos em que se insinua certa proximidade entre senhores e escravos em geral, desenhando-se a imagem de uma convivência pacífica e até próxima entre eles, como nos

momentos em que os cativos participam das festividades organizadas pelos senhores. Tal aspecto fica visível, por exemplo, na ocasião em que se comemorava o Natal: na véspera dessa data havia várias representações e comemorações para saudar o nascimento de Cristo e os escravos participavam ativamente dessas festividades junto com os senhores.

Outro modo de apresentarem-se as relações entre senhores e escravos é descrever a vida destes como povoada de regalias e favores proporcionados por aqueles:

- E a roupa dos prêtos? Não falta nenhuma peça?
- Se faltar, mande-me dizer logo, que ainda há tempo de aprontar.
Era costume na fazenda distribuir-se pelo Natal a cada escravo, uma nova muda de roupa domingueira como presente de festa; a isso referia-se a pergunta da moça. (p. 191)

Chegava enfim essa noite tão desejada da véspera de Natal. Já tinham rezado trindades na fazenda do Boqueirão. Os escravos, reunidos na frente do quadrado, depois de repetirem as palavras da oração estropiada pelo feitor, foram salvar ao senhor, desfilando conforme o costume pelo terreiro da *Casa grande*, onde o barão, sentado em sua poltrona, descansava do pequeno passeio.

Nos outros dias aproveitavam os escravos aquela hora de repouso e liberdade que medeia entre Ave-maria e o recolher, para tratarem de seus pequenos negócios, passarem uma vista de olhos a suas rocinhas, e também para fazerem suas queixas e pedidos a Alice, protetora de todos eles. Nessa noite, porém, como não se fechava o quadrado à hora de recolher, por causa da festa que devia começar ao cantar do galo, tinham eles muito tempo de seu, e por isso deixaram-se ficar em grupos, conversando a respeito das novidades do dia, que eram a função de Natal e a chegada de Mário. (p. 193)

Na noite de Natal os pretos da roça tinham licença para fazer também seu folguedo, e os senhores estavam no costume de por esta ocasião honrar os escravos, assistindo à abertura da festa que principiava pelo infalível batuque. (p. 236)

No primeiro fragmento, temos a narração da preocupação de Alice com a roupa dos escravos e a menção do costume de os senhores presentear-nos com roupas novas por ocasião do Natal, o que revela uma atitude benevolente da parte deles. Esse modo de lidar com o escravo de modo benéfico reaparece no segundo fragmento, em que o narrador comenta que os cativos tinham momentos de liberdade todos os dias e podiam cultivar suas roças. Além disso, possuíam no seio da família senhorial uma protetora, que ouvia suas queixas e pedidos e procurava atendê-los. No último fragmento, a postura benevolente dos senhores é novamente reiterada, pois eles permitiam que os escravos realizassem seus festejos para comemorar o Natal e ainda buscavam prestigiá-los assistindo parte das suas comemorações.

Apesar de o narrador sempre insinuar a existência de uma relação harmônica e sem tensões raciais entre senhores e escravos, há momentos em que parece deixar escapar situações em que é flagrante a desigualdade existente entre eles:

Com o coração angustiado, Benedito dobrou o joelho, para pedir a bênção do senhor, e partiu com os olhos cheios de lágrimas. (p. 298)

Alice olhava-o sorrindo e já esquecida da dôr. Encontrando o olhar da menina, Mário com o mesmo arrebatamento largou-lhe a mão; e envergonhado, quase arrependido do que fizera, continuou a fustigar os arbusto, aplicando também por diversão uma cipoada nas canelas do Martinho. (p. 47)

[.] Na passagem, as pretas mais idosas que tinham visto nascer Alice, e porisso usavam com a menina de certa familiaridade, dirigiam-lhe estas palavras[...] (p. 238)

No primeiro exemplo acima, temos a menção do ato costumeiro de o escravo pedir bênção para o senhor e ajoelhar-se para isso, como se reverenciasse um ser superior. No segundo, temos a atitude desrespeitosa de uma criança para com um escravo: aquela bate neste para divertir-se e isso é narrado com extrema naturalidade, como exemplo de atitude lúdica infantil. No último fragmento, o narrador, descrevendo uma cena em que há extrema familiaridade entre as escravas e Alice, parece preocupado em justificar essa relação e a atribui ao fato de elas haverem-na conhecido desde bebê. Esse empenho em justificar a existência de certa intimidade entre escravo e senhor parece derivar de uma noção de que ela não podia existir ou fosse algo tão incomum a ponto de exigir explicações.

Além disso, os momentos em que o narrador fala da bondade dos senhores para com os escravos e das supostas regalias concedidas a eles podem ser tomados como escolhas do autor com vistas a construir uma imagem harmônica do escravismo brasileiro. Os escravos têm liberdade para festejar e ganham roupas novas por ocasião do Natal, mas não há qualquer comentário a respeito do cotidiano deles, de sua rotina de trabalho ou mesmo do tratamento que recebiam nos outros 364 dias do ano. Os relacionamentos nos quais senhores e escravos são ligados por laços afetivos são igualmente construções decorrentes de uma seleção do autor: como vimos, as manifestações de carinho mútuo acontecem entre crianças livres e escravos, que no geral se tratam de forma quase igualitária ao longo da narrativa.

Essas construções podem ser vistas como o modo encontrado pelo autor para conciliar as convenções do romance, o intuito de produzir obras genuinamente nacionais e a inclusão de questões que permitissem que o texto travasse um diálogo com suas convicções políticas. Como intentava fazer um “retrato” da sociedade brasileira e escrevia num gênero fortemente enraizado na verossimilhança, Alencar evitou abordar a violência que permeava a maior parte

das relações escravistas e a dura jornada de trabalho dos cativos, selecionando contextos em que pudesse veicular na obra uma imagem harmônica e positiva da escravidão brasileira.

3.2 A escravidão em *Til*³⁰⁶.

Assim como em *O Tronco do Ipê*, o enredo de *Til* pode ser dividido em dois momentos: os acontecimentos da década de 1820 geram o conflito que será resolvido alguns anos depois, mais precisamente através dos acontecimentos da década de 1840, os quais são o centro da narrativa.

Em meados da década de 1820, Besita e Luís Galvão eram apaixonados mas não puderam se casar porque o pai dele, um rico fazendeiro, não permitiu devido ao fato de a moça ser de origem humilde. Ela acabou se casando com Ribeiro, que no dia do casamento precisou viajar, tendo se ausentado por dois anos. Nesse intervalo, Galvão dirigiu-se à casa de Besita à noite e, fingindo ser seu marido, passou a noite com ela; Berta é fruto dessa relação. Ribeiro, ao voltar, percebeu a traição, estrangulou a esposa e só não matou a criança porque a escrava Zana a salvou. Ela enlouqueceu ao presenciar a morte da senhora e João, amigo que nutria adoração por Besita, levou a menina para ser criada por Nhá Tudinha.

João fora empregado do pai de Luís Galvão e camarada deste, mas ao saber de sua atitude com Besita abandonou-os e começou a trabalhar como capanga para homens ricos, matando por ordem deles. Por isso, era muito temido pelas pessoas, menos por Berta, a quem ele obedecia e respeitava por ser filha do único ser que amara em sua vida.

A garota vivia com Nhá Tudinha e seu filho Miguel, mantendo estreitas relações com Linda e Afonso, os filhos de Luís Galvão com a esposa Ermelinda. Berta era muito caridosa e cuidava de pessoas necessitadas de seu carinho: levava alimento para Zana, dispensava cuidados ao retardado Brás, que lhe dera o apelido de “Til”, e mantinha relações amistosas com o temido João Fera.

No ano de 1846, cerca de vinte anos após a morte de Besita, Ribeiro havia retornado a Santa Bárbara com o intuito de matar Luís Galvão e Berta. Mas seus planos foram frustrados

³⁰⁶ *Til* possui várias semelhanças com *O Tronco do Ipê*: além da proximidade da data de publicação, ambos são têm como cenário o ambiente rural, narram acontecimentos de meados do século XIX e possuem passagens que veiculam representações de negro e escravidão, as quais são muito semelhantes. Objetivando não tornar a leitura deste capítulo enfadonha por conta da recorrência das interpretações, não realizaremos uma análise muito detida deste romance, limitando-nos a tecer comentários comparativos e a centrar-nos na abordagem dos aspectos que o diferenciam da outra obra analisada.

por João Fera, que, ao impedi-lo de matar a garota, acabou por estrangulá-lo, vingando, assim, a morte de Besita.

Em meio a esses acontecimentos, Berta descobre a verdade acerca de seu nascimento e da morte de sua mãe, mas se recusa a ser registrada como filha de Galvão, alegando que seu pai era João Fera, que havia zelado por ela desde que era criança. O temido assassino se regenera e, juntamente com Zana e Brás, vai viver na casa de Nhá Tudinha, sob a vigilância e os cuidados de Berta.

3.2.1 Elementos nacionais em *Til*.

Os elementos *nacionalizantes* da literatura eleitos por Alencar e presentes em *O Tronco do Ipê* reaparecem em *Til*. As belezas naturais brasileiras são exploradas pelo narrador ao longo de toda a obra, a qual é iniciada com a descrição de um quadro em que este aspecto fica bastante visível:

Eram dous, êle e ela, ambos na flor da beleza e da mocidade. [...]
Ela, pequena, esbelta, ligeira, buliçosa, saltitava sôbre a relva, gárrula e cintilante do prazer de pular e correr; saciando-se na delícia inefável de se difundir pela criação, e sentir-se flor no regaço daquela natureza luxuriante.
Êle, alto, ágil, de talhe robusto e bem conformado, calcando o chão sob o grosseiro soco da bota com a bizzarria de um príncipe que pisa as ricas alfombras, seguia de perto a gentil companheira.[...]
Caminhavam por uma rechã, bordada de ilhas de mato, que emergiam aqui e ali do verde gramado. Pela ramagem frondente das árvores e renovos que abrolhavam, percebia-se a proximidade de um grande manancial; e entre as crepitações da brisa nas fôlhas, como um tom opaco dêsse arpejo da solidão, ouvia-se o múrmure soturno do Piracicaba, que leva ao Tietê o tributo caudal de suas águas.³⁰⁷

A apresentação de Berta e Miguel se faz em meio à exaltação das belezas naturais do lugar, sendo notável a tentativa de mostrar a existência de uma harmonia entre essas personagens e a natureza. O fragmento traz também outra característica recorrente na obra: a menção de nomes dos rios, algo de que o autor se utiliza para situar a narrativa em um espaço físico específico, o interior paulistano, mais precisamente a região de Campinas. A fazenda de Palmas, na qual se passam a maior parte dos acontecimentos, situa-se no povoado de Santa

³⁰⁷ ALENCAR, José de. *Til*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 17. Obs.: as demais citações referem-se a esta edição e serão feitas no corpo do texto.

Bárbara e há inúmeras alusões à proximidade deste local com a cidade de Campinas e a então vila de Piracicaba.

Diferentemente do ambiente da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, que mantinha certo diálogo com a cidade do Rio de Janeiro, o *universo* em que se insere a fazenda de Palmas é caracterizado como mais distanciado da sociabilidade e educação da corte. Esse aspecto fica visível nos comentários do narrador a respeito dos hábitos da família de Luís Galvão, o qual se casara com uma mulher que havia sido educada em um colégio inglês da corte e comunicara suas maneiras delicadas ao esposo e aos filhos:

À expansão dessa natureza delicada, ao perfume de bom gosto que derramava em tórno de si, deve-se atribuir a ausência de côr local que se notava, se não em tôda casa, ao menos na família. Aquela esfera que recebia a influência imediata da dona da casa, não era paulistana, mas fluminense; e não fluminense pura, senão retocada já pelo apuro escocês e pela graça francesa.

Aos verdadeiros paulistas da têmpera antiga, de antes quebrar que torcer, aos grandes turrões, nutridos de lombinho de porco e couve crua, não deixava de escandalizar êsse enxêrto carioca no meio das suas matas, e por isso, já desconfiados de natureza, mostravam-se espantadiços, quando entravam na casa das Palmas. (p. 45)

Note-se o estabelecimento de diferenças marcantes, senão oposições, entre os hábitos paulistas e fluminenses, a ponto de a casa de Luís Galvão representar uma espécie de *ilha* em meio ao *oceano* de costumes paulistas, isenta da “cor local” que caracterizava aquela região. A caracterização dos paulistas como “turrões” e “desconfiados” é reiterada ao longo da obra, muitas vezes aparecendo na forma do adjetivo “caipira”, constantemente utilizado pelo narrador para qualificar essas personagens:

Êsses cacoetes de caipira molestavam o tato delicado de Linda [...]. Quando Miguel a tratava de mecê, ou enrolava diante dela a palha de um cigarro, o coração da menina apertava-se com agastura indescritível [...]. A dificuldade estava em sofrer o gênio esquivo de Miguel êsse desbaste de costumes e maneiras, que se tinham impregnado em sua natureza, que faziam parte de sua pessoa, e o tinham formado à semelhança de seus patrícios e camaradas. Mudar êsses modos era quase renegar o exemplo de seu pai, as tradições de sua terra, e envergonhar-se de ser paulista, o que bem ao contrário lhe inspirava um justo orgulho. (p. 244)

Os “cacoetes de caipira” de Miguel, que tanto agastavam Linda, educada pela mãe segundo os modos da corte carioca, são colocados pelo narrador como inerentes aos paulistas, como os elementos que os caracterizam. Daí a resistência de Miguel em abandoná-los, visto que eram esses “cacoetes” que o definiam e aproximavam do modo de ser de seus companheiros e de seu finado pai. Vale ressaltar que a utilização do termo “caipira” por parte

do narrador como adjetivo que melhor qualifica os paulistas do interior não tem um teor pejorativo, antes realça a autenticidade de suas maneiras e de seu jeito de ser.

Os costumes e tradições nacionais cultivados nessa região também são abordados pelo narrador, que se esmera em descrever festas típicas, como a de São João:

No terreiro das Palmas arde a grande fogueira.
É noite de São João:
Noite das sortes consoladoras, dos folguedos ao relento, dos brincados misterios:
Noite das ceias opíparas; dos roletes de cana, dos milhos assados e tantos outros regalos:
Noite, enfim, dos mastros enramados, dos fogos de artifício, dos logros e estrepolias.
Outrora, na infância dêste século, já caquético, tu eras festa do amor e da gulodice, o enlêvo dos namorados, dos comilões e dos meninos, que arremedavam uns aos outros. (p. 233)

O tom nostálgico presente no fragmento percorre todo o episódio da festa, no qual o narrador descreve as brincadeiras e competições como graciosas, agradáveis, isentas de malícia ou rivalidade, procurando inculcar no leitor o mesmo sentimento saudosista em relação à “infância” do seu século. Nesse sentido, postula que o século XIX já estava “caquético”, pois os costumes e festas genuínos estavam se perdendo e, com eles, perdia-se também um pouco da identidade nacional, comprometida pela valorização dos hábitos estrangeiros.

Outro elemento *nacionalizante* presente no texto é a linguagem, a qual é utilizada também como forma de caracterizar o ambiente regional do interior paulista. Nesse sentido, a obra apresenta um recurso muito interessante: o uso de notas de rodapé que se destinam a explicar o sentido de alguns vocábulos do texto:

Casca preta, bago branco,
Mas arde que não se agüenta:
Huê, que visaje é esta,
A fruta virou pimenta?⁽¹⁾
Nota do autor: (1). *Fruta* em São Paulo é a jabuticaba, pela sua excelência. Alguns dizem aporuguesadamente fruta. (p. 253)

Partira o Filipe com sua malta à hora aprazada, e rodeou a floresta. Por segurança levava os cachorros que podiam servir-lhe para rastejar o inimigo no caso de escapula. A matilha, tomando faro ao fortum que trazia a brisa do fundo da floresta, colou (1) e, embrenhada pela espessura, levantou um bando de queixadas.
Nota do autor: (1) Têrmo de monteria: afundar-se pelo mato para descobrir e levantar a caça. (p. 204)

Podemos pensar que o autor esforçou-se para utilizar termos regionais em sua narrativa e, prevendo que alguns deles não seriam conhecidos de todos os seus leitores, acrescentou as notas explicativas. Tais notas também podem ser tomadas como forma de defender-se da

alcunha de corruptor da língua portuguesa a ele atribuída pelos puristas portugueses e brasileiros: utilizava termos estranhos ao idioma vernáculo de modo intencional, levado pelas necessidades expressivas e pelo intuito de dar verossimilhança à sua narrativa.

3.2.2 A sociedade de *Til*.

A imagem da sociedade brasileira nessa obra é um pouco diferente da imagem que apreendemos na leitura de *O Tronco do Ipê*. Em *Til*, também há a figura do senhor/proprietário que administra com sucesso a lavoura e garante a harmonia das relações sociais: Luís Galvão, dono da próspera fazenda de Palmas, que parece ser uma das mais importantes da região. Entretanto, sua autoridade parece incidir somente sobre aquele espaço físico que lhe pertence, não se estendendo a todo o ambiente que o cerca e a todas as pessoas com as quais se relaciona como acontecia com o Barão da Espera.

O ambiente regional abordado é composto por pequenas vilas próximas umas das outras, algumas fazendas e várias propriedades rurais de pequeno porte. As personagens livres, em geral, parecem viver em harmonia com o ambiente, não tendo grandes ambições financeiras, visto que não se utilizam de artifícios com vistas a obter ascensão social ou influência política. Por isso, as relações entre as personagens não parecem tão mediadas pelo interesse, havendo mais familiaridade e sinceridade entre elas, já que, por estarem distantes da Corte e cultivarem costumes mais particulares, não apresentam costumes afetados e europeizados. Além disso, a política não parece ser a força motriz das relações e, por isso, não se verificam as tensões sociais relacionadas à busca por votos e influência política que permeiam a outra obra abordada.

Relacionado a essas peculiaridades do ambiente regional em questão, podemos mencionar o fato de haver muitas personagens livres que, apesar de pobres, não são dependentes, como Nhá Tudinha, a mulher que criara Berta. Apesar de ser comadre de Luís Galvão, a viúva vivia em uma casa próxima à fazenda de Palmas, mas que lhe pertencia, e garantia o sustento de sua casa sem precisar apoiar-se na benevolência do fazendeiro.

Entre as várias personagens nessa condição, Jão ocupa um lugar de destaque. Depois de Berta, ele é a personagem de que mais se ocupa o narrador. Sua origem é desconhecida por todos, visto que misteriosamente aparecera, quando criança, na fazenda de Afonso Galvão tendo sido acolhido pelo fazendeiro e recebido o apelido de Bugre devido à “tez bronzeada,

que distinguia aquela raça indígena.”³⁰⁸ Note-se, porém, que ele parece ser mestiço de branco e índio, visto que em determinado momento da narrativa menciona-se que ele possuía “barba ruiva”³⁰⁹. João foi criado na fazenda e, quando cresceu, tornou-se camarada de Luís Galvão, filho de Afonso. Enquanto vivera sob as ordens do fazendeiro tivera boa conduta, mas a decepção que o levou a separar-se de seus benfeitores propiciou que sua rudeza de caráter se intensificasse e ele acabou se tornando um matador de aluguel, passando de “João Bugre” a “João Fera”.

A descrição dessa personagem é recorrentemente feita através da aproximação entre suas características e ações e o comportamento de animais ferozes como onças e tigres. Apesar de assustador, ele não é essencialmente mau e sua figura, segundo as observações do narrador, era comum naquela região:

Chamado, pago e protegido por homens poderosos para escoltá-los em aventuras, e servir às suas paixões, o Bugre recebeu a iniciativa e a animação que iam acostumando seu braço a ferir e a repousar depois do crime, como se tivesse praticado uma honrosa façanha, uma valentia digna de louvor.

Esta é com pouca diferença a história de todos os assassinos incorrigíveis, que infestam o interior do país. Eles foram educados pelos poderosos, como os dogues que se adestravam antigamente para a caça humana, dando-lhes a comer, desde pequenos, carne de índio. (p. 181)

Segundo o narrador, João desenvolvera seus requintes de crueldade porque foi incentivado por fazendeiros poderosos, que o levavam a ver suas atitudes como feitos de que podia orgulhar-se. Ademais, ele não considerava um ato vil os assassinatos que cometia porque “atac[ava] de frente, a peito descoberto. Se mat[ava] é porque [era] mais valente, mais forte; mas arrisc[ava] [sua] vida.”³¹⁰ Ele se via e era visto pelos demais como um “homem de honra” e lutava para manter sua integridade moral, não faltar com sua palavra e não ser traiçoeiro com pessoas que não lhe ofendessem. Ele provia seu sustento através de assassinatos que efetivava mediante pagamento, mas havia se desligado do fazendeiro para o qual trabalhara inicialmente, pois gostava de ser “senhor de [sua] vontade, fazer hoje ou amanhã, quando [lhe] parece[sse]”³¹¹. Esse apreço pela independência pessoal é um dos fatores que o levam a continuar atuando como matador de aluguel, visto que não encontrava outra maneira de garantir a sobrevivência sem comprometer sua liberdade:

³⁰⁸ ALENCAR, *Til, Op. Cit.*, p. 163.

³⁰⁹ ALENCAR, *Til, Op. Cit.*, p. 182.

³¹⁰ ALENCAR, *Til, Op. Cit.*, p. 81.

Afora êstes, não imaginava Jão Fera outros meios de ganhar dinheiro sem humilhações. O trabalho, êle o tinha como vergonha, pois o poria ao nível do escravo. Prejuízo êste, que desde tempos remotos dominava a caipiragem de São Paulo, e se apurava nesse homem, cujo espírito de sobranceira independência havia robustecido a luta que travara contra a sociedade. Era a enxada para êle um instrumento vil: o machado e a fouce ainda concebia que os pudesse empunhar a mão do homem livre; mas em seu próprio serviço, para abater o esteio da choça ou abrir caminho através da floresta. (p. 145)

A associação entre atividades manuais e escravidão levava Jão, e toda a “caipiragem” paulista, a conceber o trabalho como “humilhação”, algo que comprometeria a independência e altivez do “homem livre” aproximando-o do escravo. Note-se que Jão aceitava a idéia de realizar trabalhos agrícolas, desde que estivessem inseridos num contexto muito diverso da atividade dos escravos: que fosse “em seu próprio serviço” e que não se utilizasse a enxada, instrumento que lhe parecia “vil” possivelmente por ser o mais utilizado pelos cativos no trabalho da lavoura.

Mesmo com essas características e crenças, várias circunstâncias o levam a abandonar a criminalidade e tomar o trabalho como forma de prover sua subsistência. Depois de matar o assassino de Besita e livrar Berta do perigo que ele representava, Jão se apóia no amor filial que a garota passa a dedicar-lhe após descobrir a verdade de seu nascimento e decide mudar sua vida para agradá-la. No fim da narrativa, ele vai viver junto dela como seu protetor, acata todas as suas sugestões e regenera-se:

Jão, vergado sôbre o cabo da enxada e agitado por veemente comoção, parecia despedir-se de si, para se precipitar aos pés da menina. [...] Berta pousou nêle o seu brando olhar e disse-lhe com um sorriso:
- Vai trabalhar, Jão!... (pp. 302/304)

Note-se que ele se submete ao trabalho utilizando o instrumento que mais abominava: a enxada. Sob a supervisão de Berta, Jão consegue regenerar-se sem comprometer sua integridade moral: trabalhando, ele escapa da criminalidade sem, contudo, submeter-se às ordens de algum fazendeiro e, com isso, preserva a liberdade que lhe era tão cara. Se tomarmos as observações do narrador acerca da visão que se tinha do trabalho, esse desfecho ganha um alcance mais amplo, visto que contraria a ideologia da “caipiragem paulista” da época, que via no trabalho braçal uma humilhação: a trajetória de Jão atestava o equívoco em que consistia semelhante concepção.

³¹¹ ALENCAR, *Til, Op. Cit.*, p. 41.

Com base nas considerações até agora tecidas, podemos dizer que o ambiente regional paulista é desenhado pelo narrador como repleto de peculiaridades que o distanciam do ambiente regional fluminense. Essa diferença se deve, em grande parte, ao distanciamento espacial que separava o interior paulista da corte imperial: as tensões que permeavam as manobras políticas estavam menos presentes nessa região e não contaminavam tanto as relações pessoais; o pouco contato com a educação européia propiciava que se valorizassem mais os costumes regionais, colaborando para que os relacionamentos interpessoais fossem permeados por uma maior familiaridade.

Vale ressaltar, ainda, que as diferenças regionais que permeiam os enredos de *O Tronco do Ipê* e *Til* são de certa forma reforçadas pela diferença entre os fatos que dão origem à intriga que percorre as narrativas. Em *O Tronco do Ipê*, o acontecimento que gera a intriga é fruto da busca de ascensão financeira: a traição de Joaquim Freitas origina os acontecimentos que compõem a problemática do enredo, o qual é finalizado com a resolução desse problema mediante o casamento de Alice e Mário. Em *Til*, o enredo é desencadeado por um problema moral, pois é a relação sexual ilícita que Luís Galvão mantém com Besita que gera os acontecimentos que alimentam a narrativa: o nascimento de Berta, a vingança do marido traído, o rompimento de relações entre João e seus antigos protetores e a transformação deste em um matador de aluguel. O desfecho do enredo coincide com a resolução das conseqüências advindas da atitude imoral de Galvão: a morte do assassino de Besita e a tentativa de reconhecimento da paternidade de Berta, que acabam também propiciando a regeneração de João Fera.

3.2.3 Senhores e escravos em *Til*.

Em geral, a configuração das personagens escravas em *Til* é semelhante a *O Tronco do Ipê*: o enredo centra-se na vida de personagens livres e os escravos aparecem em cena quando desempenham alguma função ou quando estão ao lado das personagens livres. As imagens de escravo podem ser percebidas em dois níveis: o modo como as personagens cativas viam a si mesmas e o modo como são vistas pelo narrador.

Assim como os escravos da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, os escravos da fazenda de Palmas parecem utilizar as lentes senhoriais para olhar para si mesmos. Segundo as

observações do narrador, havia uma separação entre os escravos domésticos e os que trabalhavam na lavoura, a qual era internalizada pelos cativos:

Disfarçadamente a crioula arredou-se do grupo dos capangas, e encaminhou-se para a roda do batuque, lançando um olhar ao pajem. Não estava ainda de todo satisfeito o seu gostinho, que era fazer o Amâncio cair no samba rasgado.

Que triunfo para ela, negra da roça, se humilhasse a mucama Rosa, sua altiva rival. Hesitou o mulato algum tempo, receoso de derogar de sua nobreza de pajem misturando-se com a ralé de enxada, até que rendido pelos lascivos requebros da crioula, que já se espreguiçava ao som do urucungo, saltou no batuque. (p. 254)

Note-se que Florência olha para o fato de o pajem Amâncio cair no samba juntamente com ela como uma vitória em relação à mucama Rosa, olhando para si como inferior a eles por trabalhar na roça. Amâncio, por sua vez, hesita em comprometer sua “nobreza” de pajem misturando-se à “ralé de enxada”, mas acaba sucumbindo à sedução de Florência. A separação efetuada pelos senhores entre os escravos domésticos, que trabalhavam e viviam na casa-grande, e os da roça, a quem se destinavam os trabalhos pesados da lavoura e que residiam nas senzalas, é internalizada pelos escravos como uma oposição entre nobreza e inferioridade. Eles parecem incapazes de perceber que são iguais por serem cativos e que, por mais que os escravos domésticos desempenhem trabalhos menos pesados e convivam mais proximamente com seus senhores, também estão privados da liberdade e submetidos à vontade senhorial. É como se a posição de maior prestígio que pudessem almejar fosse o trabalho como pajem ou mucama e não a liberdade e inserção na sociedade. Assim, não se verifica a oposição entre senhores e escravos, livres e cativos, visto que estes, em geral, não parecem questionar sua condição.

A narrativa não apresenta as cenas de explícito laço afetivo entre senhores e escravos ou de convivência igualitária entre crianças livres e cativos como em *O Tronco do Ipê*. Entretanto, veicula a mesma imagem de harmonia das relações escravistas, a qual é perceptível nas passagens em que aborda a rotina de trabalho dos cativos. Essa é uma peculiaridade de *Til* em relação à obra anteriormente analisada: a inclusão de cenas de trabalho escravo na lavoura:

Entraram em seguida na roça, onde o feijão estava em flor e o milho espigava, agitando os seus louros pendões. Logo adiante ficavam os vastos cafezais, recentemente carpados e já frondosos para mais tarde se cobrirem de bagas escarlates, como fios de corais, entrelaçados pela folhagem de brilhante esmeralda.

Aí à sombra dos renques de cafezeiros, descansavam os pretos recebendo a ração do almoço, que as rancheiras de cada turma dividiam pelas gamelas e palanganas que lhes apresentavam.

Passaram os dous irmãos apressadamente e sem dar-lhes mostras de atenção, para não perturbar-lhes o descanso e a refeição. (p. 59)

Na roça estavam os pretos no eito, estendidos em duas filas, e no manejo da enxada batiam a cadência de um canto monótono, com que amenizavam o trabalho:

Do pique daquele morro

Vem descendo um cavaleiro.

Oh! gentes, pois não verão

Êste sapo num sendeiro?

Adubavam o mote com uma descomposta risada e logo após soltavam um grito gutural:

- Pxu! Pxu!

Têm os pretos o costume de estressacharem nas toadas habituais, seus improvisos, que muitas vêzes encerram epigramas e alusões. Bem desconfiava, pois, o feitor de que a tal cantiga bulia com êle, e o sapo não era outro senão um certo sujeito bojudo e roliço, de seu íntimo conhecimento; mas fingia-se desapercibido da cousa. (pp. 73/74)

Podemos dizer que a parcela de escravos de certa forma *excluída* de *O Tronco do Ipê* é abordada em *Til*. Narradores diferentes, recortes diferentes, mas a imagem da vida dos escravos veiculadas pelos romances em questão é a mesma: uma rotina agradável, com a concessão de regalias. No primeiro fragmento, insinua-se que os escravos do eito, apesar de exercerem atividades mais pesadas, tinham seu momento de descanso ao longo do dia. No segundo fragmento, apesar de o narrador comentar que os escravos cantavam para amenizar o trabalho, tem-se a descrição de um quadro alegre. Isso porque eles trabalhavam mas também cantavam e riam, parecendo divertir-se, e não há nem mesmo insinuação de desgosto por parte deles no desempenho de suas funções: trabalhavam cantado, como se a condição de cativo e as atividades que exerciam não lhes causasse esgotamento físico nem lhes privassem de alegrias. Assim, podemos apontar a atribuição de um caráter benéfico à escravidão através da transformação de uma cena de trabalho forçado e árduo num quadro alegre e ameno.

Os fragmentos também sinalizam a benevolência dos senhores para com os escravos. Na primeira passagem, Linda e Afonso se preocupam em não atrapalhar o descanso deles, parecendo respeitar muito os cativos. No segundo excerto, a figura do feitor, geralmente apresentada como má e cruel, aparece suavizada e bondosa através da imagem de um sujeito que percebe que os escravos o provocam e riem dele mas opta por afetar desconhecimento do caso ao invés de castigá-los ou açoita-los para reprimi-los.

O texto apresenta outras passagens em que podemos perceber a tentativa de desenhar a benevolência dos senhores para com os escravos. Assim como em *O Tronco do Ipê*, essa suposta benevolência é atestada pela concessão de liberdade para que eles festejem à sua maneira. Há, na narrativa, dois episódios em que aparecem os escravos em festas, o que insinua que eles também tinham seus momentos e ocasiões de diversão concedidos por seus *bondosos* senhores.

Uma dessas comemorações é a “folgança do Congo”, que, segundo o narrador, era protagonizada pelos escravos e consistia num desfile de figuras que lembravam o reino africano, tendo como personagens principais um rei e uma rainha, os quais eram seguidos de damas e cavaleiros que percorriam as ruas da cidade em belos cavalos. Essas considerações coincidem com os comentários comumente veiculados a respeito dessa comemoração, como os de Renato Almeida na *História da Música Brasileira*:

São Benedito, Santo preto, recebeu sempre dos africanos, no Brasil, testemunhos de devoção que consistiam em diversas festas – uma das quais, das de maior importância, era a representação dos *Congos*, festa a um tempo religiosa e profana, onde os negros encenavam diversas reminiscências das paragens em que haviam nascido. Os *Congos* tinham os seus reis, eleitos pelos próprios africanos, livres ou escravos. [...] Organizavam os Reis a sua corte, que macaqueava a monarquia portuguesa, com secretários de Estados, mestres de campos, arautos, damas de honra, açafatas, assistentes militares: brigadeiros, marechais, coronéis e todos os outros postos. [...] Consistem os *Congos* ou *Congadas* em cortejos, com um Rei, que desfila pelas ruas dansando e cantando, e vai representar um pequeno auto, em determinado lugar, cujo desfecho é uma luta guerreira.³¹²

Apesar das recorrências, o narrador de *Til* ressalta algumas peculiaridades acerca do modo como o Congo se efetuava no interior paulista. Segundo ele, essa festa era organizada pelas escravas negras nas proximidades do Natal, tinha como participantes exclusivamente os negros que fossem cativos e era parcialmente financiada pelos fazendeiros, que ostentavam sua riqueza através do luxo das vestimentas de seus escravos:

Adiante vinham o rei e a rainha do Congo, montando soberbos cavalos ricamente ajazados, e trajando custosas roupas de veludos e sedas. Seguiam-se os cavaleiros e damas da corte, que não ficavam somenos aos soberanos do imaginários reino africano. [...] O luxo que ostentavam fôra pago, parte com as suas economias, e parte com dádivas dos senhores, cuja vaidade se personificava nos próprios escravos. [...] No meio das figuras, vestidas à antiga e de fantasia, saltavam outras cobertas ou antes irriçadas da cabeça aos pés com os molhos de um capim duro e hispido. Agitado pelo contínuo movimento, produzia essa croça verde um vivo sussurro, ao qual respondiam os chocalhos de latas e as cabaças, que tangiam os pretos assim mascarados.

Êsse resquício dos folgares e danças dos índios caiapós dava à festa africana uns ressaibos americanos que faziam inteiro contraste com as falas e louçanias emprestadas pela moda européia, ou pelos usos do Oriente. (pp. 287/288)

É notável que, segundo as observações do narrador, a festa de origem africana estava incorporada nos costumes paulistas do interior, tanto que os fazendeiros e todas as pessoas das redondezas deslocavam-se para Piracicaba para assistir às festividades. Além disso, a festa

³¹² ALMEIDA, Renato. *História da Música Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp. Editores, 1942. 2.^a Edição Correta e Aumentada, pp. 254/255.

ganhava uns “ressaibos americanos”, pois não era essencialmente africana, visto que incluía danças dos índios caiapós e vestimentas luxuosas européias e orientais. Assim, temos a mestiçagem cultural como definidora de uma das festas típicas do ambiente regional abordado na obra. Essa circunstância dialoga com as considerações de *Erasmus* nas *Novas Cartas Políticas ao Imperador* acerca do andamento do “amálgama das raças” no Brasil: a mistura de culturas sinalizada pela inclusão de festividades tipicamente africanas no cotidiano dos habitantes de determinada região seria indício de que esse processo estava realmente acontecendo no país.

Além da possibilidade de participar das festividades do Congo, os escravos da fazenda de Palmas também tinham consentimento para organizar outras comemorações ao longo do ano, como na ocasião da festa de São João. Ainda que trancados no espaço em que se localizavam as senzalas, os escravos puderam efetuar o batuque e dançar o samba em volta da fogueira enquanto seus senhores festejavam nos arredores da casa-grande:

Em tórno da fogueira, já esbarrondada pelo chão, que ela cobriu de brasido e cinzas, dançam os pretos o samba com um frenesi que toca o delírio. Não se descreve, nem se imagina êsse desesperado saracoteio, no qual todo o corpo estremece, pula, sacode, gira, bamboleia, como se quisesse desgrudar-se.

Tudo salta, até os crioulinhos que esperneiam no cangote das mãos, ou se enrolam nas saias das raparigas. Os mais taludos viram cambalhotas e pincham à guisa de sapos em roda do terreiro. Um dêsses corta jaca no espinhaço do pai, negro fornido, que não sabendo mais como desconjuntar-se, atirou consigo ao chão e começou de rabanar como um peixe em sêco.

No furor causado pelo remexido infernal, alguns negros arremetem contra a fogueira e sapateiam em cima do borralho ardente, a escorrer do braseiro. [...]

De vez em quando o garrafão de cachaça corria a roda. Cada um depois de mil trejeitos e negaças dava-lhe o seu chupão, e fazendo estalar a língua repinicava o saracoteio. (pp. 251/252)

O empenho do narrador em abordar com minúcia o modo de os escravos festejarem vem acompanhado de um visível distanciamento. Ele explicita a dificuldade de descrever o que chama de “desesperado saracoteio”, utilizando-se de uma série de verbos que, numa seqüência gradativa, apontam para o caráter vertiginoso do samba. É como se os escravos ficassem temporariamente desprovidos de racionalidade, totalmente dominados pelo “furor”, a ponto de jogarem-se no chão e atirarem-se sobre a fogueira, dançando sobre as brasas. A possível vertigem causada pela dança era acentuada pela ingestão da cachaça, a qual era apreciada por todos.³¹³

³¹³ É curioso o fato de que esse distanciamento em relação ao modo de os escravos dançarem o samba parece ter permanecido no século XX, pelo menos até a década de 1940. Na sua *História da Música Brasileira*, Renato

A ausência de disciplina e racionalidade que o narrador sugere existir nessa comemoração é atestada pelo acontecimento que dá fim à festividade, a qual desemboca numa briga que envolve todos os escravos. Incomodada pelo fato de ver o pagem Amâncio dançando o samba com Florência, a mucama Rosa, movida pelo ciúme, tenta tirá-lo da roda. As duas entram em atrito e, da briga entre elas, surge uma grande confusão, pois os escravos da roça vinham defender a companheira Florência das afrontas da “cambada de pajens e mucamas”³¹⁴. Além de reforçar a rivalidade entre os escravos domésticos e os que trabalhavam na lavoura, o episódio pode ser tomado como indício da inaptidão dos cativos para o exercício da liberdade e para a inserção na sociedade, visto que os poucos momentos em que não eram vigiados acabavam regados por cachaça e terminavam em brigas. Assim, a aparente tentativa do narrador de incluir o cotidiano dos escravos na obra através da abordagem de suas festividades, além de acompanhada de um visível distanciamento, rebaixa essas personagens e atribui a elas um comportamento que sugere que não poderiam ser inseridos na sociedade sem uma devida preparação.

O cuidado de caracterizar com maior precisão as personagens escravas, aliado ao mesmo distanciamento em relação a elas, é perceptível também no tratamento dado à linguagem. O narrador procura veicular o modo de falar dos escravos, chegando a incluir no enredo algumas de suas cantigas:

Monjolinho soca milho
Bem socado, pa-ta-pá!
O mamãe quê dê a gamela

Almeida, apropriando-se das palavras de Alfredo Sarmiento, veicula a seguinte descrição do batuque: “Mais minucioso é ainda êsse escritor quando fala do batuque no Congo e nos sertões ao norte de Ambriz. Forma-se um círculo – diz êle – composto dos dançadores e dos espectadores, fazendo parte dêle também os músicos com os seus instrumentos. Formando o círculo saltam para o meio dêle dois ou três pares, homens e mulheres, e começa a diversão. A dansa consiste num bambolear sereno do corpo, acompanhado de um pequeno movimento dos pés, da cabeça e dos braços. Êstes movimentos aceleram-se, conforme a música se torna mais viva e arrebatada, e, em breve, se admira um prodigioso saracotear de quadrís, que chega a parecer impossível poder-se executar sem que fiquem deslocados os que a êle se entregam. Aquele que maior rapidez emprega nêses movimentos é freneticamente aplaudido e reputado como o primeiro dançador do batuque. Quando os primeiros pares se acham extenuados vão ocupar os respectivos lugares no círculo formado e são substituídos por outros pares que executam os mesmos passos. Os cantares que acompanham estas dansas lascivas são sempre imorais, e até mesmo obscenos, histórias de amores descritas com a mais repelente e impudica nudez.” (ALMEIDA, *História da Música Brasileira, Op. Cit.*, p. 157.) A semelhança entre a descrição do batuque veiculada em *Til* e a tecida por Alfredo Sarmiento é imensa: a recorrência do termo “saracoteio/saracotear”, aliada à presença do mesmo estranhamento, da impressão de que as partes do corpo do dançarino vão “desgrudar-se/deslocar-se” e da atribuição de um caráter obsceno aos movimentos. O fato de Renato Almeida incluir essa descrição em sua obra indica que ela ainda *funcionava* em meados do século XX, quase cem anos após a publicação do romance de Alencar.

³¹⁴ ALENCAR, *Til, Op. Cit.*, p. 255.

Prá juntar êste fubá!
Tuque, tuque, tuque, tuque
Tuque, tuque, zuque, zuque (1)
[(1) *Mamãe – chamam os escravos da roça as pretas rancheiras que preparam a comida.*] (p. 252)

O narrador se utiliza de expressões próprias dos escravos que trabalhavam na lavoura numa tentativa de mostrar que conhece sua cultura. Apesar disso, desvaloriza os dialetos africanos, visto que em alguns momentos deixa escapar observações que desmerecem o modo de os escravos falarem:

Depois arrancou do peito cavernoso a mesma toada do acalanto, cujas palavras truncava por forma que sòmente se percebia delas a sonância confusa e estranha. Dir-se-ia que ela cantava em algum dialeto africano, tão bárbara era a pronúncia com que se exprimia. (p. 94)

Zana, depois que enlouquecera, perdeu a capacidade de comunicar-se com as pessoas, limitando-se a emitir sons incompreensíveis, os quais são equiparados aos dialetos africanos, que também se caracterizariam por uma pronúncia “bárbara” e uma “sonância confusa e estranha”. Além de rebaixar a cultura africana através do desmerecimento de seus dialetos, a passagem indica um grande distanciamento do narrador em relação aos escravos negros: como não entendia seu idioma, toma-o como bárbaro e confuso.

Esse distanciamento do narrador em relação às personagens escravas verifica-se também nos comentários que faz a respeito dos cativos e no modo como os configura, os quais lhes conferem certa inferioridade. Como em *O Tronco do Ipê*, os escravos são animalizados através da comparação entre suas atitudes e a de animais, ou mesmo pelo apontamento de semelhanças entre traços físicos de alguns escravos e de alguns animais:

Imediatamente o próximo canavial ondulou, e surdiu na ourela um negro moço, com o corpo nu até à cintura e a camisa atada aos quadris à guisa de tanga. Os lanhos das faces indicavam a casta monjola do africano, em cujo rosto se desenhava a astúcia do gambá e alguma cousa do focinho desse animal. (p. 31)

A êsse tempo arrumava-se ao muro uma trouxa negra que avançara pelo terreiro aos pinchos como um sapo. Era o Monjolo que já havia furtado as chaves da senzala e vinha ter com o pajem. (p. 259)

Quando apresenta pela primeira vez a personagem escrava Monjolo, o narrador aproxima-o de um gambá tanto pela astúcia que compartilhava com o animal quanto pela semelhança de traços físicos entre eles. No segundo fragmento, aponta semelhanças entre seus movimentos e os de um sapo. Monjolo é um escravo que trabalha na roça e, juntamente com o

pajem Faustino, associa-se a Ribeiro em seu plano de vingança contra Luís Galvão. Os dois escravos, que traem seu senhor com vistas a receber benefícios, são caracterizados pelo narrador como personagens extremamente más, capazes de crueldades e traições até mesmo entre os seus. Isto porque Faustino, em troca da ajuda a Ribeiro, impõe como condição sua alforria, o casamento com a mucama Rosa e o açoitamento do pajem Amâncio, seu rival. Monjolo, no momento em que se executava o plano através do qual pretendiam matar seu senhor, mata o colega Faustino com vistas a receber os benefícios só para si.

A atribuição de crueldade a essas personagens pode ser tomada também como forma de mostrar a inaptidão de alguns escravos para a liberdade, visto que muitos deles seriam criminosos em potencial. Essa inferência, somada às considerações anteriores acerca da briga que deu fim ao samba dos escravos, indicaria a necessidade de a sociedade preparar os catibvos antes de lhes conceder a liberdade, pois muitos deles poderiam comprometer a paz social.

Além de Faustino e Monjolo, os escravos traidores, e do triângulo amoroso Florência, Amâncio e Rosa, há outras duas personagens escravas que ganham certo relevo na narrativa: pai Quicé e Zana, os quais demonstram gratidão e afeto por seus senhores. Pai Quicé era um escravo já idoso que gozava de relativa liberdade:

Depois de salvar ao senhor, pai Quicé que ainda não tinha visto Berta naquele dia, fêz-lhe muitas festas como sempre, e começou a costumada e interminável lengalenga, com que a menina muito se divertia.

Berta era curiosa, e pois gostava de saber de tudo quanto se fazia ou falava por aquêles arredores. O negro velho, que não tinha outra cousa para dar à sua gentil protetora, trazia-lhe quanto mexerico e história ouvia pelas vendas, onde graças à liberdade de traste inútil, passava a maior parte do tempo. (p. 157)

O fragmento é bastante significativo pois pode ser lido de maneiras diversas e, de certa forma, complementares, visto que a relativa liberdade concedida aos escravos idosos pode ser tomada como prêmio ou como sinal de desinteresse por parte dos fazendeiros. Assim, ao mesmo tempo em que atesta a benevolência dos senhores para com os escravos, visto que os mais velhos tinham certa liberdade e não eram obrigados a trabalhar como os demais, indica também uma desvalorização do cativo: o valor do escravo seria proporcional à sua capacidade de trabalho; quando não mais podia trabalhar para os senhores, ele equivalia a um “traste inútil”, daí a despreocupação com seu paradeiro ou com suas atitudes.

Pai Quicé é o exemplo de escravo fiel que dedica afeto aos seus senhores e às pessoas livres em geral. O afeto que dedica a Berta, indicado no fragmento anterior, é tamanho ao

ponto de ele dispor-se a sacrificar sua vida para salvar a menina. Isso se verifica numa passagem em que ambos estão caminhando pelas matas da vizinhança em busca de João Fera e são surpreendidos por um bando de porcos selvagens: pai Quicé, impossibilitado de combatê-los e já abatido pela velhice, pede a Berta que suba em suas costas, como forma de retardar a morte da menina na esperança de que alguém os salvasse.

Zana é a personagem escravas mais trabalhada, desempenhando em *Til* um papel semelhante ao de Pai Benedito em *O Tronco do Ipê*: ambos conhecem o segredo da morte de seus antigos senhores e passam o resto de suas vidas a venerar sua memória. Apesar das recorrências gerais, essa personagem tem várias peculiaridades que a tornam singular. Zana era escrava de Besita e foi quem abriu a porta da casa para que Luís Galvão entrasse no quarto de sua senhora na noite em que ele se passou por seu marido. Por isso, acreditava-se culpada pelo que ocorrera e, ao presenciar o estrangulamento de Besita, sofreu tamanho abalo emocional a ponto de enlouquecer. Ela vivia sozinha na casa abandonada e era incapaz de comunicar-se com as pessoas, limitando-se a reproduzir insistentemente as cenas relativas à morte de sua senhora. Berta esforçava-se por levar alimentos para que não morresse de fome e para desvendar o sentido dos movimentos incansavelmente repetidos:

Desde algum tempo, em uma de suas visitas, reparou Berta na singular mímica da doida, e de princípio não viu nisso mais do que um efeito natural da loucura. Mais tarde, porém, notando a insistência com que a negra repetia os mesmos movimentos, e ordem em que êles se sucediam, suspeitou a menina um mistério.

Não seria essa pantomima a representação muda de uma cena que ali, naquela casa em ruínas, passara outrora, e abalara a alma da negra a ponto de a subverter e alucinar? (p. 97)

A resposta para a pergunta emitida no fragmento acima é afirmativa. De fato, a loucura que tomou conta de Zana condenou-a a ser uma memória viva da morte de sua senhora. Apesar da alucinação, ela reconhecia em Berta o bebê que havia salvado e, do seu modo, demonstrava afeto por ela. No momento em que Ribeiro volta e tenta assassinar a garota, por exemplo, ela recupera parcialmente a lucidez e tenta desesperadamente ajudá-la. No fim da narrativa, percebe a morte de Ribeiro e, mesmo não recuperando a sanidade mental, liberta-se da eterna dramatização da morte de sua antiga senhora e vai viver sob os cuidados de Berta.

Nesse sentido, o fato de a obra incluir personagens escravas que traem o senhor não compromete a imagem harmônica das relações escravistas, visto que os escravos traidores são exceção, pois os demais não parecem descontentes com sua condição. Além disso, em

contraposição a eles há outros dois escravos caracterizados como fiéis a seus senhores e que lhes dedicam extremo afeto.

Assim, podemos dizer que, apesar do recorte espacial diferente e das nuances que conferem singularidade à obra, as imagens de escravidão de *Til* muitas vezes repetem aquelas apreendidas na análise de *O Tronco do Ipê* e, de certa forma, atestam sua validade. As recorrências são muitas: personagens escravas intelectualmente inferiores, que necessitam de preparação para conseguir cuidar de si mesmas, as quais são tratadas com regalias por parte de seus senhores, que, por sua vez, são os responsáveis pela manutenção da harmonia das relações sociais que acontecem dentro das fazendas e pelo bom andamento da lavoura.

Apesar das semelhanças, as imagens de escravidão presentes nas duas obras também podem ser tomadas como complementares. Nesse sentido, *O Tronco do Ipê* aborda mais detidamente a relação entre os senhores e os escravos domésticos, sendo praticamente omissa no que se refere à rotina de trabalho dos demais cativos; traz personagens escravas totalmente dedicadas e fiéis em relação aos seus senhores e veicula a imagem de cativos que podem viver como pessoas livres porque estão preparados para isso: Pai Benedito e nhá Chica, os quais são libertos no fim da narrativa. Em contrapartida, *Til* inclui a parcela de escravos excluída da obra anterior; apresenta personagens escravas potencialmente nocivas a seus senhores, as quais possuem uma índole naturalmente má que as impossibilita de ter bons sentimentos até mesmo entre os seus, e veicula a imagem dos escravos que deveriam ser preparados para receber a liberdade.

3.3 Considerações acerca da recepção *O Tronco do Ipê* e *Til*.

Durante as férias parlamentares de 1870, Alencar, refugiado na Tijuca, escreveu *O Tronco do Ipê*, que veio a lume em janeiro de 1871.³¹⁵ A obra teve uma edição durante a vida do autor: dois volumes editados por B. L. Garnier e impressos na Tipografia e Litografia Imparcial, de Félix Ferreira & Companhia, que custavam 4\$000 em brochura³¹⁶. A obra foi

³¹⁵ Apud: MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar – o literato e o político*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977, pp. 275 e 371.

³¹⁶ O 1.º volume da obra possuía 236 páginas, além de duas de índice e duas de errata, e o 2.º volume possuía 250 páginas somadas a 4 de errata e 2 de índice. (Segundo as informações que antecedem a edição da José Olympio de 1957.)

publicada sob o pseudônimo de *Sênio*³¹⁷, o qual foi usado pelo autor em muitas obras publicadas a partir de 1870 e que fariam parte da fase denominada por ele de “velhice literária”³¹⁸.

Nesse mesmo ano, também sob pseudônimo de *Sênio*, iniciou a publicação de *Til* em folhetins do periódico *A República*, a qual se estendeu de 21 de novembro de 1871 a 20 de março de 1872. A publicação em livro aconteceu imediatamente após o término dos folhetins: 4 volumes editados por B. L. Garnier e impressos na Tipografia da República, que custavam em brochura 4\$000 e encadernados 6\$000 e tiveram uma edição durante a vida do autor.³¹⁹ Segundo as observações de Taunay, o anúncio da publicação dos folhetins causou grande sensação nos leitores da época:

Ainda hoje bem me recordo da sensação de feição puramente literaria que produziu na rua do Ouvidor a noticia, publicada em grandes cartazes, de que o jornal Republica, que mal encetara a sua carreira, traria como folhetim diario *Til*, do conselheiro José de Alencar; e tal circumstancia concorreu fortemente para que afluíssem as assignaturas, porquanto á propaganda republicana ninguem, nesse tempo, enxergava alcance algum.³²⁰

No momento em que publicou essas obras, Alencar, apesar das constantes reclamações acerca da indiferença do público, já gozava da reputação de grande escritor, como atestam as observações de Taunay. Prova disso também é o fato de que possuía um contrato com o editor

³¹⁷ “Que significa êste nome – *Sênio* – no frontispício de livros que vozes benévolas da imprensa já atribuíram a outrem?

Cada um fará a suposição que entender.

Era preciso um apelido ao escritor destas páginas, que se tornou um anacronismo literário. Acudiu êsse que vale o outro e tem de mais o sainete da novidade.

Porventura escolhendo aquela palavra, quis o espírito indicar que para êle já começou a velhice literária, e que êstes livros não são mais as flôres da primavera, nem os frutos do outono, porém sim as desfolhas do inverno? Talvez.

Há duas velhices: a do corpo que trazem os anos, e a da alma que deixam as desilusões.

Aqui, onde a opinião é terra sáfara, e o mormaço da corrupção vai crescendo todos os estímulos nobres; aqui a alma envelhece depressa. E ainda bem! A solidão moral dessa velhice precoce é um refúgio contra a idolatria de Moloc. 10 de novembro de 1870.” [ALENCAR, José de. *O Gaúcho* (Prefácio à Primeira Edição). In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959. Vol. III, p. 421.]

³¹⁸ “Aí começa outra idade de autor, a qual eu chamei de minha *velhice literária*, adotando o pseudônimo de Sênio, e outros querem seja a da decrepitude. Não me afligi com isto, eu que, digo-lhe com todas as veras, desejaria fazer-me escritor póstumo, trocando de boa vontade os favores do presente pelas severidades do futuro.” (ALENCAR, José de. *Como e Porque Sou Romancista*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959. Vol. I, p. 154.)

³¹⁹ Informações obtidas na biografia alencariana de Raimundo de Menezes e nos comentários que antecedem a edição da José Olympio.

³²⁰ TAUNAY, *Reminiscências*. *Op. Cit.*, p. 224.

Garnier³²¹, o qual fora firmado em meados de 1870 e muito festejado por ele, como menciona em sua autobiografia literária:

Ao cabo de vinte e dois anos de glória na imprensa, achei afinal um editor, o Sr. B. Garnier, que espontaneamente ofereceu-me um contrato vantajoso em meados de 1870. O que lhe deve a minha coleção, ainda antes do contrato, terá visto nesta carta; depois, trouxe-me esta vantagem, que na concepção de um romance e na sua feitura, não me turva a mente a lembrança de tropeço material, que pode matar o livro, ou fazer dele uma larva.³²²

O alto custo para publicação de uma obra consistia num grande impedimento para que o autor bancasse sozinho a edição de um livro, daí a vantagem da obtenção do contrato com um editor, o qual eliminava da mente do escritor a “lembrança de tropeço material”. O valor dos livros também se tornava um “tropeço” para que os escritores tivessem suas obras conhecidas pelo grande público, visto que muitas pessoas ficavam impossibilitadas de adquiri-las. Como mencionamos, *O Tronco do Ipê* e *Til* custavam, em brochura, 4\$000, um valor relativamente alto se levarmos em conta que um par de sapatos de verniz masculino custava entre 3\$200 e 3\$500 e que um aluno de ensino primário, em regime de meia pensão, pagava 18\$000 por mês para estudar no Colégio Vitória, o melhor estabelecimento de ensino particular da corte.³²³ Mesmo com as dificuldades que marcaram o início da profissionalização do escritor no Brasil, José de Alencar obteve benefícios pecuniários com a publicação de suas obras. Segundo Ubiratan Machado, ele recebeu 2000\$000 de direitos autorais pela publicação de *Til*, um valor elevado para a época.³²⁴

Apesar de *O Tronco do Ipê* e *Til* terem tido uma única edição em vida do autor, fato de significação relativa se levarmos em conta que ele faleceu em 1877, os textos críticos

³²¹ “B. L. Garnier – Batista Luís Garnier ou, para os maledicentes, o Bom Ladrão Garnier – chegou ao Brasil em 1844. Só em 1854, ao que parece, abriu pequena loja de livros, na rua dos Ourives, depois transferida para a rua do Ouvidor. (...) O novo prédio da Livraria Garnier, símbolo de sua importância, só foi inaugurado a 19 de janeiro de 1901, recebendo os convidados um volume autografado de Machado de Assis. Garnier foi o grande editor da segunda metade do século XIX. A casa enobrecia os autores que lançava.” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 237/238)

³²² ALENCAR, José de. *Como e Porque Sou Romancista*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959. Vol. I, p. 154.

³²³ *Apud*: MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001, p. 73.

³²⁴ “[No] ano de 1863, com 2.000\$, podia-se comprar uma casa modesta, com dois quartos e quintal, no Rio. E até mesmo uma chácara, com mais de 100 mil m². Chácara com duas frentes e água abundante, em Casacadura, com 140 mil m², plantada com cerca de mil pés de laranjeiras, limoeiros, pessegueiros, cajueiros, figueiras e alguns pés de café, era anunciada “por menos de 2.000\$” (*Jornal do Comércio*, 3 de janeiro de 1863). Um sobrado em área nobre da cidade valia aproximadamente 8.000\$.” (MACHADO, Ubiratan. “Editores e Best-Sellers”. In: *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001, p. 85. Nota de rodapé n. 27.)

oitocentistas localizados revelam que esses romances foram bem recebidos pelos contemporâneos, principalmente o segundo. Não encontramos críticas que abordassem detidamente o primeiro deles, mas é mencionado com certa simpatia em textos que abordam as obras alencarianas como um todo³²⁵.

Em 9 de dezembro de 1871, portanto no período em que *Til* estava sendo publicado em folhetins, Salomé Queiroga, em carta ao amigo J. Stokler, inseriu uma pequena observação acerca dessa obra:

P. S. Depois de escrita esta carta li o *Til*, interessante romance do Sr. Alencar, e fiquei encantado de ver minha opinião apoiada por tão bom escritor. Assim deviam escrever todos os brasileiros. Lê se ainda não o fizeste aquêlê interessante escrito que a meu ver deve servir de norma aos escritores brasileiros.
Os costumes brasileiros, e principalmente os da província de S. Paulo, estão aí pintados por mão de mestre. Eis um romance que nosso povo pode chamar exclusivamente seu dêle, porque tudo é dêle, e provém dêle. Assim pegue a moda.
A meu ver é a melhor produção do ilustre brasileiro.
O Ceará deve orgulhar-se de ter-lhe sido o berço.³²⁶

O que leva Salomé Queiroga a considerar *Til* a “melhor produção” de Alencar e a propô-lo como modelo para os escritores nacionais é o fato de ele “pintar”, com “mãos de mestre”, os “costumes brasileiros”, o que faz de seu romance uma obra genuinamente brasileira.

Quando da publicação de *Til* em volume, a edição de 12 de abril de 1872 do jornal *A República* dedicou uma resenha à obra. O texto se inicia com um comentário acerca da variedade dos romances do “conselheiro Alencar”, escritor que abordava diferentes costumes e tecia “tipos” igualmente diversos, possibilitando que suas obras fossem sempre novidades:

Quem lê um livro do conselheiro Alencar sempre encontra o que admirar.
Não é só o estylo poetico e delicado, é mais do que isso: o estado da nossa natureza, o mais perfeito brazileirismo nos quadros que descreve.
Vimos o periodo colonial e muitas scenas indianas tão descriptas no *Guarany*, passado na provincia do Rio de Janeiro; contemplamos depois, no *Tronco do Ipê*, os costumes contemporaneos e o mesmo interior da provincia do Rio, apoz uma transformação secular.
Com o *Gaúcho* fomos ás savanas do sul, e admiramos aquelle viver tão outro e pittoresco, aquellas paysagens tão diversas.
Iracema é o mais lindo album da natureza cearense; as *Minas de Prata* revelaram-nos a Bahia de outras éras, e agora o *Til* leva-nos aos sertões de S. Paulo e applaudimos a pintura tão bem

³²⁵ Os mencionados textos críticos oitocentistas acerca de romances específicos de Alencar ou de toda sua obra estão disponíveis no Anexo I da presente dissertação.

³²⁶ QUEIROGA, “Carta a Stokler”. In: *Arremedos – Lendas e cantigas populares*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1873. Apud: CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959. Vol. I, p. 47.

acabada d'aquella natureza risonha, e os traços de mestre no esboço de varios typos populares.³²⁷

O articulista destaca o “brasileirismo” dos textos alencarianos e a variedade de espaços e momentos históricos nacionais que eles tematizavam, possibilitando que os leitores viajassem pelas várias regiões brasileiras e conhecessem o passado nacional. Para ele, *O Tronco do Ipê* colocava o leitor em contato com os “costumes contemporâneos” e o interior da província do Rio de Janeiro; *Til* tinha o poder de transportar o mesmo leitor para os “sertões de São Paulo”, que para ele configurava-se como um espaço em que se verificava uma “natureza risonha”. O artigo traz outras observações mais detidas a respeito desta obra:

Os typos de Bertha e Miguel lembram as mais delicadas creações romanescas. João Fera é uma feliz reminiscencia de João Valjean, e o retrato do idiota, com aquelles arroubos e sacrificios sublimes, é uma soberba pintura. Una-se ao interesse sempre crescente da narrativa um estylo ora vivo e rapido, ora magestoso e calmo, e teremos o caprichoso romance, que vai occupar distincto logar entre os bons livros do Sr. José de Alencar. O que sobretudo dá maior realce á obra são aquelles quadros da nossa natureza, a paisagem que as vezes é complice, conselheira e interlocutora, fazendo sobresahir as harmonias intimas, as concordancias moraes que existem entre as pessoas e os factos descriptos.³²⁸

Apesar de ressaltar a perícia com que Alencar traçou as personagens Berta, Miguel e João e louvar o estilo do autor, o que mais agrada ao crítico parece ser o trabalho com a natureza, o fato de o romancista ter conseguido fazer com que ela se tornasse “cúmplice” e “interlocutora” das personagens. No mês seguinte, mais propriamente em 13 de maio, localizamos outra crítica ao romance *Til*, desta vez veiculada pelo *Diário do Rio de Janeiro*:

J. de Alencar é propriamente o escriptor da alma e pintor da natureza. Sente-se, lendo uma descripção, um painel de seus romances, da mesma forma porque se agita o espirito, acompanhando as flores e os espinhos de uma existencia que o romancista e o philosopho narram! O estylo do autor do “Til” é sempre uma harmonia, é a música da eloquencia; as mais subtis e inuteis particularidades, os menos necessarios episodios, passando pelo crysol daquella natureza artistica e primorosa assumem uma atitute importantissima e fazem estacar o observador, que ainda nestas cousas crê sem paixão e sem estolidos sentimentos. No “Til”, já o disse um critico de nome, os quadros da natureza são traçados por palheta invejavel. O estylo do escriptor é de uma onomatopéa admiravel; dulcissimo, quando agita

³²⁷ Litteratura – Revista bibliographica. “Til – Por José de Alencar”. In: *A Reforma – orgao democratico*. Rio de Janeiro. 12 de abril de 1872, n.º 81.

³²⁸ *Idem*.

uma gase, uma flor, um ninho; imponente e elevado, quando descreve as lutas da tempestade, que açouta como colera divina a fronde das arvores e a alma do homem.³²⁹

Note-se que o início do excerto retoma a exaltação do caráter nacionalista do romancista e a concepção dele como apologista da natureza e da realidade brasileiras veiculadas pela crítica anterior. Como no outro texto, o crítico parece dar destaque ao trabalho com a natureza, concebendo-o como um dos maiores méritos da obra.

Assim, podemos dizer que as considerações acerca de *O Tronco do Ipê* e *Til*, principalmente desta, são unânimes na exaltação de seu caráter nacional, apontado pelos críticos na inclusão de cenas que traduzem as belezas naturais do país e na abordagem dos costumes regionais. Unânime nos comentários sobre os textos do autor também é o silêncio a respeito das alusões políticas presentes nas obras analisadas, algo muito significativo. Acreditamos que elas foram percebidas pelos contemporâneos e podemos até conceber o relativo silêncio acerca de *O Tronco do Ipê*, obra cujas críticas à política imperial são explícitas e diretas, como indício de que não foi muito apreciada pelo público por conter críticas políticas explícitas e ironizar o imperador. Entretanto, o que nos fica de concreto é que, percebendo-as ou não, grande parte dos críticos oitocentistas abordaram os romances alencarianos em questão exclusivamente pela via do valor estético e do caráter nacionalista, vendo neles exemplos bem sucedidos de literatura “genuinamente brasileira”.

³²⁹ “Litteratura. Bibliographia. Prosa e Versos”. Rio, 10 de Maio. In: *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1872. APUD: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis – o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. Campinas: UNICAMP/IEL, 2001. Anexo – Resenhas e comentários sobre os romances machadianos.

Considerações finais.

Política e romance: a intervenção de Alencar na “reforma servil”.

Levando em conta as imagens de escravidão apreendidas na leitura de *O Tronco do Ipê* e *Til*, podemos dizer que José de Alencar, apesar de haver eleito o teatro como a produção literária em que veicularia suas idéias acerca da escravidão, destilou-as também no romance, embora de forma menos direta e explícita. Além disso, é importante considerar que as obras foram publicadas pela primeira vez em 1871 (a primeira em volume e a segunda em folhetim), ano em que se promulgou a Lei do Ventre Livre após os inúmeros debates nos quais Alencar defendeu uma postura contrária à sua aprovação. Para ele, essa lei abalaria a estrutura baseada na vontade senhorial que garantia a harmonia das relações sociais, podendo gerar grandes prejuízos para o país.

Em *O Tronco do Ipê*, temos a imagem de uma sociedade relativamente harmônica cujo eixo é a vontade senhorial, que garante a ausência de tensões raciais e sociais e administra bem o *universo* que lhe cabe coordenar. A fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão é um lugar em que reina a harmonia social e que, apesar do contato com a corte, onde se buscam roupas e artefatos mais refinados e se estabelecem relações políticas, funciona por si mesmo. É um mundo bem estruturado que não se sustenta sem a supervisão do senhor/proprietário, visto que ele deixa de existir quando o barão e a família vão embora para a corte. Além disso, essas imagens parecem sugerir que, quebrada a hegemonia da vontade senhorial, a sociedade ficaria desprovida de qualquer elemento que a estruturasse, pois os políticos, a polícia e a igreja apresentam uma conduta duvidosa e não cumprem satisfatoriamente seus papéis, agindo de acordo com interesses pessoais.

Esse, aliás, é um dos problemas abordados no livro: a existência de uma sociedade que parece movida pela troca de favores, já que a obtenção de benefícios é o que impulsiona grande parte das pessoas a se relacionarem umas com as outras. Entretanto, podemos dizer que semelhantes tensões estão estreitamente relacionadas com o âmbito político e a busca por dinheiro, visto que é a ambição por votos, prestígio e influência que leva as pessoas à desonestidade, à falsidade e à ausência de retidão de caráter. Ademais, dentro das relações estabelecidas internamente na fazenda (senhor/escravos; senhor/família) essas questões não aparecem.

Essa conjectura é, de certa forma, atestada pela imagem de sociedade apreendida em *Til*. Nessa obra, também notamos a imagem de uma fazenda cujas relações harmônicas são mantidas pela autoridade senhorial, mas ela está isenta das tensões advindas das relações políticas e da ambição financeira que permeavam o outro romance. Por estar situada num ambiente caracterizado como distante da sociabilidade europeizada da corte e das manobras políticas, as relações não parecem mediadas por interesses e as personagens não agem exclusivamente movidas pela ambição por poder, prestígio e influência política. Por isso, apesar de o senhor/proprietário ser responsável pelo bom andamento do trabalho e pela manutenção da harmonia das relações sociais em sua fazenda, seu domínio não se estende a todas as instituições e pessoas que o rodeiam. Ele é respeitado, sua vontade é cumprida, mas não tem ao redor de si políticos, religiosos, policiais e dependentes que se fazem joguetes de sua vontade com vistas a obter benefícios.

As obras em questão também trazem imagens da condição das pessoas livres e pobres, às quais são conferidas nuances diferentes.

Em *O Tronco do Ipê*, as personagens que se encontram nessa condição aparecem configuradas exclusivamente como dependentes. Essas personagens parecem não encontrar outra forma de inserir-se na sociedade e prover seu sustento, esforçando-se para obter a proteção do senhor/proprietário. Tal situação é caracterizada como problemática e a insistência do narrador em ridicularizar a figura do compadre Domingos Pais, ressaltando e ironizando a sua total subordinação à vontade dos protetores, não é gratuita. Igualmente significativo é o fato de Mário, o herói da história, ser um dependente que não se submete completamente ao domínio de seu protetor e luta por uma relativa autonomia.

Em *Til*, a situação do homem livre pobre é caracterizada sob outro viés. Jão Fera, diferentemente de Domingos Pais, zela pela manutenção de sua honra e integridade moral, por isso não se submete à condição de dependente, pois quer ser “senhor de sua vontade”. O problema é que, em sua visão de mundo, a única saída possível para obter a subsistência sem comprometer a liberdade é a criminalidade, visto que o trabalho lhe parece uma atividade humilhante. Entretanto, quando vinga a morte de Besita e, fortalecido pelo amor filial que Berta lhe dedica, resolve deixar de cometer atrocidades, passa a sustentar-se através do trabalho braçal.

Nesse sentido, as obras parecem problematizar a questão dos homens livres pobres sob dois enfoques: por não se disporem a trabalhar, alguns deles passam à condição de

dependentes e muitas vezes comprometem sua integridade moral; outros, em prol da manutenção dessa integridade, enveredam pela criminalidade. Para ambos, a solução para prover a subsistência de modo digno e dentro dos padrões legais é a dedicação ao trabalho: é o que faz o pai de Mário quando se desentendeu com seu pai e viu-se sem herança; é a atitude que Mário estava disposto a tomar caso não tivesse se reconciliado com o Barão; é também a atitude que permite a reabilitação do criminoso, visto que a regeneração de João Fera deu-se através do trabalho. Podemos dizer, assim, que Alencar criou nesses textos situações que delinham um solução para a falta de mão-de-obra que permeava a sociedade sua contemporânea: a dedicação do homem livre pobre ao trabalho braçal.

Quanto à relação senhor/escravo, temos a configuração dos cativos como personagens que conviviam bem com sua condição de escravo e aceitavam-na sem problemas. Na sociedade desenhada nesses romances, os senhores eram benevolentes e permitiam que seus escravos possuíssem certo grau de liberdade, organizassem festas e cultivassem suas roças. Além disso, não havia distanciamento efetivo entre senhores e escravos e a relação entre eles não era mediada pela violência, mas pela cordialidade e benevolência, algumas vezes havendo até familiaridade e laços afetivos fortes entre eles. O trabalho escravo, da forma como é traçado nas narrativas, não parece um costume bárbaro que desmerecia a sociedade que o cultivava, já que a rotina dos escravos e o tratamento que recebiam dos senhores permitia-lhes levar uma vida com regalias e prazeres que “as camadas pobres da Europa desconheciam”. Essa peculiaridade é apontada por duas personagens brancas, e livres, em *O Tronco do Ipê* e, de certa forma, confirmada pelas falas dos narradores e pelas imagens das relações entre senhor e escravo organizadas pelo autor implícito ao longo dos romances.

Nesse contexto, a opinião contrária ao fim do tráfico de escravos e, indiretamente, à abolição partilhada por algumas personagens de *O Tronco do Ipê* e por parte da população brasileira não revelaria uma postura tirânica, já que a escravidão não gerava malefícios nem tensões raciais entre senhores e escravos. Assim, os europeus em geral não tinham motivos para condenar a manutenção da mesma no país alegando razões humanitárias, já que a forma como a escravidão acontecia no Brasil não constituía um problema social que exigisse uma resolução urgente e radical. Como vimos no primeiro capítulo, a opinião européia acerca do Brasil era algo importante para parte dos intelectuais da época e um dos aspectos que colaborava para que o país não fosse visto como *civilizado* pela Europa era a manutenção da escravidão. Alencar, ao veicular nos romances uma imagem da escravidão no Brasil como um

costume que nada tinha de bárbaro e de violento, estaria colaborando para redimir a imagem do país perante as nações civilizadas.

A viabilidade de uma “reforma servil” baseada na iniciativa privada é postulada nesses romances através da construção de uma sociedade em que isso seria realmente possível. Em ambos os textos, o modo como os senhores tratavam os escravos permitia pensar que a “revolução dos costumes” que desembocaria na abolição espontânea era uma realidade, sendo viável fiar-se em uma “reforma servil” baseada em uma intervenção governamental indireta. Tal hipótese é, em certa medida, sustentada por uma das narrativas, já que no fim do enredo de *O Tronco do Ipê* os escravos Nhá Chica e Pai Benedito são libertos por ocasião do casamento de Mário e Alice. Essa ocorrência indicaria que a abolição na esfera do privado era possível, dependendo da consciência dos indivíduos: crianças criadas em harmonia com os escravos quando se tornassem adultos certamente os libertariam, como o fez o par romântico da história. Outra condição para que a alforria fosse concedida seria a obediência ao senhor: Pai Benedito e Nhá Chica tiveram uma conduta correta, foram muito trabalhadores e, acima de tudo, respeitaram seus senhores, por isso obtiveram certas regalias na velhice e, posteriormente, foram libertos.

A forma como as personagens escravas são abordadas colabora para reforçar a validade da proposta de abolição pela iniciativa privada. A concepção de escravo como intelectualmente inferior e equiparado às crianças livres em termos de desenvolvimento intelectual em *O Tronco do Ipê* indicaria sua inaptidão para a liberdade, sendo necessária uma preparação para que ele pudesse ser integrado na sociedade de modo satisfatório e conseguisse levar sua vida sozinho. Em *Til*, essa inaptidão aparece na insinuação de que os escravos não sabiam aproveitar nem mesmo os poucos momentos de liberdade que lhes eram concedidos: como vimos, o batuque realizado por ocasião da festa de São João termina numa briga que envolve todos os escravos, aspecto que pode ser tomado como indício de que eles perturbariam a sociedade caso obtivessem liberdade sem a necessária preparação. Nesse sentido, Benedito e Nhá Chica novamente podem ser tomados como parâmetro: eles foram libertos porque estavam preparados para isso, já que trabalhavam por conta própria, dedicavam respeito ao senhor e tinham uma boa conduta, o que indicava que não se tornariam um “elemento de perturbação” da paz social.

Pode-se apontar, também, a coincidência entre as imagens das relações escravistas construídas por Alencar nas obras e algumas medidas propostas por ele no projeto de

“reforma servil” apresentado em meados de 1870. Como vimos, ele sugeria que os escravos fossem deslocados da cidade para o campo e que se regulamentasse o pecúlio dos cativos mediante o consentimento do senhor. Tomando por base os enredos dos romances em questão, essas medidas ganham o caráter de amplamente benéficas para o escravo: no ambiente rural, eles seriam bem tratados pelos senhores, teriam certas regalias, receberiam cuidados e teriam suas “rocinhas”, cujo cultivo lhes permitiria juntar o pecúlio e obter a liberdade, quando esta não fosse concedida espontaneamente pelo senhor como prêmio pela sua dedicação. Nos romances, ele estaria sugerindo o modo como esse processo poderia se dar sem lesar a sociedade e por iniciativa dos senhores.

Dessa forma, podemos dizer que, em *O Tronco do Ipê e Til*, Alencar desenhou uma sociedade em que a solução que ele escolhera para a questão escravista era viável, mantendo-se a importância do respeito pela vontade senhorial, a qual sustentava a harmonia das relações, garantindo a manutenção da paz social e o bom andamento da lavoura, base da economia brasileira.

Além disso, parece-nos plausível dizer que nos romances ele também se pronunciou contra o modo como as relações escravistas configuravam-se: criando uma relação amena e sem tensões raciais entre senhores e escravos, estaria fornecendo um modelo para as práticas escravistas nacionais, levando os brasileiros em geral a verem que era possível manter a disciplina dos escravos e a organização de seu trabalho numa fazenda sem utilizar a violência como mediadora.

Podemos pensar, então, que as produções romanescas eram também uma forma de Alencar intervir nos debates sobre a “reforma servil” e veicular aos contemporâneos sua opinião acerca da questão. Por isso, a sociedade escravista criada nesses romances é a mesma criada pelos seus textos políticos: uma sociedade na qual se verificava a existência da “revolução dos costumes” que levaria ao fim da escravidão através da iniciativa privada.

Apesar de abordar aspectos políticos nos romances, Alencar não perdeu de vista seu projeto literário: criou obras que preenchem os requisitos formais do gênero por ele eleito e que condizem com sua noção de literatura nacional, visto que apresentam os *elementos nacionalizantes* por ele assinalados e têm como cenário a realidade brasileira. A construção das personagens, a abordagem dos costumes regionais, o trabalho com a linguagem visando a representar o falar regional, assim como o cuidado nas descrições da natureza indicam a preocupação de incluir a “cor local” nos romances. Levando-se em conta as críticas dos

contemporâneos às suas obras, podemos dizer que ele foi bem sucedido no desempenho da “tarefa”:

Além da faculdade inventiva, que se revela na trama geral do romance ou do drama, José de Alencar conhecia profundamente o espírito da sociedade brasileira, e desenhava com mão de mestre os seus personagens, sendo principalmente inexcedível na verdade e na opulenta grandeza das descrições, em que nos pintava as magnificas scenas da natureza esplendida de sua patria.³³⁰

O excerto acima faz parte de texto escrito por ocasião do falecimento de Alencar e veicula uma abordagem dos romances do autor recorrente em grande parte dos textos críticos oitocentistas localizados: a exaltação do caráter nacionalista do romancista e a concepção dele como excelente “pintor de costumes” e apologista da natureza e da realidade brasileiras, alguém que “conhecia o espírito da sociedade brasileira”. Como vimos, os textos críticos que abordam *O Tronco do Ipê* e *Til* situam o valor das obras no fato de tematizarem com sucesso a realidade nacional, não apresentando qualquer comentário que alude às críticas políticas e à imagens de escravidão presentes nelas. Nesse sentido, podemos dizer que, para os contemporâneos, Alencar cumpriu satisfatoriamente a missão que se atribuiu de incluir a “cor local” nos romances.

³³⁰ A. E. Zaluar. “José de Alencar”. In: *O Vulgarizador: jornal dos conhecimentos uteis*. Rio de Janeiro: Typ. De Lombaerto E Comp., 1877-1880. Edição de 21 de dezembro de 1877. Artigo redigido por ocasião da morte do romancista. O texto completo está disponível no Anexo I da presente dissertação.

BIBLIOGRAFIA

1. Textos de José de Alencar.

ALENCAR, José de. “Advertência” a *As Asas de um Anjo*. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

_____. “A falla do throno”. *Dezesseis de Julbo – órgão conservador*. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1870.

_____. *Ao Imperador – Novas Cartas Políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro, 1867, s/ref.

_____. “A Imprensa Industrial e a Actualidade”. *Imprensa Industrial: revista de literatura, sciencias, artes e industrias*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876-1877. 25 de junho de 1877.

_____. *As Minas de Prata*. São Paulo: José Olympio, 1967.

_____. *A Pata da Gazela*. São Paulo: FTD, 1992.

_____. “Às Quintas” – *O Globo* (1875). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica Alencar – Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

_____. “Benção Paterna” – Prefácio a *Sonhos D’Ouro*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José de Aguiar, 1959. Vol. I.

_____. “Carta ao Dr. Jaguaribe”. *Iracema*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguiar, 1958. Vol. III.

_____. “Carta a D. Paula de Almeida” – Nota ao romance *Senhora*. *Obra Completa*, Vol. I. Rio de Janeiro: José Aguiar, 1958.

_____. *Cartas e Documentos de José de Alencar* (introdução e organização de Raimundo de Menezes). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1977.

_____. *Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguiar, 1959. Vol. IV.

_____. *Cartas Políticas de Erasmo ao Povo*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguiar, 1959. Vol. IV.

_____. *Cartas Sobre a Confederação dos Tamoios*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguiar, 1960. Vol. IV. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

_____. *Como e Porque Sou Romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguiar, 1859. Vol. I.

- _____. “Contradição”. *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1870.
- _____. *O Demônio Familiar*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957.
- _____. “Discurso proferido na Sessão de 7 de Julho de 1870.” S/Ref.
- _____. *Discursos Parlamentares de José de Alencar – deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.
- _____. “O Aborto”. *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1870.
- _____. “O Estylo na Literatura Brasileira”. In: MARCO, Valéria de. *O Império da Cortesã – Lucíola: um perfil de Alencar*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *O Gaúcho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *Lucíola*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *O Nosso Cancioneiro*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- _____. *O Protesto*. In: GARMES, Kátia Mendes. *Achados e Esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP: 1998.
- _____. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. *O Sistema Representativo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1868. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.
- _____. “Os Sonhos D’Ouro”. *Obra Completa*, Vol. IV, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960.
- _____. *Pareceres de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960.
- _____. “Pós-Escrito” à 2.^a Edição de *Diva* (1865). In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. Vol. I.
- _____. “Pós-Escrito” de *Sonhos D’Ouro*. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.
- _____. “Posfácio”. *Iracema* (1.^a Edição de 1865). In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. Vol. III.

_____. “Prólogo” a *As Asas de um Anjo*. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

_____. “Questão Filológica”. In: COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

_____. *Senhora*. São Paulo: Melhoramentos, 1943.

_____. “Tace aut face”. *Dezesseis de Julho – órgão conservador*. Editorial de 8 de maio de 1870.

_____. *Til*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *Ubirajara*. São Paulo: Melhoramentos, 1940.

2. Textos referentes a José de Alencar.

ALENCAR, Mário de. “José de Alencar, o escritor e o político”. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Vol. IV. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. “José de Alencar”. In: *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Seleção e organização de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

BROCA, Brito. “O Drama Político de José de Alencar”. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Vol. IV. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

_____. “José de Alencar – folhetinista”. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Vol. IV. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

CASCUDO, Luís da Câmara. “O Folclore na obra de José de Alencar”. In: ALENCAR, José de. *Til*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

CLEMENTE, Elvo. “Leitura de *O Tronco do Ipê*.” In: ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. São Paulo: Ática, 1977.

COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica Alencar – Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

FREYRE, Gilberto. “José de Alencar – renovador das letras e crítico social”. In: ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

GARMES, Kátia Mendes. *Achados e Esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP: 1998.

MARCO, Valéria de. *A Perda das Ilusões – o romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. *O Império da Cortesã – Lucíola: um perfil de Alencar*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. “Alencar e os escravos.” In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1977.

_____. *José de Alencar e sua Época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

_____. “Sucessos e Insucessos de Alencar no Teatro”. In: ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Vol. IV. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

MARTINS, Eduardo Vieira. *A Fonte Subterrânea – O Pensamento Crítico de José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2003.

MOTTA, Arthur. *José de Alencar – o escritor e o político: sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1921.

MONTELLO, Josué. *Para Conhecer Melhor José de Alencar*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

PIMENTEL, Osmar. “Um Inventor de Novo Mundo”. In: ALENCAR, José de. *Til*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de Fundação: Varnbagen e Alencar – Projetos de Narrativa Instituinte*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1992.

SILVA, Sílvia Cristina Martins de Souza e. “Ao Correr da Pena: uma leitura dos folhetins de José de Alencar”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Idéias Encenadas: uma interpretação de “O demônio familiar”*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1996.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno (Visconde de). "José de Alencar". In: *Reminiscências*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1908.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1979.

3. Textos de Historiografia e Crítica Literária.

ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte da exigência para obtenção do título de Livre Docente. Campinas: 2002.

AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo*. In: *A Literatura Brasileira*, Vol. II. São Paulo: Cultrix, 1973.

ASSIS, Machado de. *Crítica Literária, Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Editores, 1953.

_____. "Instinto de Nacionalidade – Notícia da Atual Literatura Brasileira". In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

AUGUSTI, Valéria. *O Romance como Guia de Conduta – A Moreninha e Os Dois Amores*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1998.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1981.

BROCA, Brito. "O Romance-Folhetim no Brasil." In: *Românticos, Pré-Românticos e Ultra-Românticos – Vida Literária e Romantismo Brasileiro*. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1879.

CANDIDO, Antonio. "O Escritor e o Público". In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

_____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Vol. II.

_____. "O Patriarca". In: *Educação pela Noite e Outros Ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. "Timidez do Romance". In: *Educação pela Noite e Outros Ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, Ronald. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959. Vol. I.

_____. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1963. Vol. II: Revistas da Época Romântica.

CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. “Introdução”.

COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

_____. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

_____. *A Tradição Afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, São Paulo: Edusp, 1968.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da História Literária do Brasil*. Paris, 1826. Texto Integral Traduzido por Guilhermino César. In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

DIAS, Gonçalves. “Correspondência”. In: *Poesia e Prosa Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

FALBEL, Nachmam. “Os Fundamentos Históricos do Romantismo”. In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FRANCHETTI, Paulo. “A Poesia Romântica – Álvares de Azevedo”. In: Página Pessoal de Paulo Franchetti: <http://www.unicamp.br/~franchet/praazev.htm>. Consultado em 19/03/2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Indianismo Revisitado”. In: *Gatos de Outro Saco*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GAMA, Lopes.: *O Carapuceiro: Crônicas de costumes*. Organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Textos Escolhidos* por Luís Delgado. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1958.

GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso Lusitano ou Poesias dos Autores Portugueses Antigos e Modernos* (1826). In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

GOMES, Heloísa Toller. *O Negro e o Romantismo Brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. I, 1988.

GUINSBURG, J. “Romantismo, Historicismo e História”. In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

HOBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Cap. XIV.

HUGO, Victor. *Do Grotesco e do Sublime* (Tradução do “Prefácio do *Cromwell*”). São Paulo: Perspectiva, 1988.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia – o Romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Discurso Sobre a História da Literatura do Brasil* (1836). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Carapuço: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996.

NUNES, Benedito. “A Visão Romântica”. In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

PINHEIRO, Cônego Fernandes. *Curso de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

RABASSA, Gregory. *O Negro na Ficção Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RIBEIRO, Santiago Nunes. “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira” (1843). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo Terceiro – Transição e Romantismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SADE, Donatien Alphonse François. “Nota Sobre Romances ou A Arte de Escrever ao Gosto do Público”. In: *Os Crimes do Amor*. Trad. Magnólia Costa Santos. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SAYERS, Raymond. "The negro in the romantic novel". In: *The Negro in Brazilian Literature*. New York: Bell Press Denver, 1978.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SILVA, João Manuel Pereira da. "Uma Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira" (1842). In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. "Bosquejo Histórico da Poesia Brasileira" (1841). In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é Longe Daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TINHORÃO, José. Ramos. *Os Romances em Folhetins no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil" (1850). In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. "A Formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (Vertentes Inglesas)". In: *Projeto Memória de Leitura*, Seção Ensaaios. www.unicamp.br/iel/memoria. Consultado em 11/12/2002.

_____. *A Formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. "História da Literatura Brasileira". In: *Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (org.). *O Berço do Cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

4. Textos de história e sociologia.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida Privada e Ordem no Império.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. II.

ALMEIDA, Renato. *História da Música Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp. Editores, 1942. 2.^a Edição Correta e Aumentada.

BANDECCHI, Brazil. “Legislação Básica Sobre a Escravidão Africana no Brasil.” In: *Revista de História*. Número 89, pp. 207-213. São Paulo, 1972.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. “Império – Segundo Reinado (1840-1889) – Introdução”. In: *Textos Políticos da História do Brasil*/Paulo Bonavides, Roberto Amaral (orgs.). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. Vol. II. Consultamos o texto na versão on-line oficial feita Célia Freitas e Álvaro Carvalho e disponível, em 22/11/2002, no endereço:
http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_intro1.html

CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial no Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. “Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. II.

CHALHOUB, Sidney. “Diálogos Políticos em Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Machado de Assis: histórias, História*. Tese apresentada ao Departamento de História da UNICAMP para concurso público ao cargo de Professor Titular. Campinas: 2002.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GENOVEZ, Patrícia Falco. “Visões da Liturgia: O Imperador e os Partidos Políticos.” *In: Revista de História Regional*, Vol. 5, n.º 2: Inverno 2000. Texto disponível, em 22/11/2002, na página da *Revista de História Regional*, no endereço: <http://www.rhr.uepg.br/v5n2/patricia.htm>)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império”. *In: HOLANDA (Org.). História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 3º Volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987.

LEAL, Hamilton. *História das Instituições Políticas do Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, 1994.

LEITHOLD, Theodor V. *Minha Excursão ao Brasil ou Viagem de Berlim ao Rio de Janeiro e Volta*. *In: LEITHOLD, T. Von; RANGO, L. Von. O Rio de Janeiro Visto por Dois Prussianos em 1819*. Tradução e Anotações de Joaquim de Souza Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *A Lei de 1885 e os Caminhos da Liberdade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1995.

MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NABUCO, Joaquim. “Elaboração da Lei de 28 de Setembro de 1871 no Conselho de Estado.” *In: Um Estadista do Império*. Vol. I. S/Ref.

_____. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. *A Escravidão*. Copilado por José Antônio Gonsalves de Mello; apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva; prefácio de Manuel Correio de Andrade. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

_____. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 2001.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos Sobre a Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial – juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

RUGENDAS, João Maurício de. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Viagem pela História do Brasil/ Jorge Caldeira [et al.]. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANEXOS

ANEXO I

**Textos críticos oitocentistas acerca de
José de Alencar.**

**Textos críticos que abordam
romances específicos de
José de Alencar.**

Semana Illustrada. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Artístico. 17 de abril de 1864.

Diva.

Appareceu ha tempos no nosso mundo litterario, um romance intitulado *Luciola*. O titulo, como todos os titulos, nada dizia, mas o livro dizia muito. E a primeira cousa que disse na sua primeira pagina foi que elle não devia ser lido pelas netas de suas avós. Com maioria de razão, as sobrinhas de suas tias e as filhas de suas mães, tiverão de abster-se da leitura desse romance singular.

A imprensa periodica, que, como se sabe, é neta paterna do fallecido Sr. Guttenberg, entendeu que tambem com ella se entendia a recommendação do autor. E o pobre desse rico romance passou desapercibido de noticia e até dos factos diversos, gazetilhas, noticiarios e outros quejandos repertorios de litteratura.

No entanto, o livro era recommendavel. Idea e fórma, pensamento e estylo, tudo nelle excitou a curiosidade e o applauso de todos os profanos, que ousarão desvirginar-se com a leitura desse formoso monstro litterario.

Mas como o autor guardou o incognito, ninguem reatreveu a dar-lhe o parabens pelo seu trabalho.

Pois bem; agora desse mesmo autor incognito, dessa mesma penna audaciosa, acaba de desprender-se um outro romance intitulado *Diva*. A differença a notar-se é que deste novo fructo não prohibido podem comer livremente todas as filhas, sobrinhas e netas do universo, que saibão ler portuguez, apaixonar-se pela poesia, comprehender toda a belleza de um estylo aprimorado de quantas galas podem ennobrecer e enfeitar uma producção litteraria.

Ha tambem outra differença que em honra do proprio autor incognito aqui assignaremos. *Luciola* é superior a *Diva*, superior a todos os respeitos. Conhece-se que são irmãs, porque na ultima dellas, transfundio-se a physionomia litteraria do seu pai desconhecido. Ha toques, coloridos, sombras e irradiações que denuncião a identidade da origem: mas, na primeira dessas concepções, o estro do autor foi mais vivaz, mais espontaneo, mais seintillante.

Em todo o caso, são duas obras nacionaes dignas do apreço dos homens de lettras.

Imprensa Acadêmica. São Paulo, 17 de abril de 1864.

Crítica Literária.

Já que estou no capítulo da literatura, deixe-me falar-lhe de um volumezinho que há dias desafia a curiosidade dos passantes, nas vidraças do Garnier.

Intitula-se *Diva*.

É um romance do autor de *Lucíola*. Todos se lembram do barulho que fez a *Lucíola*. Terá este a mesma fortuna? Ouso duvidar. *Lucíola* tinha mais condições de popularidade. Primeiramente, assentava sobre o princípio da beleza moral no meio da perversão dos sentidos, princípio já gasto, mas que, segundo suponho, ainda dará tema a muitos livros. Não entro na discussão dele. *Lucíola* tinha mais a qualidade de ter uma ação complexa, movimentos dramáticos, mais profunda análise de sentimentos.

Diva tem uma ação mais simples e não tem movimentos dramáticos. Não se conclua daqui que eu a rejeito por isso. *Diva*, como *Lucíola*, não é precisamente um romance, é um estudo, é um perfil de mulher. Em escritos tais a complexidade é antes um desvio do que um acerto. Não basta para o sucesso das massas uma linguagem fluente e colorida, posto que nem sempre pura e castigada; nem os toques delicados com que o autor da *Diva* tratou de completar a sua heroína.

Diva é a exaltação do pudor. Para um público afeito a outro gênero isto é já um elemento de mau êxito. Foi o autor sempre igual no desenvolvimento da idéia capital? É Emília um tipo completo da pudicícia? O desenvolvimento e a demonstração da minha opinião me levariam longe; mas creio poder dizer de passagem, que se Emília não desce do pedestal da castidade em que o autor a coloca, todavia leva os seus sentimentos de pudor a um requinte pueril, a uma pieguice condenável. Longe de mim a idéia de condenar a exageração, isto é, a interpretação na arte; o contrário disse é o realismo, e o autor de *Diva* não parece disposto a abandonar a escola sob cujos influxos escreveu a *Lucíola*. Mas entre a interpretação dos sentimentos e dos fatos, e as preocupações pueris de Emília, há muita distância. O fim da interpretação na arte é tornar os fatos e os sentimentos inteligíveis; ora, o que se observa em *Diva* não é de natureza a produzir esse resultado.

Devemos atribuir todos os atos, todos os movimentos de Emília aos seus sentimentos de pudor? Uma leitura atenta leva o espírito a uma conclusão contrária. Mais de uma vez o autor compraz-se em pintar a heroína como um tipo de altivez. Eu creio que, sem suprimir-se o pudor, é à altivez que devemos atribuir muitas vezes as resoluções do espírito de Emília.

O autor reconhece tanto a vacilação do caráter de Emília, que faz dizer a Augusto, em cuja boca põe a narração da história: “Dirão que esta mulher nunca existiu; eu responderei que, nas salas, nunca foi compreendida assim, mas que a mim nunca se apresentou de outro modo”. Não garanto o texto, mas o sentido é este.

Ora, pergunto eu: Isto salva o autor e o livro? Se esta mulher singular é uma exceção, cuida o autor poder fazer entrar as suas exceções no domínio da arte? As obras imortais de todos os séculos não devem a sua imortalidade exatamente ao fato de tomarem seus caracteres entre os tipos gerais?

Estes reparos feitos à pressa, como ocorrem em um escrito desta ordem, não invalidam os merecimentos da obra. Repito: há páginas de uma deliciosa leitura, tão naturais, tão verdadeiras, tão coloridas as fez o poeta. Mas é para sentir que diante de uma obra tão recomendável a admiração não possa ser absoluta e o aplauso sem reservas.

Machado de Assis (sob pseudônimo de Sileno, texto datado de 10 de abril de 1864).

(APUD: MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. 2.^a Edição corrigida e aumentada, pp. 163 a 165.)

Diário do Rio de Janeiro. 23 de janeiro de 1866.

Semana Litteraria.

A escola poetica, chamada escola americana, teve sempre adversarios, o que não importa dizer que houvesse controversia publica. A discussão litteraria no nosso paiz é uma especie de *steeple-chase*, que se organisa de quando em quando; fóra disso a discussão trava-se por gabinete, na rua, e nas salas. Não passa dahi. Nem nos parece que se deva chamar escola ao movimento que atrahio as musas nacionaes para o thesouro das tradições indigenas. Escola ou não, a verdade é que muita gente vio na poesia americana uma aberração selvagem, uma distracção sem graça, nem gravidade. Até certo ponto tinha razão; muitos poetas, entendendo mal a musa de Gonçalves Dias, e não podendo entrar n fundo do sentimento e das idéas, limitaram-se a tirar os seus elementos poeticos do vocabulario indigena; rimaram as palavras, e não passaram adiante; os adversarios, assustados com a poesia desses taes, confundiram no mesmo desdem os creadores e os imitadores; e cuidaram desacreditar a idéa fulminando os interpretes incapazes.

Erravam de certo: se a historia e os costumes indianos inspiraram poetas como José Basilio, Gonçalves Dias, e Magalhães, é que se podia tirar d'alli creações originaes, inspirações novas. Que importava a invasão da turba-multa? A poesia deixa de ser a mysteriosa linguagem dos espiritos, só porque alguns mãos rimadores foram assentar-se ao pé do Parnaso? O mesmo se dá com a poesia americana. Havia tambem outro motivo para condemnal-a: suppunham os criticos que a vida indigena seria, de futuro, a tela exclusiva da poesia brasileira, e nisso erravam tambem, pois não podia entrar na idéa dos creadores, obrigar a musa nacional a ir buscar todas as suas inspirações no estudo das chronicas e da lingua primitiva. Esse estudo era um dos modos de exercer a poesia nacional; mas, fóra delle, não está ahi a propria natureza, opulenta, fulgurante, vivaz, attrahindo os olhos dos poetas, e produzindo paginas como as de Porto Alegre e Bernardo Guimaraes?

Felizmente, o tempo vae esclarecendo os animos; a poesia dos caboclos está completamente nobilitada; os rimadores de palavras, já não podem conseguir o descredito da idéa, que venceu o autor de *Yjuca-Pirama*, e acaba de vencer com o autor de *Iracema*. É deste livro que vamos fallar hoje aos nossos leitores.

As tradições indigenas encerram motivos para epopeas e para eglogas; póde inspirar os seus Homeros e os seus Theocritos. Ha ahi lutas gigantescas, audazes capitães, Illyadas sepultadas no esquecimento; o amor, a amizade, os costumes domesticos, tendo a simples natureza por theatro, offerecem á musa lyrica paginas deliciosas de sentimento e originalidade. A mesma penna que escreveu *Yjuca-Pyrama* traçou o lindo monologo de *Marabá*; o aspecto feroz do indio Kobé e a figura poética de Lindoya são filhos da mesma cabeça; as duas partes dos Natchez resumem do mesmo modo a dupla inspiração da fonte indigena. O poeta tem muito para escolher nessas ruinas já exploradas, mas não totalmente conhecidas. O livro do Sr. José de Alencar, que é um poema em prosa, não é destinado a cantar lutas heroicas, nem cabos de guerra; só há ahi algum episodio, nesse sentido, se alguma vez trova nos valles do Ceará a pocema da guerra, nem por isso o livro deixa de ser exclusivamente votado a historia tocante de uma virgem indiana, dos seus amores, e dos seus infortunios. Estamos certos de que não falta ao autora da *Iracema* energia e vigos para a pintura dos vultos heroicos e das paixões guerreiras; *Iracema* e *Poty* a esse respeito são irreprehensiveis; o poema de que o autor nos falla deve surgir á luz, e então veremos como a sua musa enboca a tuba epica; este livro, porém, limita-se a fallar ao sentimento, vê-se que não pretende sahir fóra do coração.

Estudando profundamente a lingua e os costumes dos selvagens, obrigou-se o autor a entrar mais ao fundo da poesia americana; entendia elle, e entendia bem, que a poesia

americana não estava completamente achada; que era preciso prevenir-se contra um anachronismo moral, que consiste em dar idéas modernas e civilizadas aos filhos incultos da floresta. O intuito era acertado; não conhecemos a lingua indigena; não podemos affirmar se o autor pôde realizar as suas promessas, no que respeita á linguagem da sociedade indiana, ás suas idéas, ás suas imagens; mas a verdade é que relemos attentamente o livro do Sr. José de Alencar, e o effeito que elle nos causa é exactamente o mesmo a que autor entende que se deve deseinar o poeta americano; tudo alli nos parece primitivo; a ingenuidade dos sentimentos, o pittoresco da linguagem, tudo, até a parte narrativa do livro, que nem parece obra de um poeta moderno, mas uma historia de bardo indigena, contada aos irmãos, á porta da cabana, aos ultimos raios do sol que se entristece. A conclusão a tirar daqui é que o autor houve-se nisto com uma sciencia e uma consciencia, para as quaes todos os louvores são poucos.

A fundação do Ceará, os amores de Iracema e Martim, o odio de duas nações adversarias, eis o assumpto do livro. Ha um argumento historico, sacado das chronicas, mas esse é apenas a tela que serve ao poeta; o resto é obra da imaginação. Sem perder de vista os dados colhidos nas velhas chronicas, creou o autor uma acção interessante, episodios originaes, o mais que tudo, a figura bella e poetica de Iracema. Apesar do valor historico de alguns personagens, como Martim e Poty (o celebre Camarão, da guerra holandesa), a maior somma do interesse concentra-se na deliciosa dilha de Araken. A penna do Cantor do *Guarany* é feliz nas creações femeninas; as mulheres dos seus livros trazem sempre um cunho de originalidade, de delicadesa, e de graça, que se nos gravam na memoria e no coração. Iracema é da mesma familia. Em poucas palavras descreve o poeta a belleza physica daquella Diana selvagem. Uma phrase imaginosa e concisa, a um tempo, exprime tudo. A belleza moral vem depois, com o andar dos sucessos: a filha do Pagé, especie de Vesta! indigena, vigia do segredo da jurema, é um complexo de graças e de paixão, de belleza e de sensibilidade, de casta reserva e de amorosa dedicação. Realça-lhe a belleza nativa a poderosa paixão do amor selvagem, do amor que procede da virgindade da natureza, participa da independencia dos bosques, cresce na solidão, alenta-se do ar agreste da montanha.

Castá, reservada, na missão sagrada que lhe impõe a religião do seu paiz, nem por isso Iracema resiste á invasão de um sentimento novo para ella, e que transforma a vestal em mulher. Não resiste, nem indaga; desde que os olhos de Martim se trocaram com os seus, a moça curvou a cabeça áquella doce escravidão. Se o amante a abandonasse, a selvagem iria morrer de desgosto e de saudade, no fundo do bosque, mas não opporia ao voluvel mancebo nem uma supplica nem uma ameaça. Prompta a sacrificar-se por elle, não pediria a minima compensação do sacrificio. Não presente o leitor, atravez da nossa phrase inculta e sem sabor, uma criação profundamente verdadeira? Não se vê na figura de Iracema, um perfeita combinação de sentimento humano com a educação selvagem? E eis o que é Iracema, creatura copiada da natureza, idealizada pela arte, mostrando atravez da rusticidade dos costumes, uma alma propria para amar e para sentir.

Iracema é tabajara; entre a sua nação e a nação pytiguará ha um odio de seculos; Marim, alliado dos pytiguaras, andando erradio, entra no seio dos tabajaras; onde é acolhido com a franqueza propria de uma sociedade primitiva; é estrangeiro, é sagrado; a hospitalidade selvagem é descripta pelo autor com côres simples e vivas. O europeu abriga-se na cabana de Araken, onde a solitudine de Iracema prepara-lhe algumas horas de folgada ventura. O leitor vê despontar o amor de Iracema ao contacto do homem civilizado. Que simplicidade, e que interesse! Martim cede a pouco e pouco à influencia invencivel daquella amorosa solitudine. Um dia lembra-lhe a patria e sente-se tomado de saudade: “- Uma noiva te espera?” pergunta Iracema. O silencio é a resposta do moço. A virgem não censura, nem supplica; dobra a cabeça sobre a espadua, diz o autor, como a tenra planta da carnauca, quando a chuva peneira na

varzea. Desculpe o autor se desfolhamos por este modo a sua obra; não escolhemos bellezas, onde as bellezas sobram, trazemos ao papel estes traços que nos parecem caracterisar a sua heroina, e indicar ao leitor, ainda que remotamente, a belleza da filha de Araken.

Heroina, dissemos, e o é, de certo, naquela divina resignação. Uma noite, no seio da cabana, a virgem de Tupan torna-se esposa de Martin; scena delicadamente escripta; que o leitor advinha; sem ver. Desde então Iracema dispoz de si; a sua sorte está ligada á de Martim; o ciume de Irapuam e a presença de Poty, precipitam tudo; Poty e Martim devem partir para a terra dos pytiguaras; Iracema os conduz, como uma companheira de viagem. A esposa de Martim abandona tudo, o lar, a família, os irmãos, tudo para ir perecer ou ser feliz com o esposo. Não é o exilio; para ella o exilio seria ficar ausente do esposo, no meio dos seus. Todavia, essa resolução suprema custa-lhe sempre, não arrependimento, mas tristeza e vergonha, no dia em que apoz uma batalha entre as duas nações rivaes, Iracema vê o chão coalhado do sangue dos seus irmãos. Se esse spectaculo não a commovesse, ia-se a sympathia que ella nos inspira; mas o autor teve em conta que era preciso interessal-a, pelo contraste da voz de sangue e da voz do coração.

Dahi em diante, a vida de Iracema é uma successão de delicias, até que uma circumstancia fatal vem pôr termo aos seus jovens annos. A esposa de Martim concebe um filho. Que doce alegria não banha a fronte da joven mãe! Iracema vae dar conta a Martim daquella nova; ha uma scena igual nos *Natchez*; seja-nos licito comparal-a á do poeta brasileiro.

“Quando René, diz o poeta dos *Natchez*, teve certeza de que Celuta trazia um filho no seio, acercou-se della com santo respeito, e abraçou-a delicadamente apra não machucal-a. “Esposa, disse elle, o céo abençoou as tuas entranhas.”

A scena é bella, de certo; é Chateaubriand quem falla; mas a scena de *Iracema* aos nossos olhos é mais feliz. A selvagem cearense aparece aos olhos de Martim, adornada de flôres de maniva, trava da mão delle, e diz-lhe:

“- Teu sangue já vive no seio de Iracema. Ella será mãe de teu filho.

“- Filho, dizes tu? exclamou o chistão em jubilo.

“Ajoelhou alli, e cinjindo-a com os braços, beijou o ventre fecundo da esposa.”

Ve-se a belleza deste movimento, no meio da natureza viva, diante de uma filha da floresta. O autor conhece os segredos de despertar a nossa commoção por estes meios simples, naturaes, e bellos. Que melhor adoração queria a maternidade feliz, do que aquelle beijo casto e eloquente? Mas tudo passa; Martim sente-se tomado de nostalgia; lembram-lhe os seus e a patria; a selvagem do Ceará, como a selvagem da Luisiana, começa então a sentir a sua perda felicidade. Nada mais tocante do que essa longa saudade, chorada no ermo, pela filha de Araken, mãe desgraçada, esposa infeliz, que vio um dia partir o esposo, e só chegou a vel-o de novo, quando a morte já voltava para ella os seus olhos languidos e tristes.

Poucas são as personagens que compoem este drama da solidão, mas os sentimentos que as movem, a acção que se desenvolve entre ellas, é cheia de vida, de interesse, e de verdade. Araken é a solemnidade da velhice contrastando com a belleza agreste de Iracema: um patriarcha do deserto, ensinando aos moços os conselhos da prudencia e da sabedoria. Quando Irapuam, ardendo em ciume pela filha do pagé, faz romper os seus odios contra os pytiguaras, cujo alliado era Martim, Araken oppõe-lhe a serenidade da palavra, a calma da rasão. Irapuam e os episodios da guerra, fazem destaque no meio do quadro sentiemental que é o fundo do livro; são capitulos traçados com muito vigor, o que dá novo realce ao robusto talento do poeta.

Irapuam é o ciume e o valor marcial; Araken a austera sabedoria dos annos; Iracema o amor. No meio destes caracteres distinctos e animados, a amisade é symbolisada em Poty. Entre os indigenas a amisade não era este sentimento, que á força de civilisar-se, tornou-se

raro; nascia da sympathia das almas, avivava-se com o perigo, repusava na abnegação reciproca; Poty e Martim, são os dous amigos da lenda, votados á mutua estima e ao mutio sacrificio.

A alliança politica os unio; o contacto fundio-lhes as almas; todavia, a affeição de Poty differe da de Martim, como o estado selvagem do estado civilisado; sem deixarem de ser igualmente amigos, ha em cada um delles, um traço caracterisco que corresponde á origem de ambos; a affeição de Poty tem a expressão ingenua, franca, decidida; Martim não sabe ter aquella simplicidade selvagem.

Martim e Poty sobrevivem á catastrophe de Iracema, depois de enterral-a ao pé de um coqueiro; o pai desventurado toma o filho orphão de mãe, e arreda-se da praia cearense. Humedecem-se os olhos ante este desenlace triste e doloroso, e fecha-se o livro, dominado ainda por uma profunda impressão.

Contar todos os episodios desta lenda interessante seria tentar um resumo impossivel; basta-nos affirmar que os ha, em grande numero, traçados por mão habil, e todos ligados ao assumpto principal. O mesmo diremos de alguns personagens secundarios, como Cauby e Andira, um joven guerreiro, outro guerreiro ancião, modelados pelo mesmo padrão a que devemos Poty e Araken.

O estylo do livro é como a linguagem daquelles povos: imagens e idéas, agrestes e pittorescas, respirando ainda as auras da montanha, scintillam nas cento e cincoenta paginas da *Iracema*. Ha, sem duvida, superabundancia de imagens, e o autor com uma rara consciencia litteraria, é o primeiro a reconhecer esse defeito. O autor emendará, sem duvida a obra, empregando neste ponto uma conveniente sobriedade. O excesso, porém, se pede a revisão da obra, prova em favor da poesia americana; confirmando ao mesmo tempo o talento original e fecundo do autor. Do valor das imagens e das comparações, só se póde julgar lendo o livro, e para elle enviaremos os leitores estudiosos.

Tal é o livro do Sr. José de Alencar, fructo do estudo, e da meditação, escripto com sentimento e consciencia. Quem o ler uma vez, voltará muitas mais a elle, para ouvir em lignagem animada e sentida, a historia melancolica da *virgem dos labios de mel*. Hade viver este livro, tem em si as forças que resitem ao tempo, e dão plena fiança do futuro. É tambem um modelo para o cultivo da poesia americana, que, mercê de Deus ha de avigorar-se com obras de tão superior quilate. Que o autor de *Iracema* não esmoreça, mesmo a despeito da indifferença publica; o seu nome litterario escreve-se hoje com letras scintillantes: *Mãe*, *Guarany*, *Diva*, *Lucíola*, e tantas outras; o Brasil tem o direito de pedir-lhe que *Iracema* não seja o ponto final. Espera-se delle outros poemas em prosa. Poema lhe chamamos a este, sem curar de saber se é antes uma lenda, se um romance: o futuro chamar-lhe-ha obra-prima.

MACHADO DE ASSIS.

Diário do Rio de Janeiro. Domingo, 22 de janeiro de 1871.

Folhetim do Diário do Rio – Revista do Domingo.

Se eu fosse cunhado, irmão, primo ou namorado de V. Ex., minha suavíssima leitora, guial-a-hia sem a menor cerimonia ao Passeio Publico, ás horas crepusculares da tarde, quando as andorinhas correm para o ninho e o sol descamba por trás das longas serras. Ouviríamos o sussurro das arvores, o murmúrio do mar que expira entre as pedras, e a musica allemã cantando melancolicamente as victorias prussianas no harmonioso kiosque... Como seria agradável, sentimental e monotono, se eu fosse cunhado, irmão, primo ou nomorado de V. Ex.!

Mas o folhetim antepõe-me uma barreira a todas essas hypotheses! o folhetim é a novidade! o folhetim é o tagarella! o folhetim é a semana!

Há semanas que deveriam estar incursas no artigo da mudez masculina; não dizem nada, nem nada descobrem!

Ora, uma semana discreta e não maliciosa, é o mesmo que Eva... sem peccado!

Chiton! A philosophia não entra aqui! Isto é o ar! é o vaporoso! é o indiscreto! é o impossível! é o absurdo! é a galanteria! é o folhetim!

Depois de perder os primeiros paes, o demonio creou o folhetim.

O *andar terreo* de um jornal é uma especie de decreto n. 4666 contra a discrição social!

Vamos ser tagarellas, bulhentos, imaginosos, mentirosos, e inuteis até... encher a ultima tira exigida pela semana!

Se a leitora fosse ao theatro Gymnasio Dramatico, admiraria no *Lago de Killarney* os esforços do empresario Valle, artista distincto, que tem sabado, graças ao seu nobilissimo trabalho, dar ao ex-campo das glorias de Adelaide Amaral, Augusto, Lacerda e Furtado Coelho uma posição notavel entre os theatros brasileiros.

O *Lago de Killarney*, drama de movimento e de sensação, foi vivamente applaudido e continua a sel-o pelos frequentadores daquelle elegante theatro.

Valle, Gusmão e Amoedo portaram-se illustremente nos papeis de que se incumbiram. A scenographia é digna dos maiores festejos; o Sr. Rocha mais uma vez revelou o seu talento vigoroso no traço e na inspiração.

Um passo a S. Luiz, que é próximo. O *Capitão Montanbreche*, esmeradissima traducção do Sr. E. Garrido, chama com toda a justiça a concurrencia ao theatro regido pelo Sr. Furtado Coelho. É uma comedia engenhosa, correcta, capaz de unir duas mãos enluvadas em um choque instinctivo, por mais diplomata que seja o *dilletant!* O desempenho dessa comedia tem sido esmerado e cuidadoso.

Quem quer sensações correo ao theatro S. Pedro de Alcantara. O Sr. Germano, empresario, contratou para o seu theatro um par verdadeiramente sério e impossível. O Sr. Airec e a *senorita* Forrester são duas creaturas a quem o creador fez muito mal em negar azas, como aos habitantes do ar! Airec é um rodopio vivo; Nellie Forrester é um vivo rodopio. Distingo-os apenas pela posição do adjectivo.

O que ha de mais rapido, ousado e assombroso passa por aquelles dous artistas com a maior familiaridade deste mundo! São os *Reis do Ar!* O ar não pôde com elles e mandou-os á terra para assombrar-nos! O povo treme, aría, estrebucha quando os dous reis atmosphericos saltam no trapezio... Dir-se-hia que pretende respiral-os! Nada mais notavel. É o único meio que nos concede a natureza mãe para applaudir-mos quem é de ar, quem vive no ar e quem rege no ar!

As enchentes no theatro S. Pedro de Alcantara são constantes e fervorosas. E emquanto Nellie desce com uma facilidade estupenda e sóbe com uma ousadia incommensuravel pelo trapezio magico; emquanto Airec faz prodigios de força, de elegancia e

de agilidade, a platéa treme, a platéa embasbaca, a platéa daria como Ricardo III, não a sua vida por um cavallo, mas o seu cavallo por um trapezio!

Todo o sujeito que vae apreciar os dous artistas acrobatas, sonha depois que está dormindo de pernas para o ar, em um theatro, e só desperta quando o chama á scena, com pés, bancos e mãos!

Ponto final no theatro. É tempo de cuidarmos em cousa mais sã e mais meditada.

Imagine o leitor deste folhetim que sahimos da livraria do editor Garnier com os dous volumes do *Gaúcho*, ultimo romance do Sr. conselheiro José de Alencar.

Eu e o leitor descansamos sobre commodas poltronas; enverga-se o chambre, extraem-se duas fumaças de um delicioso *hamburguez* e começamos a devorar, pagina por pagina, o ineffavel romance, como os filhos do paganismo, gole por gole, a deliciosa ambrosia.

Manoel Canho surprende-nos e força-nos a acreditar no heroismo, na sinceridade, na brutal confiança de um homem em tudo o que é nobre, arrojado, tempestuoso, livre e soberano!

Manoel Canho, o *Gaúcho*, só curva a cabeça ardente ao olhar rutilante do cavallo, vigoroso e rapido como o vento do céu; á memoria immaculada de seu pae, eterno espelho de sua vida; e finalmente ao pampeiro! O pampeiro! O vento terrivel como a fatalidade e negro como a noute! A devastação, que enche o espaço na aza lugubre da tormenta; o pampeiro! Sopro irresistivel que deixa tudo na terra, menos o homem!

O *Gaúcho*, ultima obra do conselheiro J. de Alencar, é uma das mais brilhantes e correctas inspirações da musa brasileira.

Corria por ahi entre os criticos, que nada teem a criticar, o seguinte axioma: A litteratura nacional quando toma o caminho do romance, é sempre para encontrar a floresta, o tacape e o boré.

A lyra do poeta e a penna do romancista haviam de sujeitar-se irremediavelmente ás inflexiveis leis do codigo indigena, o codigo do arco e da flecha, se quizessem ter ingresso no Pantheon patrio.

J. de Alencar e Gonçalves Dias haviam dado a senha primitiva. O primeiro traçando o *Guarany*; o segundo idealizando o *Tymbira*.

O romancista da *Iracema*, porém, mostrou o que era e revelou altivamente a força do seu talento, especie de Protheu divino que, desde o romance até a critica, desde a critica até o poema, é o mesmo hausto robusto e vivificante; a mesma avalanche de idéas, que tudo abate e sobretudo rutilla soberano como o pharol da salvação entre as sombras ltuosas da tempestade litteraria.

O tacape e o boré foram posto de parte. A penna que creou *Iracema* e *Guarany* debuxou no quadro luminoso do nosso futuro intellectual o typo vertiginoso, soberbo, impetuoso e irradiante do gaúcho, brilhante desconhecido arrancado á terra por tantos pisada e por tão poucos conhecida!

J. de Alencar é um escriptor de grande merito e de incontestavel maestria.

O nome que assigna as obras, sob o pseudonymo de *Senio*, deve ser considerado como o do litterato de mais folego, como o do espirito de mais largos horisontes que pisam terras do Brasil!

O *Gaúcho* é um quadro admiravel de costumes. Como é, dirão os homens da Côrte, como é que um grande senhor como esse, um talento de jurisconsulto, que já passou pelas forças gloriosas da politica e do ministerio, póde conhecer os habitos, a linguagem, o sentimento primordial de gentes e de sociedade onde nunca viveu nem demorou-se se quer?

É nisso que consiste o genio do senhor da penna e do espirito. O dom da ubiquidade só foi concedido ao sol e ao talento.

J. de Alencar no *Gaúcho* expõe á admiração geral uma penna que vòa com a ternura das pombas e com o ímpeto da aguias.

Para o gaúcho ha o estylo nervoso, ligeiro, animado da borrasca e da mocidade intrepida. Para a *Missé* ha a vaidade feminina revelada em phrases que desvendam immediatamente o typo; para a *Catita* o escriptor reservou a palavra duvidosa garrida, sentimental, lacrimosa e risonha, qualificativos que o dictionario inventou um dia no intuito ousado de definir a mulher.

No romance do *Gaúcho* encontro eu leves faltas, enormes faltas, por terem partido do talento real do poeta do *Guarany*. A mulher soffre com certa aspereza sob os bicos implacaveis da maravilhosa penna. Na *Pata da Gazela*, Amelia vacilla entre dous amores; no *Gaúcho*, Catita entre dous amores vacilla.

Nesse caso para o illustre poeta a mulher será sempre um catavento?

Outra observação de folhetim. Não comprehendo o motivo porque Manoel Canho, um homem que preferia o cavallo a tudo neste mundo, o invencivel athleta dos Pampas, sobre o qual o tufão voava como uma caricia e a cujos olhos o inimigo tomava o aspecto de uma nuve; Manoel Canho para quem a tropilha dos seus animaes favoritos valia um thesouro de Rottzchild, e que lançava os juramentos da mulher no cesto das cousas futeis; como pôde esse homem, esse *gaúcho*, esse tufão humanizado, atirar-se ao abysmo, sustentando na garupa de um animal a amante que lhe foi falsa, e desprezando o resto dos seus *parelhesros*, dos seus briosos companheiros quadrupedes que lhe vinham no encalço?

Hupa! O pampeiro rugia furioso no espaço.

As nuvens aglomeravam-se compactas como o batalhão dos anjos rebeldes no poema de Milton. *Hupa!* A *Morena* sentiu a redea bamba e tragou o espaço! Os ventos redobravam de furia! Mas onde está o resto da tropilha, ingrato Canho? Catita faz desvairar o cavalleiro! A egua atira-se; as arvores fogem como os fumos de um sonho! O céu ennubia-se; a poeira sóbe; é como a innundação do *Guarany*, metamorphoseada em pó! Ha um abysmo. A egua pára; enteza a orelha; espera o signal do amo. Manoel sente os braços da Catita apertarem-n'o ao seio della. Enlouquece! Luta! E o furor, a duvida, o desespero do homem consorciam-se ao horrivel desespero da natureza!

Hupa!

Abysmam-se todos. Lembramo-nos de Hugo nesse prodigioso quadro final.

Se eu pudesse tambem atravessar mais uma pagina!

Não! Os typographos prohibem-me! O folhetim terminou e em vão meus labios gritaram *Hupa!*

A barreira do folhetim é peor que um abysmo.

Estaquei!

L. GUIMARÃES JUNIOR.

Salomé Queiroga. “Carta a Stokler”. S. Gonçalo, 9 de dezembro de 1871.

P. S. Depois de escrita esta carta li o *Til*, interessante romance do Sr. Alencar, e fiquei encantado de ver minha opinião apoiada por tão bom escritor¹. Assim deviam escrever todos os brasileiros. Lê se ainda não o fizeste aquêlê interessante escrito que a meu ver deve servir de norma aos escritores brasileiros.

Os costumes brasileiros, e principalmente os da província de S. Paulo, estão aí pintados por mão de mestre. Eis um romance que nosso povo pode chamar exclusivamente seu dêle, porque tudo é dêle, e provém dêle. Assim pegue a moda.

A meu ver é a melhor produção do ilustre brasileiro.

O Ceará deve orgulhar-se de ter-lhe sido o berço.

QUEIROGA, “Carta a Stokler”. In: *Arremedos – Lendas e cantigas populares*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1873. Apud: CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959. Vol. I, p. 47.

¹ As idéias de Salomé Queiroga acerca da literatura brasileira estão contempladas no 2.º Capítulo da presente dissertação.

A Reforma – orgão democratico. Rio de Janeiro. 12 de abril de 1872, n.º 81.

LITTERATURA. **Revista bibliographica.**

TIL. Por José de Alencar.

O formoso romance que foi publicado em folhetim da *Republica* acha-se... impresso em livro.

Os que apreciaram, em uma leitura interrompida, mais esse trabalho do illustrado conselheiro Alencar, podem agora reler a obra e confirmar o juizo motivado pela primeira impressão.

O fecundo autor do *Guarany* tem o grande talento de ser sempre novo e original nos livros que produz.

Tantos romances e tão variados todos elles, quer na descripção dos typos, dos costumes e na urdidura do enredo!

Quem lê um livro do conselheiro Alencar sempre encontra o que admirar.

Não é só o estylo poetico e delicado, é mais do que isso: o estado da nossa natureza, o mais perfeito brazileirismo nos quadros que descreve.

Vimos o periodo colonial e muitas scenas indianas tão descriptas no *Guarany*, passado na provincia do Rio de Janeiro; contemplamos depois, no *Tronco do Ipê*, os costumes contemporaneos e o mesmo interior da provincia do Rio, apoz uma transformação secular.

Com o *Gaúcho* fomos ás savanas do sul, e admiramos aquelle viver tão outro e pittoresco, aquellas paysagens tão diversas.

Iracema é o mais lindo album da natureza cearense; as *Minas de Prata* revelaram-nos a Bahia de outras éras, e agora o *Til* leva-nos aos sertões de S. Paulo e applaudimos a pintura tão bem acabada d'aquella natureza risonha, e os traços de mestre no esboço de varios typos populares.

Seja bem vindo o novo romance, e receba o seu illustre autor os nossos sinceros emboras.

Homem de talento e illustração superior, trabalhador activo e artista inspirado, o Sr. José de Alencar contribue como nenhum outro para o augmento de nosso patrimonio litterario.

Não tenho em vista fazer um detido estudo do *Til*, apenas dou noticia muito por alto.

Til é um romance de grande movimento, cheio de aventuras e peripecias. Não ha um capitulo sem uma surpresa, mas, uzando dos recursos os mais dramaticos, nunca se esquece o autor do respeito que deve a si, e falla como homem de consciencia.

Os typos de Bertha e Miguel lembram as mais delicadas creações romanescas.

Jão Fera é uma feliz reminiscencia de *João Valjean*, e o retrato do idiota, com aquelles arroubos e sacrificios sublimes, é uma soberba pintura.

Una-se ao interesse sempre crescente da narrativa um estylo ora vivo e rapido, ora magestoso e calmo, e teremos o caprichoso romance, que vai occupar distincto logar entre os bons livros do Sr. José de Alencar.

O que sobretudo dá maior realce á obra são aquelles quadros da nossa natureza; a paisagem que as vezes é complice, conselheira e interlocutora, fazendo sobresahir as harmonias intimas, as concordancias moraes que existem entre as pessoas e os factos descriptos.

Sem duvida alguma damos preferencia ao *Guarany* e a *Iracema*, mas o *Til* é digno companheiro de outros livros do mesmo autor, tão justamente applaudidos pela critica imparcial.

Renovando as felicitações, que já dirigi ao Sr. conselheiro Alencar, faço votos para que o distincto escriptor continue a enriquecer a litteratura nacional.

A Nação – jornal político, commercial e litterario. Rio de Janeiro: Typographia Americana. 9 de Setembro de 1872.

SUMMARIO – Semana de rosas. – As eleições e o *Carnaval de Veneza*. – Novos vereadores, promessas, aurora do progresso para o nosso municipio. – Divida da patria. – A cidade em festas. – A estatua e o que se diz della. Um poeta do *Diario do Rio*. – Senio; *Sonhos de Ouro*. – A parodia do Vasques. – O bom senso do Martins. *Os amores de D. Branca*. – A companhia de Zarnuelas. – Um brasileiro distincto.

Ora eis ahi uma excellente semana para quem escreve folhetins!

Eleições, luminarias, festas por toda a parte, e por contrapeso uma novidade litteraria.

Por onde começar? Se não fôra prova de máo gosto citar latim em um rodapé, diriamos *Hoc opus hic labor est*.

Não nos afoguemos.

Vamos por partes.

Já tanta cousa temos dito ácerca de eleições, que difficil será encontrar uma variação ainda para tal thema.

As eleições, entretanto, no Brazil são como o *Carnaval de Veneza*, sublime victima de quanto violinista ha por ahi com a pretensão de dar concertos.

Assim como este tem sido variado e continuam a sel-o em todos os tons e andamentos, conforme o gosto da opera e dos ouvintes, assim aquellas amoldam-se á feição dos concertistas e das circumstancias, conservando-se, porém, no fundo, sempre a mesma cousa.

Ha pontos que não variam, e que constituem verdadeiros dogmas:

Exemplos: - Phosphoros, capangas, cacete, trapaças, protestos, voto livre, etc., etc.

As eleições que actualmente agitam os espiritos são de magna importancia.

Não se trata de individuos que pedem votos para, sob seus hombros, erguerem outros individuos; mas sim de creaturas desinteressadas que pedem por si com o coração nas mãos e promessas nos labios.

O homem crente que votar em qualquer dos candidatos á futura edilidade, conservará no seio a esperanza de que vai raiar a luz do progresso para o seu municipio.

Essa luz para o Rio de Janeiro será:

O ajardinamento do campo de Sant'Anna.

A transformação do canal do Aterrado em um paraizo onde o poeta inspirar-se-ha ás tardes, sob a fresca sombra das arvores, contemplando o azul do céu.

Ainda o ajardinamento do largo de S. Francisco.

Um plano de melhoramento para os mictorios.

Ruas largas e arborisadas.

Irrigação.

Limpeza.

Guerra aos cortiços.

Tudo, enfim, que um bom vereador deve fazer.

Foi nesta doce esperanza que fomos hontem á igreja, e lá depositámos na urna a nossa lista, contendo os nomes de nove conspicuos cidadãos.

Emquanto o resultado das urnas não apparece digamos alguma cousa como bons brasileiros que nos prezamos de ser, ácerca da divida que a patria tão honrosamente acaba de pagar a um dos seus mais dilectos filhos.

Está o paiz de contas justas com José Bonifacio de Andrada e Silva, o patriarcha da nossa independencia.

Foi uma festa brilhante a de ante-hontem.

Ao cahir a cortina que cobria a effigie do venerando patriota não houve um só coração brasileiro, que não se sentisse possuído do mais vivo entusiasmo.

Parabens á nação, e ao magnanimo monarcha, que dirige os seus destinos.

A cidade nada ainda em jubillo, conservando embandeiradas as suas ruas principaes.

A rua do Ouvidor offerece um bello espectaculo aos milhares de concurrentes, que a percorrem á noite, sob abobadas de luz.

Não menos brilhante é o aspecto que apresentam as ruas dos Ourives e da Quitanda, distinguindo-se, sobretudo, a primeria por uma illuminação de grande effeito.

Ante-hontem e hontem grande era a affluencia de povo, que se notava na praça onde se ergue a estatua.

Muito se tem dito a respeito desta.

São tantas as cabeças quantas as sentenças.

Dizem uns que o pedestal é pequeno.

Discutem outros sobre a posição da figura.

Pretende este que a physionomia não é a mesma do heróe.

Quer aquelle... o que todos querem: fallar, fallar e fallar.

Ha até más linguas que procuram agora roubar as glorias do grande paulista negando-lhe o papel importante que assumio nos fastos brilhantes da nossa emancipação politica.

Se a maledicencia é triste, torna-se ella degradante quando se ergue sobre um tumulo.

Aquelle bronze é a confirmação eloquente da nossa historia.

Os bardos, que afinam as lyras no grande dia da patrias, abstiveram-se desta vez de descantes.

Ficaram em socego os *tacapes*, os *tupans*, os *borés*, os *pagés*, e todos este arsenal de *flechas*, *arcos*, *zarabatanas*, que costumam apparecer em taes occasiões em versos coxos e rendidos.

Entretanto um lembrou-se do dia e mimoseou aos leitores do *Diario do Rio* com uma poesia, da qual destacamos a seguinte quadrinha, digna de figurar nas luminarias, rodeada de copinhos de cór:

“Saibamos ser gratos ao douto paulista.
 “José Bonifacio, esse nome infinito!
 “Brademos em honra aos heróes patriotas,
 “Lembrando que hoje faz annos o grito:”
 Ó rima, a quanto obrigas os pobres vates!
 Este *grito* a fazer annos é de uma originalidade indescrictivel!

O poeta podia dizer – Independencia ou morte – mas não quis ser imitador e saudou o anniversario do grito com a mesma singela naturalidade com que saudaria os annos de um compadre, ou o natal de um afilhado.

Deixemos o poeta e vamos adiante.

Dissemos que ás novidades da semana veio ajuntar-se um acontecimento litterario.

E assim foi.

Senio, o romancista inspirado, que sob tal pseudonymo occulta uma das nossas brilhantes glorias litterarias, acaba de mimosear as lettras patrias com mais um livro, que é um primor, e que tem por titulo – *Sonhos de Ouro*.

Cingindo a triplice coroa de dramaturgo, poeta e romancista, Senio não descansa.

Se os interesses da politica chamam-o a colher louros na tribuna parlamentar ou nos conselhos da Corôa, sua alma de poeta sente a nostalgia nestas regiões inhospitas, e eil-o que volta ao campo viçoso das lettras, onde sua imaginação torna-se cada vez mais vigorosa.

Seu estylo faz-nos recordar aquelle Mery, de saudosa memoria, orgulho da França, que lhe deu o ser.

Primoroso e fluente, ora singelo e perfumado, como essas flôres que brotam expontaneamente nas campinas aquecidas pelo raio ardente do sol e banhadas pelo orvalho da noite; ora faceto e travesso como os brincos de uma criança, deleita o leitor, que não sabe o que mais ha de admirar, se o pensamento da obra, se as louçanias da phrase.

O ultimo trabalho de Senio veio confirmar a reputação merecida de que goza o litterato.

Não cabe nos estreitos limites de que dispomos a analyse do romance.

É nosso fim apenas saudar o escriptor e felicitar a nossa litteratura.

Aos incessantes esforços do Sr. Garnier deve ella esses e outros serviços, que o recommendam á gratidão nacional.

Não é fóra de proposito, tratando de letras, occuparmo-nos com o theatro.

Na Phoenix continúa a burlesca parodia do Vasques a attrahir a concorrência publica.

E nem era de esperar outra cousa, porque além de estar escripta com espirito, tem todos os elementos para electrizar as platéas contemporaneas.

O Vasques nada esqueceu.

Ha *cateretê* dansado por bahianas, fogos de bengala, luz electrica, bailado de macacos e apotheose.

Quem souber mecher bem todos estes ingredientes chegará hoje ao resultado que deseja.

O Cassino continúa a exhibir o *Nhô Quin*, as desenvolturas da Suzana Castera e, segundo nos consta, está a piscar o olho á Rose Marie.

Até aqui conheciamos o Martins como artista; agora porém sustentamos que é um homem de juizo.

Quem não tem dado, porém, boas provas de juizo é o Valle.

Representar boas comedias nesta época, equivale a dizer ao publico: - Quero suicidar-me; ou então: - Estou muito rico, não preciso de você.

Ora, como não nos consta que o empresario do Gymnasio esteja nas condições da segunda hypothese, acreditamos que o homem veio de Lisboa desgostoso da vida e que procura acabar os seus dias neste paiz.

É provavel, porém, que antes d'elle succumbir tenha o pequeno publico que o ouve de morrer ás gargalhadas.

E isto não se fará muito esperar se continuarem as representações da comedia, *Esperteza de Rato*.

A ultima novidade do Gymnasio é o delicado trabalho em 3 actos, intitulado *Os amores de D. Branca*, que ali subio á scena no sabbado ultimo.

O publico fluminense continua a desertar do Lyrico, onde a companhia hespanhola tem cantado ultimamente tão bôa musica.

As enchentes que eram a principio numerosas, têm decrescido na razão directa dos esforços que fazem os artistas por agradar.

No *Sargento Frederico*, interessante zarzuella, em que coube á Sra. Garcia o papel principal, as cadeiras estavam vazias.

No entanto a musica é excellente, o libreto assas interessante e a execução foi a melhor que se podia desejar.

Em commemoração do dia 7 de Setembro cantou-se a celebre partitura de Herold, *Zampa*, cuja symphonia, muito conhecida, é considerada pelos profissionaes como um mimo de estylo.

Nada diremos a respeito desta opera.

O nome de Herold é bastante para apadrinhá-la.

Permitta-nos o leitor que saltando da arte para a industria, países completamente antipodas, demos um sincero aperto de mão a um brasileiro notavel, que tanto se tem esforçado pelo engrandecimento deste paiz.

Queremos fallar do Sr. barão de Mauá, que acaba de obter o privilegio para lançar um cabo submarino entre o Brazil e a Europa.

Mais uma vez vemos o illustre Rio-grandense associar o seu nome a um melhoramento material, e gravá-lo em letras de ouro na historia da nossa industria nascente.

Até segunda-feira.

ARGESILAU.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1872.

LITTERATURA.

Bibliographia. PROSA E VERSOS.

Rio, 10 de Maio.

O romance e a poesia teem sido ultimamente representados com toda a eloquencia pela nossa brilhante mocidade litteraria. Além do “Til” assignado pela mais acreditada penna das lettras nacionaes contemporaneas, tivemos os livros de Machado de Assis, “Ressurreição”; do Silvio Dinarte, “Lgrimas do Coração”; do Carlos Ferreira, “Alcyones”, e do Dr. Caetano Filgueiras, “Idyllos”.

O “Til”, que há sido pela grande imprensa festejado e applaudido, veio, do folhetim da “Republica” para as folhas do livro, dar-nos ensejo de admirar em socego, na meditação do gabinete e na leitura fluente o fructo inspirado da intelligencia que creou o “Guarany” e a “Iracema”, dous poemas da divina America.

No “Til” há um drama intenso, um drama apaixonado e cheio de peripecias, em que compôs uma figura angelica, a terna figura de Bertha, como um astro a illuminar uma borrasca. Estará completada, nos quatro pequenos volumes dessa historia a idéa que a promoveu? Ou o poeta quis, na sua maneira brilhante e larga, estylo de Rembrandt, pincel de Delacroix, pintar-nos unicamente o perfil do amor caridoso, o typo da mulher celeste em luta com os desvarios, com os tropeços e com as contrariedades da vida?

Aceitemol-a assim, a essa legitima irmã das heroínas de “Guarany”, “Iracema”, “Tronco do Ipê”, “Gaúcho”, e espalhemos o olhar ansioso sobre as folhas do livro em que a natureza e o amor são tão magistralmente burilados.

A posteridade fará um dia uma galeria das mulheres dos romances de J. Alencar, como fez das de Shakespeare, das de Murger, de Popo, de Milton e da Biblia.

Estudar-se-há então isoladamente, face por face, olhar por olhar, sorriso por sorriso e lagrima por lagrima, a candida e tentadora phalange dessas creaturas geradas pela exuberante serva do peota e vestidas por aquelle estylo gracioso, vibrante, limpido, que fórma em redor dos personagens esboçados como que uma aureola palpitante de luz e de ideal!

Estará ahí a Cecília, a suave e pura Cecy, arrebatada na correnteza de uma paixão homérica, e iluminada como as martyres christãs pelo fogo de um incendio e os negros clarões de um desastre!

Adiante elevar-se-há, garrida e simples, apaixonada e serena, um raio de lua e um raio de sol, o perfil arrebatador de Alice, de cujas azas cahirão em estrellas vaporosas as lagrimas que ella enxugou em vida, fascinada pelas palavras do céo, que ensinavam-lhe o bem, a ventura e o sacrificio na terra!

Entre uma e outra pagina resplandecerá o vulto da amante do “Gaúcho”, com os cabellos soltos, a fronte abrasada, o seio offegante, a rolar no abysmo, amarrada nos braços do seu destino, como uma folha que rola presa ás azas de um furacão implacavel!

E as miniaturas elegantes, correctas, cheias de luz, encherão o livro predestinado. Carlota seguirá á Diva. Amélia hombreará com Lucia, essa desventurada e pallida peccadora, ardente como a Mirande de Shakespeare e terna e perdoada como a Magdalena do catholicismo!

J. de Alencar é propriamente o escriptor da alma e pintor da natureza.

Sente-se, lendo uma descripção, um painel de seus romance, da mesma forma porque se agita o espirito, acompanhando as flores e os espinhos de uma existencia que o romancista e o philosopho narram!

O estylo do autor do “Til” é sempre uma harmonia, é a música da eloquencia; as mais subteis e inuteis particularidades, os menos necessarios episodios, passando pelo crysol daquella natureza artistica e primorosa assumem uma attitude importantissima e fazem estacar o observador, que ainda nestas cousas crê sem paixão e sem estolidos sentimentos.

No “Til”, já o disse um critico de nome, os quadros da natureza são traçados por palheta invejavel. O estylo do escripto é de uma onomatopéa admiravel; dulcissimo, quando agita uma gase, uma flor, um ninho; imponente e elevado, quando descreve as lutas da tempestade, que açouta como colera divina a fronde das arvores e a alma do homem.

O typo de Bertha recorda o que há de mais contido e meigo nas paginas do Evangelho. É uma consubstanciação divina, essa criança, que ampara um idiota e estende as inveseveis asas sobre a cabeça do assassino arrependido.

Bertha é o romance; é a alma desse livro que começa por um sorriso da mocidade e por um raio do dia, terminando pela compassiva e regeneradora lagrima da caridade.

Depois do romance do conselheiro José de Alencar, veio-nos á mão o romance de Machado de Assis “Resurreição”.

Há muito que se esperava com certa e louvavel ancia um livor em prosa do elegante prosador dos “Contos fluminenses”.

A “Resurreição” firmou os justos brazões desse moço de talento e de modestia, poeta primoroso e folhetinista de uma expontaneidade rara. É o mesmo estylo dos “Contos” com a limpidez que o estudo proporciona e com mais valentia e firmeza de phrase. Com pureza de estylo poucas obras teem sido ultimamente publicadas, capazes de entrar em luta de primasia com a “Resurreição”. Machado de Assis escreveu o seu romance como um pintor consciensioso pinta uma tela, que pretende expor em galeria de mestres.

Eu não sou daquelles que amam o romance de peripecia, de enredos complicados, onde a attenção do leitor vacila enleuada, á maneira de um insecto que se enrola em uma têa. Eis o motivo porque prefiro a Sue e a Dumas, Octavio Feuillet e Gustavo Flaubert. O romancista deve ser um pouco anatomista, e o typo principal de uma obra de coração e de intelligencia precisa ser apresentado por todos os lados á observação como um corpo que se estuda, fibra por fibra.

O Dr. Felix no romance de Machado de Assis é o typo, senão possibilissimo, pelo menos admiravelmente comprehensivel. Dá-nos o poeta o seu perfil com aquelle cuidado e garbo com que Feuillet em traços magistraes poz em relevo a figura do conde de Camors e do marquez de Champcey.

Os demais personagens da “Resurreição” empallidecem ao pé do heróe; eis o motivo porque o livro de Machado de Assis será muito estudado, mas por muito pouca gente. Não é um romance que attraia o vulgo; é sim um quadro que chama o olhar dos entendidos e a attenção dos amigos da boa e eficaz litteratura.

O estylo é acurado, é trabalhado, é desenvolvido com uma solitudine ás vezes exagerada, o que em um ou em outro ponto parece pertencer mais aos arabescos da arte do que á expontaneidade do sentimento.

Há descripções brilhantes e concisas, das quaes lembro uma, genuino retrato, onde tudo brilha como um modelo de Latour.

Eil a:

“Felix examinou-lhe detidamente a cabeça e o rosto, modelo de graça antiga. A tez, levemetne amorenada, tinha aquelle macio, que os olhos percebem antes do contacto das mãos. Na testa lisa e larga parecia que nunca se formara a ruga da reflexão, não obstante, quem examinasse naquelle momento o rosto da moça veria que ella não era extranha ás lutas interiores do pensamento; os olhos, que eram vivos, tinha instantes de languidez; mas naquella

ocasião não eram vivos, nem laguidos: estavam parados. Sentia-se que ella, olhava com o espirito.

Felix contemplou-lhe longo tempo aquelle rosto pensativo e grave, e involuntariamente forma-lhe descendo ao resto da figura.

O corpinho apertado desenhava naturalmente os contornos delicados e graciosos do busto. Via-se ondular ligeiramente o seio turgido, comprimido pelo setim; o braço esquerdo, atirado mollemente no regaço, destacava-se pela alvura sobre a côr sombria do vestido, como um fragmento de estatua sobre o musgo de uma ruina. Felix recompoz na imaginação a estatua toda e estremeceu. Livia acordou da especie de leghargo em que estava. Como tambem estremecesse, cahiu-lhe o leque da mão. Felix apressou-se a apanhal-o.”

Isso é um completo quadro, em que as tintas estão derramadas com uma precisão, um carinho e uma delicadeza especiaes.

A “Resurreição” occupará o logar de honra a que tem juz e que lhe foi assignalado pela critica contemporanea. Não é livro que arraste; é um estudo que impressiona e força á meditação prolongada.

O perfil de Livia não deve ser posto de parte, attendendo-se ao mimo com que o pincel arredondou e illuminou aquelles encantadores contornos.

Depois disso, perguntará algum espirito caustico se o livro de Machado de Assis tem ou não a menor macula, o mais leve defeito?

Deixo aos sensatos e aos mestres a resposta necessaria e peço ao poeta das “Phalenas”, ao primeiro prosador dos “Cantos fluminenses”, que não abandone nunca essa litteratura brasileira, que o considerará e hoje considera mais do que nunca um dos seus mais caros ornamentos. O editor do “Til” e da “Resurreição” é o Sr. B. L. Garnier, sempre solícito em publicar as joias da litteratura brasileira.

(Continúa)

Luiz Guimarães Junior.

(APUD: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis – o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. Campinas: UNICAMP/IEL, 2001. Anexo – *Resenhas e comentários sobre os romances machadianos*. Segundo Guimarães, o artigo não teve continuação).

“José de Alencar”. J. P. de Azevedo Peçanha. In: Folhetim do jornal *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1877.

Entre as joias preciosas do rico thesouro com que José de Alencar, ennobrecendo a patria, immortalisou seu nome, se admira sempre a grandesa de seu talento, a seiva de suas inspirações, e o vasto cabedal de conhecimentos que tanto realçou suas obras, a que mais me encantou foi o primoroso mimo de sua imaginação de poeta, intitulado *Sonhos de Ouro*.

Não terá por ventura o merito intrinseco de muitas de suas outras producções, mas nenhuma deleita mais o espirito, porque nenhuma seguramente a excede na belleza da forma, na naturalidade de entrecho, e, mais que tudo, na pureza e elevação do sentimento. Nos *Sonhos de Ouro* é protagonista o coração em toda gála e esplendor de seus primeiros impulsos e percorrendo embevecido a escala esperançosa das emoções electricas do amor. *Os Sonhos de Ouro*, ainda uma vez o digo, são o transumpto perfeito da alma de José de Alencar.

(J. P. de Azevedo Peçanha).

Rocha Lima. “*Senhora*. Perfil de mulher, publicado por G. M.” In: LIMA, R. A. Rocha. *Critica e Litteratura*. Maranhão: Typ. do Paiz – Imp. Christino V. de Campos, 1878, pp. 79-97.

I

O Sr. José de Alencar acaba de engastar no firmamento de nossa litteratura uma perola de seu talento de artista.

O novo livro repercute, embora fracamente, uma evolução que já consumarão com tanto esplendor as modernas litteraturas européas.

Emquanto a psychologia esteve concentrada na *floresta da consciencia*, no dizer de E. Bornouf, isolando os phenomenos psychicos de seus concomitantes organicos e climatericos, a sciencia mental tacteou esterilmente na região erma do *á priori*.

Este methodo improficuo, fazendo o observador girar em um constante circulo viciosos, gerou o desanimo no espirito dos indagadores; a philosophia, mystificada por um ecclletismo deslumbrante e ôco, tornou-se uma rhetorica dogmatica e arrogante, tendo como resultado a subordinação arbitraria da sciencia a uma moral subjectiva e aerea, sem apoio na revelação nem nas leis scientificas.

Esta phase passou.

A Inglaterra, onde a psychologia é indigena desde Locke e Hume, empunhou o sceptro das indagações psychologicas, e a sciencia mental constituiu-se, como todo rigor do methodo experimental, pela observação paciente e erudita de Bain, Spencer, Mill e Darwin.

O movimento scientifico, operando com tanto assombro, inundou de abundante luz os penetraes da alma humana.

A litteratura tambem banhou-se nas ondas desta luz.

As formulas estabelecidas na esphera scientifica pelos psychologistas corresponderão ás creações gigantescas de Dickens, Thakeray, Berlover, Elliot no romance.

Da mesma sorte que a psychologia incompleta dos metaphisicos estudara a alma humana mutilada, o romance reflectiu o homem no que tem elle de mais ephemero e pathologico.

O momento da paixão era a crise exclusivamente symphatica aos romancistas; no remanso do lar ou nos embates da vida social, no sanctuario da innocencia ou nas voragens da duvida, nos arminhos do berço ou á borda da eternidade, o personagem despia todo o encanto para a inspiração do artista.

Embora Michelet nos diga que o amor é uma crise como o Loire é uma inundação, o estado anormal da paixão, por mais exuberante de vida e de seducções, por mais fertil em consequencias e metamorphoses, não preenche a existencia inteira do ser humano, nem podia prestar-se a uma exploração inexaurível.

Se o amor é esta larva sempre incandescente, a jorrar das crateras do coração para fecundar os campos da vida; se elle é o pharol que sempre illumina as noites do espirito; se sobre elle repousão a familia e a sociedade, como affirma o grande vidente do passado, o romancista não o comprehendia assim, quer seguindo o desenvolvimento latente e subterraneo, quer o photographando em suas *erupções frequentes*.

A creatura humana transparecia incompleta nas creações artisticas: era de necessidade uma evolução que sanasse a anomalia.

A Inglaterra realisou-a com a inspiração de seu genio e a pertinacia de seu temperamento.

O romance, até então idyllo suave de amores, affogou-se em todas as camadas da atmospha social, impregnada de tanto perfume, corrompida por tantos miasmas, ás vezes banhada na luz dos arrebóes, outras vezes ennegrecida pelo manto das tempestades; o ambiente sonoro, confuso, asphixiantes, embriador.

O homem relectio o perfil interior de sua alma nos espelhos d'arte; compreendeu-se a harmonia dos factos animicos e sociaes, a logica dos sentimentos e das idéas, a fatalidade do meio e da educação, a importancia do temperamento e das tendencias, a hereditariedade do genio e das aptidões, e d'ahi a producção do romance encyclopedico e cosmopolita, anatomico e psicologico, analytico e synthetico.

O romancista deixou se impressionar por todas as faces da natureza e da sociedade; a physiologia só não o satisfez e elle creou tambem a pathologia do organismo social.

O homem, em qualquer degráo da escada mysteriosa que o guia para o 'ceo do progresso, prestou-se ao escalpello do observador.

Desde o fetchismo até o positivismo, da theocracia até a democracia, do monosyllabismo até a flexão, da intuição, até a induçã, em todas as transformações successivas, a humanidade submetteu-se aos processos da critica e á soberania da inspiração artistica.

Senhora, echôa entre nós este grande tumultuar litterario, que um dia ha de assombrar a rotina emperrada dos nossos Aristoteles caricatos.

Realisar, ou pelo menos iniciar um progresso, é alentar uma esperança, que , para nós adormecidos na indolencia tropical, é um sopro de vida, uma aura fagueira de contentamento.

D'envolta com esta esperança, veio magoar-nos um espinho de duvida.

Pois o livro é uma novidade para nossas letras, deixando, todavia, presentir uma estagnação no talento do autor.

Semelha isto a um paradoxo.

Expliquemol-o.

A critica verificou um facto que, por sua invariabilidade, elevou Taine á altura de lei: é a divisão da vida do artista em dous periodos – o de criação e o de imitação -.

No 1.º, a realidade, tornando-se saliente, por um de seus lados essenciaes, e ferindo a sensação original do artista, transforma-se em uma idealidade harmonica em que a incoherencia da natureza dissipa-se ao contacto do cinzel magico da inspiração.

A realidade assim transformada constitue o ideal.

No 2.º, ou porque a natureza tenha perdido sua força de attracção, ou porque a sensibilidade tenha se enfraquecido ao choque continuo de impressões violentas, o artista cerra as palpebras á luz da verdadeira inspiração para reproduzir, com frieza e desmaio, os typos e côres de suas primeiras creações.

O enfraquecimento das sensações está na razão directa de sua repetição; esta lei, enunciativa empyricamente por Hobbes, elevada por Bain á cathegoria de lei final da sensibilidade, explica talvez a fatalidade que pesa sobre a frente do genio, em sua perigrinação para o ideal.

Os talentos mais precoces e fecundos cahem mais depressa sob o jugo inflexivel dessa lei da psychologia esthetica, o que está de perfeito accordo com a nossa explicação.

Teria o autor do Guarany entrado n'este segundo periodo?

Se esgueria para elle esse crepusculo pallido, cujos raios não têm mais calor para expandir as flores que devem juncar seu leito de glorias?

A interrogação é prematura e toda resposta neste momento parece aventurosa, embora o novo romance reproduza, em condições diversas, o mesmo perfil de mulher, que o autor já desenhou tantas vezes.

É pela mudança de condições que o livro assignala um progresso: o thalamo deixou de ser o tumulto do romance, e a mulher provocou a observação mesmo no templo conjugal, como no santuario da virgindade.

Poderíamos affirmar com toda segurança a decadencia de concepção, se o novo phenomemo não se explicasse pela natureza do talento *do seu autor*: a sua exigua aptidão para o romance physiologico pode ser apprehendida pelo menor senso critico.

A analyse psychica é uma atmospehra muito pesada para seus pulmões; a delicadeza de sua imaginação não pode soffrer o contacto aspero das disformidades humanas.

Como George Sand, só as scenas risonhas, os quadros alegres têm accesso em sua inspiração.

Seu espiritonão pode receber das cousas a impressão dolorosa que a natureza nua e ingrata dos climas do norte depõe no sensorio de seus poetas.

Entre o Edda, com sua poesia sombria e mortuaria e a Illiada, com sua graça mimosa e chrystalina, não vacillaria o gosto do Sr. J. de Alencar.

Estabelece-se aqui o paralelo das duas epopeas, porque são ellas o mais eloquente transumpto do genio dos modernos.

A aberração pavorosa ou o grotesco monstuoso de Victor Hugo forma contraste com suas creações; a analyse mocroscopica de Balsac denebgreria as cores vivazes de sus prisma, aleijaria seus contornos graciosos, resfriaria a sua inspiração suave e prasenteira.

Seu genio é propriamente *hellenico*.

A galleria de seus personagens apresenta bem saliente os traços caracteristicos desta tendencia.

Tomemos ao acaso alguns exemplos.

A escravatura, a devorar com suas garras de abutre, a pobre creatura humana, não inspirou-lhe um evangelho de dôr como a Beecher Stows, e muito menos um quadro medonho e grosseiros como ao Sr. Macedo.

Em quanto o autor de Uncle Tom's Cabin espreme dos corações o sôro de lagrimas ardentes, para com ellas orvalhar o deserto da escravidão, e resuscitar do tumulto do captiveiro o moderno Lazaro, J. de Alencar allia esta ignominia com o amor materno, fazendo esquecer os transe da escrava pelas torturas da mãe, que não pode se revellar ao filho, pela baixeza de sua condição, como Lucrecia Borgia não podia se revellar a Genaro pela monstruosidade de seus crimes.

Em vez de um romance, que exigiria os mais repugnantes detalhes, o autor escreveu um drama em que a escravatura é apenas um véo de trevas para mais realçar a aureola de luz, que cinge a fronte da mulher, sanctificada pelo amor materno.

Na peça ha um lado accidental e social, que é a escravatura, e um lado natural e eterno, que é a maternidade: no 1.º ha uma chaga, no 2.º ha uma santificação pelo martyrio.

O coração prefere a dor á indignação.

O autor de Senhora comprehendeu assim, e fez-nos esquecer a escrava pela mãe.

Nem foi propagandista, pela dôr, como Becher Stows, nem moralista, pelo pavor, como o Sr. Macedo.

A escravatura é uma aberração muito repugnante para sua estesia, um absynthio muito corrosivo para seu palladar, um cancro muito apodercido para seu bistory.

Seu materialismo tem mui poucos resaibos do Camors de Feuillet, calcando todos os preconceitos menos a honra, asphixiando todos os sentimentos á excepção da vaidade, refreando todos os impetos do coração, apagando todos os vestigios da educação, jogando com todas as armas, trilhando todas as sendas para chegar ao Capitolio da gloria e ao Eldorado da riqueza.

Este vulto projectaria muita sombra triste e desoladora em seu espirito; o materialismo, encarado deste ponto de vista, é um phenomemo que não excitaria sua curiosidade.

Em lugar de Camors, J. de Alencar deu-nos o *leão*, saciado de gozos e de conquistas, tedioso pelas vulgaridades de um mundo de lantejoulas, tendo, porem ainda muita seiva de sentimento para apaixonar-se por um pé, por qualquer extravagancia, que lhe occupe as horas vasias de um viver indolente e faustoso.

Seu *demonio familiar* não tem a perversidade cynica do lago shakspeareano: é um moleque curioso, atillado e gaiato sem os calculos do crime, nem o veneno do odio.

A cortezã – elle a envolve de uma nuvem de perfume, onde scintilla a estrella do amor: Luciola não é Manon Lescaut, infiel e safada por necessidade de prazer e de luxo, de coração meigo e amante, porém sujeito ás intemperies do vicio e ao despotismo de um temperamento epicurista.

Ainda que pobre e amante, ella não se vende como Margarida Gautier, para evitar a miseria, nem como Marion Delorme, para salvar-o. tambem o amante não tem as descahidas vergonhosas de um Desgrieux.

Desde sua estréa litteraria, o Sr. J. de Alencar revelou esta feição em suas obras.

O selvagem indomito de nossas florestas apparece, nos quadros desenhados por seu pincel, com o corpo tingido pelo sangue de encarniçados prelios, porem com a fronte orvalhada pelo amor, com o coração palpitante de sentimentos de honra e lealdade, de familia e dedicação.

Se esta é sua tendencia, como psychologo, como pintos ainda ella torna-se mais evidente.

Do scenario da natureza só se reflectem em seu espirito as nuvens de gase, o azul diaphano das esferas, a transparencia de noites serenas, as castcatas a saltitar de pedra em pedra, o rio a embeber-se mansamente na planicie risonha.

Mesmo o pampeiro rugita harmoniosamente, apesar de sua furia indomavel e convulsa, *colera feroz do inanimado*, como diria V. Hugo.

Este modo de ser sensorial concilia-se plenamente com o meio em que se expande a inspiração do autor.

Em face de uma natureza despida de atractivos, ingrata e inflexivel, o espirito tem necessidade de concentrar-se nas sombras da consciencia para fugir ao rigor e inclemencia do clima.

Desta immersão nasce uma preocupação incessante dos problemas psicologicos, metaphisicos e religiosos.

É o que acobntece nos paizes do norte.

A Allemanha é a patria de Luthero e da exegese, de Kant e da metaphisica; a Inglaterra é a patria de Milton e do puritanismo, de Berkeley e dapsycologia.

Mesmo na pintura, uma das artes mais plasticas atravez de um véo mortuario e de cores sombrias, divisa-se a alma humana, presa á corrente de seu destino, atormentada por pesadelos, pugida de atrozes duvidas.

Alberto Durer e Aogarth são antes pintores do espirito que do corpo.

N'essas condições, a analyse psychica é, além de uma aptidão adquerida, uma necessidade da intelligencia e uma fatalidade da natureza.

No Brazil, porém, esta concentração subjectiva é incompativel com as provocações incessantes do mundo externo.

A natureza já imprimio nos espiritos o cunho da objectividade, e a cerebração, ainda a mais vigorosa, é impotente para reagir contra a tyrania das forças phisicas.

O artista, trabalhado por tal meio não se pode eximir á influencia da collectividade.

Toda vez que o autor da Senhora tenta contrariar esta tendencia, desnatura seu talento, reproduzindo aberrações psicologicas, filhas de uma phantasia que, como a borboleta, só pode sugar o mel das flores.

II

Senhora completa uma trilogia.

Depois de haver desenhado Luciola e Diva, o Sr. J. de Alencar desvendou a nossos olhos um outro perfil de mulher, envolto em novas roupagens.

O livro não é uma nova criação, já o dissemos.

Luciola, Emilia e Aurelia são tres mulheres em condições diversas, porem com a mesma constituição psicologica e até com os mesmo gestos e modos.

Com diversar moldura, tem os quadros as mesmas tintas e sombras, as mesmas linhas e colorido.

Comparemolas:

É uma lei physiologica que a hyppertrophia de um orgão traz a atrophia de outro, facto este que, applicado aos phenomemso mentaes, constitue as especialidades quando não gera a loucura ou a monomania.

Soffrem aquellas mulheres de uma hyppertrophia de sentimento, compensada por uma atrophia na intelligencia.

Para ellas o amor é um culto idolatrado, uma rar divina, aonde é dever sacrificar o presente e o futuro, a felicidade e o preconceito.

Esta exhuberancia de sentimento, entumecendo-lhes o coração, produz no espirito, a anemia da duvida; - este desequilibrio de faculdades soffrêa os impulsos do coração pela desconfiança que têm ellas de não encontrar nas outras almas uma correspondencia legitima á religião do seu amor.

Nasce d'ahi um recato, exagerando-se até o capricho, que nas oturas mulheres é uma faceirice, servindo-lhes de camisas de forças ao coração, em seus arrojões e transbordamentos.

Os grandes sentimentos evitam a luz da publicidade: teme-se profanar sua virgindade, exhalando-os n'um ambiente, resfriado pelo egoismo e indiferença.

Apezar da timidez, o amor dessas mulheres apresenta os dois symptomas dos sentimentos sympathicos: - a expansibilidade e a attraçtibilidade; porem a rosa do amor só é colhida depois de lacerar com os espinhos do capricho.

É bem dolorosa a provança a que se submettem os amantes.

Os labios daquellas deusas estão sempre crispados pelo sarcasmo, e seus olhos aortecidos pela languidez do tedio ou lampejantes de colera e despreso.

Um sudario de neve as envolve.

Parece que, como as virgens do Norte, essas mulheres se alimentão d apropriada seiva do amor, independente de qualquer manifestação e superior ao egoismo que procura accender em outro a scintilha de seu proprio sentimento.

Não é, porem, assim.

O coração dessas mulheres attrahe o objecto amado para depois expandir-se; é talvez absurdo exigir de algume a correspondencia de um sentimento, ainda occulto nas trevas, porem essas mulheres depositão a mais inteira confiança na pureza immaculada de seus amor e nos attractivos de sua belleza.

Depois de victimas não trepidão ellas em immolar a paciencia de seus adoradores.

O idolo da virtude e do amor merece bem esses sacrificios.

Cada dia, vae-se mais rquintando esta feição nos perfis de J. de Alencar: Luciola tem um fluxo e refluxo constante de incandescencia e tibieza, de calma e de vertigem; Emilia ainda é mais petulante no capricho, mais impalpavel no sentimento, mais enigmatica no character.

Aurelia até no templo conjugal ergue o alar, em que a divindade do amor exige um sacrificio continuado, uma adoração, expurgada de toda hypocrisia por atrozes e esmagadoras decepções.

Como os penitentes do purgatorio, essa mulher quer retemperar no chrysol das torturas Moraes o marido que ainda não calculara a grandeza de seu amor.

Orphãs e sentindo o mesmo vacuo no coração, consagrando o mesmo desprezo e indiferença pela sociedade, abrasando se na mesma sêde de emoções, essas tres ulheres procuraão nodeserto da vida um oasis de venturas celestiaes, afagado pelas agruras puras do amor.

Uma prostituta, outra donzella e outra casada, todas tres sonhão o mesmo ideal, affagão a mesma esperança, tomão a mesma attitude.

Antes de chegar a Chanaan do amor, seus amantes têm que atravessar um deserto; esterelizado pelo vento da indiferença.

O Sr. José de Alencar tem ido n'uma progressão continua.

Diva confessou ao noivo seu amor antes de effectuar o casamento; Aurelia ainda sentiu-se com bastante força para affrontar o marido, e esconder na serenidade do lar, a alma, devastada por um amor irresistivel.

Em vez de *Senhora*, melhor seria para o livro denominar-se - escravo.

Na verdade, Fernando é uma dessas creaturas infelizes que interessão mui vivamente nossa curiosidade.

Seu typo, alem do mais interessante, está melhor desenhado que o de Aurelia.

Esta é apenas uma mulher excentrica, lançada ao mundo para regeneração das almas, embotadas nas conveniencias torpes de uma sociedade, facil em desculpas e pouco attenta a immoralidade de suas transacções.

O moço é um crente na fé de sua epocha, um naufrago no grande oceano dos prazeres e da ambição

A fatalidade da educação perverteu-lhe as inclinações nobres e generosas, e fel-o rolar no plano inclinado das decepções, sem poder restabelecer o equilibrio d'alma, perturbado pelo desenvolvimento exclusivo da vaidade e do luxo.

Os factos, na vida de taes individuos, se encadeão com tanta logica, a ponto de quasi perderem elles a responsabilidade de seus crimes.

Ahi se levanta uma grande difficuldade para o romancista que o Sr. J. de Alencar soube vencer com o maior esmero e delicadeza; separar a base estavel de um character das superfectações, trazidas eplas circumstancias, é arriscada empreza no campo da observação.

A venalidade de Fernando é pouco repugnante, tisnando apenas sua honra, e não indignando a consciencia do leitor.

Apezar de seus erros e da abnegação de Aurelia, o procedimento desta moça, revolta as vezes mais que a submissão do moço.

Não é o egoismo monetario que o obriga a sellar o contracto de um casamento de transacção; é antes o remorso a lacerar-lhe as entranhas, por sua negligencia ás necessidades da familia, offuscada pelo esplendor de seu luxo de leão, e contrastando com a aristocracia de seus habitos.

Uma verdade pungente palpita no quadro.

Fernando transforma-se em uma serie de provações, sem extinguir uma personalidade sympathica, porém aleijada nos azares da vida; sua degeneração é apenas um desapego de

costumes effeminados e um desenvolvimento dos germens de bondade que ainda vivificam sua alma.

No lar formava elle perfeito contraste com o viver calmo e obscuro da familia; esta lhe causa tedio pela monotonia dos costumes e pela modestia das aspirações.

Aturdido pelo rumor de aventuras e de conquistas, o leão conheceu em uma noite a desproporção de seus gastos com a despeza da familia. punziu-lhe a consciencia cruciante remorso.

D'ahi em diante o problema da vida exigiu-lhe uma solução mais difficil; atirar-se de novo ao turbilhão do mundo elegante seria sorver a ambrosia na taça dos encantos, para encontrar no fim as fêzes do tedio e do desengano, do desconceito e do aniquilamento.

No dia seguinte propõem-lhe a comprar de sua liberdade; e elle vende-a como a prostituta que entrega o corpo, cnservando illesa a pureza d'alma.

A venalidade do moço foi uma imposição do dever ou uma cilada das circumstancias.

Neste transe encerra-se a maior moralidade.

Antigamente a influencia da theologia era mui sensivel nas litteraturas: a virgude triumphava sempre do vicio e a innocencia era protegida pela mão occulta da Providencia.

Hoje, em vez de uma vontade arbitraria immiscuindo-se nos grandes movimentos da historia e nas sinuosidades da vida individual, a sciencia estabeleceu a lei como laço constante e indissolvel dos factos.

A sciencia social já empregou este methodo, obtendo os mesmos resultados que as sciencias da natureza.

É para a assimilação dessas duas ordens do conhecimento que concorrem as forças colligadas de todas as sciencias e de odos os pensadores.

Em lugar de preceitos moraes, o auctor narrou factos; em lugar de Deus ex-machina, realizando a harmonia preestabelecida de Leibnitz, tirando ao indivifuo e á sociedade e a logica de suas transformações, J. de Alencar fez presidir ao desenvolvimento de um caracter individual a lei de filiação sociologica.

Sem o castigo do ceu, o livro moralisa, immolando o homem como victima de si proprio, e fazendo resaltar da pouca solidez de principios moraes e de uma educação venenosa e elegante as mais funestas consequencias.

O excesso de seus gastos obrigou Fernando a desfalcar o minguado capital da familia; este esbanjamento abriu-lhe as portas de um casamento mercantil que, por sua vez, arrojou-o aos pés de uma mulher, com a humilhação do escravo e a contingencia de um devedor.

Nesse jogo de sentimento e de interesses, estão deduzidos com o maior rigor os corollarios de um problema, tantas vezes enunciado e resolvido nos grandes centros sociaes.

Alem de mais scientifico, este modo de moralisar é mais convincente e authoritative.

Em nosso próprio paiz, já ha grande numero de espiritos, emancipados do theologismo e que já não podem encontrar no Petateuco ou no Evangelho a regra de suas acções. A estes o novo livro trouxe um consolo.

O senso moral dos brasileiros tem a precocidade e agudeza das raças semiticas; como os romanos na antiguidade, e os inglezes nos tempos modernos, a nossa attenção tem mais curiosidade pelos problemas moraes do que pelas indagações da sciencia.

É para satisfazer a esta necessidade ingenita de nosso espirito, tão abatido nesta conjunctura dissolvente, que chamamos para o livro a attenção de nossos homens.

No 18.º seculo o abbade Prevost immortalisou-se pela verdade de um de seu menores livros Manon Lescaut, - fazendo de Desgrioux a victima submissa do amor, que rompe os frageis diques de uma alma juvenil e enerva todas as energias da vontade.

A fatalidade do sentimento pesa sobre o amante de Manon Lescaut, como a fatalidade da educação pesa sobre o marido de Aurelia.

A concepção não é nova, mas a applicação á nossa sociedade é primorosa e palpitante de verdade.

Fernando é uma personalidade mui caracteristica de nosso tempo; a influencia do meio social, modelando-o a sua imagem, transparece bem eloquentemente no livro.

Ao lado desse typo, Aurelia só tem o sainete da extravagancia, que muita vez offusca o heroismo de sua missão.

É que J. de Alencar é um espirito capaz de observar a vida de uma sociedade, colher detalhes preciosos, photographar com pericia uma creatura no convivio social.

A alma humana, porém segregada de convivencia, acobertada no manto de seus mysterios, é uma região mui tenebrosa e esteril para seu talento. E elle mesmo odiz: “o coração, e ainda o da mulher, que é todo ella, representa o cahos do mundo moral. Ninguem sabe que maravilhas ou que monstros vão surgir desses limbos.”

Com effeito, o ser humano é um centro de attracção, para o qual cnvergem muitos raios; a crysalida do coração aninha o pollen de muitas flores, sente-se o perfume da flor, sem perceber o pó fecundante que é impalpavel.

Muitos comprehendem a acação, sem explicar a actividade, como muitos analusam a palavra sem apprehender a idéa.

Diante de alguns a sociedade é uma harmonia e a alma humana – um cahos: Littré é o maio rosciologista da actualidade, e um dos mais mediocres psicologos da nova geração de philosophos; Aug. Comte, o fundador da sociologia, não acrescentou uma palavras ápsicologia, eivada das divagações methaphysicas e desnaturada pelas tentativas phrenologicas de Gall e Spurzéin, tão desastradamente aproveitadas pelo chefe do positivismo.

Embora esta opinião despertar alguma duvida que para ser dissipada convém compara os dois genios mais reveladores n’arte e na analyse, na creação de caracteres e na observação psychica.

Delles partiram as duas correntes de inspiração em cujo dorso fluctua o genio dos artistas modernos.

Shakspeare não é observador como Balsac, nem o auctor da Comedia Humana é artistas como o poeta de Hamlet; este escreve o drama, que é o romance pittoresco; aquelle escreve o romance physiologicos, que é o drama sem côres.

Emquanto um dá vida e movimento á estarua da paixão, o outro descreve-lhe as linhas e contornos.

Os personagens do tragico inglez teem actividade e vida, revelam-se e transforma-se em seus actos e palavras; os de Balsac são passivos, soffrem a autopsia da observação e retratam-se nas infinitas dissertações de seu auctor.

Um é artista e fez da metaphora a forma de seu pensamento, no dizer de Taine; o outro é psicologo e anatomista.

O contraste dos dois genios explica-se pelo antagonismo dos tempos em que viveram: Shakspeare é filho da renascença, epocha da pintura e da resurreição da antiguidade pagã.

Foi o dia da aurora esplendida que dissipou o pesadelo funereo da idade media.

Ao mysticismo medieval havia succedido uma especie de antropomorphismo panteista, a revelar-se na pintura, como na Grecia elle se havia traduzido na estaturaria, que é o culto do homem, educado no gymnasio e no circo, e vigorado pela gymnastica.

No 16.º seculo todos os artistas teem a religião da natureza e da forma que teve a mais fiel expressão no polyteismo hellenico.

N'essa ultima olympiada, Camões escrevera um poema, consorciando o genio plastico do paganismo com o ideal espiritualizado dos chistãos.

Balsac nasce em um seculo, macerado por excessivas cogitações, frio para a belleza da forma, totalmente absorvido em idéas, sem tacto apra as artes que revelão o corpo.

Shakespeare cinzela; Balsac escalpelisa.

Entre os historiadores modernos, encontra-se laivos dessas duas tendencias:

Benna, segundo Sainte Beuve, é incapaz de extrahir uma idéa nua e seguil-a em seu desenvolvimento e transformação; para estudal-a, é preciso encarnal-a em algum factõ da historia.

Macaulay, abarcando de um lance de vista o mais amplo e complexo, o movimento progressivo de um povo, não é capaz de abstrahir qualquer um dos elementos ou productos da civilisação – arte, linguas, instituições, governo etc. – para examinar em separado.

Para elle a historia é um corpo de que não se pode destacar uma só molecula.

Michelet e Thierry, pela magia de um senso historico todo artistico e pittoresco, levantão da poeira das tradições as raças, não como um cadaver, embalsamado, mas como a creatura viva e remoçada pela injecção de um novo sangue.

A estes esculptores das gerações extinctas comparae Guizot, como representante da tendencia contraria, analysando e abstrahindo do grande todo, que elle denomina civilisação, cada um de seus elementos constitutivos.

O autor dos Cinco Minutos, além de mais proprenso para a inspiração shakspereana, possui uma sensação original mui sympathica e dedicada, que o inhiibe de penetrar n'alma humana, onde ao lado da innocencia e da virtude, o observador esbarra a cada passo com o Asphaltite do vicio, exhalando os vapores mortiferos do crime.

Com esta explicação, justificão-se suas observações psicologicas.

O autor de Senhora, tendo já constituido sua pesonalidade litteraria, contrahiu o dever de submetter-se á critica e esta adquerio o direito de esboçar-lhe o vulto.

No artista avalia-se o quilate esthetico e o quilate historico; em qualquer das tentavias, deve-se desprezar a critica do elogio facil e da maledicencia invejosa.

As duas armas são indiganas dos gladeadores do pensamento.

O incenso da lisonja adormece o vigor dos commettimentos, e a gritaria da inveja calumniosa irrita, na calma das cogitações, o espirito que observa e crea.

O pensamento enerva-se no somno, narcotizado do elogio, e robustece-se no repouso, que lhe é offerecido pela confiança na imparcialidade da critica.

J. de Alencar tem vacillado á borda dos abysmos – do elogio inconsciente e da detracção apixonada; antes de ser tragado pelas voragens do desespero, a critica deve advertil-o da eminencia do perigo e poupar á nossa litteratura o desastre de tamanha perda.

Estas linhas e não conseguem tal fim, podem ao menos servir de incentivo a criticos menos imperfeitos, o que já é um passo para a regeneração de nossas letras.

**Textos críticos que abordam
José de Alencar e sua produção
ficcional como um todo.**

Dezesseis de Julho – órgão conservador. Rio, 6 de maio de 1870.²

Revista Bibliographica.

O movimento da litteratura brasileira é tão desconhecido dos nacionaes como dos estrangeiros. No Rio de Janeiro é mais facil ignorar-se o apparecimento de um livro impresso em qualquer provincia do Imperio, do que do mais obscuro cantinho da Europa. A excepção de um ou outro autor de reconhecida reputação, poucos são os livros publicados nas provincias que vêm ao mercado da côrte; encontra-se mais depressa a mais insignificante e chilra comedia estrangeira em qualquer de nossas livrarias, do que o mais bem acabado trabalho nacional. Ha mais difficuldade em ler-se no Rio de Janeiro um obra de autor brasileiro, que de qualquer outra nação.

Se a lei que manda todas as typographias e lythographias, estabelecidas no Brasil, depositar um exemplar de cada um dos seus trabalhos na biblioteca nacional, fosse cumprida, ainda teriamos esse recurso para conhecermos o movimento litterario das provincias; mas se nem as obras impressas na côrte são ali depositadas com regularidade, como appellar para semelhante estabelecimento, que se estivesse debaixo de melhor direcção prestaria mais serviços aos estudiosos, do que o que [uma linha ilegível, aproximadamente 41 letras] dono?

Ora desde que os nacionaes ignorão qual seja o gráo de progresso e desenvolvimento da nossa litteratura, não é para admirar que o estrangeiro viva na mesma ignorancia.

Mesmo assim, estes se têm mostrado mais sollicitos em promulgar pelo velho mundo o nosso adiantamento na cultura das lettras, que os proprios interessados. Os poucos litteratos brasileiros conhecidos na Europa devem a sua nomeada a seus mesmos esforços, que, seja dito de passagem, só são empregados em proveito proprio. Tanto é o nosso egoismo!

Quando Fernando Wolff, de saudosa memoria não só para os brasileiros como para todo o mundo litterario emprehendeu a confecção de uma historia da nossa litteratura; para dar mais completo desempenho ao seu louvavel intento, dirigiu-se a dous membros do Instituto Historico pedindo que o auxiliassem com apontamentos sobre a vida e obras de seus contemporaneos, porem, tão limitadas forão as informações ministradas por aquelles senhores, que entre os romancistas não occupa o logar, que já então lhe competia, o autor do *Guarany*; assim como, ao lado do fabulista Joaquim José Teixeira, que por essa época apenas tinha alguns apologos publicados na *Minerva Brasiliense*, não figura o nome de Anastacio Luiz do Bomsucesso que desde 1860 possuia uma collecção de fabulas impressas nesta côrte, e até louvadas por um dos informantes do autor de *Le Brasil litteraire*!

Em Portugal, cuja litteratura nos é tão familiar, as nossas obras primas não são menos desconhecidas; nomes ha de autores nossos, aliás de grande merecimento, que lá são completamente ignorados; ao passo que entre nós conhece-se o mais obscuro escriptor daquelle reino. No prologo do romance de assumpto brasileiro – *Calabar* – disse o seu illustre autor: que como a nossa litteratura ainda não possuia romances, elle apresentava aquelle para modelo! Isto se escrevia na época em que os nomes de Macedo, Teixeira e Souza, Alencar e outros já estavam proclamados entre nós como romancistas da primeira plana!

Não admira, porém, que o Sr. Mendes Leal ignorasse então a existencia de romances brasileiros do merito da *Moreninha*, *Tardes de um pintor* e *Guarany*, quando há entre nós moços dados ao cultivo das musas que ainda hoje ignorão mais do que isso com respeito as lettras patrias. Um destes ouvimos nós affirmar que o poema heroe comico ainda não tinha sido

² A inclusão deste texto pareceu-nos pertinente porque, apesar de não se centrar em José de Alencar, veicula uma imagem oitocentista da situação da produção literária nacional no momento em que o romancista e político escrevia, além de mencioná-lo como um dos fundadores da literatura brasileira.

ensaiado pelos nossos modernos poetas, contra o que estava a protestar a *Festa de Baldo* – a *Chopeleida* e outros. E quem tal dizia propunha-se a fazer uma colleção de *specimens* litterarios de autores brasileiros!

O apparecimento de um livro entre nós, desde que não venha firmado por um nome conhecido, não merece o menor reparo da imprensa, que quando muito anuncia apenas a sua publicidade. Um autor novel e obscuro quando quer merecer do jornalismo alguma attenção, mune-se de uma carta de empenho, com o que obtem algumas palavras de louvor, que têm tanto de lisongeiras, como de superficiaes.

Se o autor de um livro é conhecido, louva-se; se não é, nem sequer censura-se, diz-se pura e simplesmente – *F. publicou uma obra intitulada.* – e nada mais. Ainda ha bem pouco tempo sahio a luz um volume de poesias, que nem são mediocres, nem sublimes. O autor apresentou-se com uma carta de empenho para o redactor de uma das nossas folhas e este o acclamou como digno émulo de Gonçalves Dias, e o mesmo livro dirigido a outro redactor, sem recommendação alguma, não mereceu sequer as honras de uma noticia!

O cathalogo supplementar de uma biblioteca social, tambem publicado ha pouco tempo, foi saudado pela imprensa como um monumento de bibliographia, e thesouro de erudição (!), quando não passa de um trabalho commum e mal confeccionado; ao passo que os cathalogs do *Instituto Historico* e o da *Biblioteca Fluminense*, devidos aos cuidados e conhecimentos do intelligentissimo bibliographo F. J. Martins, passarão desapercibidos quando forão publicados; e no entanto, que estes cathalogs revelão muita proficiencia, e pericia, pouco vulgar, do seu autor, que por ser modesto vive ignorado.

Desejando, por essas e outras razões, de alguma fôrma concorrer, para que o progresso e desenvolvimento da nossa litteratura seja conhecido de nacionaes, e estrangeiros, emprehendemos a presente revista que não visa a reputação do tribunal de suprema instacia litteraria, mas que registrará em suas paginas todas as publicações que lhe forem enviadas por seus autores e editores, emmitindo sobre ellas um juizo tão imparcial como consciencioso.

Se, como esperamos, formos coadjuvados pelos interessados, a publicação que hoje encetamos prestará, se não aos presentes ao menos aos vindouros alguns subsidios, ainda que mediocres, para a historia da nossa litteratura, que, se de outros mais competentes tiver impulso identicoo ao que pretendemos dar, ainda que parcamente, com esta revista, ha de por certo desenvolver, e prosperar, muito mais do que sem este benefico incentivo.

F. F.

(Continúa)

Obs.: no *Dezeseis de Julbo* de 8 de maio de 1870, a “Revista Bibliographica” aborda a dificuldade de manter-se a publicação de uma folha literária.

Revista Illustrada. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1877.

A *Revista Illustrada* cumpre um doloroso dever, registrando o passamento de uma gloria nacional.

O paiz inteiro chora hoje a morte de José de Alencar, de cujo talento tão justamente se orgulhava.

Na política e nas letras, no jornalismo e na tribuna, José de Alencar deu sempre provas de sua elevada intelligencia e caprichosa imaginação.

Genio trabalhador, de posse da mais variada illustração, mais que ninguem concorreu o illustre cearense para o brilhantismo das letras patrias, para a accentuação de uma litteratura nossa.

Nem como politico, nem como litterato, nunca se formaram em torno de José de Alencar esses grupos de satellites que soem acompanhar os grandes astros em seu percurso; viveu só e combateu sempre em unidade.

Mesmo porém d'esse isolamento a que o condemnaram, tanta luz desprendia sua brilhante intelligencia, tão iriada era a sua imaginação, que José de Alencar conseguiu impor-se á admiração de todos.

Não teve proselytos, fez admiradores.

Na camara, onde ninguem o acompanhava, a sua voz era entretanto escutada no mais respeitoso silencio; nas letras, estremeciamos todos ao ler essas paginas vibrantes de sentimento e perfumadas por tanta poesia americana.

Trabalhador incansavel, luctando embora com a terrivel enfermidade que cruelmente o perseguia, deixou-nos elle todavia primorosas producções em todos os ramos conhecidos da litteratura.

“Quando o corpo caminha, disse elle, o espirito descança.”

E enquanto a molestia corroia-lhe o corpo, o seu espirito foi infatigavel, produzindo sempre, engrandecendo sempre o legado, cuja posse constitue uma gloria nacional.

Lamentamos sinceramente que tão incansavel obreiro cedo repousasse no sepulchro, e lamentamos, sobretudo porque José de Alencar finou-se para seus filhos, morreu para sua esposa...

Para os outros, porém, para as gerações por virem, elle vive ainda e reviverá sempre sagrado pela posteridade.

*

* *

A *Revista Illustrada*, deplorando a immensa perda que acaba de soffrer o paiz, rendendo um tributo de respeito á memoria de José de Alencar, dá por concluida a Chronica da semana lugubre e triste que acaba de passar.

A. Gn.

O Vulgarizador: jornal dos conhecimentos uteis. Rio de Janeiro: Typ. De Lombaerto E Comp., 1877-1880. 21 de dezembro de 1877.

José de Alencar.

Nunca a morte de um homem de letras causou no Brasil sensação tão profunda, consternação tão unanime e sincera, como a que produziu a orphandade litteraria em que nos deixa José de Alencar.

É porque as grandes dôres moraes são para os povos, como as grandes convulsões são para a natureza.

Ha momentos na existencia das nações em que o horisonte se torna de repente sombrio e fechado.

Elementos desencontrados e forças contradictorias elaboram em segredo a tempestade ameaçadora.

Todos esperam no silencio do temor o desfecho da catastrophe.

Na alma humana, como no mundo physico, abre-se então momentaneamente o vacuo.

A procella avisinha-se, move-se, cresce, ruge desvairada, sacode nos ares a juba de fogo, corre furiosa, verga as cupolas das florestas, cava em abysmos a immensidde das aguas, varre o pincaro escaldado das penedias, e por fim, fuzila, o relampago, retomba o trovão e estala o raio!

A terrivel faisca poucas vezes se contenta com incendiar as campinas razas, ou crestar as margens dos regatos solitarios e modestos.

Mão potente parece guial-a para fins desconhecidos.

Passa, deixando incolume os seres humildes e vai direita ao amargo do cedro mais gigantesco e com implacavel furor, abate-o de repente no meio do universal assombro.

José de Alencar era um desses cedros gigantescos.

A morte derrubou-o inesperadamente na sepultura, quando o seu talento irradiava em toda a plenitude e se haviam tornado exuberantes todas as suas bellas e opulentas faculdades nativas.

Ha tumultos, porém, que são marcos de repouso, não só para os contemporaneos, como para os vindouros.

Ás vezes, do cedro que a tempestade baqueia, nasce no solo uma geração de gigantes.

Da sepultura, onde repousavam ainda quentes as cinzas de Thiers, surgiu mais vigorosa para a França actual a liberdade democratica, como da revolução franceza nasceu para o mundo a civilisação moderna.

Ha tumultos, pois, que são abençoados, assim como tem havido revoluções que são precisas e salvadoras.

A memoria de José de Alencar será a inspiração augusta que tem de guiar e abrir novos e rasgados horisontes á litteratura nacional.

Se os homens são o producto social de seu tempo, é incontestavel que José de Alencar era a manifestação mais adiantada e uma das mais brilhantes de nosso progresso intellectual.

Não era só aquelle grande vulto o homem de seu tempo, mas tambem o homem de seu paiz.

A sua individualidade era das mais nobres e mais caracteristicas.

Sentia-se arrastado pela sêde devoradora do saber, e experimentava além disto a convicção ardente do inovador.

As tendências naturaes de seu espirito levam-o a descobrir em todas as explorações de sua intelligencia, paragens e roteiros novos.

Quando estudava uma questão de arte, litteratura, de critica, de philosophia, de politica, ou de sciencia, depois de conhecer os problemas resolvidos e em maior numero, os que estão ainda por determinar, sentia como que um descontentamento diante de acanhados limites da sabedoria humana, e imaginava então soluções novas, ás vezes temerarias ou impossiveis, mas sempre originaes e serias, em todos os ramos de conhecimentos; e este ardor em devassar o desconhecido, em surprehender o segredo das leis mysteriosas que regem as evoluções do mundo moral e social, levou-o a ser até um innovador em politica e mesmo em cousa mais rotineira que existe entre nós, na propria administração do paiz!

Todas as suas obras têm este cunho de individualidade original.

Tanto no romance, como no drama, na critica, na polemica litteraria ou politica, no folhetim, na propria linguagem, em todos os assumptos em que finalmente exercitava o seu talento, José de Alencar foi sempre um espirito endagador, um guarda avançado da intelligencia, um explorador incansavel e por assim dizer prophético, como Christovão Colombo, de mundos e de regiões incognitas.

Pouco antes de sua morte nos deu particularmente exemplo desta sua irresistivel tendencia.

Pedimo-lhe que colaborasse no *Vulgarizador*. Acceceu a nosso convite com toda sua expontaneidade; mas disse-nos logo que, não tendo estudos especiais dos assumptos que formam a base de nosso programma, precisava primeiro preparar-se para nos satisfazer.

Todos viram como brilhantemente desempenhou a sua promessa.

Pouco tempo depois desta conversa, por intermedio de nosso illustrado e bom amigo Joaquim Serra, José de Alencar mandou-nos a sua magnifica e apreciada carta acerca do Homem Pre-historico, publicada no 5 n.º de nossa revista.

Se nem sempre as suas conclusões em assumptos dessa natureza, parecem estar de accordo com os mais recentes e adiantados da sciencia, não é menos verdade que os seus raciocinios são quase sempre concludentes, revelam estudos concienzosos, mostrando que não havia recesso na esphera do pensamento vedado á intuição maravilhosa daquelle grande pensador.

Dispondo de um talento tão maravilhoso e multiforme, José de Alencar não podia deixar de ser o chefe de uma escola litteraria.

Esta gloria é incontestavelmetne sua e temos a convicção que o futuro da nossa litteratura ha de plenamente confirmal-a.

Conta uma lenda mexicana que um rei dos indigenas, em torno do qual se havia grupado uma multidão de tribus, arrancou e carregou aos hombros uma arvore, afim de servir de esteio á construcção de uma cidade futura.

Vendo a mocidade aquelle rei obrar este prodigio, accrescenta a mesma tradicção, pediu-lhe que arrancasse ainda uma outra arvore, para assim ficar completo o fundamento do novo imperio.

José de Alencar lançou os primeiros alicerces de uma litteratura opulenta e nacional; cabe agora aos representantes das letras brasileiras, á mocidade ardente e estudiosa, que observou os seus exemplos e deve inspirar-se em seu patriotismo, consolidar o edificio que elle deixou incompleto, mas cujo risco architectonico é sem duvida gigantismo e monumental.

O escriptor do *Jesuíta*, *Mãe*, *Demonio Familiar* e *Azas de um Anjo* entendia, como nós também entendemos, que cada paiz deve ter sua arte, que corresponda á sua natureza, ao seu character e ás suas tradicções.

Se tivéssemos de fazer a analyse de seus variadíssimos trabalhos, veriamos como seguia á risca este preceito; mas essa synthese já foi feita com muito talento e verdade em uma das folhas diarias desta côrte, por um de nossos mais estimados e populares folhetinistas.

O autor do *Guarany* e da *Iracema* era pois um verdadeiro engenho creador. Não o contentava andar por caminhos trilhados, nem o seduziram as facilidades imitativas em que se esterelisam hoje tantas vocações aliás aproveitáveis, concorrendo desse modo para imprimir á litteratura destes tempos uma uniformidade monotona e original, que lhe devia ser característico e peculiar.

Além da faculdade inventiva, que se revela no trama geral do romance ou do drama, José de Alencar conhecia profundamente o espirito da sociedade brasileira, e desenhava com mão de mestre os seus personagens, sendo principalmente inexcedível na verdade e na opulenta grandeza das descrições, em que nos pintava as magnificas scenas da natureza esplendida de sua patria.

Reconhecendo, como nós todos, a falta de um centro commum e despretençioso, onde se podessem reunir os homens de letras, e fortificar o espirito de classe, que neste ponto vae tão desnorreado, o conselheiro Alencar communicou a Joaquim Serra e a mim ainda ha pouco o interesse com que por sua parte se associaria a esta ideia generosa e util.

Nenhum outro motivo deve ser portanto tão grato a sua memoria como a realização deste nobre pensamento.

O Sr. senador F. Octaviano era por todos os titulos o homem recommendado para representar o pontificie neste cenaculo popular do talento. A sua accumulção seria tão expontanea quanto unanime.

S. Ex. promette-nos a iniciativa neste empenho e todos os homens de letras no Brasil abençoam a sua animadora resolução.

Satisfazer a vontade dos mortos illustres, contentando as esperanças dos vivos, é sem duvida patrocinar uma causa duplamente sagrada e duplamente meritoria.

Terminando estas linhas e partilhando o luto de todos os amigos e de todos os apreciadores do talento do conselheiro Alencar, damos tristemente os pesames a sua desolada familia, e temos consciencia de haver prestado a nossa homenagem fraterna diante de uma tumulto que nos merece por tantos motivos sincera e profunda veneração.

A. E. Zaluar.

“José de Alencar” – Folhetim do jornal *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1877.

Inda não póde doudejar ao acaso a penna que escreve esta chronica semanal.

Volto ao tristissimo assumpto de domingo passado, e volto acompanhado por muitos confrades que em breves, mas sinceras palavras, deploram a perda de José de Alencar.

É um álbum funebre este folhetim, um precioso escriptorio de joias lapidadas pela saudade, e offerecidas àquelle que foi o chefe da litteratura nacional.

Antes de dar a palavra aos poetas e prosadores que lamentam o eclipse do maior astro de nossa imprensa, ouçamos um prosador e poeta, Francisco Octaviano, contar nos como José de Alencar penetrou na imprensa. Essa pagina da vida do illustre morto, contada por tão primoroso engenho, é a primeira homenagem a Alencar.

Falla Octaviano:

*

* *

Contra meus votos, torcendo minhas aspirações e só por muita deferencia a meu sogro, passei do folhetim litterario e ameno do *Jornal do Commercio* para a redacção politica do *Correio Mercantil*. Communicando à direcção d’aquelle jornal a necessidade em que me via de separar-me d’elle, fui intimado, como é de cortezia na despedida dos ministros, para aponta o meu successor.

- José de Alencar, respondi sem hesitação. Os directores do *Jornal* não mostraram n’esse dia o tino que bem os encaminhava sempre. A *Semana* agradara, não por grande merecimento intrinseco, mas por aquelle espirito alegre, vivaz, prompto, a que namorava todas as bellas coisas, que commovem todas as grandes acções, desde a riqueza generosa até a pobreza bem suportada, espirito que a tudo se atreve, menos à offensa por interesse, e que ora é sentimental com naturalidade, ora zombeteiro sem fel. Esse espirito é um resplendor passageiro: só nos illumina por poucos annos na aurora da vida. Começava a despontar em José de Alencar, em mim já ia declinando. Procurou-se para a *Semana* a grande illustração, o estylo classico, mesmo o grande talento; mas não se procurou o *feitiço*, o demonio inspirador dos vinte annos. De meu conselho se lembraram os directores do *Jornal* já era tarde. Eu estava constituido em centro de partido, redactor principal do *Mercantil* e cabeça de familia. Abdicara de moço. Não podia mais poetisar, não podia andar solto pelo campo da imaginação: tinha de accetar um roteiro de jornada, em que era defesas as peregrinações á Bohemia. Reconhecera a necessidade de ter Alencar a meu lado. Elle, cedendo a um sentimento que o honra, preferiu dar-me o seu concurso a alistar-se na turma de meus competidores.

No correr de 9 de agosto de 1853 d’elle recebi este aviso:

“Octaviano. – Lembras-te do que conversámos domingo á noite vindo de Botafogo, e especialmente de um projecto que me communicaste o qual me diz respeito e se ha de realizar em setembro? Se te lembras, dever lembrar te tambem do que te eu disse na occasião, que a seguir uma carreira nova para mim desejava começal-a a teu lado e debaixo de tuas vistas, porque me sorri essa idéa de continuarmos collegas e amigos, embora já lá vão os tempos de S. Paulo. Entretanto, segundo te percebi, qualquer resolução a este respeito não depende unicamente de ti, pois que então sei que seria negocio feito. É necessario o accordo de outros, e este accordo, bem ou máu para mim, eu precisava sabel-o hoje. Tive pela manhan um offerecimento vantajoso, o qual facilmente adivinhas, porque directamente ou indirectamente concorreste para elle. Não o acceitei por precisar consultar te. Comprometti-me porém a dar uma resposta hoje e por isso volto-me para ti. Á noite desejo terminar isto: tu dirás com quem.

Preciso dizer-te que te consulto não só pelo dever rigoroso em que estou depois do que me disseste, como por interesse meu: quem ganha se contigo eu fôr, não és tu; sou eu pelo que te disse no começo, e por outras razões que te direi. Vem jantar commigo no Hotel da Europa; conversaremos sobre este respeito, com mais largueza. Irei ao Mercantil esperar te ás 3 horas. Todo teu – ALENCAR.

P.S – Esqueceu-me dizer-te que qualquer das duas cousas que se realise, *Correio Mercantil* ou *Jornal do Commercio*, desejava que ficasse em segredo. De qualquer dos dous modos de vou substituir, e por conseguinte prefiro que a difficuldade da posição recaia sobre um nome ignorado absolutamente.”

Pelo tempo que recebi esta carta os conselheiro de redacção do *Mercantil* eram meu sogro, o Sr. Muniz Barreto, e os Srs. Souza Branco e Salles Torres Homem.

Deixaram-me plena liberdade de acção. O accordo, de que eu fallara a Alencar, era somente de meus collaboradores de trabalho diario, porque foi costume de que nunca me aparte, prover á harmonia pessoal de meus companheiros. Podiam pensar como lhes aprouvesse, mas era essencial que se não commettessem publicamente, e mais do que tudo, que se estimassem pessoalmente. Para elles foi motivo de festa a communicacção reservada que lhes dei, da carta de Alencar. Não podia haver fartura maior. Afevinhavam todas as suas grandes forças intellectuais, e todos lhe queriam bem. Ás 5 horas da tarde José de Alencar era parte da redacção do *Correio Mercantil*.

(F. Octaviano).

Deixemos agora desfilar o cortejo dos hormens de letras em torno do ataude do preclaro filho da imprensa.

Em meio do concerto harmonico seria uma nota estridula a minha voz.

Tal é a grinalda entretecida por muitos dos nossos mais festejados escriptores e deposta no tumulto do gigante que baqueou:

*

* *

ADEUS DE IRACEMA

Lá da montanha azul na florida campina
Sempre ouvirás em sonhos os peregrinos cantos
Que murmurou na terra a tua voz divina...
Mas ao hymno do amor misturara seus prantos
A saudade – meu bardo – a nossa dor suprema!
(Pedro Luiz)

Os Lamartines não foram talhados para a politica. Têm o seu mundo á parte. Na larga e brilhante esphera, a que foram destinados, assentam sua gloria. A politica, que não os aprecia e que jamais foi comprehendida por elle, não lhes daria posição mais real, mais elevada e nobre do que aquella por elles conquistada nos labores litterarios, por um grandiosos talento e profundo estudo. Homens dessa ordem homens como José de Alencar, não morrem a materia succumbe, mas o espirito mantém a sua posição, não fenece. O poeta é immortal. Nas lettras deixa seu nome esculpido em caracteres indeleveis, e as lettras lhe perpetuam a gloria. A patria orgulhosa bem dirá sempre o filho que tão luminosos traços deixou no caminho afanoso e sublime, que trillhou na vida.

(J. Saldanha Maranhão).

A escuridão que vai dilatar-se a quem sabe por quantos annos na litteratura nacional servirá de attestar a immensa perda que acaba de affligir-nos com a morte de José de Alencar. Tanto é verdade que os grandes homens, como as grandes montanhas, podem ser avaliados pela sombra que projectam. Como Andrés Bello – a cabeça culminante da raça latina nos dois mundos – José de Alencar deixa um vacuo impossivel de preencher nas letras americanas. Homens d’essa estatura servem, na orographia moral do mundo, para assignalar os mais altos cimios do engenho humano.

(*Q. Bocayuvá*).

Vinde, casta e gentil Cecy, melancolica Izabel, graciosa Guida! Vinde, meiga e doce Iracema, caprichosa Diva, e vós altiva Senhora! Vinde todas – formosas filhas do genio de Alencar – entretecer uma capella de brancas saudades para aquelle que vos deu vida ideal, cheia de luz e de immarcessiveis encantos!

(*Escragnolle Taunay*).

De teu laurel de gloria
A mais formosa gemma
Burila a patria historia
Na lenda de Iracema.
Como Virgilio ao Dante,
Cooper no céu te espera,
Estrella scintillante
Da constellada esphera.
Já Deus te deu descanso;
Deu-te de leito a palma;
Tiveram já remanso
Os restos de tu’alma!
(Conselheiro *Cardoso de Menezes*).

Entre as joias preciosas do rico thesouro com que José de Alencar, ennobrecendo a patria, immortalisou seu nome, se admira sempre a grandesa de seu talento, a seiva de suas inspirações, e o vasto cabedal de conhecimentos que tanto realçou suas obras, a que mais me encantou foi o primoroso mimo de sua imaginação de poeta, intitulado *Sonhos de Ouro*.

Não terá por ventura o merito intrinseco de muitas de suas outras producções, mas nenhuma deleita mais o espirito, porque nenhuma seguramente a excede na belleza da forma, na naturalidade de entrecho, e, mais que tudo, na pureza e elevação do sentimento. Nos *Sonhos de Ouro* é protagonista o coração em toda gála e esplendor de seus primeiros impulsos e percorrendo embevecido a escala esperançosa das emoções electricas do amor. *Os Sonhos de Ouro*, ainda uma vez o digo, são o transumpto perfeito da alma de José de Alencar.

(*J. P. de Azevedo Peçanha*).

De pé por sobre a bronca penedia
Estava o Genio da floresta; - o vento
No ermo sibilava, emquanto attento
Junto a elle um cantor alli se via.
- Que procuras, mancebo, noite e dia
Com tanto afan e ardor no pensamento?
- O passado! o passado!... e suamento

Leva aos lábios a inúbia que trazia.
- Vem, pois, lhe disse o Genio em tom ardido,
Serei teu guia e mestre: tem ao certo
A victoria quem lucha convencido...
Partiram; das florestas eil-os perto...
Brada o cantor parado comovido:
- Joelho em terra! Estamos no deserto!
(*Bittencourt Sampaio*).

D'aquelle se pode dizer que não honrou menos a razão do que o seu nobre instrumento: a palavra.

Um só de seus livros, o SYSTEMA REPRESENTATIVO, talvez o que menos haja contribuído para sua grande voga de escriptor, mas com certeza o que maior cabedal de cogitação lhe deve ter custado, bastaria a perpetuar a memoria da prodigiosa individualidade, que o futura admirará em cinquenta diversissimos volumes.

Despedida a luz, póde o astro apagar-se. Nem por isso elle percorrerá o espaço com menos brilho.

(*Gusmão Lobo*).

Deve considerar-se feliz aquelle que conseguir percorrer uma só das espheras da actividade intellectual com brilho approximado ao que revelou José de Alencar percorrendo-as todas.

(*Ferreira de Araújo*).

Foi por certo o sublime espirito de Alencar quem inspirou a Octaviano fundar sobre seu tumulo a Associação dos litteratos brasileiros. D'estes alguns têm, como Alencar, genio inventivo, grandiosa e ousada inspiração, e talento veriadissimo; nem um, sem duvida, possui sua prodigiosa devotação ao trabalho. Possa o auspicioso labaro – *José de Alencar* – ser estímulo eterno e dizer incessantemente:

Brazileiros! Estudai, dia e noite, a maravilhosa natureza americana; ao esplendor do sol, á melancolica luz da lua e ao sympatico scintillar das estrellas do Cruzeiro do Sul! Trabalhem sem descanso na obra monumental da criação e engrandecimento da litteratura nacional!

(*André Rebouças*).

Foi uma contradição: tinha as valentias de um genio e as fraquezas de um animo aprehensivo.

(*J. C. do Patrocínio*).

José de Alencar... *coelestis in dicendo vir*.
(*Tito Franco*).

Iracema! Canto sublime de um poeta saudoso das paysagens de sua terra natal! Tão pujante foi a imaginação que te creou, tanto illuminou-te de seu brilho o genio que te deu vida, que pareces-me realmente a mais scintillante reminiscencia dos risonhos quadros que eu não admirei senão depois de animado pela imaginação do poeta.

(*Dantas Júnior*).

Qual um astro de luz no firmamento

Sobre a terra vertendo seus fulgores,
Assim o genio em magos resplendores
Illuminou-lhe as glorias do talento,
Hoje guarda o seu corpo a terra fria,
E na eterna mansão elle repouza;
Mas ainda através d'aquella louza
Surge a luz que na patria se irradia!
(*Cícero de Pontes*).

Alencar, como Heine, lançando um olhar para o seu passado poderia dizer que só teve no mundo um amigo intimo, inseparavel, dedicado até o sacrificio e a quem tudo deveu: - elle mesmo. D'ahi a independencia irreconciliavel de seu caracter. Se nos factos da vida material ha razão de sobra para um individuo se ufanar porque *não deve nada a ninguém*, no mundo intellectual esse phenomeno constitue a maior das glorias. Corresponde a isto: o barro de que nos falla a Biblia, dispensando auxilios extranhos e insuflando a vida a si mesmo.

(*Luiz de Andrade*).

Conheci José de Alencar quando elle tinha 25 annos: comecei sob sua direcção esta vida de jornalismo que tenho passado de mod tão inglorio, realisando o problema de viver obscuro na publicidade; fui sempre seu amigo e seu admirador até hoje. vi-o na intimidade; ouvi-o n'essas horas em que o espirito se mostra sem estudados atavios, em que a alma nua se revela com todos os seus defeitos e bellezas. Não fallo do escriptor, fallo do homem. José de Alencar foi mal julgado or seus contemporaneos: era uma alma sensivel e meiga; o atricto do mundo feriu-a; ella recolheu-se em si mesma, e então appareceu o homem triste e altivo que todos conheceram. Na solidão que elle proprio creou em torno de si, cresceu o seu talento, e d'ella surgiram, como a lava do seio da terra, essas esplendidas manifestações no romance, no drama, na poesia, que lhe douraram o nome.

(*Souza Ferreira*).

Oh, *Filhos de Tupan!* Brilhantes *Sonhos d'Ouro!*
Vós sois do genio seu ideal thesouro!
Do sol americano o raio mais fecundo
Traçou á sua gloria a orbita do mundo!
(*E. Zaluar*).

Os livros de José de Alencar são como as flores tropicaes que expandem-se á medida que o sol vai subindo no horisonte. Como o espirito d'aquelle eminente escriptor não tiveram poente, elles também não conheceram o crepusculo.

(*Frederico Rego*).

Ha nomes que marcam época imperecivel na vida dos povos. Bafejados pelas auras celestes, tornam-se os apóstolos de uma geração inteira e perduram indeleveis no bronze da historia. José de Alencar era um desses nomes. Os seus escriptos que ahi ficam, fructos de um cerebro luminoso e infatigável, são hymnos em louvor da patria. Quem melhor do que elle pintou os esplendores d'esse scenario grandioso, onde o Supremo Architecto dos mundos espargiu com mão profusão os mais brilhantes, thezouros de sua omnipotencia? Quem com mais criterio defendeu as nossas instituições? A litteratura para José de Alencar foi um [palavra ilegível]. Nas luctas da politica, nos fastos do jornalismo, nos conselhos da corôa, no romance,

no theatro, em todas as manifestações emfim do seu espirito scintillante, via-se o litterato. E é esta a sua gloria! A biographia de José de Alencar resume-se em duas palavras: *genio e trabalho*.
(*França Junior*).

A patria, n'angustia extrema,
Chorou ao vêl-o partir,
Como a olvidada Iracema,
Sentindo o amado fugir!
E agora... d'elle a memoria
Nos fundos mares da historia
Deslisa calma, ideal...
Como o batel dos gentios
Nos verdes mares bravios
Da sua terra natal!...
(*Affonso Celso Junior*).

E morreu elle hontem!!
Aquella intelligencia era luz e apagou-se! aquella sensibilidade era calor e extinguiu-se!
aquella vontade era força e aniquilou-se!

Se quereis decifrar o enigma da morte, que vos horrorisa e vencer o sphinge, que vol-o propõe, subi a essas regiões do pensamento, a que tantas vezes poude alar-se o espirito que se partiu da terra.

Subí... erguei os olhos... contemplai a verdade, que não vos é dado vêr na esphera inferior da vida, atravez das nuvens, que a envolvem e obscurecem.

Não morre o que é eterno, e na essencia immutavel do homem ha uma participação da essencia divina, que não póde perecer no tempo; não morre o que vive e se aperfeiçôa no tempo, porque na serie de estados que constituem a evolução da vida, não podem ser satisfeitas as mais levantadas tendencias de sua natureza.

Não abriu-se hontem uma lacuna na serie dos entes da creação, não quebrou-se um élo da corrente da humanidade que se prende ao infinito, não passou do ser ao não ser a poderosa individualidade que ahí vimos cooperando com Deus para a realisação do idela.

É a vida terrestre um sonho; mas sonho que não repete o passado, sonho que prophetisa o futuro...

E elle sonhava sonhos do futuro, nas multiplas manifestações da virtuosidade de seu talento, luz a decompor-se nas côres de sua variegada aptidão.

Sonhava o direito, era jurisconsulto; sonhava a verdade politica, era orador e jornalista; sonhava o bello, era romancista, era escriptor dramatico, era poeta...

Sonhava... Não penseis que agora dorme somno profundo, despertou...
(*J. J. Carmo*).

O trabalho é a Lei e o premio a Consciencia
À humanidade? Oh Deus! Consagração é a Morte.
O moderno Ideal vergou a velha Sorte:
Morreu nos corações! Viveu na Intelligencia!
(*S. Saraiva*)

Na época em que vivemos, quanto toda luz é pouca, e deve ser dissipada a obscuridade dos espiritos, é verdadeira calamidade apagar-se foco tão irradiante como aquelle cuja

extinção projecta sobre nós tão grande sombra, que só a Providencia sabe quando desaparecerá.

(*Gustavo Macedo*).

Se viver é pensar – de heroes longévos
este o primeiro foi... E a longa idéa
fundiu qual bronze, que assoberba os evos,
no jornal, na tribuna, na epopéa.
Se viver é sentir, - sentiu por quantos
lhe escutaram no drama as sãs lições,
quando ao sopro do genio, em riso ou pranto
estuvavam fremendo as multidões.
Viveu! Que luz, oh patria, tão brilhante!...
E por que é noite vais carpil-o agora!
Ninguem lamenta o sol que desce ovante:
Fôra descrer d'aurora!

(*C. Laet*).

Como todos os grandes escriptores destinados a passar á posteridade, José de Alencar inspirou-se na verdadeira fonte da legitima inspiração – nas tradições populares. Observando e analysando com elevado criterio o seu meio, evocando do seio das florestas as poeticas lendas dos indigenas, dando á velha chronica a fórma amena do romance, produziu essas obras que hão de durar tanto quanto a lingua em que as escreveu. Por isso, a sua penna investigadora e inspirada, correntia e expontanea, e sobretudo essencialmente brasileira, ha de ser adorada nos altares da patria, como symbolo do ensino superior, do guia fiel para presentes e posteros.

(*Lino d'Assumpção*).

N'aquelle eterno azul, onde Coema,
Onde Lyndoia, sem temor dos annos,
Erguem os olhos placidos e ufanos,
Tambem os ergue a limpida Iracema.
 Ellas foram, nas azas do poema,
 Cantadas pela voz de americanos,
 Mostrar às gentes de outros oceanos
 Jóias do nosso rútilo diadema.
E, quando a magna voz inda afinavas,
Foges-nos, como se a chamar sentiras
A voz da gloria pura que esperavas.
 O cantor do Uruguay e dos Tymbiras
 Esperavam por ti; tu lhe [palavra ilegível]
 Para o concerto das eternas.

(*Machado de Assis*).

.....
Depois d'estas, e de tantas outras já [duas palavras ilegíveis] manifestações de saudade e admiração, ninguem dirá que a imprensa fluminense foi inadimplente ao grande nome da litteratura nacional. TRAGABALDAS (Pseudônimo de Joaquim Serra segundo Arthur Motta em *José de Alencar: o escriptor e o político*.)

Textos portugueses oitocentistas sobre José de Alencar³.

³ Esses textos são fruto da pesquisa empreendida por Valéria Augusti na Biblioteca Nacional de Lisboa.

CHAGAS, M Pinheiro. *Novos Ensaíos Críticos*. Porto: Casa de Viúva More Editora, 1868, pp. 213-224.

Litteratura Brasileira **José de Alencar**

Apezar dos muitos talentos que avultam na nossa antiga colônia americana, não se pode dizer que o Brazil possua uma litteratura. Litteratura nacional é aquella em que se reflete o caracter d'um povo, que da vida as suas tradições e crenças: é a harpa fremente em cujas cordas geme, como um sopro, a alma d'uma nação, com todas as dores e júbilos que, atravez dos séculos, a foram retemperando.

O Brazil, como nação moderna, como filha da Europa, não tem ainda uma existência bastante caracterizada, para que os seus incidentes, reflectindo-se no espelho da litteratura, possam deixar nelle imagem bastante colorida e enérgica. Não tem tido que atravessar, como as republicas hespanholas, o período laborioso d'uma gestação difficilima, nem tem tomado, como os Estados Unidos, uma tal iniciativa no movimento civilizador do mundo, que possam na sua litteratura deixar profundo sulco as grandes questões em que se debate a humanidade. Efectivamente os povos, que se estorcem nas convulsões immensas que precedem a sua formação definitiva, inflamam a sua litteratura com todo o fogo do combate; o ardor, a vehemencia, o entusiasmo respiram na sua poesia, e as rapsodas febris, que sentem todas as comoções da lucta, soltam ao vento do futuro as paginas dispersas d'uma epopea sublime, que um Homero depois coordenara talvez, e de que se formara a Ilíada gigante d'esses povos que há cincoenta annos cercam a Trya dos velhos erros do passado, sem terem conseguido ainda conquistar a liberdade, essa formosa Helena que jaz dentro de muros sitiados.

Os Estados Unidos, paiz que já chegou a um grão desenvolvidissimo de civilização, tem, para assim dizermos, voto e assento na congregação limitada dos povos que dirigem a marcha da humanidade. Os grandes problemas, que importam ao destino dos homens, também elle os pretende e pode resolver. A voz dos seus escriptores ao morre no recinto das fronteiras. A sua litteratura actual tem, como a franceza, a ingleza, e a alemã um certo caracter d'apostolado. *Uncle Tom's Cabin* advoga a causa dos escravos negros, como *Lês Miserables* a causa dos proletários, esses escravos brancos. O mundo presta um ouvido attento ao clamor e Victor Hugo, e ao brado de Beecher Stowe. O estudo serio, e imparcial do passado, característico da moderna litteratura européia, marca também a índole da litteratura americana. Prescott e Ticknor caminham a lado de Gervinius e Villemain. Mas nem sempre foi assim; antes que a América do Norte, collocando-se na vanguarda do exercito civilizador, contrahisse deveres que lhe prohibem o egoísmo, e que fazem da sua litteratura a irmã, não a imitadora das grandes litteraturas europeas, lembrara-se do seu passado, revolvera os próprios pergaminhos, e dera-se carta de nobreza, para que podessem entrar, como astro de luz própria, e não como satélite, na brilhante constelação das nacionalidades. O representante d'essa litteratura patriótica foi Cooper; o typo em que o grande romancista incarnou a verdadeira nacionalidade americana foi Nathaniel Bempo, Olho de Falcao, Matador de veados, Longa Carabina Guia, Meia de Couro, Armador de Redes, vários cognomes que distinguem o seu heroe predilecto n'essas vivas epopeas, que se chamam *Deerslayer*, *The last of the Mohicans*, *The natario*, *The Pionners*, *The Prairie*. Todas essas figuras se agrupam em torno d'esse vulto sympathico, em todas as paisagens surge a sua elevada estatura, o seu rosto melancólico e bronzeado, a sua longa e fiel carabina. É porque Nathaniel pertence a raça conquistadora, mas quase irmao dos índios, pelo affecto profundo que a sua nova patria consagra pela sympathia que lhe inspiram os sofrimentos das tribus perseguidas, é o protesto vivo contra aqueles que da Nova Inglaterra querem fazer apenas a sucursal da antiga, que renegam toda a confraternidade com os primitivos habitantes d'esse magnífico solo, e que tentam assim afogar no seu germem a vivaz

virgem, para a substituírem por um simples satellite do planeta inglez, por um arrabalde ultramarino da velha Britannia.

As nações americanas, se quizerem verdadeiramente fazer acto de independência, e entrar no mundo com os foros de paizes que tem nobreza sua, devem, como Nathaniel Bempo, esquecer-se um pouco da metrópole europea, impregnar-se nos aromas do seu solo, proclamar-se filhas adoptivas, mas filhas ternas e amantes das florestas do Novo Mundo, e aceitar as tradições dos primeiros povoadores, que os seus antepassados bárbara e impoliticamente expulsaram da pátria, por onde vagueavam em pleno gozo da liberdade selvagem. Na poesia esplendida d'esses povos primitivos esta a inspiração verdadeira, que deve dar originalidade a seiva da literatura americana. Foi isso o que Fenimore Cooper comprehendeu, foi isso o que os seus romances tão apreciados por uma geração, que procura em todas as flores da poesia o aroma nativo dos jardins em que brotaram, no colorido das suas folhas o matiz com que doirou o sol da sua pátria, por uma geração, que despreza as estioladas plantas de estufa, nascidas n' uma atmosphaera flasa, desabrochadas ao sopro fictício d'uma brisa artificialmente cálida. É isso que deve dar ao Brazil a literatura que lhe falta, foi isso finalmente o que o snr. Jose de Alencar comprehendeu e tentou na formosa lenda cearence, que abre um novo horizonte aos poetas e romancistas de Santa Cruz.

Desde o *Caramuru* de Santa Rita Durão, os poetas brasileiros tem entrevisto a mina riquíssima, d'onde podem arrancar diamantes literários, tão fulgurantes como as pedras preciosas que resplandessem por entre as areias do Tejuco, mas ate agora nenhum se impregnou bastante dessa inspiração selvatica, nenhum teve animo para se banhar completamente n'esse formoso lago d'uma poesia estranha as regras e aos hábitos europeus. Gonçalves Dias e Magalhães sulcaram-no, mas como o cisne alvejante, que so procura semear de perolas a cândida plumagem, e que receia enlodar na vasa do fundo o collo nítido e correctamente airoso, a asa branca e lisa, a cabeça graciosa e fina. Não era assim que se podiam arrancar do lago os thesouros que la jaziam ocultos, era necessário que o poeta, como o mergulhador de Schiller, devassasse destemido os mysterios do pego, contemplasse as flores maravilhosas que desabrocham em fundas cavernas de coral, os recifes de madreperola que expandem nacarados reflexos sob a transparência das águas, as brancas nynphas, as pallidas visões que se vêem passar vagamente sob o cristal da superficie entre um nimbo de luz, que se azula, refrangendo-se nas rugas, com que a brisa encrespa a liquida toalha.

Estes mysterios da poesia, estes esplendores e estas sombras da confusa floresta das tradições populares sempre assustaram a literatura elegante; e foi necessário que uma revolução sanguinolenta revolvesse a ordem do mundo, destruísse as antigas distinções, e, agitando o mar social, mostrasse aos raios do sol a vasa e as perolas, para que os poetas, costumados a desprezarem ou a considerarem repugnantes esses animaes hybridos, essas vegetações monstruosas do fundo do Oceano, ousassem derrubar os seus palácios de Neptuno, quebrar as suas conchas de Smphitrite e aventurar o seu pe, calcado de setim, entre a rubida ramaria dos coraes, entre as verdejantes abobadas d'esses templos de algas e de limos, onde avultam, como ídolos horrendos, as chimeras monstruosas, as mysteriosas sereias que povoaram o sonho phntastico de Fausto, quando Mephistopheles o transporta ao seio da classe plebea, se assim nos podemos exprimir, da antiga mythologia. Tudo quanto não era nobre, perfumado e delicado fora por tanto tempo considerado como antipoetico que, ainda quando se principiou a perceber que havia muito oiro escondido n'essas escorias despresadas, não se aproveitou senão desgastando-o cuidadosamente nas jóias arrebicadas da litteratura clássica. Os poemas sublimes do grande homem, que bebera a largos tragos o vinho forte da poesia do seu paiz, em vez do hydromel semsabor, temperado com a água chilra de Aristóteles, as grandes tragédias de Shakeaspeare não ousaram apparecer no palco francez, senão compostas, aliadas, decotadas,

e castradas pelo bom Ducis. Foi preciso que viesse uma geração completamente nova, que nunca se viciara nos ares empestados, na atmosphaera artificial das estufas de Versailles, para que respirasse com delicias os aromas inebriantes da poesia, que procurava a sua inspiração nas crenças do povo, e nos sentimentos do poeta.

Ora o que succedeu na Europa com a poesia popular, aconteceu no Brazil com a literatura indiana. *A Conjuração dos Tamoyos* (sic) do poeta Magalhães, os poemetos nacionaes de Gonçalves Dias assemelham-se um pouco as tragédias shakeaspereanas de Ducis. Dizem-me que os *Timbiras* de Gonçalves Dias mostram já uma tendência maior para se impregnarem na cor local, e para reflectirem, na sua nudez sublime, as grandes imagens dos povos primitivos da América. Não conhecendo esse poema, não posso formar juízo sobre elle, mas outros poemetos indianos, publicados no volume de versos do grande poeta brasileiro [em nota: Edição de Leipsick], authorizam-me a suppor que a morte ceifou Gonçalves Dias antes d'elle ter inaugurado verdadeiramente a literatura nacional do Brazil, e que a *Iracema* do snr. Jose de Alencar pertence a honra de ter dado o primeiro passo affeito na selva intrincada e magnificente das velhas tradições.

Quem lê os romances de Cooper, e se enthusiasma com suas descrições magníficas, com os usos pitorescos dos selvagens, com a linguagem imaginosa e colorida, apanágio de todos os povos primitivos, que vivem n'um contacto íntimo com a natureza, se volve depois os olhos para as terras de Santa Cruz, se contempla essas florestas, onde resplende a vegetação prodigiosa dos trópicos, onde os cipós se enrançam em longas cordas de verdura, onde as bromélias pendem em festões variegados dos troncos das arvores, se pensa n'esses rios portentosos, que se desenrolam na vastíssima amplidão dos desertos e em cujas águas rumurejantes se espelham as altíssimas cúpulas das selvas marginaes, se vê passar com os olhos da phantasia, por esses maravilhosos ermos, os índios silenciosos, cuja tez é doirada pelo sol, cuja linguagem se inflamma no ardor do clima, cuja paixões ferventes se exaltam ao sopro da brisa ardetissima dos trópicos, lamenta de certo que não houvesse um poeta, que soubesse aproveitar os thesouros da poesia, espalhados com profusão por esse território admirável, e que, da mesma forma que Fennimor Cooper, desse mágico relevo as tradições e as chronicas d'esses povos, a quem Deus concedera para habitação como que um arrabalde do Paraíso.

Felizmente o snr. José de Alencar livrou a sua pátria d'esse labeo. *Iracema* é uma tentativa, uma lenda apenas de 156 paginas, mas em que se revela o stylista primoroso, o pintor entusiasta das paisagens nataes, e o chronista dos antigos povos brasileiros. Pela primeira vez aparecem os índios, falando a sua linguagem colorida e ardente, pela primeira vez se imprime o cunho nacional n'um livro brasileiro, pela primeira vez são descriptos os selvagens com aqueles toques delicados, que dão um realce tão vivo aos typos do romancista da América do Norte. *Iracema*, a virgem tabajara, a virgem dos lábios de mel, é a cândida e meiga irmã da Flor dos bosques, e da Estrella da manha, e de Orvalho de Junho, essas formosas criações do grande escriptor dos Estados-Unidos. A musa nacional solta-se enfim dos laços europeus, e vem sentar-se melancólica e pensativa, a sombra das bananeiras, vendo o sol pagar o seu facho ardente na perfumada orla das florestas americanas.

Vi, não sei já em que jornal do Rio de Janeiro, notada como defeito a profusão de termos indígenas espalhados nas formosas paginas d'*Iracema*. É possível que o auctor não pudesse eximir-se ao desejo de fazer apparatus de erudição em matéria tão nova, e esse apparatus, se tornasse ininteligível o volume ou inçasse de termos desagradáveis o brilhante matiz da prosa do sr. José de Alencar, podia realmente considerar-se como defeito, mas o entretecer nos períodos da lenda algumas palavras sonras e doces, que, ainda mesmo que não sejam comprehendidas pelo leitor, em nada prejudicam o interesse do livro por serem designação de plantas americanas ou de objetos de uso dos indígenas, não creio que possa macular por forma

alguma o formosíssimo quadro do pintor brasileiro. São uns acessórios collocados ao fundo da paisagem, que em nada diminuem a admiração que o quadro nos inspira, porque representam objectos para nos desconhecidos. A pequenez do livro e o facto de ter a forma legendária que requer concisão, e impossibilita as explicações entemeiadas no texto, fizeram so com que fosse mais sensível o emprego d'essas palavras da língua indígena que, n'um romance, onde as descripcoes, tomando proporções mais largas, e descendo a mais ligeiras minuciosidades, explicam o termo para nos ignoto, passaria completamente despercebido.

Não; esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*; o defeito que eu vejo n'essa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portugueza, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho portuguez, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações grammaticaes, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quizerem tomar as proporções d'uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato.

Se os escriptores brasileiros desejam realmente fazer uma língua nova, corrompendo a antiga, como as línguas modernas da Europa se formaram da corrupção do latim, devemos adverti-los de que isso não prova senão o desprezo das regras mais elementares da philologia. A transformação das línguas é um phenomeno, que se opera sem que a vontade humana possa n'ella intervir por forma alguma; como qualquer outro phenomeno physico, esta sujeito a leis fixas e imutáveis, como a gravitação, ou a expansão dos gases. Max Muller demonstrou amplamente na sua *Sciencia da Linguagem*, e com elle demonstraram-n'o todos os eruditos philologos da moderna eschola, que a philologia é uma sciencia da natureza e não uma sciencia histórica. O fluxo e o refluxo das línguas tem um caminhar tão certo como o fluxo e o refluxo dos mares, que obedecem a ação longiqua da lua. Essa transformação pol-a deus nas mãos dos ignorantes. O nível da linguagem eleva-se, não se abaixa. É ao povo, esse ignorante sublime, que esta contido o sagrado deposito. _Os sábios enriquecem um idioma, so o povo o transforma. As formas grammaticaes não se alteram a belprazer dos escriptores; a índole d'uma língua não são elles que a modificam por decreto. Parece-me necessário que os escriptores brasileiros se compenetrem bem dessa verdade hoje elementar.

Porque motivo um livro brasileiro se distinguirá na linguagem d'um livro portugez, quando os livros de rescott americano não se distinguem dos livros de Macaulay, quando Ticknor e Southey, Cooper e Walter Scott, Washington Irving e Charles Dickens escrevem o mesmo correcto inglez? Estas dissidências não podem indicar senão um erro da nossa parte, ou da parte dos nossos irmãos ultramarinos. As línguas transformam-se corrompendo-se, e a corrupção, enquanto não é fonte de renovamento, é vicio fatal. Ora n'este caso ou nos estamos corrompendo o idioma, ou os escriptores brasileiros o corrompem. Mas nos cingimo-nos as velhas regras, nos sem nos desviarmos da linha recta, enquanto os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões. É glorioso ser um d'esses escriptores, que fazem brotar um idioma novo do cadáver corrupto d'uma velha língua, mas não nos parece igualmente glorioso entrar na classe d'aquelles que receberam dos seus antepassados uma linguagem formosa, harmoniosa e opulenta, e que a estragam, e que a desfiguram, e maculam, e concorrem d'essa forma para a transformarem de corpo cheio de vida em cadáver purulento, de manto de púrpura em farrapo ignóbil.

Aproveitei esse ensejo para dizer as verdades, que pesavam há muito na consciência, e que parecerão talvez rudes, quando se souber que são escriptores de primeira ordem, talentos verdadeiramente grandiosos, os que estão a frente d'esta cruzada de novo gênero. Mas pareceu-me útil recordar estes princípios elementares de philologia a quem, cego por um

sentimento talvez louvável, caminha visivelmente n'uma vereda errada, e vai arrastando por ella uma litteratura cheia de vida, e florescente de promessas.

Ainda que o snr, Jose de Alencar não seja dos mais audazes revoltosos, ainda que seu estilo verdadeiramente mágico resgate plenamente as correções de linguagem que lhes podemos imputar, desejaríamos que nem sequer essa leve macula existisse n'um livro primoroso, num livro que esta destinado, como a *Iracema*, a lançar no Brazil as bases d'uma litteratura verdadeiramente nacional.

O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. Vol. I, 1 Anno. Empreza do Ocidente. Lisboa, 1878, pp. 10-14. 15 de janeiro de 1878.

JOSE DE ALENCAR

Era um dos mais ilustres filhos do Brazil o conselheiro Jose Martiniano de Alencar.

Natural da província do Ceará, onde nascera a 1 de maio de 1829, conferiu-lhe, aos 22 annos, a faculdade de Direito de Olinda, o grão de bacharel em sciencias sociaes e jurídicas, tendo-se consagrado, desde então, o ilustre escriptor, a profissão de advocacia.

No Rio de Janeiro tanto se avantajou nella, que foi nomeado consultor do ministério da justiça, e distinguiu-se então por consultas luminosas que attestavam a sua alta proficiência e justeza de observação.

Trabalhador infatigável, servindo como advogado, numerosa clientella, dirigindo a cadeira de direito mercantil no Instituto Commercial, consagrou sempre as suas horas vagas a litteratura, e conquistou o primeiro logar entre a numerosa e brilhante plêiade de escriptores, que surgiu n'aquelle paiz, capitaneada por Teixeira e Sousa e Manuel de Almeida, depressa roubados também as esperanças da pátria.

A Providencia, do primeiro, e as *Memórias de um Sargento de Milícias*, do segundo, narrativas históricas, perpetuando os usos e costumes dos tempos coloniaes, assim como em seguida *As Tardes de um Pintor*, não tiveram depois competidores mais graduados do que *O Gaúcho*, *O Guarany* e *As Minas de Prata*, romances a que imprimiu José de Alencar feição nova e característica, accentuando-se nelles poeticamente o cunho brasileiro pela fidelidade das descrições, e nos dois últimos pela delicada observação dos esplendores da natureza.

No *Guarany*, principalmente, cuja ação se passa no tempo dos primitivos dominadores do Rio de Janeiro, e no qual avulta a figura grandiosa de D. Antonio de Mariz, fidalgo portuguez, refugiado em meio de florestas e montanhas povoadas de índios selvagens, preferindo lutar com elles constantemente, até morrer fiel as tradições de seus maiores, a participar dos regalos de uma corte que abjurou dellas, - no *Guarany*, dizemos, é para admirar a habilidade com que disputam primazia os foros cavalheirosos da velha fidalguia portugueza, e essa outra grandeza, também nobre, mas selvatica, do valor e da lealdade, que são os característicos das raças indígenas do Brazil, sem que nunca sobrepuje uma a outra, mas se honrem ambas; salvos, comtudo, a ascendência da raça civilizada e os privilégios da educação.

Romancista fecundo, deixou ainda Alencar brilhantes attestados do seu talento nos formosos livros, populares no Brazil, a que deu por títulos *A Viúvinha*, *Cinco Minutos*, *Diva*, *Luciôla*, *Iracema*, *A Pata da Gazella*, *Til*, *O Garatuja*, *Senhora*, e muitos outros, todos fieis a mesma tendência de nacionalizar a língua, dando cunho e feições especiaes a litteratura de seu paiz.

Enriqueceu o Teatro com os dramas realistas *O Jesuíta* e *Mãe*, coroado este de imenso applauso, e porventura conhecido nos dois continentes; escreveu as comedias de costumes *O Demônio Familiar*, *As Azas de um Anjo*, *O Rio de Janeiro Verso e Reverso*, e outras, em que o espírito de observação anda sempre aliado a elegância da phrase e primores da imaginação.

Tomou sempre parte activa na imprensa do paiz e na política, da qual conseguiu tornar-se um dos vultos mais notáveis. Depois de colaborar nos dois primeiros jornaes da capital, tendo dirigido por algum tempo *O Diário do Rio de Janeiro*, fundou depois o *16 de Julbo*, jornal político, exclusivamente consagrado a sustentação das ideas conservadoras e de ordem.

Escreveu no *Correio Mercantil* uma serie brilhante de folhetins, sob o titulo *Ao Correr da Penna*, e que formam hoje um bello volume. Sobre critica literária deixou-nos também trabalhos importantes.

Foi deputado em diversas legislaturas, e um dos oradores mais brilhantes e autorizados do parlamento brasileiro.

Foi auctor das *Cartas de Erasmo*, pamphleto político dirigido ao Imperador, e tão fortemente incisivo, e tão cruelmente lógico, que bastaria a produzir uma revolução na sociedade, se a opinião publica, em certos paizes, não fosse mera ficção, quando escapa de ser um sophisma legal.

Character austero e honrado, assignou a sua administração, como membro do ministério de 16 de julho, por actos de severidade e justiça, e demittindo-se dos conselhos da coroa para se declarar uma opposicao ao próprio governo de que fizera parte, denunciou na câmara com eloquência e energia o poder pessoal, e a tendencia fatal da coroa, procurando invadir e absorver a independência dos demais poderes.

Rara virtude, como é, essa da coragem cívica, isolla sempre aqueles que distingue; ficou por isso em unidade o valente orador, que não franqueou ainda assim, mas deixou nos annaes do Parlamento brasileiro, ao lado de brilhantes exemplos de eloquência, muitas verdades amargas, e muitos golpes fundos nos excessos de poder.

Eleito senador por sua província natal, a escolha imperial, sempre lógica a seu lado, foi recahir sobre outrem, excluindo da câmara tão notável cidadão.

De logar de honra, porem, que conquistou na historia, e da gratidão e saudade dos seus patrícios, é que não poderão excluir a sua memória, nem os despeitos do trono, nem as vaidades da corte.

Tendo-se finado o conselheiro Alencar, no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro ultimo, e honrando delicadamente *O Occidente* os seus méritos, dando ao retrato do escriptor logar distincto nas suas paginas, foi-me conferida a honra de escrever estas linhas, pobre homenagem, mas bem d'alma e verdadeira.

Separado da vida das relações do conselheiro Alencar, adversário declarado das suas ideas políticas, não é suspeita a saudade que com hoje se aproxima de seu tumulo o mais humilde de seus patrícios.

Lisboa, 13 de janeiro de 1878, L.J. PEREIRA DA SILVA.

Almanach das Senhoras para 1884. Portugal e Brazil. Publicado sob a proteção de S. M. a Rainha D. Maria Pia . Ilustrado com o retrato e a biographia de Camillo Castello Branco, muitos retratos de escriptores e artistas notáveis. Colaborado pelos mais festejados escriptores de Portugal e Brasil. Ampliado com diferentes tabellas, noticias de interesse publico, anedoctas humorísticas, muitos problemas premiados, enygmas e uma desenvolvida serie de anúncios por Guiomar Torreza. 14 anno. Lisboa, Redação do Almanach das Senhoras, 1883, pp. 162-165.

JOSE DE ALENCAR

A biographia de José de Alencar, os traços de sua phisionomia litteraria, o contorno de sua estatura intellectual, são grandes demais para caberem nas restrictas dimensões de um Almanach. Folheando-se as paginas de seus admiráveis romances, dos seus dramas, dos seus poemas harmoniosos e apaixonados, em que se desenrolam diante dos nosso olhar maravilhado as florestas do novo mundo, a natureza tropical, rica de florescência e de esplendores, que ninguém como Jose de Alencar soube descrever; lendo-se *Iracema*, *Alma de Lazaro*, *Ermitão da Gloria*, *Lucíola*, *Cartas Sobre A Confederação dos Tamoyos*, *A Noite de S. João*, *Cinco Minutos*, *Viuvinha*, *Azas de um Anjo Credito*, *Expição*, *Verso e Reverso*, *Ao Correr da Penna*, *Demônio Familiar*, *Mãe*, *Diva*, *Minas de Prata*, *Os Filhos de Tupã*, *Cartas de Erasmo*, *Gaúcho*, *Tronco de Ipê*, *Guerra dos mascates*, *Til*, *Guaratuja*, *Sertanejo*, *Pata da Gazella*, *Sonhos de D'Oiro*, *Senhora*, *Encarnação*, *Ubirajara*, *Jesuíta* e *O Guarany*, a obra prima do grande poeta, dupla gloria para o Brazil (graças ao peregrino talento de Carlos Gomes), comprehende-se a impossibilidade de encerrar num pequeno artigo a figura complexa e colossal do José de Alencar. Entre a plêiade de poetas brasileiros, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Franco de Sá, Lessa, Castro Alves, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e outros, a individualidade de José de Alencar ocupa um logar excepcional, devido não so a pujança creadora do seu talento, como a originalidade de suas concepções eminentemente nacionaes. Nenhum poeta achou, como elle, o colorido violento e sensual, a sensibilidade ardente e lânguida, susceptíveis de exprimirem as paixões devoradoras dos corações aquecidos a flama do sol dos trópicos. Cecy e Pery, Iracema, Lucíola, Poty são a viva personificação do lyrismo americano vibrando, como um teclado melodioso, ao contacto do eterno amor. O estylo de Jose de Alencar é sempre impregnado de uma exaltação romanesca e docemente melancólica.

“Verdes mares bravios da minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba (escreve o poeta no *Guarany*), verdes mares, que brilhaes como liquida esmeralda aos raios do sol nascente, prolongando as alvas praias ensombradas de coqueiros. Serenae, verdes mares, e alisae docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro manso resvale a flor das águas.”

José de Alencar nasceu na Província do Ceará no dia 11 de maio de 1829; aos 22 annos formou-se na Faculdade de Direito de Olinda e tomou o grau de bacharel em sciencias sociaes e jurídicas, destinando-se a profissão de advogado. O illustres escriptor estreitou-se nos ‘*Ensaio Litterarios*’, jornal fundado por José de Alencar e outros rapazes em 1846 e publicado em S. Paulo. As *Cartas Sobre a Confederação dos Tamoyos* foram a primeira revelação do talento do auctor do *Guarany*. Era sobretudo na pintura da natureza que se extremava a fantasia do poeta brasileiro. Ouçam-no ainda uma vez no *Guarany*:

‘A tarde ia morrendo. O sol declinava e deitava [...] Era Ave Maria’.

No *Demônio Familiar*, comedia representada pela primeira vez em 5 de setembro de 1857, o grande escriptor pronunciou-se energicamente contra a escravatura. Todavia, o theatro como sucedeu a Georges Sand, Camillo e outros romancistas, não deu a José de Alencar uma gloria comparável aquella que lhe alcançaram os livros. Em 1859 a política foi disputar o poeta

ao convívio das musas. José de Alencar assumiu n'essa época o lugar de chefe da secção na secretaria do ministério dos negócios da justiça. Começava ali a ascensão que devia levar-o aos fastígios do poder, aos conselhos da coroa, ao posto ambicionado de ministro da justiça, as grandes luctas do parlamento, aos triumphos oratórios, mas começava também a devoradora existência, pungida de angustias, salteada de hostilidades, rodeiada de ciladas, o combate de todas as horas que encarneceu Lamartine e que deixou Alencar devastado e ferido em todas as suas susceptibilidades de poeta. E elle mesmo o declarara no gaúcho, escripto no ermo da Tijuca, onde o ex ministro foi retemperar a inspiração crestada e desflorida.

“Há duas velhices: a do corpo que trazem os annos e a da alma que deixam as desilusões”.

Eis uns versos do insigne poeta brasileiro, concebidos na hora terrível do desencanto:

“Ainda és bella! No teu lábio rubro

Desfolha amor lúbrico sorriso

[...]

Nas ruínas em que nascera”

No dia 20 de julho de 1864 realisou-se o consorcio do eminente poeta brasileiro com uma sobrinha do almirante conde de Dundonald.

José de Alencar não era de forma alguma, um observador, um naturalista, um positivo, subordinando a fantasia as formulas restrictas da realidade. O auctor de *Iracema* era poeta, mesmo quando escrevia em prosa; a sua grande superioridade provinha da imaginação e do estylo, o estylo que foi a alma de suas obras, como escreveu Araripe Junior no formosíssimo *Perfil Litterario* de Jose de Alencar. Não obstante a superioridade de seu talento, ou antes em virtude mesmo da elevação d'esse talento, - um dos primeiros da litteratura brasileira – José de Alencar teve um sem numero de adversários e de críticos; entre esses os mais inconciliáveis foram o conselheiro Jose Feliciano de Castilho e Sylvio Romero.

Um ataque de paralyisia feriu o grande poeta ainda no vigor da idade, roubando-o a pátria de que elle era uma das mais legitimas glorias.

(G.T.)

ALENCAR, José de. *Iracema* (com uma noticia biographica do aucthor). Bibliotheca Universal Antiga e Moderna, 13 serie, numero 49. Lisboa: Companhia Nacional Editora, sucessora de David Corazzi e Justino Guedes, 1890, pp. 5-12.

NOTICIA BIOGRAPHICA

José Martiniano de Alencar. Este grande escriptor brasileiro, mais conhecido pelo nome José de Alencar, nasceu n ceará no dia 1 de janeiro de 1829, sendo filho, ao que parece, do illustre político do mesmo nome. Dizemos “ao que parece” porque nas biographias d’este grande escriptor, que temos presentes, não se acusa a sua filiação. Pode ser lapsos, pode ser outro motivo qualquer que não precisamos de apurar. O que é certo é que José Martiniano de Alencar mostrou desde creança um grande engenho. Tinha 17 annos quando em 1846 se matriculou na faculdade de Direito de São Paulo, para tomar, como tomou, o grau de bacharel, tendo ido porem em 1848 concluir seus estudos jurídicos e formar-se na Faculdade de Olinda.

Em São Paulo começou a manifestar-se o seu talento litterario, publicando vários artigos n’um periódico intitulado: “Ensaíos”, e redigido pelos estudantes da faculdade, que appareceu em S. Paulo nos annos de 1846 e 1848.

Em 1851 concluiu Alencar o seu curso, e veiu logo para o Rio de Janeiro, entregando-se então com mais desafogo aos trabalhos litterarios. Estreiou-se na capital do Império escrevendo no “Correio Mercantil” um artigo de critica acerca das poesias de Augusto Zaluar. N’este mesmo anno, como que para mostrar que as sua preocupações litterarias o não desviavam de estudos mais áridos, escreveu alguns artigos sobre a reforma hypotecaria, e em seguida começou a escrever, sempre no “Correio Mercantil”, umas revistas semanaes intituladas: “Ao correr da Penna”, e assignadas com a sigla Al.

Em julho de 1855 sahiu da redação do “Correio Mercantil”, e passou a colaborar no “Jornal do Commercio”, onde escreveu, entre outros artigos, um a respeito de Thalberg, outro a respeito de Othelo, e outro acerca do padre Mont’Alverne. Em outubro de 1855 assumiu a direção do “Diário do Rio de Janeiro”, que conservou ate 1858.

Em 1856 publicou seu primeiro folheto, que deveria ser seguido por tamanho numero de volumes. Este folheto intitulava-se: “Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos”, e era uma coleção de folhetins que haviam sido publicados no “Diario do Rio de Janeiro” e em que se fazia a critica do celebre poema de Gonçalves Dias.

Em 1857, finalmente, sahia o “Guarany”, o famoso romance brasileiro, que produziu um verdadeiro entusiasmo, e que deu a José de Alencar os foros, emquanto a nos merecidissimos, de primeiro romancista brasileiro. Alguns críticos rabujentos notavam que aquelles índios de José de Alencar eram “flux beaux que nature”, que eram uns índios ideaes, muito diversos das creaturas porcas, rebaixadas e deprimidas que representam, na actual civilização brasileira, o elemento indígena.

Esses críticos porem esqueciam-se de uma cousa: de que os índios actuaes não são os índios que viviam livremente na floresta, na plenitude de sua força e independência, e também de que, se os guaranis de Alencar são pelo menos índios de excepção, Índios de excepcao eram também de certo aquelle suave Uncas, o ultimo dos mohicanos, e o pensativo Chingachgook, que viviam em tão santa harmonia com o longa carabina, aquelle Nathaniel Bempo, personagem querido de Fennimore Cooper.

Mas os protestos, se os houve, desapareceram no meio do coro uníssono dos aplausos. O Brazil tinha finalmente uma litteratura sua, bem sua, romances que não se modelavam pelas formas velhas e gastas dos romances europeus. A América do Sul tinha enfim o seu Cooper.

Pery, Isabel, Álvaro, Ayres Gomes foram personagens que ficaram para sempre gravados no espírito do publico brasileiro, e, para mais se consagrar a gloria do “Guarany”, até o grande maestro brasileiro Carlos Gomes escolheu este formoso romance para d’elle extrair o libreto de sua opera O “Guarany” que é a sua obra prima, obra prima da musica brasileira, e uma das mais notáveis operas do nosso tempo, que já hoje tem fama universal, e é representada com applauso em todos os theatros do mundo. O que, porem, sobretudo se apreciava no “Guarany” e a essa respeito não havia diversidade de opiniões, era a belezza incomparável do estylo, a magnificiencia das descrições da natureza.

Ao mesmo tempo tentava José de Alencar o theatro, e, depois de fazer representar uma comedia de valor secundário “Verso e Reverso”, dava ao theatro a sua obra prima, também uma das obras primas do theatro brasileiro, “ O Demônio Familiar”. É esta comedia um magnífico estudo dos costumes brasileiros, e foi decerto um profundo golpe vibrado a escravatura, porque o seu entrecho se cifra principalmente na demonstração da influência neffasta do “moleque” na família brasileira. O “Demônio Familiar” é esse moleque, elemento permanente de discórdia e de desmoralização.

“O Guarany” e o “Demônio Familiar” bastavam para assegurar a gloria de um escriptor; mas José de Alencar foi sempre consumido por uma sede insaciável de escrever. Trabalhava com uma rapidez tal que isso prejudicava muitas vezes o acabado das suas obras, e impedia-o de lhes fazer atingir a perfeição, a que poderiam alias ter chegado tanto quanto isso é possível as obras humanas.

No Theatro, pois, ao “Demônio Familiar” e ao “Verso e Reverso” seguiram-se o “Credito” e os “Jesuítas”, drama que foi retirado de scena, porque o publico abandonou por tal forma o theatro em que ele se representava, que diz um critico de Alencar, que no Rio de Janeiro não fosse visto por um cento de pessoas. Esta ausência do publico indignou muito José de Alencar que publicando o drama, o precedeu de um prefacio em que diz que dava o drama a luz publica, so para que visse que, se o theatro brasileiro não existia não era por falta de bons auctores, nem de boas peças, mas sim pelo inqualificável retrahimento do publico. Esse acesso de vaidade não era permitido a um homem de tão verdadeiro merecimento como era José de Alencar. Effetivamente não tinha razão alguma: o drama os “ Jesuítas” era detestável, pueril, sem caracteres desenhados sem ação lógica, sem cousa alguma que constitue verdadeiramente o mérito de uma obra litteraria.

Não desanimou Alencar, e deu a scena as “Azas de um anjo”, drama que se modelava um pouco pela “ Dama das Camélias”, com a excepcao de que no fim Margarida Gautier casa com Armand Duval. Um critico brasileiro muito divertido, que assigna com as iniciaes J. S. uma obra verdadeiramente inepta intitulada “Manual de Litteratura”, diz a respeito das “Azas de um Anjo” o seguinte:

“É uma tocante oração em favor da perdida. No fim, sobretudo, no casamento d’esta com Luiz, nada há de francês. É um traço de bondade e abnegação, próprio do character brasileiro, que o francês não approvaria”.

Esperamos ainda assim que no Brazil não sejam extremamente vulgares esses actos de abnegação e de bondade, porque a geração que resultasse d’estes actos de bondade podia ser exquisitamente qualificada.

Mas o que é curioso é que, apesar d’esta peça ser a apotheose do character brasileiro, a auctoridade prohibiu que se representasse, e J. S. acha muito justa a proibição. Já se vê que não

quer que no theatro se ponham em relevo para ensinamento do publico a bondade e a abnegação tão próprias do character brasileiro.

José de Alencar acudiu em defeza da sua peca na imprensa, e outros escriptores o apoiara. Effectivamente a pudibunda censura brasileira mostrou-se muito mais transigente com pecas de um valor muito inferior ao das “Azas de um Anjo”

A ultima peça de José de Alencar foi a “Mãe”, representada em 1860.

N’esse mesmo anno era elle nomeado consultor do Ministério da Justiça, e recebia a carta de conselho.

José de Alencar, ao passo que ia ganhando um brilhante nome litterario, não abandonava a política nem descurava as cousas praticas da vida. Fora, havia muito, nomeado professor de direito mercantil no Instituto Commercial do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo entrava como deputado da câmara, pertencendo porem, ao grupo conservador, em vez de se enfileirar, como o outro José Martiniano de Alencar, nas phalanges do partido liberal. Na sua carreira de empregado publico foi também, alem de consultor do ministério da Justiça, director de secção.

A ação da política no literato sente-se na “Guerra dos Mascates” romance em dois volumes, que elle publicou a bastante distancia de tempo um do outro, e cujo enredo se trava em 1710 no tempo das desavenças dos moradores de Olinda com os de Recife, mas que tem apenas por intento fazer retratos contemporâneos com os nomes do século XVIII.

Essa intenção era por tal forma transparente que no parlamento lh’o lançaram em rosto, porque effectivamente Alencar não se contentava com o desenho moral dos personagens, fazia o retrato physico tanto ao vivo que ninguém podia deixar de reconhecer o retratado. Assim o governador de Pernambuco D. Sebastião de Sousa Caldas é evidentemente o Imperador D. Pedro II, secretario Barbosa Lima é o Visconde de Rio Branco, outro personagem é o marquez de S. Vicente, outro o barão de Inhomerim, etc, etc.

O retrato do Imperador não está muito lisongeadado, e não devia agradar ao personagem escolhido para modelo, eu se podia até considerar como injuriado positivamente. Comtudo , isso não obstou a que o Imperador, em 1868, quando se formou o ministério conservador, accitasse a entrada de José Martiniano de Alencar para a pasta da justiça. Esteve porem pouco tempo no ministério. Uma dissidência no seio do partido conservador fel-o sahir do governo, levando-o a ir sentar-se na câmara ao lado dos dissidentes.

Continuando, porem, a apreciar o litterato, o romancista, citemos ainda dois dos seus melhores romances: “O Gaúcho” e “Iracema”. O character do gaúcho que adora a sua égua Morena, que a entende, que lhe fala e que a escuta, está traçado com uma rara perfeição.

“Iracema” é sobretudo um romancinho adoravelmente escripto. Nunca o estylo de Alencar atingiu tão delicada suavidade. Exhala-se de cada periodo como que o perfume das flores com que se elabora o mel das suas palavras. O sr. Pinheiro Chagas teve occasião de prestar a este livro a merecida homenagem. Fez porem algumas observações relativas a mania que teem alguns escriptores brasileiros, e um delles é Alencar, de pretenderem modificar as formas grammaticaes da língua. Alencar entendeu dever responder na segunda edição do seu romance a critica do escriptor portugues. Essa replica parecia-se um pouco com o prefacio dos Jesuítas. Manifestava uma grande vaidade realmente inadmissível em escritor de tão elevado mérito, e mostrava um desprezo completo pelas regras mais elementares da philologia.

As “Minas de Prata” passam por ser um dos seus menos bons romances: encerra, contudo algumas scenas primorosas. Queixam-se os paulistas de que as paizagens da sua provincia descriptas no “Til”, são perfeitamente phantasistas; “Ubirajara”, “A Pata da Gazela”, “O Tronco do Ipê”, se não augmentaram a reputação do grande romancista não a prejudicaram também. O “Sertanejo”, muito criticado por alguns, parece-nos contudo um dos

seus bons romances. As paisagens que elle descreve são as paisagens da sua província natal, que elle conhece perfeitamente, e o typo do vaqueiro que ama em silencio a filha do seu patrão e que procura, com uma raiva intima, afastar todos aqueles que ella possa amar, está traçado com vigor.

Os seus romances de corte, se assim nos podemos exprimir, são inferiores aos seus romances do sertão. Nem firmou alguns delles com o seu nome. “Diva” e “Lucíola”, romances moldados pela comedia “Azas de um Anjo” tratam da rehaibilitacao de peccadoras; “Cinco Minutos”, uma das suas primeiras obras e “A Viuvinha” são romances ligeiríssimos, graciosamente desenhados; a “Senhora” encerra uma situação fortemente dramática, mas mal desenvolvida. Trata-se de um homem de vis sentimentos, que despreza uma rapariga pobre que o adorava e despreza-a por ella ser pobre. Tempos depois, aceita o casamento com uma mulher deshonorada por outro homem porque este lhe paga por uma avultada soma a venda do seu nome. Ora essa mulher é a tal que elle desprezara e que o seu desprezo arrojára pelo caminho da prostituição. O assumpto prestava-se, como vêem, as mais dramáticas situações.

No gênero dos pamplos, e obras políticas, etc, escreveu ainda José de Alencar, que sempre se mostrou hostil ao Imperador, “A Viagem Imperial” e as “Cartas de Erasmo”. Publicou em volume os seus discursos parlamentares de 1869, e os de 1871. É também sua uma obra intitulada “Estatística da Província do Ceará”.

José de Alencar veiu a Europa em 1876. Voltando ao Brazil, foi inesperadamente colhido pela morte no anno de 1877, quando acabava de completar 48 annos. E quando se achava portanto na força da vida. A sua morte enluctou a litteratura brasileira e aquelles mesmos que tinham combatido Senio, pseudonymo querido de José de Alencar, foram os primeiros a render homenagem ao grande vulto, logo que elle desapareceu da scena publica.

(Do *Diccionario Popular*)

ANEXO II

Textos não-ficcionais de José de Alencar acerca de política e escravidão.

*Ao Imperador – Novas Cartas Políticas
de Erasmo (1867).*

Primeira Carta.

Senhor

Não posso mais conter a vehemencia do sentimento que me assoberba.

Uma voz funesta, que abala a nação até as entranhas; voz prenhe de calamidades, percorre neste momento, não já a cidade mas o imperio.

E fostes vós, senhor, que a lançastes como um anathema ao paiz?

Em principio era um susurro apenas que se esgueirava na sombra.

Agora já a opinião articulou distinctamente esse verbo de revolução; o echo repercutio no senado brasileiro.

Rompeu-se o véo.

Comtudo vacillo. Apezar da incomprehensivel coacção em que desgraçadamente vos collocastes, não se concebe este estranho desfallecimento da magestade.

Será real que vossos labios sellados sempre pela reserva e prodencia se abrirão para soltar a palavra fatal? É possivel que subita allucinação desvaire a tal ponto um espirito solido e recto?

Não creio, não posso, não devo crer.

Recebendo a nova incrível, a população ficou attonita. Voz nenhuma elevou-se até o throno para exprimir-lhe o justo e profundo ressentimento do povo brasileiro: o espanto lhe embargara a falla. Porém que magnitude de eloquencia nessa privação da palavra! *Quanta magna est inania verba*, exclamou Cicero observando o tumultuoso estupor do povo romano.

Escutai, senhor, o intenso respiro da nação escutae-o antes que venha o estertor.

Rara vez, e só em circumstancias muito especiaes, póde a abdicação tornar-se uma acto de civismo admiraval. D. Pedro I, vosso augusto pae, logrou um lance d'estes, que o consagrou heroe da paz e da liberdade.

Sua missão estava concluida, havia fundado a monarchia brasileira, e creado um povo. A Providencia que o suscitára para a realização d'esse grande acontecimento, não permittiu que possesse o remate á sua obra, educando a nação, filha sua.

Era estrangeiro. Esta nacionalidade ardente e impetuosa que exuberava do nascente imperio, o rechassou á elle, seu fundador, e mais vigorosamente que a nenhum outro. Dura lei, mas natural; germen que rompe a semente; effeito que elimina a causa.

Quando o ciume de origem attingiu á sua maior intensidade, D. Pedro I, portuguez de nascimento, deixou de ser um monarcha, para tornar-se um obstaculo, uma anomalia. A mais vehemente das paixões populares, o patriotismo, sublevou-se contra o principio estrangeiro incarnado na sua pessoa.

Reconhecer a fatalidade da revolução, render justiça aos sentimentos naturaes, embora exagerados, de um povo, e submeter-se singela e nobremente, sem pezar como sem ostentação, aos designios da Providencia: são actos de heroismo e dignidade que a posteridade applaude.

Esta situação não é a do snr. D. Pedro II, felizmente para o Brasil. Americano, como seu povo, com elle nascido neste solo abençoado, crescerão ambos ao influxo das mesmas crenças e das mesmas idéas. Não existe pois neste reinado o germen das invenciveis repulsões, que operão o devorcio entre o monarcha e a nação.

⁴ Os textos obtidos num exemplar da Biblioteca Nacional.

Em taes condições, longe de ser um acto meritorio e uma sublime virtude, a abdicação transforma-se em crime de lesa nação. É um grande perjurio pelo qual respondem os reis ante Deus no tribunal augusto da posteridade.

Esta linguagem será nimiamente severa, e talvez impropria de um subdito que se dirige ao soberano. Mas, senhor, quando o monarcha chega a fallir d'aquella magestade inviolavel de que o revestio a vontade nacional, o cidadão, aggravado no seu direito, opprimido em suas crenças, é um remorso vivo, que se ergue perante a regia consciencia.

II

Penetremos, senhor, nos seios de vossa alma; não ha nella estou certo, cousa que se tema de affrontar a publicidade. Meditemos ambos com serenidade as idéas que porventura levarão vosso espirito recto á este desvio incomprehensivel.

É acaso a guerra, e seu desfecho incerto, o motivo da vossa deploravel intenção?

Figuro uma conjectura.

O pensamento inicial da politica externa que nos arremessou de chofre á campanha de Montevidéo, e logo apoz fatalmente, á luta porfiada contra o Paraguay; o germen d'esta vasta complicação que envolve o paiz, foi por vós lançado na marcha do governo.

Não basta. Depois de encetadas as operações militares, quando a guerra se patenteou ás vistas menos entendidas em toda a enormidade do sacrificio; á vós unicamente se deve a temeridade com que nos precipitamos sem reflectir em uma situação irremissivel; dellemma cruel entra a ruina e a vergonha.

Em uma palavra; fostes o principio e sois a alma da guerra. Vosso pensamento a inspirou; vossa convicção a alimenta; as forças vivas de vossa personalidade, todas estão concentradas nessas aspiração grande, immensa, unica, da victoria; e a victoria significa Humaytá arrasado, Lopes deposto, franca a navegação ribeirinha.

Admitto todas estas supposições, que vos apresentam como inteiramente identificado com a guerra. Que razão maior resulta porém desse concurso de circumstancias, para converter o diadema estrellado de que a nação brasileira cingiu vossa fronte em corôa de espinhos?

Julgo comprehendel-a.

As reservas da paz, e tambem os recursos ordinarios estão ha muito esgotados pelas despesas exorbitantes. A população, não affeita ás lides guerreiras, se esquivará porventura de fornecer novos e maiores subsidios de sangue; especialmente para uma luta avara das glorias e nobres entusiasmos que somente compensão estes sacrificios cruentos.

É possivel portanto que em um momento de canção e prostração, o imperio exausto, não da seiva que é opulenta, mas das forças que se relaxão; é possivel que desejo pôr um termo á luta e assim o ordene.

Semelhante possibilidade não ha brasileiro que a não repulla com vehemencia, quando entra no seu coração e tempera-se ao calor de um santo patriotismo. Mas tambem raro cidadão cordato alonga os olhos pelos foscos horisontes d'esta guerra desastrosa, que não sinta escurecer-lhe a vista e vacillar o espirito.

Então, esmorecido por esta vertigem, o mais heroico e brioso sente o horror do vacuo. Nada espera, nada pede. Sua razão, perturbada pela immensidade da crise, se recusa ao trabalho da meditação. Elle sente emfim que nenhum homem tem o direito de arrastar sua mãe patria á ruina, para vã satisfação de seus brios revoltados.

Vozes ja se ouvirão neste sentido. São o balbuciar da opinião, infantil ainda, para exprimir a vontade nacional. Olhos de longo alcance se dilatarão pelo futuro e volverão espavoridos de sua medonha vacuidade. D'ahi as manifestações timidias pela paz, insinuadas á espaços no espirito publico.

Assegura-se que esta prespectiva de um desfecho á luta, antes de realizados vossos nobres designios, vos sobressalta. Vedes nessa paz não consagrada pela victoria esplendida, uma fallencia da honra nacional, pagina maculada para a historia brasileira. Repellis portanto a solidariedade d'este acto; não quereis rubricar com o vosso nome o que julgaes seria o triste documento de nossa vergonha.

III

Estes sentimentos, cuja exaltação não discuto agora, são proprios de um character nobre e generoso. Mas, senhor, esquecestes uma cousa que deve sempre estar presente e viva na consciencia dos reis.

Vos, monarcha, cingido do esplendor da magestade, vós, o primeiro no estado, não tendes o direito que reside no infimo dos cidadaos, no misero proletario, como no vagabundo coberto de andrajos. Não sois uma pessoa; não tendes uma individualidade; não ha sob o manto imperial que vos cobre o *eu* livre e independente.

A nação que vos fez inviolavel e sagrado, vos privou da personalidade. O coração é apra os reis um deus lar, que preside a vida domestica e illumina as doces alegrias de familia. Desde que o monarcha sahe d'este sanctuario, annula-se o homem nelle, e fica sómente o representante da soberania nacional.

Vossa honra é a da nação como ella a sentir; vossa dignidade a do imperio brasileiro. quando o povo entenda que chegou o momento de acabar a guerra, e exprima seu voto pelos meios constitucionaes, haveis de pensar do mesmo modo, senão como homem, infallivelmente como soberano.

Em vós esta incarnado e vivo o grande eu nacional. Imagem de soberania brasileira, todos os sentimentos da nação devem necessariamente reflectir-se ahi.

Não ha na questões externas do paiz duas honras a vingar, a honra do imperio e a honra do imperador. O que pleiteamos nos campos do Paraguay não é a vossa gloria, nem o nome vosso; mas sim o nome e a gloria do Brasil. A elle pois, á elle sómente e a ninguem mais compete resolver em ultima instancia esta questão da propria dignidade.

Este que vos falla, obscuro cidadão, podera, caso o povo brasileiro acceitasse a paz indecorosa, repellir a complicitade do acto, exprobrar á patria semelhante fraqueza, e até mesmo desherdar-se d'ella, se para tanto não lhe fallecesse o animo. Mas eu, senhor, na esphera de minha humildade sou rei de mim mesmo; e o monarcha no fastigio do poder é o subdito de grandes deveres: porisso mesmo que é o depositario de altas prerrogativas.

O pacto fundamental, jurado entre um povo e uma dynastia, vínculo consagrado pela religião e pela honra, não se rompe assim bruscamente e a capricho de uma vontade. Nascem d'este acto solemne direitos e obrigações mutuas para a nação e o soberano. O throno não é sómente o berço feliz, é um tumulo tambem.

Se por qualquer divergencia na politica o soberano tivesse o direito de resignar a corôa, tambem a nação que elegeu a sua dynastia podera ao menor desgosto cassar a delegação da soberania ao seu perpetuo representante. Tornar-se-hia portanto o pacto fundamental, a carta da qual deriva o imperio da lei, o mais arbitrario e caprichoso dos actos humanos.

Debalde o revestirão de tantas solemnidades e o consagrário pelo suffragio nacional, se bastasse o capricho de uma vontde para o aniquillar. Pois o direito que não tem o menor empregado de abandonar o respectivo cargo sem receber sua escusa, havia de ser tolerado no magistrado supremo da nação, naquelle que faltaria não só á todos os ramos da administração, mas á todos os poderes e á todos os direitos?

Senhor, sois o primeiro cidadão brasileiro; o primeiro não tanto pela supremacia, como pela grandeza do sacrificio. A melhor definição desse titulo, que herdaste, de imperador, vosso

augusto pai a escreveu logo apoz, na constituição. Jurastes ser o defensor perpetuo do Brasil, não somente nos tempos felizes, na monção das glórias e prosperidades, mas sobretudo no dia da desgraça. O maior e o mais onerado dos servidores do estado, para vós não ha praso, nem repuso.

Qualquer que seja o desfecho da guerra, não tendes o direito de separar vossa dignidade da causa nacional. Um rei que por sua desgraça praticasse acto semelhante, faria á sua patria a maior affronta, jogando-lhe com a corôa ás faces. E haverá algum tão isento de pecha, a ponto de suppor-se maculado pelo facto de continuar no throno do paiz que desistisse de uma guerra desastrada?

Se existira este monarcha sempre sollicito pela honra nacional, sempre susceptivel pela dignidade do nome brasileiro, esse mesmo não teria em caso algum o direito de abandonar na humilhação a patria decahida, que sua grande alma bastara para rehabilitar. Seria falta de generosidade, embora justificada pelo rigor de uma consciencia austera.

IV

A honra das nações, como a honra dos individuos, não está sujeita aos accidentes da ordem physica. Estes podem influir no resultado de uma empreza, na realização de uma idéa; mas não modificão a intenção. A honra é um sentimento, um principio; e não como pensão muitos, um successo ou mera casualidade.

Desdoura-se a nação que soffre impassivel as affrontas á sua dignidade, mas não aquella que se levanta, como o homem de bem, para repellir o insulto, e defender seus brios. Não importa para a consciencia a victoria; ainda succumbindo, um povo que o amor nacional inflamma, é uma cousa respeitavel e santa.

Quando a nação offendida tem grande superioridade de recursos em relação ao outro belligerante, deve por certo mortifical-a em extremo a difficuldade da victoria. Mas se ella empregou os maiores esforços em sobrepujar a resistencia; se deu provas de abnegação e heroismo na reparação de sua honra offendida; não fica deshonorada curvando-se ante a impossibilidade.

Neste caso estaria o Brasil. O que um povo generoso, possuido de nobre estimulo e cheio de valor pode fazer, o nosso o tem feito, senhor; e não obstante os agravos recebidos de seu governo. O sentimento da nacionalidade brasileira manifestou-se com arrojoes, de indignação e heroismo, que admirarão as nações de Europa e America.

O Brasil se improvisou guerreiro em poucos mezes. O rude operario com uma constancia sorprehendente se fazia soldado no dia do juramento, e veterano no primeiro dia de combate. O governo chegou a assustar-se dessa afluencia de bravos que ao reclamo de horna corrião pressurosos a vingar a patria; e estagnou-lhe o curso, embora depois se arrependesse.

Não será pois um acontecimento qualquer, por mais cruel ao nosso orgulho nacional, que hade macular o nome d'este povo tão susceptivel no ponto de honra, tão impetuoso nos seus brios. Se a Deus aprouvesse experimentar-nos com uma terrivel provança, deveríamos resignar-nos, pois seríamos vencidos por sua mão inexoravel, em castigo de nossos erros. Mas a honra ficaria intacta.

Longe pois de uma persistencia obstinada e intolerante para attingir o resultado que desejaes, a prodencia aconselha outro procedimento. Convem declarar de uma vez ao paiz toda a extensão do sacrificio que a guerra exige, e elle que é o único soberano, e o único arbitro da propria dignidade, decidira conforme a sua consciencia de povo nobre e honrado.

Não receio que elle se degrade. Se deixar-se abater um momento pelo terrivel concurso de calamidades, que filhos imprudentes concitarão; tenho fé robusta na reacção proxima. O

Brasil sabe perdoar as ingratidões, porém não esquece as affrontas. Neste ponto, confio mais em nossa paria do que vós, senhor, que vos lembrastes de a desamparar ao menos desanimo.

Este meio de ira aos poucos arrastando o paiz além de sua vontade, de acenar-lhe agora com um vislumbre de victoria para lhe pedir mais levas; e logo apoz figurar proximo o desfecho, que sempre se remove para mais longe, essa fallacia me parece, além de pouco decente para o governo, excessivamente perigosa.

Um dia pode o paiz illudido atterar-se ante a medonha perspectiva do futuro, e exigir contas severas d'aquelles que o levarão de olhos vendados atravez dos precipicios. E não ha nada medonho e funesto com seja a irritação dos cegos; dos homens, como dos povos cegos. O desespero que gera a impossibilidade de ver a causa de seu mal, os impelle a desfechar golpes tremendos. Almas, ás quaes estão cerrados os horizontes, se esforçam por attingir com a furia o que não podem attingir com a vista; e é tudo o que os cerca.

V

Na maior expansão do amor que vos consagro senhor, peço a vossa meditação neste assumpto capital.

Á frente de nossas forças estão os mais experimetnados e os mais illustres dos nossos cabos de terra e mar; a situação estrategica não é recente, mas bem antiga, para achar-se convenientemente estudada. Digão pois aquelles generaes ao governo, e este communique ao paiz a verade interia das previsões relativas á conclusão ou prolongamento da guerra.

Se é impossivel a victoria, o que eu recuso acreditar; acabe-se uma luta vã de gloria e só repleta de miserias e dôres. Quanto mais depressa repararmos as perdas soffridas, mais promptamente arrebatemos o triumpho que por venturar nos escape da primeira vez.

Devemos vencer porém como tudo augúra, e faltão apenas os meios precisos? Abra-se então o governo francamente com o paiz; mas com o paiz real, aquelle cuja seiva alimenta o thesouro e o exercito; não com esse paiz simulado, do qual são representantes os maiores e acerrimos inimigos do Brasil.

Esses nada recusão, porque nada lhes custa. Dimittirão a patria, desde que a transformarão em feira do estrangeiro. É gente que não duvida vender aos almudes o sangue e o suor do povo por alguns covados de galão. Nunca o verso do poeta francez teve mais perfeitos originaes: *Pour l'amour du galon prrets à toute livrée.* (Laprade)

É á combater essa corrupção espantosa, que deveis applicar toda vossa actividde, e dirigir as forças da nação. Não se illustra pela victoria, nem pelas conquistas industriaes, um povo que a desmoralisação contaminou. A lepra do vicio produz no corpo social ulceras hediondas, que não escondem algumas folhas de louro e uns remendos de purpura.

Regenerae a alma da nação; confortae-a na virtude vacillante. Este sim é trabalho digno da insistencia do soberano; designio no qual a inflexibilidade será, em vez de erro, dever. Recordai, senhor, o que vos disse outr'ora nestas palavras já esquecidas:

“Quando a nação não ouça a paternal admoestação e se aprofunde no vicio, deturpando a virtude, elevando ao redor do throno máos caracteres e almas prostituídas, então... seria a circumstancia única em que um rei teria o direito de abdicar sem fraqueza, abandonando á justiça de Deus o povo que delinquo” (Cartas ao imperador – 7.^a)

Nada, infelizmente nada fizestes ainda para arrancar o paiz ao contagio funesto da sordida cobiça e feia immoralidade. Ao contrario vossa indiferença a respeito de tudo quanto não concerne a guerra, e vossa obstinação á respeito d'ella, toleraão cousas incriveis parq uem estima vosso character.

Tudo barateae, tudo concedeis; o bom conceito de vosso nome, o pundonor da paria, a inviolabilidade da constituição, os principios vitaes da sociedade; tudo, comtanto que venhão

em troca munições e soldados para fazer a guerra. Queira Deus, que estas levas guerreiras arrancadas do solo brasileiro por tal meio, não reproduzão o exemplo das hostes que o rei Cadmus tirou da terra com os dentes e a torpe sanie de um dragão.

VI

Senhor, affogão-me o coração as effusões do muito que tenho á dizer-vos. Não posso de uma vez arrojear essas abundancias da alma, acanhada para seu grande patriotismo, fraca para sua dôr ante os males da actualidade.

Voltarei á vossa presença. Compellem-me, não ´so os grandes interesses do paiz e do throno, como a valentia dos meus sentimentos.

Para mim, senhor, representaes uma fé. É luz que talvez bruxulea, mas não se apaga. Vélo nesta crença augusta, como no fogo vestal de minha religião politica. No intante em que se elle extinguir, creio que ficará na cinza dessa combustão o meu ultimo enthusiasmo. E talvez não haja seve para reanimal-o jamais!

Não se nutre esta fé na dedicação á vossa pessoa; o que a fortalece é o zelo pelo granhde principio representado no snr. D. Pedro II; o amor á dynastia, gema da patria, pois nascerão juntas; e acima de tudo o receio de que decepções amargas e successivas derramem no paiz o tedio pela smelhores instituições.

Sou monarchista, senhor, como sou christão, com fervor e enthusiamos, do mais profundo de minha alma.

O typo do homem livre, do cidadão independente, não é o republicano, que se apavora com a idéa de uma delegação permanente da soberania. Visionario politico, sonhando um nivelamento repugnante á natureza tanto moral como physica, elle julga-se humilhado em sua dignidade, pelo facto de reconhecer um monarcha; e não duvida fazer-se humilde vassallo da plebe. Entretanto que envergonha-se de respeitar a soberania nacional em um individuo, a acata na multidão, só porque é a multidão.

Dignidade de algarismo que não comprehende o homem de convicções. O monarcha, vive pela força moral; no povo reside a força physica. Qualquer d'estas forças é susceptivel de degenerar, em ambas ha o germen pernicioso da tyrania, com a differença porém do alcance. Um rei póde ir até a ferocidade do tigre, não passa alem; mas a multidão, é uma voragem, um abysmo, um hiato immenso e pavoroso da atrocidade humana.

Equivale o republicano ao atheu em politica. Nega o ente superior com receio de amesquinhar-se em face d'elle.

O verdadeiro cidadão, como eu o comprehendo, o homem livre por excellencia, é aquelle que se não assombra com o aspecto da magestade. Ao contrario regosija-se vendo um cabeça no grande corpo social; tronco degolado se a não tivesse; arlequim se a tivera postiça.

A existencia de um poder supremo e permanente que porventura abuse da força e attente contra seus direitos, não perturba a serenidade d'aquella alma livre; é como seus direitos, não perturba a serenidade d'aquella alma livre; é como o varão justo, que venera a omnipotencia do Creador, mas não trepida nunca!

O mais bello exemplo de liberdade na historia dos povos é o do cidadão que acha na rigidez da consciencia a força de arrostar com a magestade e fallar ao soberano a linguagem da rasão.

Possa minha palavra, ungida pela veneração que vos consagro, calar em vosso espirito e suffocar ahi as injustas prevenções que levanta uma desconfianças reciproca entre a nação e a corôa. O momento d maior angustia para a patria não era a occasião propria para o soberano fazer garbo de sua abnegação pelas grandezas; mas sim para que patenteasse ainda uma vez a abnegação sublime de sua propria pessoa...

Vossos labios commetterão pronunciando a palavra um lapso que a mente calma de certo ja corrigiu. Disserão abdicação, quando a senha do dia para todos os brasileiros, e para vós primeiro que todos, é dedicação.

24 de junho.

ERASMO.

Ao Imperador – Novas Cartas Políticas de Erasmo. Segunda Carta (Sobre Emancipação).

Senhor

A fama é um oceano para a imaginação do homem.

Às vezes refrangem na limpida superfície do mar reverberações que fascinão. Desenha-se aos olhos deslumbrados um panorama esplendido. Nas magnificencias da luz, como na pompa das fôrmas excede, as maravilhas do oriente.

as no foco brilhante d'essa reverberação ha infallivel um espectro.

O espectro solar é a sombra, a treva, a noite, que jaz no amago da luz, como o germen do mal no seio do bem. O espectro da fama é o lucto de uma virgude que succumbiu, o fantasma da justiça immolada, a larva do remorso.

Vosso espirito, senhor, permitti que o diga, foi victima d'esta fascinação. De longe vos sorrio a celebridade. A gloria, unica ambição letitima e digna dos reis, aqueceu e inebriou um coração, até bem pouco tempo ainda, frio e quasi indifferente.

Correstes apoz. Mas deslumbrado pela vizão especular, abandonastes a luz pura, limpida e serena da verdadeira gloria, para seguir o fallaz clarão. Proteger, ainda com sacrificio da patria, os interesses de outros povos e favonear, mesmo contra o Brasil, as paixões estrangeiras, tornou-se desde então a mira anica de vossa incansavel actividade.

São duras de ouvir para um monarcha semelhantes palavras; mais crueis aiunda são de enunciar para um cidadão leal. Vossa alma porém carece d'estas verdades nuas para se rever nellas como em um espelho que reflecta sua extranha perturbação.

Povo adolescente, senão infante; derramado por um territorio, cuja vastidão nos opprime; isolados, nestas regiões quasi virgens, do centro da civilisação do mundo; qual lustre e fama poderíamos, nós brasileiros, nós barbaros, dar a um grande soberano, que o enchesse de nobre orgulho?

Nossa gratidão nacional por um reinado justo e sabio, essa de todas a oblação mais sublime da patria, comparada com a celebridade européa, não passa de mesquinha e insignificante demonstração. Fallamos uma lingua, que o mundo desdenha, não obstante sua excellencia de mais rica e nobre entre as modernas. Nossa palavra não tem ainda aquellecho formidavel do canhão que repercute longe no coração das nações.

Ouve-nos apenas, e imperfeitamente, um punhado de dez milhões de almas.

Para a imaginação avida, a fama estrangeira tem de certo melhor sabor e outra abundancia. O elogio, nalguma d'essas linguas que se fizerão cosmopolitas, contorna o mundo e diffunde-se immediatamente na opinião universal. Os quatro ventos da imprensa transportão aos confins da terra o nome em voga, que repetem centos de milhões de individuos. Disputão as artes entre si a primazia de illustrar a memoria do grande homem e perpetuar as mínimas particularidades de sua vida.

Serão satisfeitos vosso mais caros desejos, senhor, infelizmente para a pureza de vosso nome.

Já começastes a colher as primicias da celebridade, que tanto cobiçaes. O jornalismo europêu rende neste momento ao imperador do Brasil aquellas homenagens da admiração rpodiga e inexaurível, que sauda a ascensão de todos os astros da moda. O estrangeiro vos proclama um dos mais sabios e illustres dos soberanos. Não ha muitos dias leu o paiz o trecho da mensagem que o presidente dos Estados-Unidos, alludindo á franquia do Amazonas, vos considerou entre os primeiros estadistas do mundo.

Palavras oucas e sonoras, soalhas do pandeiro, que a fama, seductora bohemia, tange com requebros lascivos insultando a castidade do homem sisudo. Quem pensára que vossa alma sobria se havia de render á vulgar tentação?

Não tardará o desengano. Libaes agora as delicias da celebridade: breve sentireis o travo da falsa gloria. Hade causar-vos nojo então esta futil celebridade que a moda distribue a esmo por quaesquer novidades artisticas.

Um espirito robusto como o vosso não póde soffrer por muito tempo o jugo da vaidade. Reconheceresi que um monarcha brasileiro, fosse elle o idolo de seu povo e o melhor entre todos os reis da terra, havia de viver como sua patria no crepusculo de nossa civilização nascente.

É a lei providencia de todas as cousas que tem uma aurora e um occaso.

Ha alguns seculos a origem historica de França e Inglaterra erão cousa obscura e indifferente: em nossos dias quem não préza os illustres fundadores d'estas grandes nações! Quando nossa joven civilização subir ao apogeo, tambem projectará sobre o passado, presente agora, um vivo clarão. É o raio dessa luz que hade illuminar o berço do povo brasileiro e o reinado dos soberanos virtuosos que o educarem para o bem.

II

Não existe para vós, senhor, outra fama licita e pura, senão aquella posthuma, que é a verdadeira gloria.

Já se foi o tempo em que os povos erão instrumento na mão dos reis, que os empregavam para obter a satisfação de suas paixões e a conquista de um renome vão. Agora que as nações se fizêrão livre e de cousa maneavel se tornárão em vontade soberna; são ellas proprias a mais generosa ambição e a gloria excelsa para os monarchas.

Outr'ora Alexandre, arrojando à Asia seu pequeno povo e desbaratando-o para conquistar um mundo, foi o maior heroe da antiguidade. O rei que tal cousa emprehendesse actualmente de seu proprio impulso perpetraria um grande crime, sacrificando á sua gloria pessoal os destinos de uma nação livre.

Maior entre os monarchas, neste seculo de liberdade, considero eu aquele, embora modesto e comedido, que poss aler no fundo de sua consciencia integra a satisfação de governar um povo feliz. São estes os unicos heróes de nosso tempo, os grandes conquistadores da paz e da civilização.

Repassae na mente a vossa historia, senhor. Durante um reinado de vinte sete annos, em sua quasi metade bastante agitado, lutando com duas rebelliões e a effervescencia do espirito publico; nunca vosso nome esteve como hoje sujeito á censura e até mesmo á exprobração. Outr'ora pululavão alguns torpes escriptos que trasudavão fel; erão as escorias de paixões infimas. As accusações actualmente se levantão no parlamento e no alto jornalismo.

Porque rasão recrudescereste este symptoma do enthusiasmo estrangeiro por vossa pessoa? Como se explica esse desgosto nacional por aquillo que ao contrario devera orgulhar um povo?

Confrange o espirito publico um resentimento amargo. O paiz suspeita que os enthusiasmos de além mar não são expontaneos e desinteressados; mas sim obtidos á custa de concessões perigosas. Rasga-se o manto auri-verde da nacionalidade brasileira, para cobrir com os retalhos a cobiça do estrangeiro.

São muitos os cortejos que já fez a corôa imperial á opinião européa e americana. Reclama serio estudo cada um d'estes actos, verdadeiros golpes e bem profundos, na integridade da nação brasileira. Um porém sobre todos me provoca neste momento, pelo seu grande alcance no futuro do paiz, como pelo grave abalo que produzio na sociedade.

A emancipação é a questão maxima do dia. Vos a descarnastes, senhor, para arremessal-a crua e palpitante na tela da discussão, como um pabulo ás ambições vorazes do poder. Immediatamente o arrebatou essa acção que se intitula progressista, como os vandalos se dizião emissarios celestes: *agî enim se divino jusso*.

A propaganda philantropica, escitando vivas sympathias entre os povos civilizados, devia ser arma formidavel na mão que a soubesse manear com vigor. Sentindo estiar a aura ephemera e caprichosa que em principio os acolhêra, os homens da situação conhecerão a necessidade de amparar-se com a influencia estrangeira. Era o meio de subtrahirem-se á indignação publica, sublevada por seus desatinos.

Não hesitarão pois; fizerão de uma calamidade idéa politica. Dissecarão uma viscera social para atar a maioria.

Considerai, senhor, no alcance funesto d'este acontecimento, se os espiritos reflectidos vacillassem um instante na resistencia, abalados pelo impulso do coração. Rompidos porventura os diques da opinião, a revolução se precipitára assolando este misero paiz, já tão devastado. A ninguém é dado prever até onde chegaria a torrente impetuosa.

Felizmente o espirito são e prudente do povo, arrostando com a odiosidade dos preconceitos, acudiu prompto em defeza da sociedade ameaçada por falsa moral. Salutar energia que poupou á nação brasileria males incalculaveis e aos vosso reinado um epilogo fatal!

Peza-me desvanecer a grata illusão em que se deleita vossa alma.

Libertando uma centena de escravos, cujos serviços a nação vos concedera; distinguindo com um mimo especial o superior de uma ordem religiosa que emancipou o ventre; estimulando as alforrias por meio de mercês honorificas; respondendo ás aspirações beneficentes de uma sociedade abolicionista de Europa; e finalmente reclamando na falla do throno o concurso do poder legislativo para essa delicada reforma social; sem duvida julgaes ter adquirido os fóros de um rei philantropo.

Grande erro, senhor, prejuizo rasterio que não devera nunca attingir a altura do vosso espirito. Estas doutrinas que vos seduzirão, longe de serem no Brasil e nesta actualidade, impulsos generosos de beneficencia, tomão ao revez o character de uma conspiração do mal, de uma grande e terrivel impiedade.

A propagação enthusiasica de semelhante idéa neste momento lembra a existencia das seitas exterminadores, que prezas de um cego fanatismo buscão o phantasma do bem atravez do luto e ruina. Quanto pranto e quantas vidas cutas ás vezes o título vão por que almeirão alguns individuos, de bemfeitores da humanidade!

Bem exprimiu o illustre Chateaubriand na maxima severa com que estigmatizou essa hypocrisia social: - "A philantropia, disse elle á proposito do trafico de africanos, é a moeda falsa da caridade".

III

Investiguemos, senhor, com a attenção que merece, este problema humanitario.

A escravidão é um facto social, como o são ainda o despotismo e a aristocracia; como o forão a coempção da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas.

Se o direito, que é a substancia do homem e a verdadeira creatura racional, sahisse perfeito e acabado das mãos de Deus, como sahio o ente animal, não houvera progresso, e o mundo moral fôra incomprehensivel absurdo.

Não soffre porém séria contestação, essa verdade commum e sedicã da marcha continua da lei que dirige a humanidade.

O direito caminha. Deus, creando-o sob a forma do homem e pondo a intelligencia ao seu serviço, abandonou-o à força bruta da materia. A luta gigante do espirito contra o poder physico dos elementos do sopro divino contra o vigor formidavel da natureza irracional, é a civilisação. Cada triumpho que obtem a intelligencia importa a solução de mais um problema social.

Nessa geração continua das leis, creaturas do direito, a idéa que nasce tem como o homem uma vida sagrada e inviolável. Truncar a existencia do individuo animal é um homicidio; suprimir a existencia do individuo espiritual é a anarchia. Crime contra a pessoa em um caso; crime contra a sociedade em outro.

A escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem á ella graves interesses de um povo. No tenue sorpo, que de todo não exhalou do corpo humano moribundo, persiste a alma e portanto o direito. O mesmo acontece com a ainstituição: enquanto a lei não é cadaver, despojo inane de uma idéa morta, sepultal-a fôra um grande attentado.

A superstição do futuro me parece tão perigosa, como a superstição do passado. Esta junte o homem ao que foi, e o deprime; aquella arrebatã o homem ao que é, e o precipita. Consiste a verdadeira religião do progresso na crença do presente, fortalecida pelo respeito às tradições, desenvolvida pelas aspirações à melhor destino.

Decorar com o nome pomposo de philantropia o ideal da sciencia e lançar o odioso sobre as instituições vigentes, é um terrivel precedente em materia de reforma. Tolerado semelhante fanatismo do progresso, nenhum principio social fica isento de ser por elle atacado e mortalmente ferido.

A mesma monarchia, senhor, póde ser varrida para o canto entre o cisco das idéas estreitas e obsoletas. A liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociaes, cahirão desde já em desprezo ante os sonhos do communismo. Seria facil demonstrar que vosso proprio espirito, philantropo no assumpto da escravidão, não passa de rotineiro á respeito da religião.

Choca semelhante arrogancia da theoria contra a lei. Ainda mesmo extinctas e derogadas, as instituições dos povos são cousa santa, digna de toda veneração. Nenhum utopista, seja elle um genio, tem o direito de profana-las. A rasão social condemna uma tal impiedade.

A escravidão se apresenta hoje ao nosso espirito sob um aspecto repugnante. Esse facto do dominio do homem sobre o homem revolta a dignidade da creatura racional. Sente-se ella rebaixada com a humilhação de seu semelhante. O captiveiro não pesa unicamente sobre um certo numero de individuos mas sobre a humanidade, pois uma porção d'ella acha-se reduzida ao estado de cousa.

Mais barbaras instituições porém do que a escravidão já existirão, e forão respeitadas por nações em virtude não somenos ás modernas. Não se envergonharão ellas em tempo algum de terem laborado no progresso do genero humano, explorando uma idéa social. Ao contrario ainda agora lhes são titulos de gloria, essas leis energicas e robustas, que fazião sua força e servião de musculo a uma raça pujante.

Houve jamais tyrania comparavel ao direito quirital dos romanos? Entretanto foi essas instituição viril que cimentou a formidavel nacionalidade do povo rei, e fundou o direito civil moderno.

Que mais oppressivo governo do que o feudalismo? Sahiu d'elle não obstante por uma feliz transformação o modelo da liberdade politica, o systema representativo.

É pois um sentimento injusto e pouco generoso, o gratuito rancor ás instituições que diexarão de existir, ou estão expirantes. Toda a lei é justa, util, moral, quando realisa um melhoramento na sociedade e apresenta uma nova situação, embora imperfeita, da humanidade.

Neste caso esta a escravidão.

É uma forma, rude embora, do direito; uma phase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba. Na qualidade de instituição me parece tão respeitavel como a colonisação; porém muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social.

De feito na historia do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida collectiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos. O captiveiro foi o embrião da sociedade; embrião da familia no direito civil; embrião do estado no direito publico.

Hão de parecer-vos estranhas estas proposições, senhor; talvez que á vossa metne prevenida se apresentem como a glorificação da tyrania domestica.

Percorrei comigo de um lanço a historia da humanidade.

IV

No seio da barbaria, o homem em luta contra a natureza, sente a necessidade de multiplicar suas forças. O único instrumento ao alcance é o proprio homem, seu semelhante; apropria-se d'elle, ou pelo direito da geração ou pelo direito da conquista. Ahi está o germen rude e informe da familia, aggregado dos famulos, *coetus servorum*. O mais antigo documento historico, a Genesis, nos mostra o homem filiando-se á familia extranha pelo captiveiro.

Mais tarde a agglomeração das familias constitue a nação, *gens*, formada dos homens livres, senhores de si mesmos. Em principio reduzida a pequenas proporções, tribu apenas, é pelo captiveiro ainda que a sociedade se desenvolve, absorvendo e assimilando as tribus mais fracas.

Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossivel, á menos que a necessidade não supprisse esse vinculo por outro igualmetne poderoso. Desde que o interesse proprio de possuir o vencido não cohibisse a furia do vencedor, elle havia de immolar a victima. Significara portanto a victoria na antiguidade uma hetacombe; a conquista de um paiz, o exterminio da população indigena.

As raças americanas cheias de tamanho vigor, opulentas de seiva, haurindo a exuberancia de uma natureza virgem, estavam não obstante a extinguir-se ao tempo da descoberta. Entretanto no Oriente, n'um clima enervador, sob a acção funesta da decadencia physica e moral uma raça cachetica e embrutecida pululava com espantosa rapides.

Ignorão os philantropos a rasão?

A America desconhecia a escravidão. O vencido era um tropheu para o sacrificio. No selvagem amor da liberdade, o americano não impunha, e menos supportava, o captiveiro. No Oriente ao contrario a escravidão se achava na sua patria. A guerra era uma industria; uma aquisição de braços. O primeiro capital do homem foi o proprio homem.

Todas as vezes que houve necessidade de reparar uma solução de continuidade entre os povos, a escravidão se desenvolveu de novamente a fim de preencher sua missão eminentemente social.

Primitivamente os povos caminharão pela conquista. Hordas barbaras rompião das florestas para o foco da civilização. O homem culto vencido physicamente pelo homem

selvagem, mas reagindo moralmente pela superioridade do espirito; eis o escravo antigo, mestre, sabio, philosopho.

Assim, desde as origens do mundo o paiz centro de uma esplendida civilisação é no seu apogeu um mercado, na sua decadencia um productor de escravos. O Oriente abasteceu de captivos a Grecia. Nessa terra augusta da liberdade, nas ágoras de Athenas, se proveraõ d'esse traste os orgulhosos patricios de Roma. Por sua vez o cidadão rei, o *cives romanus*, foi escravo dos godos e hunos.

Modernamente os povos caminão pela industria. São os transbordamentos das grandes nações civilisadas que se escoão para as regiões incultas, immersas na primitiva ignorancia. O escravo deve ser então o homem selvagem que se instrue e moralisa pelo trabalho. Eu o considero nesse periodo como o neophito da civilisação.

A salutar influencia do christianismo adoçou a escravidão; e a organisação da sociedade foi operando nella uma transformação lenta que terminou entre o nono e o decimo seculo. Entrou aquella antiquissima instituição em outra phase, a servidão, que só foi completamente extincta com a revolução de 1789.

O escravo deixou de ser cousa na phrase de Catão, ou animal segundo a palavra de Varrão; tornou-se homem, como exigia Seneca; mas o homem propriedade, o homem ligio, adstricto ao solo ou á pessoa do senhor feudal. Metade livre e metade captivo: uma propriedade vinculada a uma liberdade; eis a imagem perfeita do servo.

Havia quinhentos annos que se extinguiu na Europa a escravidão, quando no século XV resurge ella de repente e no seio da civilisação.

Porque rasão?

Os philantropos abolicionistas, enlevados pela utopia, não sabem explicar este acontecimento. Vendo a escravidão por um prisma odioso, recusando-lhe uma acção benefica no desenvolvimeto humano, obstinão-se em attribuir exclusivamente ás más paixões humanas, á cobiça e indolencia, o effeito de uma causa superior.

Resurge a escravidão no seculo XV succitada pela mesma indeclinavel necessidade que a tinha creado em principio e mantido por tantos millenios.

Na cabeça da Europa, como lhe chama o grande epico luzitano, então cerebro do mundo civilisado, gerava-se o maio racontecimento da idade moderna, o que lhe serve de data, a descoberta da America. A essa raça iberica, semi africana, estava reservada a gloria de lançar primeira a mão ao novo mundo e pol-o ao alcance do antigo.

Pois ahi no seio dessa raça devia renascer a escravidão européa. Depois da expulsão dos mouros em 1440, effectuou-se o resgate de prisioneiros brancos por negros. Este foi o estímulo e o principio do trafico de africanos que só devia terminar em nossos dias.

Não se podia melhor ostentar a logica da civilisação humana.

Áquelles povos, futuros senhores de um mundo, obrigados a roteal-o, erão indispensaveis massas de homens para devassar a immensidade de desertos americanos e arrostar a pujança de uma natureza vigorosa. Estas massas, não as tinham em seu proprio seio, carecião de buscá-las: a raça africana era então a mais disponivel e apta.

Se a raça americana supportasse a escravidão, o trafico não passara de accidente, e ephemero. Mas por uma lei misteriosa essa grande familia humna estava fatalmetne condemnada a desaparecer da face da terra, então havia para encher esse vacuo, senão a raça africana. Ao continente selvagem o homem selvagem. Se este veio embrutecido pela barbaria; em compensação trouxe a energia para lutar com uma natureza gigante.

Tambem não havia outro meio de transportar aquella raça á America, senão o trafico. Por conta da consciencia individual correm as atrocidades commettidas. Não carrega a idéa com a responsabilidade de semelhantes actos, como não se imputa á religião catholica, a

sublime religião da caridade, as carnificinas da inquisição. O trafico, na sua essencia era o commercio do home; a *mancipatio* dos romanos.

Sem a escravidão africana e o trafico que a realizou, a America seria ainda hoje um vasto deserto. A maior revolução do universo, depois do deluvio fôra apenas uma descoberta geographica, sem immediata importancia. De certo não existirião as duas grandes potencias do novo mundo, os Estados-Unidose o Brasil. A brilhante civilização americana, successora da velha civilização européa, estaria por nascer.

V

Não é, senhor, um paradoxo esta minha convicção da influencia decisiva da escravidão africana sobre o progresso da America.

Os factos a traduzem com uma lucidez admiravel.

Renascida a moderna escravidão na peninsula iberica, pôde-se affirmar que não medrou sobre o continente europeu. Ao contrario foi de si mesma, pela influencia dos costumes, como pela natural repulsão das duas raças, se extinguindo. Não houve necessidade de derrogar a instituição; ainda a lei permanecia, que já o facto desaparecera completamente.

Nas possessões ultramarinas porém, e especialmente na America, o trafico de africanos se desenvolveu em vasta e crescente escala. Não só Hespanha e Portugal já acostumadas com os escravos mouros, como as outras potencias maritimas, Inglaterra, França e Hollanda, se forão prover no grande mercado da Nigricia, dos braços necessarios ás suas colonias.

Como se explica essa anomalia de povos, repellindo na metropole uma instituição que adoptão e protegem, no regime colonial? Não era natural que a mesma salutar influencia dos costumes e antipathia de origem actuassem nesses paizes, a não interpor-se uma causa poderosa?

Essa causa era a necessidade, a suprema lei diante da qual cendem todas as outras; a necessidade, força impulsora do genero humano.

Na metropole, os europeus não soffrião a falta do escravos, facilmente substituido e com vantagem, na cidade pelo proletario, na agricultura pelo servo. Para as possessões americanas porém o escravo era um instrumento indispensavel. Tentarão suppril-o com o indio; este preferio o exterminio. Quizerão substituir-lhe o galé; mas já civilisado, o fascinora emancipava-se da pena no deserto, e fazia-se aventureiro em vez de lavrador.

Não houve remedio senão vencer a repugnancia do contacto com a raça bruta e decahida. Um escriptor notavel, Cochín, extremo abolicionista, não pôde apesar de suas tendencias philanthropicas, esquivar-se á verdade da historia. Deu testemunho da missão civilisadora da escravidão moderna, em sua obra recente, quando escreveu estas palavras; - "Foi ella, foi a raça africana que realmente colonisou a America." (Abolição da escravidão, V. 2 pag. 74).

Errão aquelles que attribuem o desenvolvimento do trafico á simples condições climatericas. Se as admiraveis explorações dos descobridores não bastão para desvanecer esse prejuizo, diariamente se accumulão os argumentos contra elle. Quem já não observou a impassibilidade com que o trabalhador portuguez arrosta o sol ardente dos tropicos, no mais rude labor?

Não. Esta familia latina, que desdenha a ridicula sbusão dos materialistas tinha tanto como a familia saxonia força e energia de sobra para rotear o solo americano. Outras forão as causas da insufficiencia da raça branca em relação á primitiva colonisação do novo mundo.

A população da Europa longe de transbordar, como agora, era pouco intensa naquelle tempo: seu territorio embora pequeno, sobejava-lhe. Minguados subsidios portanto devia

prestar ás novas descobertas; e estes mesmos estorvados pela dificuldade e risco das communicações. Erão raras as viagens então; a emigração nulla.

Foi esta uma causa; outra, a degradação do trabalho agricola em toda a sociedade mal organizada, que vive dos despojos do inimigo, ou dos recursos naturaes do solo. A colonia era uma agglomeração de aventureiros á busca de minas e thesouros. Sonhando riquezas fabulosas, qualquer europeu, ainda mesmo o degradado, repellia o cabo do alvião como um instrumento aviltante. A lavoura na America parecia uma nova gleba ao homem livre.

Eis a necessidade implacavel que suscitou neste continente o trafico africano. Vinha muito a proposito parodiar a palavra celebre de Aristoteles: “Se a enchada se movesse por si mesma era possivel dispensar o escravo.”

Tres seculos durante a Africa despejou sobre a America a exuberancia de suas população vigorosa. Calcula-se em cerca de quarenta milhões o algarismo d’essa vasta importação. Nesse mesmo periodo a Europa concorria para a povoação do novo mundo com um decimo apenas da raça negra.

Não vem de origem suspeita estes dados; são colhidos na obra citada de um ardente abolicionista. É certo que elle jogou com aquelles algarismos apra demonstrar o desperecimento da raça africana na America: mas escapou-lhe a rasão logica e natural do numero reduzido da população negra, apresentado pelas estatisticas modernas. Em tres e meio seculos o amalgama das raças se havia de operar em larga proporção, fazendo preponderar a côr branca. Tres ou quatro gerações bastão ás vezes no Brasil para uma transformação completa.

É pois uma grande inexactidão avançar que a raça africana nem ao menos prestou para povoar a America. Quem abriu o curso á emigração européa, quem fundou a agricultura nestas regiões, senão aquella casta humilde e laboriosa, que se prestava com docilidade ao serviço como aos prazeres da ralé, vomitada pelos carceres e alcouces das metropoles?

Longe de encherger a diminuição da gente africana pelo odioso prisma de um rpecoce desperecimento, cumpre ser justo e considerar este facto como a consequencia de uma lei providencial da humanidade, o crusamento das raças, que lhe restitue parte do primitivo vigor. Bem dizia o illustre Humboldt fazendo o inventario das varias linguas ou familias transportadas á America e confundidas com a indigena: “Ahi esta inscripto o futuro do novo mundo!”

Verdade prophetica. A proxima civilisação do universo será americana como a actual é européa. Essa transfusão de todas as familias humanas no solo virge d’este continente, ficara incompleta se faltasse o sangue africano que no seculo VII, afervorou o progresso da Europa.

Chego á questão da sua actualidade.

Esse elemento importante da civilisação americana, que servio para creal-a e a nutrio durante tres seculos, já consummou sua obra? É a escravidão um principio exaustivo, que produzio todos os seus bons effeitos e tornou-se portanto um abuso, um luxo de iniquidade e oppressão?

Nego, senhor, e nego com a consciencia do homem justo, que venera a liberdade; com a caridade do christão, que ama seu semelhante e soffre na pessoa d’elle. Affirmo que o bem de ambas, da que domina, como da que serve, e d’esta principalmente, clama pela manutenção de um principio que não representa somente a ordem social e o patriominio da nação; mas sobretudo encerra a mais sã doutrina do evangelho.

Espero em outra carta levar eta convicção ao vosso espirito; não obstante a fatal abstracção, que o retira da miseria nacional, para engolphal-o nas auras da celebridade.

15 de julho de 1867.

Ao Imperador – Novas Cartas Políticas de Erasmo. Terceira Carta (Sobre a Emancipação).

Senhor

VI

A repulsão e o amalgama das raças humanas são duas leis de physiologia social tão poderosas como na physica os principios da impenetrabilidade e cohesão.

Integralmente, raças diversss não pdoem cohabitar o mesmo paiz, como não podem corpos extranhos occupar dimultaneos o mesmo espaço. Os individuos porem que formão as moleculas das differentes especies, adherem mutuamente, e se confundem em nova familia do genero humano.

Ninguem desconhece todavia quanto é lenta essa cohesão ou amalgama de raças. Demanda seculos e seculos semelhante operação ethnographica; e traz graves abalos á sociedade. A tradição e o character, que formão a originalidade de cada grupo da especie humana, não se diluem sem aturado e continuo esforço.

Desde que por uma necessidade suprema e indeclinavel a raça africana entrou neste continente e compoz em larga escala a sua população; infallivelemnte submetteu-se á acção d'esse principio adhesivo, ao qual não escapou ainda uma só familia humana.

Eis um dos resultados beneficos do trafico. Cumpre não esquecer quando se trata d'esta questão ímprotante, que a raça branca, embora reduzisse o africano á condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do home civilisado. A futura civilisação da Africa esta ahi nesse factio em embrião.

Mas, senhor, que força maior suffocou a invencivel repulsão das duas especies humanas mais repugnantes entre si, á ponto de as concentrar no mesmo solo durante trezentos e cincoenta annos?

A escravidão; a alliagem artificial, que suppre e prepara o amalgama natural. Sem a pressão energica de uma familia sobre a outra, era impossivel que a immigração européa, tão diminuta nos primeiros tempos, resistisse á importação africana dez vezes superior. Acabrunhada pela magnitude da natureza americana, entre dois inimigos, o negro e o indio, a colonia soccumbira sem remedio.

Situada assim a questão dentro de seus verdadeiros limites na sciencia social, a conclusão decorre logicamente. Resolve-se a escravidão pela absorpção de uma raça por outra. Cada movimento cohesivo das forças contraias é um passo mais para o nivelamento das castas, e um impulso em bem da emancipação.

Chegado o termo fatal, produzido o amalgama, a escravidão cahe decrepita e exanime de si mesma, sem arranco nem convulsão, como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existencia adormecendo. Mas antes do seu prazo, quem fere mortalmente uma lei, derrama sangue, como se apunhalara um homem.

A historia, grande mestra, para os que a estudão com o necessario criterio, confirma todos estes corollarios da rasão. Nas memorias da escravidão moderna está registrado o summario crime dos governos que guilhotinarão essa instituição, para obedecer á fatuidade de uma utopia. De uma utopia, sim; pois outro nome não tem essa pretensão de submetter a humanidade, odireito, á uma creveira mathematica.

Proque somos livres agora, nós filhos de uma raça hoje superior, havemos de impôr á todo o individuo, até ao barbaro, este padrão único do homem que já tem a consciencia de sua personalidade! Não nos recordamos que os povos nossos progenitores forão tambem escravos, e adquirirão nesta escola do trabalho e do soffrimento, a tempera necessaria para conquistar seu direito e usar d'elle?

Enlevo dos espiritos philanthropicos! O catholicismo da liberdade, como o catholicismo da fé é o ultimo verbo do progresso: união da especie humana e sua maxima perfeição. Aspiremos á esse esplendido apogêo dos nossos destinos; mas não tenha alguém a ridicula pretensão de o escalar de um salto antes do tempo.

Dois factos muito salientes de abolição contrastão na historia da escravidão moderna; a das colonias inglezas em 1833 e o das colonias francezas em 1848.

O primeiro se realisou com abalo, mas sem grandes catastrophes. Ao attrito do frio character saxonio, a população negra se tinha limado. O homem do norte é originalmente industrioso; sua mesma pessoa representa uma industria, uma elaboração constante das forças humanas contra as causas naturaes de destruição. Elle disputa a vida ao clima, e a nutrição ao gelo.

Esse cunho vigoroso da materialidade, o colono inglez imprimira na sua escravatura. O negro não era já mero instrumento em sua mão; porém um operario ao qual só faltava o estímulo do lucro. Quando realisou-se a emancipação, os escravos se não estavam completamente educados para a liberdade, possuem pelo menos os rudimentos industriaes que devião mais tarde desenvolver-se com o trabalho independente. A essa madureza, deve-se o estado prospero da população negra depois da abolição.

Houve dôr e sangue, porque amputou-se um membro vivo da sociedade, uma instituição util ainda; porém a cicatriz não se demorou muito e o organismo se restabeleceu. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, se effectuou com a divisão das terras e a vigilancia da autoridade.

Nas colonias francezas muda a scena; a abolição toma um aspecto triste.

A raça latina é sobretudo artistica; a industria que para o filho do norte começa com a infancia do progresso, para o filho do sul representa a virilidade. Outros estímulos, que não o commodo e o util, impellem o character ardente d'essa familia do genero humano: ella aspira sobretudo ao bello e ao ideal. Com uma grana tão delicada, não podia certamente a raça latina polir com rapidez a rude crosta do africano; este permanecia um instrumento bruto na sua mão.

Por isso a emancipação além da desordem economica e das insurreições, acarretou a desgraça e ruina da população negra. Ainda não educada para a liberdade, entregou-se á indolencia, á miseria e á rapina. Com rasão se disse que a abolição da escravidão ali importara a abolição do trabalho. Ainda agora faltão ás colonias francezas os braços que demanda a agricultura.

Onde estão os que, embora captivos, mantinhão essa industria? Afflictiva interrogação, a que não attende a philantropia, mas a estatistica responde com funebre algarismo.

VII

Não há exemplo, senhor de um paiz que se animasse a emancipar a raça africana, sem ter sobre ella uma grande superioridade numerica.

Quebrar o vinculo moral, quando não existe a intensidade necessaria para absorver e soffocar o principio extranho, seria o suicidio. Nenhum dogma de moral ou preceito de philantropia, ordena semelhante atentado de uma nação contra sua propria existencia. A primeira lei da sociedade, como a do homem é a da sua conservação. A sentença impia que se ouviu na Europa “morrão as colonias mas salve-se o principio” revela que a philantropia tem, como todos os fanatismos, sua ferocidade. Comtudo a morte da colonia não passava da amputação de um membro. Haverá no Brasil quem exija para salvar o principio, a morte do imperio, a sua ruina total?

E será esse brasileiro?...

A Inglaterra e França não emanciparão a população negra de suas colônias se não se achassem nas condições de proteger eficazmente ali a raça branca. A força moral da metrópole e seu poder militar são suficientes para prevenir e sufocar a insurreição. Figure-se qual fora depois da abolição o destino da Jamaica ou da Martinica abandonada por suas respectivas nações!

Os Estados-Unidos, não obstante haverem já estreado de longa data a emancipação, só a completarão recentemente, quando sua população livre excedia de oito vezes a escravatura. Segundo o recenseamento de 1860 sobre trinta e um milhões de habitantes, quatro apenas são captivos. Nessa proporção o antagonismo de raça se atenua; quando não se desvaneca pelo respeito natural da pequena minoria inferior em todo o sentido.

Entretanto o facto da abolição do trabalho escravo no sul da confederação, decretado por violenta guerra civil, ainda não se deve considerar consummado. A miséria e a anarquia apenas começam a desdobrar-se naquella paiz, hontem florescente; ninguém sabe das scenas de horror que porventura servirão de peripecia ao drama sanguinolento.

O Brasil está muito longe de uma situação favoravel como aquella. Sobre uma população de dez milhões de habitantes um terço é de captivos, são os calculos mais restrictos. Segundo o relatório da sociedade abolicionista de Inglaterra o censo da escravatura no universo em 1850, dava ao nosso paiz um algarismo superior ao da União-Americana. Havia ali então 3,178,000 escravos; nós tínhamos 3,250,000. Concedendo que a população escrava dobre em um periodo de 50 annos, periodo longo para o clima, ella se elevaria hoje á cerca de quatro milhões ou 3,900,000 sem contar a importação dos mezes que ainda durou o trafico depois de 1850.

É certo que no sul dos Estados-Unidos, area da escravatura, esta se achava em igual proporção; cerca de quatro milhões sobre um total de dez. Foi por esse motivo que o sul em peso, como um só homem se levantou contra a abolição. Foi o norte com seus treze milhões de habitantes livres, que exigiu a reforma e a impoz.

Os algarismos são na phrase do escriptor especialista, que já referi, testemunhas impassiveis; relatão a verdade, sem deixar-se influir da paixão e interesse. Esse mesmo testemunho imparcial da estatística, invoco eu agora, em favor do imperio ameaçado de uma grande calamidade.

Há alguém de boa fé que aconselhe a emancipação em um estado cuja população não tem capacidade sufficiente para sopitar o elemento subversivo? Não equivalera semelhante desatino, á loucura do homem que lançara fogo ao morteiro, para abafal-o com a mão?

Dois individuos attentos ás suas occupações, confiados na protecção das leis, são acaso força bastante para conter a sanha de um inimigo, irritado pela anterior submissão, movido por instinctos barbaros, e exclusivamente preocupado d'esse designio sinistro, que elle suppõe seu direito, e considera justa reparação de um agravo?

Nas dobras d'esse futuro sombrio, o espirito mais firme se desvaira. Melhor é distrahir-o de semelhante perspectiva.

Ainda outro algarismo, que vem depôr como testemunha neste processo da emancipação precoce. Em 1859 a escravatura dos Estados-Unidos se distribuía por 347,424 possuidores. D'esse numero apenas 7,929 possuem mais de cinquenta escravos; entretanto que os proprietarios de um até dez escravos montavam a 254,263.

No Brasil não se levantou ainda, que eu saiba, qualquer estatística ácerca d'este objecto. Pretende-se legislar sobre o desconhecido, absurdo semelhante ao de construir no ar, sem base nem apoio. Alguns factos porém muito salientes, que por si mesmos se manifestão independentes de investigação, podem fornecer dados para um paralelo, embora imperfeito.

E incontestavel que a maxima parte da nossa escravatura se concentrou depois da extinção do trafico nas provincias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Pode-se affirmar que nesta area está actualmente circumscripto esse elemento do trabalho em nosso paiz.

A proporção local de um terço deve pois dilatar-se nestas seis provincias áedida que se restringe em outras, de onde com o tempo foi emigrando a escravatura. Com effeito se em nove provincias, Amazonas, Pará, Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, S. Catharina, Goyas e Matto-Grosso, cujas informações estatisticas discriminão a condição, ha annos passados um captivo correspondia termo medio á 10 habitantes, actualmente maior deve ser a differença. Pode-se pois conjecturar que naquella area, onde se condensou o elemento servil, as duas populações estejão ao menos em justa equação. A respeito da provincia de S. Pedro já em 1848 a presidencia o affirmava.

Estes calculos assentão nas melhores informações que possuimos sobre a população do imperio. Recentemente um trabalho recommendavel, publicado a proposito da exposição universal, elevando a população livre do Brasil a 11,780,000 habitantes, reduziu a escrava ao mesquinho algarismo de 1,400,000. Só a provincia do Rio de Janeiro tem aquelle numero ou quasi.

Parece-me nocivo esse desejo de encobrir a verdade ao estrangeiro. Podem perguntar-nos o que fizemos de 3,250,000 escravos que possuimos em 1850 e do seu accrescimento natural de um terço ou 1,083,333. Onde estariam os 2,933,333 infelizes, que não alforriamos, nem exportamos?

Eis o perigo da simulação; ella apresentaria o captiveiro de nosso paiz sob um aspceto barbaro e deleterio: assanharia as iras philanthropicas dos sabios europeus.

Pesa ainda sobre esta situação grave, um facto. A pequena lavoura não se desenvolveu em nosso paiz. Circumstancias peculiares á agricultura brasileira, exigindo forças consideraveis para o roteio e amanho da terra, obstarão a exploração do sólo por capitares diminutos. Os principais ramos de nossa producção, aquelles que provém quasi exclusivamente do braço escravo, sahem dos grandes estabelecimentos ruraes, engenhos ou fazendas.

Nem sequer portanto as duas especies de população se penetrão e intercalão mutuamente, de modo a neutralisar a repulsão instictiva de cada uma. Na area das seis provincias mencionadas, destacão-se aquellas eglomerações de escravos que solvem a continuidade da outra casta; e formão nucleos poderoso de insurreição, comprimidos unicamente pelo respeito da instituição.

Rompa-se este freio, e um sopro bastará para desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha.

Julgaes que seja uma gloria para o vosso reinado, senhor, lançar o imperio sobre um volcão? Ainda quando a Providencia, que tem velado sobre os destinos de nossa patria, a tirasse incolume de semelhante voragem, nem por isso fora menos grave a culpa dos promotores da grande calamidade.

VIII

Determinar os effeitos reaes dos actos de abolição que succederão-se desde fins do seculo passado até estes ultimos annos, me parece um estudo importante para a solução do difficil problema da escravidão.

Os primeiros estados, que derão o exemplo d'essa medida, forão Pensilvania e Massachuset em 1780, decretando a emancipação gradual. Mais seis estados acompanharão aquella iniciativa á pequena distância. Em 1820 o censo manifestou que a escravidão estava completamente extincta nessa parte da confederação.

Entretanto o numero dos escravos da União que em 1790, ponto culminante do periodo abolicionista, era de 693,397, apresentava naquella data da extincção em 1820 o algarismo enorme de 1,536,127. Em trinta annos tinha a escravatura mais que duplicado, esob a influencia de medidas repressivas, como a prohibição do trafico e a emancipação.

O movimento abolicionista estendeu-se pelas republicas americanas: Buenos-Ayres em 1816; Colombia e Chili em 1821; Bolivia em 1826; Peru, Guatemala e Montevideo em 1828; Mexico em 1829; Uruguay em 1843; finalmente a Inglaterra em 1833 e a França em 1848 para suas colonias. Tantos golpes successivos desfechados na escravatura, parece que devião reduzir-a immenso.

Pois a estatistica demonstra o contrario. Nesse periodo de cincoenta annos a somma dos captivos foi constantemente crescendo. No principio d'esta seculo pouco mais havia de dois milhões de escravos em toda a superficie da America; em 1850 orçava o numero por sete milhões e meio, dos quaes o maior quinhão pertencia ao Brasil e aos Estados Unidos!

Explica-se naturalmente esta apparente anomalia, que tanto acabrunhava a sociedade abolicionista. A escravidão ainda não estava morta; os esforços dos differentes governos para extirpal-a da America erão impotentes. Conseguirão apenas deslocar o trabalho servil.

Quando os estados da União decretarão a extincção gradual, a escravidão refugiou-se naturalmente nos estados proximos onde era mantida; e ali se propagou de modo a invadir o territorio que d'ella estava isento. Se o norte da União não tivesse margem por onde escoar-se a sua população escrava, talvez que a visse refluir sobre si, como aconteceu com a Carolina.

O mesmo serviço prestou o sul da União ao Mexico assim como as colonias de Hespanha, França e Inglaterra ás republicas visinhas. Advirta-se que nestas, não existindo uma agricultura regular, a escravatura ainda insignificante no tempo da abolição. De passagem mencionarei uma circumstancia digna de seria meditação. Todas as republicas abolicionistas forão dilaceradas pela anarchia; emquanto o Brasil se organisava com uma prudencia e circumspecção admiravel.

Não só pela intensidade e volume ganhou a escravidão com aquelles actos de abolição; mas tambem no principio e substancia. Moral como economicamente, a instituição triumphou de seus adversarios; sobretudo depois dos dois ultimos factos, das colonias inglezas e francezas.

O trafico anteriormente frouxo, por causa da superabundancia de braços, desenvolveu-se rapidamente desde 1833; e lançou no Brasil e Cuba milhões de africanos. por outro lado a instituição se enraizou ainda mais profundamente nos paizes, onde não a attingira o movimento abolicionista.

Nos Estados Unidos não perdurara ella por tantos annos, a despeito da superioridade industrial e numerica do norte e do fervor da propaganda abolicionista, se não fosse a preponderancia que assumira nos espiritos, depois das ultimas e infelizes tentativas. Tambem no Brasil ha muito tempo que a obra da emancipação se adiantara, sem a convicção gerada por aquelles acontecimentos da necessidade indeclinavel do braço africano para a agricultura colonial.

Uma verdade ficou bem averiguada.

Como todas as instituições sociaes que tem radicação profunda na historia do mundo e se prende á natureza humana, a escravidão não se extingue por acto do poder; e sim pela caducidade moral, pela revolução lenta e soturna das idéas. É preciso que seque a raiz, para faltas ás idéas a seiva nutritiva.

E de onde principalmente derivava para a escravidão essa limpha e substancia?

Bem o sabeis, senhor. Da Europa, e com especialidade de Inglaterra, França e Allemanha, tão abundantes de philantropos como de consumidores dos nossos productos.

Não fomos nós, povos americanos, que importamos o negro de Africa para derrubar as mattas e laborar a terra; mas aquelles que hoje nos lanção o apodo e o estigma por causa do trabalho escravo.

Sem esse enorme estomago, chamado Europa, que annualmente digera aos milhões de generos coloniaes, a escravidão não regorgitaria na America, nem resistira á repugnancia natural dos filhos d'este continente. Mas era preciso alimentar o colosso; e satisfazer o appetite voraz do grande sybarita.

O philantropo europeu entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excellente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitarias e arrija contra estes paizes uma alluvião de injurias pelo acto de manterem o trabalho servil. Mas porque não repelle o moralista com asco estes fructos do braço africano?

Em sua theoria, a bebida aromatica, a especiaria, o assucar e o deliciosos tabaco, são o sangue e a medula do escravo. Não obstante elle os saborea. Sua philantropia não supporta esse pequeno sacrificio de um gosó requintado; e comtudo exige dos paizes productores que em homenagem á utopia, arruinem sua industria e ameacem a sociedade de uma sublevação.

Nelles desculpa-se. É facil e commoda a philantropia que se fabrica em gabinete elegante, longe dos acontecimentos e fóra do alcance da catastrophe por ventura suscitada pela imprudente reforma.

Mas não se comprehende, senhor, que brasileiros acompanhem a propaganda; e estejam brandindo o facho em torno da mina.

IX

A rasão social convence os abolicionistas da necessidade de deixar a instituição da escravatura preendher seu tempo e extinguir-se naturalmente pela revolução das idéas.

Mas refractarios á propria consciencia buscão eximir-se á verdade. Allegão que abandonada á si mesma e aos instinctos humanos, será eterna; porque os habitos de indolencia que ella cria na casta dominante, e a ignorancia em que vai sepultando a casta servil; são novas raizes que a instituição de dia em dia projecta no solo onde uma vez brotou.

Não se pode calumniar mais cruelmente a humanidade, senhor. Admira que espiritos possuidos de uma idéa tão degradante da creatura racional, se arroubem em sonhos de um progresso instantaneo. É pedir muito ao ente, de que se faz tão miserval conceito.

Se houvesse uma raça infeliz, capaz de permanecer eternamente na escravidão pelo facto de não consentir a outra em emancipal-a; então seria um principio social aquelle absurdo outroa sustentado, da fatalidade d'essa instituição e desigualdade das castas. Não ha porém contestar, todo povo, toda familia humana, acaba cedo ou tarde por conquistar a liberdade como a ave implume por devassar o espaço.

É a Europa o melhor exemplo d'essa verdade a respeito da escravidão moderna. Não se extinguiu o facto nesse continente, antes de abrogada a lei? Não chegou a instituição ao seu termo fatal, apezar da pretensa indolencia e da ignorancia diffundida na população?

No Brasil mesmo, a despeito da suprema necessidde que mantem esse máo regimen de trabalho, já penetrou na classe proprietaria a convicção da injustiça absoluta do seu dominio. Um espirito de tolerancia e generosidade, proprio do character brasielrio, desde muito que transforma sensivelmente a instituição. Pode-se affirmar que não temos já a verdadeira escravidão, porém um simples usufructo da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contractado implicitamente entre o senhor e o estado como tutor do incapaz.

A lei de nosso paiz, considera o escravo cousa ainda; porém o costume, a rasão publica, mais poderosa que todas as leis escriptas, pois é a lima que as vai gastando a todas e cinzelando

as novas; a razão publica já elevou o captivo entre nós á condição de homem embora interdicto e sujeito.

O primeiro direito da pessoa, a propriedade, o escravo brasileiro não só o tem, como o exerce. Permite-lhe o senhor a aquisição do peculio, a exploração das pequenas industrias ao nivel de sua capacidade. Com esse producto de seu trabalho e economia rime-se elle do captivo: emancipa-se e entra na sociedade. Ahi nenhum prejuizo de casta detrahe seu impulso: um impulso franco e liberal o acolhe e estimula.

O mais sagrado dos contractos civis, o matrimonio, tambem está ao alcance do escravo em nosso paiz. Elle forma sua familia; o senhor a respeita e a garante. A moralidade que falta ainda, não provém da escravidão, mas da ignorancia peculiar ás classe infimas. Nesse ponto a lia social, ingenua ou captiva, se confunde.

Embora todas estas garantias se tenham estabelecido fora da lei, comtudo a opinião, que de dia em dia robustece, as mantem e consolida. Se a cobiça ou perversidade pesa alguma vez com o rigor do direito sobre um infeliz, a indignação publica immediatamente corrige o desmando.

Os actos de caridade praticados frequentemente em nosso paiz, para arrancar ao captivo victimas da brutalidade e obstar que se rompa o vinculo de familia por um fraccionamento inevitavel de propriedade; são brados contra os moralistas, detractores da sociedade brasileira.

Que exprime, que revela, essa transformação benefica da escravidão no Brasil, especialmente nos ultimos quinze annos?

Não estão ahi bem patentes os signares da decrepitude, os indicios do declinio rapido d'essa instituição em nossa patria? Não lobrigão já nos longes do horisonte os espiritos de vista larga, a alva de uma completa derempção; luz serena que surge naturalmente e mais propicia do que o clarão avermelhado de um incendio?

A decadencia da escravidão é um facto natural, como foi a sua origem e desenvolvimeto. Nenhuma lei a decretou; nenhuma póde deroga-la. Se a abafarem ainda vivaz, bem póde ser que só consigão concentrar-lhe as forças para maior reacção.

Não é menos injusta a outra imputação feita á humanidade, de que o captivo não lima as raças nem lhes infiltra os raios da civilisação.

Uma raça não se educa e intrue como um individuo.

Este é uma destacada, que submettida á acção multipla de uma vasta civilisação representada pela generalidade dos habitantes, depressa se lapida. A raça, porém, é a massa compacta, que occupa larga superficie e oppõe ao progresso forte resistencia.

Para educar uma raça são necessarias duas cousas: grande capacidade e vigor do povo culto para imergir a massa bruta e insinuar-se por todos os povos; longo tempo para que se effectue essa operação lenta e difficil.

A raça africana tem apenas tres seculos e meio de captivo. Qual foi a raça européa que fez nesse prazo curto a sua educação? Com idade igual todas ellas jazião immersas na barbaria: entretanto para os filhos da Nigrícia já raiou a luz, e raiou na terra do captivo.

É a verdade. Essa familia do genero humano, em cuja tez combusta a tradição mais antiga do mundo lê um estigma da maldição divina, e eu vejo apenas o symbolo da treva moral em que havia de perdurar: essa familia infeliz, esteve sempre condemnada ao desprezo e ao animalismo, desde Cam, seu progenitor, até Colombo que a devia remir descobrindo a America, sua terra de promissão.

Haíty, São Domingos, a Liberia, são outras tantas balisas d'essa nascente civilisação africana bebida no novo mundo, durante a peregrinação. As colonias européas, que se

fundarão na costa da Nigricia, não tiverão outra origem senão o trafico, umas para o favorecer, outras para o reprimir.

Se algum dia, como é de esperar, a civilização projectar-se pelo continente africano a dentro, penetrando os povos da raça negra, a gloria d'esse immenso acontecimento, amargueu embora aos philantropos, caberá exclusivamente á escravidão. Foi ella que preparou os precursores negros da liberdade africana.

O Brasil, de que mais especialmente devo occupar-me, nossa patria, senhor, não terá concorrido efficaçmente para a civilização da grey humana que submetteu á seu dominio?

Fôra injustiça nega-lo.

Ainda não eramos um imperio, mas nascente colonia, e já davamos ao mundo exemplos sublimes. Um heroe negro inscrevia seu nome glorioso na historia brasileira; seus irmão o acompanharão formando esse regimento invencivel que por mais de seculo guardou o nome de Henriques, em memoria do cabo illustre. A munificencia real e a gratidão publica porfiavão nas honras tributadas á esses bravos.

Desde então, não se enriquecem diariamente as classe mais distinctas de nossa sociedade com os talentos e as virtudes dos homens de côr? Se os primeiros negros, que dem 1440 forão dados em resgate á Portugal, ficassem nos patrios areas, não contaria a raça africana entre seus descendentes cidadãos illustrados, porém só magotes de brutos, como os que feiravão os reis de Congo e Loanda.

Se nossa população fosse mais copacta; se a immigração a tivesse abundantemente nutrido; se não protelasse tanto o ciume da metropolo nosso tirocinio colonial; os resultados da educação pelo captiveiro serão ainda mais brilhantes. Teria a raça européa amplitude bastante para absorver em seu seio a escravatura, disseminar rareando-a por todo o paiz, e assim melhor desbastar-lhe a rudez.

Mas, senhor, meio seculo de tempo e dez milhões de habitantes para este immenso imperio, o que são?

Um atomo no espaço; um bochecho d'agua no oceano.

Nada mais.

D'estes exemplos succulentos se nutre a minha profunda convicção da natural e não remota exticção da escravidão em nosso paiz.

A época precisa não é dado ao publicista averiguar, e ainda menos ao legislador decreta-la. Depende do incremento da população, que é o principio regulador da origem, como do termo da instituição.

Povos guerreiros, mas escasso, servirão se da escravidão como uma leva, de operarios e um augmento da população. Á medida que avultava o numero dos habitantes livres, o captiveiro foi decahindo. Em chegando a absorpção, o escravo torna-se traste de luxo, de instrumento industrial que era. Nesse periodo extremo, o odioso envolve a instituição e a suffoca. O labéo então reverte para o senhor; a infamia é apra esse titulo despresivel.

Quando o nivel da população livre sobre a escrava se elevar consideralmente, de modo que esta fique submersa naquella, a escravidão se extinguirá logicamente no Brasil. Ella entrará naquella phase de luxo e aversão. Até então, porém, é um elemento essencial do trabalho neste vasto paiz.

20 de Julho de 1867.

ERASMO.

Ao Imperador – Novas Cartas Políticas de Erasmo. Quarta Carta (Sobre a Emancipação).

SENHOR

Não estranheis, senhor, que me alongue em assumpto de si tão vasto.

Livros, não cartas, reclamava seu completo desenvolvimento. Mas se em outro tempo fallião-me as forças para tal empenho, mingua a vontade agora. Já não tenho espirito para o estudo, pois todo é presa da afficção e tristeza nestes dias de tribulação.

Permitti-me pois que discorra á discrição da idéa.

O nivel da população livre sobe pelo augmento d'esta, como pela reduçção da escravatura.

Esta reduçção motiva um dos aleives levantados pelo philantropos contra a instituição. Dizem que a especie humana não se multiplica no captivo; nobreza que partilhão algumas especies irrationaes. A comparação basta para espancar o sophisma. A vida selvagem e a poligamia devião ser para o genero humano, como para o animal, o estado mais profílico.

Que a escravidão fosse esteril no Oriente onde se mutilavão os homens, e arrebanhavão as mulheres em serralhos, não se contesta. Mas na America, onde a raça africana longe de degenerar, ao contrario se temperou sob a influencia de um clima suave; negar a sua espantosa reproducção, seria uma cegueira pertinaz.

Quem ignora a industria da criação de escravos que tamanho desenvolvimento alcançou nos Estados-Unidos e abasteceu esclusivamente desde o principio d'este seculo o mercado do sul? O trafico foi ali insignificante desde 1808; a maior importação, a que se fez depois de 1843 para o Texas, essa mesma não avultou.

Entretanto a marcha ascendente da escravatura americana sobe nesta escala admiravel.

Em 1790 a existencia era de 693,397. Em 1800 de 182,400, crescimento de 28%. Em 1810 de 1,190,930, crescimento de 33%. Em 1820 de 1,536,127, crescimento de 29%. Em 1830 de 2,007,9913, crescimento de 31%. Em 1840 de 2,486,138, crescimento de 24%. Em 1850 de 3,178,55, crescimento de 29%.

Onde se vio uma tão espantosa reproducção da especie humana?

O menor periodo para a duplicação da população européa é a de 32 annos, em Bade. Na mesma União-americana, a população do Norte a pezar dos subsidios importantes da immigração, só dobra por quartéis de seculo.

O Brasil não tem estatistica, para que os numeros, inflexiveis dialecticos, exhibão a mesma irrefragavel evidencia da vasta reproducção da raça africana. Mas cada um de nós tem a prova no seu lar, que provoão as crias, não obstante o mau vezo das mães nas grandes cidades.

De resto cumpre advertir em uma circumstacia. A licença dos costumes prepondera na escravatura, como nas classes infimas da sociedade, que vivem com ella confundidas. Na parte livre porém os fructos d'essa desordem accrescem; enquanto escapão á parte escrava. O vigor prolífico do homem captivo não aproveita á sua casta; o da mulher mesmo em larga porção entra na população livre, ou pelas casas de expostos e alforrias no baptismo, ou pelo resgate frequente do pae ingenuo.

Tranquilisem-se os philantropos; a escravidão no Brasil não esterilisa a raça nem a dizima. A reduçção provém d'esses escoamentos naturaes, que se operão pela generosidade do senhor, pela liberdade do ventre, e tambem pela remissão. Diariamente esses meios se desenvolvem á medida que sobe o nivel da civilisação com o augmento da classe livre.

Dois são os modos de incremento para a população livre, a geração e a accessão. Limitada ao primiero unicamente, só tarde conseguira ella attingir a capacidade necessaria para absorver a escravatura, ou preencher o vacuo deixado por esta. É necessario que a coadjuve o segundo meio, a accessão, ou incorporação de população estranha.

Essa incorporação pode ser de castas estranhas já existentes no paiz, mas separadas por sua barbaria e condição. Neste caso estão as hordas selvagens dos indigenas que vagão em Amazonas, Matto-Grosso, Goyaz e outras provincias; e tambem a parte emancipada da casta servil, que se annexa e assimila ao todo da população.

A maior accessão de habitantes depois que se desenvolverão as vias de communição e a Europa regorgita de população, é sem duvida a emigração. Foi ella que poz termo á escravidão nos Estados Unidos, e hade operar a mesma revolução no Brasil. Sem esse transbordamento do mundo antigo; sem essa locomoção das massas que a industria facilita; o braço servil teria de laborar por muitos seculos a America.

A emigração é a grande arteria que despeja novo sangue vigoroso no organismo do paiz enervado pelo trabalho escravo. É ella que restabelece o temperamento da população, e lhe restitue a robustez.

Notai, senhor, que eu fallo da emigração, e não da colonisação: tão fecunda é aquella, quanto esteril esta. A colonisação, se escapa de uma especulação escandalosa, degenera em servidão, oppressiva como a escravidão, e mais turbulenta do que ella; já a chamarão e com justiça, escravidão branca.

A proposito de emigração, quero apresentar-vos, senhor, uma consideração triste.

Filhos da velhice de um povo, educados neste canto do mundo sem ar e sem luz, sem o ar da liberdade e a luz da civilisação; conquistamos nossa independencia em 1823, quinze annos apenas depois que cessou a nossa clausura com a franquia dos portos ao estrangeiro.

Entrando na sociedade das nações, tomamos logo, do primeiro passo, lugar entre as mais livres. Ainda na phase agitada da organisação, conseguimos não obstante desenvolver nossos recursos, e trilhar a senda do progresso. Emquanto em torno de nós, as republicas de origem hespanhola erão dilaceradas epl anarchia, o imperio se consolidava pelo trabalho.

As provas de honestidade que deu o paiz nascente no instante de sua emancipação, indemnizando Portugal de uma parte de sua divida, não se desmentirão. Apesar das perturbações inevitaveis de suas finanças mal organisadas, o Brasil foi sempre um estado probro, que honrava sua firma nas praças da Europa.

Um espirito liberal á respeito da nacionalidade animava o povo brasileiro, e sua legislação. Offerecemos hospitalidade, cordial á todas religiões, como á todas as escolas; e isso no tempo em que estas idéas de liberdade e tolerancia não erão acceitas por muitos dos principaes paizes da Europa. A naturalisação dependia de facil processo; e a constituição (art. 6, § 1.º) hoje infelizmente interpretada, nacinalisava a prole do residente estrangeiro.

Entretanto, senhor, que fazia a Europa emquanto envidavamos esforços para mostrar-nos dignos da civilisação? Enviava-nos acaso as sobras de sua população industriosa, á mingua de recursos, para coadjuvar a obra de nosso desenvolvimento, fartando-se na abundancia d'este solo?

Oh! que não! Prescindindo de nossos irmãos de origem, os portuguezes, que vinhão trazidos por tantas affinidades; só apparecia no Brasil de outras nações, certo numero limitado de commerciantes, que estacionavão na cidade, e alguns viajantes que retribuíaõ nossa cordial hospitalidade com a maledicencia. Parva satisfação de ridizularisar uma sociedade infantil, como se as crianças nascessem fallando; e os povos, já civilisados.

A Germania, essa grande fabrica de homens, humani generis officinam, como a chamou Jornandez, arrojava o alluvião de sua raça opulenta para a America do Norte. O Brasil, se quis, teve de pagar bem caro alguns centos de colonos que não indemnisarão com seu trabalho o mal que fizerão á nossa reputação suas queixas injustas.

Que decepções temos soffrido, senhor. O homem do norte, o puro saxonio, o athleta da industria, portento de actividade, em aportando ao Brasil, parece que perde seu espantoso

vigor e cahe n'uma prostração incomprehensivell! Para fazer d'esse individuo um trabalhador é preciso agasalhar-o bem, abrir-lhe boas estradas para que penetre no interior, e ali preparar-lhe a casa com todos os aprestos necessarios á commoda existencia.

Entretanto o filho da raça latina, o explorador portuguez, nos tempos coloniaes, arrojava-se destemidamente ao deserto; levava consigo não sómente seu caminho, que elle abria atravez da floresta; como sua casa que levantava com algumas palmeiras no lugar escolhido. Assim forão creadas as nossas povoações do interior.

Dirão que havia na America do Norte muitas attracções apra chamar os europeus: alinga, a indole, a religião, os usos. Não o contestamos. A emigração é uma corrente entre a Europa e a America. São baldados os esforços apra desviar seu primeiro curso antes do praso. Quando os Estados-Unidos abarrotarem de população, o Brasil receberá os transbordamentos.

Mas se não nos arrgamos o direito de pedir contas á Europa do destino de sua emigração, e do vacuo immenso que deixa neste imperio; se nos resignamos a caminhar gradualmente com os subsidios do nosso velho Portugal; parece que deviamos estar isentos dos reproches da philantropia euroéa a respeito da escravidão.

Com effeito, quem manteve a escravidão no Brasil desde a nossa independencia? Quem desenvolveu o trafico depois de 1835? Quem especialmente depois da extincção d'aquelle commercio illicito em 1852 conservou o trabalho escravo em nosso paiz?

A Europa, e sómente a Europa. É a verdade, senhor; e eu sinto não ter uma d'essas vozes, que o genio faz estrondosa, para repercutir bem longe, no seio do velho mundo, velho moralista á guisa de Epicuro.

Se aquelle grande viveiro de gente houvesse nestes ultios quinze annos enviado ao Brasil um subsidio annual de sessenta mil emigrangtes, numero muito inferior á immigração americana, a escravidão teria cessado neste paiz. Venha ainda agora esta torrente de população, e em vinte annos ou menos, affirmo que o trabalho escravo estará extincto no imperio, sem lei abolicionista, sem commoção nem violencia.

Prevejo o subterfugio por onde se hão de escapar. Dizem que a escravatura repelle a immigração branca; e citão o exemplo dos estados do Norte da União Americana em paralelo com os do sul. Erro completo. A avultada immigração d'aquella parte da Confederação foi causa e não effeito da abolição da escravatura. A theoria de repulsão do trabalho livre pelo escravo é um grande absurdo. Vale o mesmo que a torrente, força activa e energica, dizer á terra, á resistencia inerte, - "retirai-vos que eu quero passar." A onda cava e abre seu alveo; é o que faz o trabalho livre em paiz de escravos. Assim já vai succedendo no Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte e outras provincias.

Portanto, em vez de consumir seu tempo á calumniar nossas intenções e deprimir os costumes brasileiros, melhor promovera a philantropia européa suas vistas humanitarias, occupandos-e em desvanecer as injustas prevenções elvantadas contra o imperio americano.

Não é ao monarcha do Brasil, á vós, senhor, que se devia dirigir a sociedade abolicionista de França; a causa moral e economica do trabalho livre está ganha ha muito tempo em vosso espirito e coração, como na consciencia de vosso povo. A applicação é somente o que falta, para a tornar uma realidade neste paiz.

Se o Sr. Laboulaye, visitasse o Brasil; havia de palpar esta verdade.

Não depende de nós, que não fabricamos populaçãi, mas dos emigrantes unicamebnte, a applicação do trabalho livre no Brasil. Á elles pois, aos europeus, convença a sociedade abolicionista da necessidade de buscarem nosso paiz, a fim de alliviar a humanidade da pecha da escravidão. Estabeleção a propaganda, neste sentido; mostrem ao interesse individual, o imperio como elle é, e darão ao grande principio da liberdade um triumpho generoso e incruento. A escravidão cahirá, sem arrastar á miséria e á anarchia uma nação jovem.

XI

Ha um terror panico da unanimidade, que assalta os espiritos fracos.

Essa resistencia da unidade contra a multidão os apavora e acabrunha. Abatem suas convicções á pressão da totalidade; e deixão-se arrastar atados á cauda do prejuizo, como da verdade.

A causa da emancipação em nosso paiz fez caminho rapido por este meio, graças áquelle panico. Muitos espiritos se assustarão seriamente com a idéa de que o Brasil era actualmente o único paiz onde a escravidão existia no seio mesmo da patria, sem o caracter colonial; e brevemente seria talvez o único onde vivesse a instituição universalmente execrada.

Esta idéa, bem ataviada pelos philantropos, devia commover o animo nacional. Nenhum povo brioso consentiria em ficar na ultima fila das nações cultas, quasi confundido com os estados semi-barbaros do Oriente, objecto de aversão para a humanidade. No designio de resguardar-se de semelhante humilhação, ninguem, homem ou povo, hesitaria em sujeitar-se aos maiores sacrificios.

Será verdade porém, senhor, que a escravidão reduzida exclusivamente ao Brasil, o arraste á aquella posição aviltante? Daremos nós prova de barbaria e iniquidade mantendo a instituição apezar de sua completa abolição no resto do mundo?

Decididamente, não.

Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso paiz, tal como a fizerão, acinte da lei, os costumes nacionaes e a boa indole brasileira. A condição do nosso escravo comparada com a do operario europeu, é esmagadora para a civilização do velho mundo.

Os Estados-Unidos, nação poderosa, com perto de um século de existencia politica, e um desenvolvimento espantoso da industria, só agora conseguirão extirpar o trabalho escravo do sul de seus estados. As mais poderosas nações da Europa, Inglaterra e França, grandes já quando estavamos no limbo do desconhecido, só neste seculo e no segundo quarte, obtiverão purgar suas colonias do elemento servil.

Ao Brasil pois é que se hade estranhar a demora neste supremo esforço, quando ainda está elle na infancia, contando apenas quarenta e quatro annos de existencia politica depois de tres seculos de isolamento e abandono?

Tanto vale escarnecer da criança porque não se tornou homem ainda!

Não temo, senhor, para nossa patria, que lhe venha deshonor de conservar a escravidão por algum tempo ainda depois de geralmetne abolida. Seremos os ultimos a emancipar-nos d'essa necessidade: mas ha quem possa atirar-nos a pedra por esse peccado da civilização?

Se esse povo existe, de consciencia limpa, elle que se levante.

Será acaso a França?

Não é possivel. A França que aboliu a escravidão de suas acolnias em fins do seculo passado, no momento em que fazi ao mundo a pomposa declaração dos direitos do homem, e retractou-se restabelecendo-a poucos annos depois para só extinguil-a em 1848; a França não tem o direito de levantar a voz neste assumpto. Conservar escravo o homem que nasceu tal á uma instituição; reduzi á escravidão pessoa livre é um crime.

Será acaso a Inglaterra?

Oh! essa menos que nenhuma outra! Á soberba indignação britanica, permitti-me oppor a palavra sensata de um homem illustre, que se foi máo politico, em sentimentos christãos ninguem o excedeu. Chateaubriand defendendo sua patria contra a philantropia ingleza, como eu agora defendo a minha patria contra a philantropia franceza, escreveu o seguinte:

“A Inglaterra tinha medo que o trafico de africano, á que ella renunciara com pezar, cahisse nas mãos de otura nação; queria forçar França, Hespanha, Portugal, e Hollanda á mudar subitamente o regimen de suas colonias, sem indagar se estes estados havião chegado ao gráo de preparação moral em que se podia dar liberdade aos negros, abandonando ao contrario á graça de Deus a propriedade e a vida dos brancos.”

Em seguida recorda, como os torys illustres, Londonderry, Wellington, Canning, durante trinta annos adversarios pela liberdade dos africanos; porque essa liberdade era a ruina completa das colonias e navegação das nações maritimas, suas competidoras. O egoismo se embuçava com a philantropia.

A Inglaterra, que no tempo de Comwell tolerou a venda de escravos brancos na America; e ainda hoje admite o chicote como instrumento de castigo em sua marinha, depois de haver prohibido no art. 17 do bill abolicionista de 28 de agosto de 1733, a respeito do negro, essa pena que “degerada a dignidade humana”; a Inglaterra devia asgar quanto antes o bill Aberden, que é antes uma nodoa viva no seu passado do que uma prepotencia contra uma nação fraca.

Se estas duas nações não podem lançar-nos a pedra, menos qualquer outra da Europa. O velho mundo tem em seu proprio seio um cancro hediondo que lhe róe as entranhas: é o pauperismo. O aspecto repugnante d’esta miseria em que jaz a ultima classe da sociedade, a degradação d’essas manadas brutas, apinhadas em esterquilinios; rebaixa e avilta a humanidade mais do que a antiga escravidão.

Valem-se os philantropos, apanhados em flagrante, da liberdade e encarem este dom além da realidade. Se a independencia fosse o destino do homem, o selvagem seria o mais civilizado e proximo da perfeição. A liberdade é o meio, um direito; o fim é a felicidade, e d’esta o escravo brasileiro tem um quinhão, que não é dado sonhar ao proletariado europeu. De que serve ao paria da civilisação a liberdade que a lei consagra por escarneio, quando a sociedade a annulla fatalmente por sua organização, creando a oppressão da miseria?

Se não ha na Europa, devorada em suas entranhas, haverá acaso na America, povo que nos lance a pedra?

Por ventura os Estados-Unidos orgulhosos da recente abolição? Não creio. Era preciso esquecerem as atrocidades ali commettidas contra os escravos; as caçadas de negros a dente de cão; os prejuizos selvagens da raça; emfim todo esse cortejo odioso da escravatura americana, da qual por crassa ignorancia, dividem com o Brasil a responsabilidade.

Os Estados-Unidos tem bastante em que se occupar com o fermento de suas paixões politicas, e o alluvião de uma escrvatura recentemente liberta; para se darem á utopias philantropicas, enlevo dos espiritos devolutos.

Serão as republicas da America que nos exprobem a conservação da escravatura?

Talvez, porque não podem soffrer a superioridade do imperio. Abolindo no momento da emancipação o trabalho servil, esses povos embriagados de liberdade, suffocarão sua pequena industria, especialmetne sua lavoura rudimentaria. A agricultura é um elemento essencialmente conservador; ellimindando-o as republicas americanas se abandonarão á anarchia.

Esses paízes convulsos, laborados pela guerra civil, consumidos pela febre revolucionaria, talvez reprochem ao Brasil haver seguido outra direcção. De feito o imperio resistindo ás seducções da liberdade, preservou sua agricultura. Graças á este esforço pode mostrar-se probo e sisudo, honrando sua firma na Europa; e assegurando á seus filhos uma patria nobre e digna.

Uma só pagina da historia das republicas do centro e sul da America, é bastante para calar a voz que se levante ahi contra a escravidão no Imperio.

Caminhe pois o Brasil dessassombrado. Não se deixe tomar de panico ante a opinião geral. Em todos os paizes, ainda os mais civilizados, ha uma ultima raiz do passado; entre nós é a escravatura, como na Europa é o pauperismo.

XII

É o momento de considerar a abolição á respeito da fórmula e da oportunidade.

Contra as considerações que desenvolvi, sem duvida surgirão em vosso espirito objecções deduzidas do projecto em via de elaboração. Não pretende o governo a abolição immediata, porém sim depois de finda a guerra. Nessa mesma occasião a medida não será instantanea, porém gradula e á longo prazo.

Assim previne-se o risco de um grande abalo na sociedade, e modera-se a perturbação economica. A substituição do trabalho servil pelo trabalho livre se realiza proporcionalmente; é medida que um se retrahе, o outro se dilata. Meditei todas estas razões e muitas outras que se podem produzir em favor do systema.

Não hesito porém; eu o condemno.

Se um governo desconhecendo a natureza da escravidão, se propõe extingui-la por acto legislativo; neste caso sempre desastroso, eu lhe aconselhara antes o meio prompto, subito, instantaneo, como uma calamidade menor. Era uma amputação dolorosa; se o enfermo não succumbisse, a chaga iria cicatrizando, e elee ficaria mutilado, porém tranquillo.

Mas essa operação letna, excessivamente dolorosa, torna-se insupportavel: quanto mais longa, mais perigosa. A sociedade não póde permanecer dez ou vinte annos em guarda constante contra a insurreição minaz que uma faisca basta para levantar. A commoção causada por esse perigo surdo, mas rpesenta á toda hora, perturba a existencia de um povo.

É illusoria a esperança de uma substituição lenta. No momento em que plainasse sobre o paiz uma lei de emancipação qualquer; toda a casta sujeita se collocaria á sombra d'ella, para deduzir d'ahi seu direito indisputavel. Pouco importavão as condições; tudo se resumia no grande principio, no reconhecimento solemne de sua liberdade.

Desvanecido o prestigio da instituição, casa um d'esses individuos seria um adversario disputando seu direito ao oppressor; e coagindo-o a consagral-o em sua plenitude. A geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao captivo seus progenitores. E quem teria o direito de estranhar nelles o estímulo nobre do amor filial?

Não esqueção as simulações. Já tivemos o exemplo a respeito do trafico: todos os individuos bnovametne improtados erão lançados á conta do tempo em que era licita essa aquisição. Assim hão de retroagirem ao captivo os nascimentos acontecidos já noperiodo de liberdade. Mais um elemento para a combustão.

A Inglaterra adoptou á respeito de suas colonias o systema gradual. Creou um estado intermedio entre a escravidão e a liberdade, que designou com o nome de aprendizagem, durando entre quatro e sei annos. "Transição perigosa, diz Cochín, que expunha as colonias á desordem, a propriedade á ruina, a liberdade á uma derrota sanguinolenta e onerosa." (Vol. I, pag. 377).

Com effeito se não fosse o grande poder da Inglaterra, vigilante e alerta durante essa operação arriscada, a explosão da liberdade, imprudentemente agitada, mas não desabafada, houvera exterminado as colonias. Assim mesmo, sob o systema de protecção da metropole, a convulsão durou annos, e tomou algumas vezes o aspecto medonho.

Que será do Brasil, senhor, em uma crise semelhante, não fóra da influencia d'ella, mas no foco mesmo da agitação, atribulado pelo mal interno, obrigado á attender á todos os perigos, sociaes e politicos? Já lancastes, senhor, vosso espirito á essa terrivel conjectura, e sondastes estes refolhos dos acontecimentos?

Confesso-vos que essas profundezas do futuro me causão vertigens.

A unica transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquella que se opera nos costumes e na indole da sociedade. Esta produz effeitos salutareos: adoça o captiveiro; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega á uma especie de orphandade. O dominio do senhor se reduz então á uma tutela benefica.

Esta transição, fora preciso cegueira, para não observal-a em nosso paiz. Viesse ao Brasil algum estrangeiro, desses que devaneião em sonhos philanthropicos nas poltronas estufadas dos salões parisienses, e entrasse no seio de uma familia brasileira. Vendo a dona da casa, senhora de primeira classe, disvelar-se na cabeceira do escravo enfermo; elle pensaria que a philanthropia já não tinha que fazer onde morava desde muito a caridade.

Estudando depois a existencia do escravo, a satisfação de sua alma, a liberdade que lhe concede a benevolencia do senhor; se convenceria que esta revolução dos costumes trabalha mais poderosamente para a extincção da escravatura, do que uma lei porventura votada no parlamento.

Todas as concessões que a civilização vai obtendo do coração do senhor, limão a escravidão sem a desmoralisar. O escravo não as erige em direito pra revoltar-se, como succede com os minimos favores de uma lei; ao contrario tornão-se para elle beneficios preciosos que o prendem ainda mais á casa pela gratidão. Esse captivo, se fôr libertado, permanecerá em companhia do senhor; e se tornara em criado.

O liberto por lei é inimigo nato do antigo dono; foge a casa onde nasceu. O odio da raça que se havia de extinguir naturalmetne com a escravidão, assanha-se ao contrario d'ahi em diante. Tal será a sua ferocidade que uma casta se veja forçada pelo instincto da conservação á exterminar a outra.

Bem sabeis, senhor, a sorte deploravel dos captivos que por sua morte Washington deixou libertos. Perecerão na miseria. Não ignoraes tambem que Jeffersona, entristecido com estes exemplos, não se animou á realizar de plano sua idéa da emancipação geral, limitando-se a preparal-a pela reexportação dos africanos, de que procede a actual republica da Liberia.

Não resta duvida. A abolição gradual é mais nociva do que a ablição instantanea. Para esta a nação concentra suas forças durante a operação, e repusa logo do grande choque. Ha perigo, e perigo serio, mas rapido, passageiro.

Entretanto, senhor, se nete assumpto confio principalmente na revolução intima dos costume e idéas da socieade, não descreio comtudo da acção da lei sabia, que exerce nos preconceitos uma influencia benefica, por isso mesmo que é indirecta e branda. Como vicio constitucional do imperio, não póde a escravidão ceder á remedio; mas convém submettel-a á um ceto regimen, á uma hygiene administrativa.

Carece de grave meditação o complexo de medidas tendentes á preparação moral e economica do paiz para o trabalho livre. Se eu nutrisse esperança de que minhas idéas á este respeito captarião vossa attenção, as explanara de certo. Pouco ao meu espirito mais um desengano.

De todas estas considerações que aponteí, e que bem desenvolvidas davão materia para um livro, a summa é esta:

Para a casta sujeita, ainda não educada, a emancipação nas circumstancias actuaes, é um edicto de miseria pelo abandono do trabalho, e de exterminio por causa da luta que excita entre as duas raças.

Para a casta dominante, especialmente a agricola, importa a ruina pela deserção dos braços e impossibilidade de sua prompta substituição; importa igualmetne o perigo e sobresalto da insurreição imminente.

Para o estado significa a bancarrota inevitável pelo aniquilamento de sua primeira indústria, fonte da riqueza pública; e como consequência o crédito nacional destruído, a nossa firma deshonrada no mercado estrangeiro.

E chama-se a isto filantropia? É esta oblação feita da melhor substância nacional, amassada com lágrimas e sangue de uma população inteira, que se deseja votar a caridade?

Rio, 26 de julho de 1867.

ERASMO.

Editoriais do *Dezesseis de Julho* –
órgão conservador (1870)

Dezesseis de Julho – órgão conservador. Editorial. Rio, 7 de maio de 1870.

A falla do throno.

O discurso da corôa calou-se á respeito da questão da emancipação.

Cessarão as preocupações do espirito publico, que desde o fim da guerra se inquietava com a solução que teria a conhecida divergência de opinião entre a corôa e o gabinete.

Fallava-se de crise ministerial. Houve quem affirmasse que o pensamento irresponsável viria á preponderar afallivelmente no governo do paiz. Parece que a questão foi muito debatida, sendo a final a corôa obrigada á ceder.

Estes factos nos suggerem graves e tristes reflexões.

Em nossa opinião, e segundo as normas do governo representativo, a questão do elemento servil estava resolvida por algum tempo, desde o dia 16 de julho de 1868 em que se inaugurou a actual situação politica.

Nesse dia forão chamados ao poder cidadãos que combaterão francamente a idéia de uma medida legislativa, convencidos da necessidade de deixar essa revolução social ao espirito publico, tão bem disposto para a sua realisação.

O gabinete assim composto recebeu a consagração nacional com o voto da maioria que o apoiou, depois da dissolução da ultima legislatura. A corôa, que iniciára esta situação, contrahira com o paiz o compromisso de mantel-a, emquanto a opi [trecho ilegível]

O caracter [trecho ilegível] futil, que se conte por nada no jogo do systema. Reviver uma questão já resolvida pela inauguração de uma politica, fôra presumir que os membros do governo abjurassem suas convicções, tantas vezes manifestadas ao paiz.

Podia é certo entender a corôa que chegára o momento de nova mudança politica; mas nesse caso cumpria-lhe pesar maduramente a questão, afim de só propol-a quando resolvida á não recuar.

Do contrario abalaria a confiança no ministerio, tirando-lhe a força moral. Então a sua proposta não passaria de um tentamen com o fim de experimentar a firmeza de caracter dos membros do gabinete.

Portanto em um paiz regido pelo systema representativo, ninguem se preocuparia actualmente com a falla do throno em relação ao elemento servil: ninguem esperaria pelo dia da abertura da assembléa geral para conhecer o pensamento do governo.

Esse pensamento devia ser o mesmo de 16 de julho de 1868, já patenteado na falla do throno do anno passado.

Mas aqui entende-se que a corôa póde innovar a politica a cada instante; e se o gabinete existente não se presta a essa evolução, não faltão interpretes e executores ao pensamento irresponsavel.

É por isso que a vida dos ministerios entre nós é ephemera, vária, inconstante, sujeita as alternativas de uma vontade individual, que faz e desfaz, ou pelo menos perturba e enfraquece.

O gabinete venceu pela segunda vez nesta quetão; mas o partido conservador ha de pagar caro esse triumpho constitucional. A politica sagaz que tem por mote – *umas em cheio outras em vão*, e da qual é tão fiel interprete o Sr. Cotegipe, quando recúa é para saltar.

A falla do throno foi uma pancada *em vão*; o ministerio resistiu como era seu dever e sua opinião prevaleceu. Esperemos pela pancada *em cheio* que não se póde demorar muito, e – quem sabe? – só espera a oportunidade.

A Europa registrou uma promessa formal, de quem suppondo-se arbitro e não representante da nação, pretendeu dispôr da vontade de um povo livre. Duas vezes a esperança aventada por essa palavra, ficou burlada.

O Mundo Velho que nos julgava paiz absoluto, governado paternalmente, vai acreditar que ha no Brasil systema representativo; e nós conservadores que somos os autores de tão grave mistificação, não havemos de ser punidos por esse crime?

Dezesseis de Julho – órgão conservador. Editorial. Rio, 8 de maio de 1870.

Tace aut face.

Não ha mais belo exemplo da excellencia do governo constitucional do que o de um monarcha cedendo de sua opinião individual ante o voto da nação.

A realeza presta homenagem á soberania. O rei artificial paga o tributo devido ao rei natural, que é o povo.

Quando, porém, o monarcha de um paiz livre, sem audiencia da nação, compromette sua fé perante o mundo civilisado; emepnhando a palavra augusta como garantia de uma resolução que não depende de sua vontade exclusiva; ha nesse acto grande imprudencia, e grave perigo para a causa publica.

A influencia indebita do poder irresponsavel, desejoso de satisfazer o compromisso contrahido, é um facto necessario. O paiz sente a pressão da vontade superior; e tende necessariamente a reagir.

Se diante desse obstaculo, o monarcha vê se obrigado a ceder; soffre o prestigio da realeza, que é um patriomonio nacional; ha quebra da palavra augusta, que só deve ser proferida nas occasiões solemnes, como o orgão da vontade nacional.

Estas reflexões se podem applica á promessa feita ha annos á respeito da emancipação. A Europa desde então espera a realisação do empenho [trecho ilegível] uma decepção.

Quantas conjecturas não se terão feito para explicar o mallogro da esperança concebida pelos philantropos da Europa?

Por ventura pensarão que o monarcha julgando-se arbitro supremo da nação, assumiu o direito de dispôr livremente do paiz; mas enganado em seu plano, foi obrigado a contemporisar, esperando o momento azado de realisar seu intento. Esta hypothese seria toda em desabono do paiz, incapaz de defender suas liberdades.

É possivel finalmente que alguém na Europa considere a promessa feita, como um simples avanço para obter os applausos dos philantropos; divorciando a corôa da nação em um assumpto que póde acarretar sobre esta o odioso, e grangear para aquella um simulachro de gloria. Esta face não seria de certo favoravel a quem deve identificar-se com o paiz, na bôa como na má fortuna.

Convém destruir na Europa estas e outras suppozições que por acaso se levantem com detrimento para a reputação do paiz, e para o lustro do throno.

A promessa não foi senão uma palavra proferida em um momento de entusiasmo. A celebridade é uma vertigem; e a vertigem das eminencias. Não se accena de balde com a gloria a aquelles que não podem ter outra aspiração, embora muitas vezes não consião attingil-as.

As mais fortes cabeças desde Cesar até Napoleão não poderão resistir ao fumo desse incenso. Mas esses erão dictadores; subjugavão e não servião aos povos. Leopoldo 1^o, o typo de rei constitucional ambicionou uma gloria mais pura; a de supremo sacerdote da lei.

A lição que encerra a questão da emancipação em nosso paiz deve ser proveitosa. Um rei constitucional não tem o direito de decretar sobre o futuro, e de empenhar a vontade nacional. Se a sua opinião individual não recebeu a consagração do paiz, convém para decoro da realeza que fique em conselho; por isso mesmo que é irresponsável.

Tace aut face.

Dezesseis de Julho – órgão conservador. Editorial. Rio, 12 de maio de 1870.

Contradição.

Um distincto escriptor liberal, o Sr. Dr. Julio de Barros, arguiu-nos ha dias de contradictorio, á proposito de algumas observações que fizemos sobre a questão do elemento servil.

“Mostramos receio de que a corôa, em homenagem a opinião publica favoravel á emancipação, condemne a situação conservadora; e affirmamos ao memso tempo que a corôa procede como arbitro, e não como representante da nação.”

Eis o enunciado de contradição de que fomos arguido. As palavras do nosso aritog protestão contra a censura. Não diremos que a opinião fosse favoravel á idéa de se decretar a abolição; estamos convencidos do contrario. O que asseveramos, e está patente, é a revolução operada no espirito publico, nos costumes e tendencias da população.

Esta revolução moral nós a esperavamos, e della, sómente della, fiamos a extincção efficaz e pacifica de uma instituição condemnada em principio por todos os brasileiros, mas respeitada ainda não só como um direito, mas como uma necessidade.

Por meio das manumissões, desde que se estabeleceu a emulação nobre e generosa, que é o incentivo dos grandes commettimentos; pelo concurso dos sacrificios parciaes, que espontaneamente offecerem a philantropia e patriotismo de cada cidadão; chegaremos ao resultado que todos almeirão; chegaremos de maneira mais suave, mais digna do character nacional, e por ventura mais prompta do que os meios directos, cujo effeito será, que sabe? – perturbar a revolução moral – em favor da emancipação.

O Estado póde entrar na porfia generosa, concorrendo annualmente com uma somma votada no orçamento para as manumissões.

Essa verba será applicada conforme as condições estabelecidas; devendo entre estas figurar duas á que damos a maior importancia; são, a preferencia ao sexo faminino, e a preferencia á instrucção.

Manumittir o ventre é um beneficio que não fica no individuo; mas se estende á uma geração. Dar liberdade á quem saiba lêr e escrever, fóra emancipar não sómente um braço, porém uma cabeça.

Serão poucos os individuos que estão neste ultimo caso; mas talvez o premio da liberdade se torne um incentivo poderoso para a instrucção dessa classe infeliz.

Quanto ao segundo termo da pretendida contradição, não temos que ratificar; as palavras do distincto escriptor traduzirão nosso pensamento. A corôa procedeu como arbitro e não como representante da nação, quando tomou o compromisso de realisar tão grave reforma social, sem ter para isso a delegação da soberania nacional.

A abolição, como foi prometida, só podia effectuar-se por meio de uma lei. Sendo por nossa constituição o poder legislativo delegado ás duas camaras, com a sancção do imperador; este não era competente para assegurar um factio que dependia da vontade da nação, enunciada pelos meios constitucioaes.

Abstrahindo do poder legislativo, quando tomou o grave empenho de promover a abolição, a corôa deu o exemplo, áquelles que sustentão com fundamento a annullação do systema representativo no Brazil.

Escrevemos, pois, á sombra de tão respeitavel autoridade. De todos os testemunhos dados solemnemente ao paiz, em prova da absorpção dos poderes, o mais respeitavel, o que se póde chamar authenticio, é o do personagem augustio, que tomou perante a Europa o compromisso de fazer per si, o que só á nação compete.

Dezesseis de Julho – órgão conservador. Editorial. Rio, 25 de maio de 1870.

O Aborto.

É incompreensível o esforço empregado pelos homens para abortar o paiz a que a Providencia reservou os mais altos destinos.

O vasto imperio americano, que se alonga do Prata ao amazonas, abrangendo regiões diversas e climas oppostos, estava pela natureza talhado para um paiz essencialmente agricola. Os productos mais preciosos abundão neste solo privilegiado; o café, o chá, a vinha, o trigo, puulão com a mesma exuberancia que a salsa, a canna, o algodão e o cacão.

Para o transporte desses productos, a natureza dispoz admiravelmente o extenso territorio, banhando-o de sul a norte com o oceano, e regando-o de rios proprios par a navegação interior. As melhores madeiras de contrucção crescem em suas mattas, a pequena distancia do litoral.

Faltava é verdade ao vasto imperio uma população correspondente; as riquezas naturaes devolutas, esperavão o braço industrioso que as devia explorar.

O mais simples bom senso ensinava o meio de crear essa população, que era attrahir os transbordamentos da Europa já tão repleta de habitantes. Conservando o paiz tal qual era, essencialmente agricola; e desenvolvendo as garantias individuaes concedidas pela constituição; se teria creado uma patria almejada por todos os estrangeiros laboriosos.

Ao contrario disso, trabalhamos com perseverança para arredar o paiz da trilha que lhe assignara a Providencia.

O systema colonial, cujo pensamento era empobrecer as possessões ultramarina em proveito da metropole, caducara com a independencia. Já não havia madrasta, porém a patria, mãi commum, cuja prosperidade dependia do bem estar de seus filhos. Os impostos deixárão de ser um direito signorial, para tornarem-se a contribuição reciproca do cidadão obrigado a concorrer para a satisfação das necessidades publicas.

Por uma aberração inexplicavel foi mantido o systema caduco, filho do absolutismo colonial. Nossa população ficou sobrecarregada de fintas excessivas, á titulo de protecção de uma industria fabril e manufactureira que nem sonhava existir. Comprehendia-se que Portugal matasse a concorrencia dos artefactos coloniaes, prohibindo certos officios; mas não se explica o fim politico e economico do systema protector adoptado depois da independencia.

O resultado foi encarecer progressivamente a subsistencia no Brazil; aquillo que se podia comprar barato, pagando ao commerciante apenas o transporte e premio do capital empregado, subio de preço com os excessivos direitos de consumo.

O estrangeiro receou emigrar para um paiz onde a vida era tanto ou mais cara que no seu. Os braços começarão a faltar á lavoura fonte principal da riqueza; dahi o erro fatal, imposto pela necessidade, do trafico de africanos, que veio aggravar o mal herdado, a instituição da escravatura.

Como isso não bastasse, engedrou-se um systema de administração, que torna a vida do cidadão brasileiro em extremo onerosa; sujeito como ella este ao recrutamento, á machina centralisadora, que eternisa os mais insignificantes negocios.

Si em vez dessa laboriosa teia cerdida para fazer do nosso paiz uma patria antipathica ao estrangeiro, nos tivessemos limitado á ser lavradores e cidadão emancipados da tutella administrativa, em que apogeo não estaria o imperio neste momento?

Nossa producção agricola, crescendo de dia em dia, bastara para pagar a importação; esta augmentando em quantidade á proporção da barateza indemnitaria o thesouro da redução dos direitos. A emigração affluiria para um paiz onde a subsistencia seria facil, e a vida commoda.

A Inglaterra que não precisava de emigração, e que não tem a nossa capacidade agrícola, realizou essa reforma, por calculo no interesse de seu commercio e de sua renda. Robert Peel, dedicou sua vida a essa grande revolução economica.

O Brazil por causa da avareza do fisco e do espirito rotineiro de nossas finanças, sacrifica á um prejuizo condemnado, sua agricultura, seu commercio, e seu futuro.

Hoje sobretudo que os impacientes promovem a grande revolução social da emancipação, alongão elles os olhos e vêem deante de si o vacuo. Tratão de eliminar de chofre o trabalho escravo e não sabem onde está o trabalho livre que o ha de substituir.

Ha certas instituições condemnadas, que se parecem como virus de algumas enfermidades; não se amputão, expellem-se do organismo.

O elemento servil é uma; quem o deve abolir é o trabalho livre, expulsando-o primeiro das cidades, depois da agricultura, e por fim da sociedade brasileira, onde elle é desde muito uma nodoa.

**Discurso proferido na Câmara dos
Deputados em 07 de julho de 1870 –
apresentação do projeto para
encaminhamento da “questão servil”.**

ELEMENTO SERVIL.

O SR. J. DE ALENCAR (pela ordem): - Sr. presidente, rogo a V. Ex haja me consultar á casa se concede-me urgencia para apresentar um projecto, porém creio que não tomarei cinco minutos de attenção á camara.

Consultada a camara, resolve affirmativamente.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o Sr. Alencar.

O Sr. José de Alencar: - Sr. presidente, sinto ter sido causa de uma demora talvez maior do que daria lugar a apresentação de meu projecto e sua justificação.

Agradeço á camara a urgencia que me acaba de conceder, e peço permissão para dizer algumas palavras tendentes a exprimir o pensamento que procurei traduzir no projecto que vou ter a honra de submeter á consideração da camara dos Srs. Deputados, e que é um protesto contra algumas idéas aqui iniciadas.

Este projecto versa sobre o importante assumpto da emancipação.

Todos devem concorrer afim de que a solução desta questão, a maxima da actualidade, seja a mais conforme aos interesses nacionaes e para a civilização.

A minha opinião a respeito desta questão é conhecida. Entendo que os meios directos na questão da emancipação do elemento servil além de perigosos são talvez improficuos (*apoiados*); improficuos, porque podem produzir uma reacção, demorando assim a revolução que já se está operando no espirito publico, e que, bem auxiliada, poderá trazer a feliz solução que todos desejamos.

Sendo sectario dos meios indirectos nessa questão, entendo comtudo que o Estado não deve conservar-se indifferente e inerte, que deve auxiliar a revolução do espirito publico, que deve concorrer pela sua parte para facilitar o movimento que todos nós testemunhamos, e a certo tempo a esta parte se opera no espirito publico.

Desejando concorrer para esse resultado com o meu pequeno auxilio, elaborei um pequeno projecto, no qual consignei tres idéas.

A 1.^a é uma idéa já realisada pelas assembléas provinciaes, qual a de coadjuvar o Estado a iniciativa individual afim de augmentar o numero das manumissões.

A 2.^a idéa é a deslocação do elemento servil. Esta idéa não é minha; foi iniciada ha annos por um grande estadista, por um homem a quem a causa da emancipação talvez mais deva; porque foi elle quem promoveu seus primeiros passos. Refiro-me ao conselheiro Eusebio de Queiroz.

Quando este illustre estadista consumou a grande obra da extinção do trafego, no relatorio apresentado ao parlamento, demonstrou a necessidade de completar-se tão importante serviço, demonstrou quanto era conveniente fazer com que pouco a pouco a população escrava fosse diexando as cidades e internando se para alimentar a industria agricola.

Diversos meios apresentava elle em seu relatorio pra se obter esse resultado, para obter-se tal fim. Justamente destes meios entendi conveniente aproveitar-me.

A 3.^a idéa á uma pequena modificação no nosso direito civil em relação ao escravo, como propriedade; mas essa modificação é muito ligeira, não altera nem de leve a instituição.

A instituição da escravatura, por isso que é uma instituição condemnada pela moral, uma instituição caduca, não póde ser modificada; será extincta um dia, não póde ser alterada. As instituições vigorosas e robustas são susceptiveis de melhoramentos; mas as instituições que já

⁵ Este discurso não consta na edição da Câmara dos Deputados de 1977, a qual inclui o somente o segundo discurso que Alencar proferiu nesse mesmo dia. O texto foi gentilmente cedido por Kátia Mendes Garmes.

fizerão o seu tempo e estão condemnadas pelo espirito publico, essas não é possível modifica-las. Tocar nellas é precipitar sua dissolução.

A modificação a que me refiro é a seguinte: odireito de testar não é um direito natural; salvo em relação aos herdeiros forçados ou necessarios. No mais é uma concessão do poder publico, é um direito convencional. Portanto, este direito póde ser restringido pelo legislador e deve sê-lo em relação ao escravo.

Ha outra modificação que refere se propriamente á condição do escravo. entendo que seria muito conveniente á manumissão dos captivos, a lei que permita ao escravo a aquisição de um peculio para a sua manumissão, não se fazendo essa aquisição sem licença do respectivo senhor.

Eis as modificações que entendo que se podem fazer no nosso direito civil a respeito da condição do escravo. entretanto com o concurso das outras medidas supponho que poderemos dar um grande, mas prudente impulso á causa da emancipação da escravatura que ha de extinguir se por si mesma.

São estas idéas que consignei em meu projecto, mas submetto á sabedoria da camara. Limito-me a estas observações.

Vem á mesa, julga-se objecto de deliberação, e vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, o seguinte projecto:

“A assembléia geral resolve:

Art. 1.º Ás sociedades de emancipação já organisadas e que de futuro se organizarem são concedidos os seguintes favores:

§ 1.º Isenção da meia siza e taxa dos escravos comprados para serem libertados.

§ 2.º Privilegio sobre os serviços do escravo liberto para indemnisação do preço da compra.

Só gozarão destes favores as sociedades que se obrigarem a libertar no prazo maximo de cinco annos.

Art. 2.º O governo applicará annualmente mil contos de réis á manumissão dos escravos, dando a preferencia:

§ 1.º Aos do sexo feminino até 40 annos.

§ 2.º Aos que souberem ler e escrever.

Art. 3.º Dous annos depois da promulgação desta lei fica prohibido o serviço escravo na côrte, capitães e cidades maritimas, quanto ás seguintes industrias:

1.º Conducção de vehiculos publicos de qualquer natureza.

2.º Tripolação de navios e embarcações grandes ou pequenas.

3.º Venda em quitanda fixa ou volante.

4.º Serviço de ganho para carroto ou outro fim.

5.º Serviços em lojas de alfaiate, sapateiro, costureiras, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, ourives, caldeireiro, tanoeiro, açougueiro, padeiro e pintor.

Os donos dos vehiculos, embarcações e lojas que contratarem taes serviços escravos soffrerão a multa de 100 a 500\$000.

§2.º A taxa dos escravos, na côrte, augmentará desde já progressivamente na razão de 10% cada anno. O escravo que não estiver matriculado presume-se liberto.

Art. 4.º O senhor poderá conceder alforria com a clausula *de retro* para o effeito de ficar nullo se o escravo não pagar o preço, ou integralmente ou por prestações conforme se estipular. Nessas convenções o escravo será assistido por um curador á sua escolha.

§ 1.º Quando por falta de pagamento do preço fique sem effeito a alforria, a somma que se achar em mão do senhor constituirá um peculio para o escravo, e vencerá o juro de 6% accumulados por semestre.

Art. 5.º Também é permitido ao escravo, com sciencia do senhor, a formação de um peculio destinado a sua manumissão. Esse peculio é inalienavel, fallecendo o escravo lhe succederá, na ordem da designação, a mulher, a filha, a mãe, a irmã, o pai, o filho, o irmão, e finalmente qualquer escravo designado á sorte.

Art. 6.º O direito de successão estabelecido por nossas leis só terá applicação a respeito de escravos quando se tratar de herdeiros necessarios. Fóra deste caso, os escravos deixados por alguém, *testato* ou *ab-intestato*, se devolvem ao fisco e ficão libertos.

Exceptua se:

§ 1.º O caso de morte violenta do senhor, quando ella não fôr manifestadamente o resultado de um accidente.

§ 2.º O direito do credor hypothecario, quando não houver no espolio bens que bastem para remir a hypotheca do escravo.

Art. 7.º Serão isentos de quaisquer impostos, taxas e custas as heranças ou legados instituidos em bem da emancipação, e as arrematações para manumissão immediata.

Art. 8.º Ficão libertos desde já os escravos da fazenda publica; inclusive aquelles cujo usufructo pertence á casa imperial.

Sala das sessões da camara dos deputados, 7 de Julho de 1870. – *J. de Alencar.*”

Vem á mesa, é lido, apoiado, e approvado sem debate, o seguinte requerimento:

“Requeiro que seja o projecto remettido á commissão especial. – *Pereira da Silva.*”